

EXPERIMENTAÇÃO
SOCIOECOLÓGICA: Novos
caminhos para a participação
no desenvolvimento local
sustentável e integral

Relatório Científico do Projeto de Investigação
CATALISE – Capacitar para a Transição Local e Inovação
Social | 2016

Ficha técnica

Membros da Equipa

Casimiro Marques Balsa (CICS.NOVA)
 Cristina Maria Pinto Albuquerque (CICS.NOVA)
 David Avelar (CCIAM-cE3c)
 Gil Penha Lopes (CCIAM-CE3C)
 Maria Nolasco (CICS.NOVA)
 Patrícia Santos (CCIAM-CE3C)
 Sara Alexandra Rocha (CICS.NOVA)

Colaboradores:

Cláudia Urbano (CICS.NOVA)
 Clara Cruz Santos (CICS.NOVA)
 Pedro Garrett (CCIAM-CE3C)

Consultores:

Annelieke van der Sluijs
 Filipa Pimentel
 Hugo Oliveira
 May East
 Pedro Serpa

Projeto implementado no âmbito das Unidades de I&D:

CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

CCIAM-CE3C (*Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling*, do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)

Financiamento e apoios:

Projeto financiado pela **Fundação Calouste Gulbenkian**, Programa de Desenvolvimento Humano

Apoiado por Fundos Próprios dos Centros associados. Para o desenvolvimento de algumas atividades o Projeto teve também o apoio financeiro do 7º Programa-Quadro da Comunidade Europeia no âmbito Grant Agreement No.308337 (Projeto BASE) (CCIAM-cE3c) e da FCT (investigador Gil Penha-Lopes).



Implementado por:



Financiado por:



AGRADECIMENTOS

A Equipa do Projeto CATALISE dirige um reconhecido agradecimento a todos e a todas os/as **participantes, membros e parceiros das iniciativas** que participaram nos diferentes momentos do mesmo, disponibilizando o seu tempo e energia para partilhar com a equipa os seus testemunhos, os seus espaços e as suas vivências.

Um especial agradecimento também aos **consultores e consultoras** do projeto, que contribuíram, livre e generosamente, com a sua experiência e conhecimentos, em diferentes fases do projeto, para a sua conceção, discussão e concretização, bem como aos **Projetos Científicos** que connosco partilharam instrumentos de pesquisa e debates profícuos, em especial o Projeto MIES, o Projeto Ecos, o Projeto Base, entre outros.

À **Fundação Calouste Gulbenkian**, nas pessoas da Engenheira Luísa Vale e do Dr. Luís Jerónimo, por toda a confiança, disponibilidade e apoio proporcionados para a efetivação do Projeto. Esperamos ter contribuído para o avanço do conhecimento científico e para a concretização das expectativas depositadas e da responsabilidade social e política que a todos assiste.

Aos **Centros de Investigação** a que temos a honra de pertencer os nossos agradecimentos aos dirigentes, colegas e funcionários que connosco partilharam este caminho de conhecimento e aprendizagem conjunta.

Que possamos continuar a percorrê-lo com a vossa presença amiga e competente.

A Todos e a Todas o nosso Muito Obrigada !

A Equipa CATALISE,
2 de agosto de 2016

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Índice de tabelas

- Tabela 1** – Princípios, dinâmicas e atividades principais dos projetos da Sustentabilidade.
- Tabela 2** - Estatísticas sobre o número médio anual de participantes nas atividades da iniciativa.
- Tabela 3** - Estatísticas sobre o número médio anual de colaboradores remunerados e de voluntários.
- Tabela 4** - Nível de implementação da prática económica “*Criação de condições de autossuficiência e desenvolvimento de condições de autossuficiência*” enquanto área de intervenção principal e respetivo cruzamento entre variáveis.
- Tabela 5** - Média de empregos criados nas iniciativas agrupadas por nível de implementação da prática “*Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado*”.
- Tabela 6** – “*Criação de emprego*” como área de intervenção principal entre os diferentes níveis de implementação da prática “*Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado*”.
- Tabela 7** – “*Criação de emprego*” como uma das áreas principais de intervenção entre os diferentes níveis de “*Criação de produções próprias de bens e serviços*” como resultado do trabalho da iniciativa.
- Tabela 8** - Percentagem de “*Utilização de fontes de receita que implicam participação: serviços de voluntariado, crowdfunding e/ou troca de bens e serviços*” entre os diferentes níveis de implementação da prática “*Participação dos membros no processo de construção da iniciativa*”.
- Tabela 9** - Relação entre a “*Estatuto Jurídico da iniciativa*” e “*Controlo democrático pelos próprios membros*”.
- Tabela 10** - Relação entre a “*Promoção da soberania alimentar*” e “*Agricultura*” como área de atuação principal.
- Tabela 11** - Relação entre “*Envolvimento na vida política local*” e realização de “*Parcerias com entidades governamentais, com outras entidades públicas locais e/ou redes locais*”
- Tabela 12** - Relação entre “*Participação no orçamento participativo local*” e realização de “*Parcerias contratuais com entidades governamentais, outras entidades públicas locais /ou redes locais*”.

Índice de figuras

- Figura 1** – A estrutura de um sistema de atividades humana.
- Figura 2** – Dimensões inter cruzadas do Projeto CATALISE: esquema síntese.
- Figura 3** - Processo de construção da mudança: Teoria do U

Índice de quadros

- Quadro 1** - Principais Obstáculos e Dificuldades (externas) sentidas pelas iniciativas.
- Quadro 2** - Principais Obstáculos e Dificuldades (internas) sentidas pelas iniciativas.
- Quadro 3** - Modelo Analítico das Experimentações Socioecológicas.

Índice de Gráficos

- Gráfico 1** - Ano de criação da iniciativa
- Gráfico 2** - Áreas de intervenção
- Gráfico 3** - Estatuto jurídico

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Gráfico 4 - Tipologia da iniciativa

Gráfico 5 - Forma de criação da iniciativa

Gráfico 6 - Distribuição das iniciativas no mapa

Gráfico 7 - Escala de atuação

Gráfico 8 - Espaço ocupado pelas iniciativas

Gráfico 9 - Frequência de contato com público-alvo

Gráfico 10 – Principais produtos, serviços e actividades desenvolvidos

Gráfico 11 - Utilização de tecnologias

Gráfico 12 - Forma de aquisição de recursos

Gráfico 13 - Peso relativo das fontes de receita no orçamento total

Gráfico 14 - Tipos de parcerias/ligações estabelecidas

Gráfico 15 - Frequência de colaboração nas parcerias

Gráfico 16 – Razões para integrar redes

Gráfico 17 – Nivel de implementação de práticas de dimensão social

Gráfico 18 – Nivel de implementação de práticas de dimensão económica

Gráfico 19 – Nivel de implementação de práticas de dimensão política

Gráfico 20 – Nivel de implementação de práticas de dimensão cultural

Gráfico 21 – Nivel de implementação de práticas de dimensão territorial

Gráfico 22 – Nivel de implementação de práticas de dimensão de gestão

Gráfico 23 – Nivel de implementação de práticas de dimensão do conhecimento

Gráfico 24 – Nivel de implementação de práticas de dimensão ambiental

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Índice

Sumário Executivo.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	13
Breve diagnóstico de “velhos” problemas e novas crises.....	14
Sinais e desafios de um mundo em transformação	19
O projeto CATALISE - <i>Capacitar para a Transição Local e Inovação Social</i>	20
Referenciais teórico-conceituais	21
1 - Campo de pesquisa	21
2 - Dimensões de análise e delimitação concetual	24
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	32
A – ESTUDO QUANTITATIVO.....	33
Passos metodológicos do Estudo Quantitativo	33
Apresentação dos dados quantitativos	34
4 - Perspetivas de futuro	55
Sumário dos principais resultados de caracterização	56
Discussão geral dos resultados do Estudo Quantitativo	57
5 – Perfis/tipos de iniciativas	59
Definição dos Casos de Estudo	68
B- ESTUDO QUALITATIVO	79
Passos metodológicos do Estudo Qualitativo	79
Apresentação dos resultados da análise qualitativa	81
Dimensão A – Ação estratégica dos atores	81
Dimensão B - Inovação Social	94
Dimensão C - Governança Partilhada	126
Dimensão D – Sustentabilidade	127
Dimensão E – Interioridade	148
Discussão geral dos resultados do Estudo Qualitativo	151
PARTE III ANÁLISE FINAL.....	154
Iniciativas Socioecológicas: Um novo Paradigma ou uma Ação “Pós Paradigmática”?.....	155
Obstáculos e constrangimentos (externos e internos) para uma “ação pós paradigmática”	157
Contributo para o delineamento de um “Modelo de Análise” de “Experimentações Socioecológicas”	160
Considerações Finais	162
Referências.....	167

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Sumário Executivo

O Projeto *CATALISE – Capacitar para a Transição Local e Inovação Social*, teve a duração de 17 meses e decorreu de julho de 2014 a dezembro de 2015. Na sua génese, pretendia responder a duas **finalidades** fundamentais: a) O aprofundamento do conhecimento sobre as “iniciativas de Economia Solidária e Inovação Ambiental e Tecnológica”, tendo em vista o respetivo mapeamento e o delineamento de um modelo de análise de inovação e sustentabilidade integral - ecológica, social e económica; b) A disseminação e (in)formação sobre as dimensões concetuais, operativas e axiológicas das iniciativas em epígrafe, incrementando o respetivo potencial de replicação e escalabilidade e desenvolvendo uma metodologia facilitadora desse processo.

Assumindo-se como um projeto de investigação-ação de tipo exploratório, o CATALISE recorreu a uma metodologia de investigação mista estruturada em **duas fases**. Numa primeira fase, tendo em vista a caracterização e mapeamento das iniciativas de economia solidária e de experimentação socioecológica, foi realizado um inquérito *online* a mais de 400 iniciativas distribuídas por todo o território nacional. Os dados recolhidos (embora se tenha verificado uma baixa percentagem de respostas) permitiram complementar o mapeamento pré existente da Rede Convergir (projeto integrado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, CCIAM) e efetuar uma análise tipológica (preliminar e a aprofundar em estudos posteriores) tendente à identificação de perfis ideais-tipo das diferentes iniciativas em análise. Na segunda fase do estudo (qualitativa), foram selecionados 10 casos de iniciativas com perfis distintos e procedeu-se a uma recolha intensiva e aprofundada de dados relativos à filosofia e operabilidade das mesmas. Para o efeito recorreu-se à técnica da entrevista semi-estruturada e à observação participante.

Em acréscimo o Projeto procurou assegurar, ao longo de todo o processo, dinâmicas de co-construção e discussão dos dados e produtos do Projeto, quer com consultores (experientes no conhecimento e intervenção no quadro destas iniciativas e em termos de influência política em instâncias internacionais), quer com os próprios participantes e representantes das iniciativas em estudo.

Das análises cruzadas destas diversas estratégias metodológicas destacam-se como **conclusões genéricas** as seguintes:

- a) Grande diversidade de perfis das iniciativas respondentes. Esta constatação, em linha com os dados recolhidos em muitos outros estudos no mesmo domínio, enfatizam a dificuldade de delimitação e de definição concetual clara do universo do terceiro sector em geral e da economia solidária em particular;
- b) Os níveis de enraizamento local são assumidos pelas iniciativas como relevantes e expressos nomeadamente na existência de parcerias e redes. Ainda assim, quando se analisam em concreto as práticas desenvolvidas e as dimensões que comportam,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



constata-se um grande predomínio de atividades direcionadas para o âmago da iniciativa, seja associadas a preocupações de autossuficiência e de reprodução de valores e conceções, seja em termos de gestão da iniciativa;

c) Em consonância com esta constatação, a dimensão política destas iniciativas parece centrar-se sobretudo numa preocupação de democraticidade interna, plasmada nomeadamente na horizontalidade do processo de tomada de decisões e explicitação conjunta da missão e dos valores da iniciativa;

d) No tocante à afirmação filosófica e identitária, as diversas iniciativas, embora com perfis muito diferenciados, enquadram-se genericamente numa perspetiva ancorada em valores de partilha, de confiança, de participação, de criatividade, de autonomia, de respeito e de abundância não mercantil;

e) Em termos de princípios de atuação foram sobretudo destacados: a descentralização (de sistemas e de prioridades), a cooperação com a natureza e com as pessoas, a superação do desperdício, a valorização de saberes diversos, a integração da dimensão interior das pessoas nas práticas e nas organizações, o compromisso com o desenvolvimento pessoal e territorial, a promoção do sentido crítico e de liberdade, a otimização e rentabilização dos recursos fundamentais;

f) A inexistência, na maioria dos casos, de um planeamento prospetivo e estratégico da ação é, de alguma forma, ancorado numa dimensão de informalidade, seja de cariz relacional, seja de cariz organizativo;

g) A existência de informalidade é, na ótica das próprias iniciativas, importante apenas num momento inicial de criação, de modo a proporcionar a liberdade e a flexibilidade necessárias a uma definição clara, partilhada e consequente da missão e da visão da iniciativa. No entanto, a superação da informalidade é também, de alguma forma, um pressuposto de aquisição de maturidade da iniciativa e da responsabilidade da mesma e dos seus membros de passar das intenções de mudança (quer interna, quer territorial, quer sistémica) às condições para a sua efetivação (“agir sobre o mundo”);

h) A existência de recursos, próprios (a maioria das iniciativas desenvolve processos de autossustentabilidade financeira, embora com dificuldades) ou derivados de parcerias, são reconhecidos como essenciais, pelo menos num momento inicial de criação, colocando-se a este nível, a estas iniciativas, desafios importantes no sentido de preservar a sua coerência axiológica perante necessidades de financiamento diversas, e revelando os constrangimentos e limitações, nomeadamente do ponto de vista legal, a que estão sujeitas;

i) Em termos de inovação social as iniciativas referenciam sobretudo elementos processuais para a respectiva classificação como “inovadoras”: cooperação e parcerias com os contextos e a população local; desenvolvimento de ferramentas participativas internas; articulação com a natureza; negação de determinados normativos avaliados

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



como inadequados; articulação entre linguagens e racionalidades diferenciadas (nomeadamente entre a linguagem científica e outras racionalidades);

j) Foram recolhidas evidências da construção de uma capacidade crítica e de aprendizagem permanente no âmbito da dimensão do conhecimento para uma Sustentabilidade Integrada;

l) A dimensão ambiental revelou-se limitada na maioria das iniciativas contactadas a práticas quotidianas de preservação ecológica sem um grande investimento em “tecnologias” alternativas com menores impactes negativos;

m) As relações de familiaridade e de confiança entre os diversos membros da iniciativa e da comunidade envolvente foram apontados como fatores essenciais de sustentabilidade e de ancoragem em práticas de mudança consistente.

Como **produtos** decorrentes do Projeto foram publicados: o “*Guia de Práticas de Transformação*” (ISBN: 978-989-99084-4-4) e o “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*” (ISBN: 978-989-20-6479-6), que podem ser consultados aqui: <http://redeconvergir.net/catalise>, e foi produzido o Filme-Documentário “CATALISE-Processo em Curso”, que pode ser visualizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=NuKcPGxmFJo>.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



INTRODUÇÃO

O presente **Relatório Científico** pretende apresentar e discutir, de forma necessariamente breve e sistematizada, as principais conclusões do estudo exploratório, quantitativo e qualitativo, desenvolvido no âmbito do *Projeto CATALISE – Capacitar para a Transição Local e Inovação Social*, de julho de 2014 a dezembro de 2015.

Na sua génese, o Projeto pretendia responder a duas **finalidades** fundamentais:

- 1 - O aprofundamento do conhecimento sobre as “iniciativas de Economia Solidária e Inovação Ambiental e Tecnológica”, tendo em vista o respetivo mapeamento e o delineamento de um modelo de análise de inovação e sustentabilidade integral - ecológica, social e económica;
- 2 – A disseminação e (in)formação sobre as dimensões concetuais, operativas e axiológicas das iniciativas em epígrafe, incrementando o respetivo potencial de replicação e escalabilidade e desenvolvendo uma metodologia facilitadora desse processo.

Desse modo, pretendia-se sobretudo contribuir para potenciar, em termos gerais:

- a) Dinâmicas de disseminação de conhecimento de proximidade relativo a iniciativas ou projetos de produção e/ou de distribuição de bens e serviços associados a valores de sustentabilidade ecológica, de economia social e solidária e de desenvolvimento comunitário (transição; permacultura; reconversão produtiva, ecovilas, comércio eco/solidário, entre muitas outras);
- b) A compreensão das dinâmicas de mudança e transição na relação com o meio e na interação entre seres humanos, bem como na relação com valores socioeconómicos dominantes que tais iniciativas/projetos podem preconizar;
- c) A identificação de respostas inovadoras, nomeadamente para problemas estruturais, como a pobreza ou o desemprego, mas sobretudo a identificação dos padrões que podem justificar ou não a classificação de “inovador”.

Assim sendo, as preocupações analíticas que presidiram ao projeto, cujas conclusões gerais ora se apresentam, foram pautadas por um conjunto de orientações que determinaram as escolhas de acesso ao terreno de pesquisa e o foco teórico-concetual para a sua delimitação e análise. Do mesmo modo, permitiram, em acréscimo, diferenciar o CATALISE de outros projetos de mapeamento de iniciativas de economia social¹ e de economia solidária², já anteriormente desenvolvidos.

¹ Como por exemplo, o *MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social*, desenvolvido pelo Instituto de Inovação e Empreendedorismo Social (IES). A equipa do CATALISE agradece à equipa do MIES a disponibilidade manifestada para a cooperação na primeira fase de desenvolvimento do CATALISE.

² De referir o projeto ECOS e outros desenvolvidos no âmbito de uma parceria transregional entre o Instituto de Acção Social dos Açores, a Cooperativa Regional Açoriana Cresaçor, a Direção Geral dos Assuntos Sociais das Canárias, o Instituto de Emprego da Madeira, a Direção Geral da Solidariedade Social de Cabo Verde e a Plataforma

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



As **orientações analíticas** que presidiram ao delineamento e execução do Projeto foram então as seguintes:

- O enfoque do mapeamento (decorrente do estudo quantitativo) centrado em iniciativas proponentes de um desenvolvimento alternativo ou complementar, orientadas por pressupostos de economia solidária (autogestão; cooperação; reciprocidade; redistribuição; solidariedade democrática; gestão democrática; emancipação social e paradigma ecocêntrico) e integralidade (atendendo à importância das diferentes escalas da vida humana, quer individual e coletiva, quer interior e exterior);
- Visou, por isso, analisar a dimensão da inovação e da sustentabilidade, integrando a dimensão ambiental, nomeadamente, o uso de recursos renováveis e a utilização de tecnologias com menos impactos negativos para o ambiente, e as dimensões social, económica e axiológica, nomeadamente por via da integração de “novos” valores e processos de produção e consumo e de consecução de “valor social”;
- Na mesma linha, procurou-se também analisar as preocupações de sustentabilidade numa ótica prospetiva, ou seja, como é que uma determinada “solução”, ainda que pareça produzir bons resultados no curto/ médio prazo, é ponderada em termos de impactes no longo/ muito longo prazo – o que preconiza uma utilização dos conhecimentos científicos de forma mais próxima dos contextos reais e numa perspetiva não meramente prudencial e conjuntural, mas essencialmente preventiva e/ou promocional;
- As iniciativas caracterizadas e mapeadas estarem enquadradas em dinâmicas *bottom-up*, não tendo necessariamente um enquadramento organizacional e uma estrutura formalizada, mas partindo, e valorizando, o conhecimento e potencialidades locais.

Esse saber local e partilhado foi potenciado pelo Projeto, servindo de base aos diversos produtos dele decorrentes e permitindo:

- a) Fundamentar recomendações políticas, sociais, educativas e económicas³;
- b) Partilhar e disseminar as experiências e conhecimentos, bem como o potencial de eficácia e de sustentabilidade de projetos já existentes, pela troca de aprendizagens e saberes (científicos e experienciais)⁴.

Nesta perspetiva, a par de uma dimensão descritiva e avaliativa foi sobretudo valorizada, no Projeto, uma lógica de investigação-ação, numa ótica de disseminação e co-construção de conhecimentos (Cf. *Relatório Final de Atividades do Projeto CATALISE*, 2016) sobre como intervir de forma mais sustentável, bem como na definição preliminar de modelos de análise de “boas soluções” de iniciativas de desenvolvimento alternativo.

das ONG de Cabo Verde.

³ Consultar o “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*” (ISBN: 978-989-20-6479-6), disponível em: www.redeconvergir.net/catalise

⁴ Consultar o “*Guia de Práticas de Transformação*” (ISBN: 978-989-99084-4-4), disponível em: www.redeconvergir.net/catalise.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



O presente Relatório visa apresentar as conclusões gerais do estudo desenvolvido no decurso de 17 meses e constitui-se como o ponto de partida para outros produtos científicos, a apresentar e publicar *a posteriori*, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos construídos e potenciar a sua difusão, esperando assim contribuir de forma concreta para a reflexão e discussão alargada sobre os desafios atuais e os possíveis caminhos de resposta⁵.

⁵ Refira-se desde já a apresentação dos resultados do projeto em duas iniciativas de âmbito internacional - *Third ISA Forum of Sociology* (July 10-14, 2016), em Viena e *22nd International Sustainable Development Research Society Conference*, em Lisboa (July 2016) - e em diversos eventos de cariz nacional (Cf. Relatório Final de Atividades).

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nesta **Primeira Parte do Relatório** procedemos a uma contextualização do estudo, quer apresentando um diagnóstico genérico das condições socioeconómicas atuais, que de alguma forma enquadram o surgimento de respostas alternativas e/ ou complementares por parte da sociedade civil, quer clarificando os conceitos basilares que nortearam a reflexão teórica e a delimitação concetual e empírica do Projeto. Nesta parte são também recordados os objetivos gerais que presidiram à conceção e execução do estudo.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Breve diagnóstico de “velhos” problemas e novas crises

A identificação e compreensão de dinâmicas e de respostas alternativas aos processos de desenvolvimento social e económico, que têm vindo a enraizar-se nos últimos dois séculos, adquire hoje uma relevância inequívoca perante a constatação da não perenidade dos recursos naturais e energéticos e da drástica diminuição de bem-estar, a par do aumento das desigualdades socioeconómicas globais.

São várias, e já bem diagnosticadas e reconhecidas, as evidências sobre os impactes do paradigma económico vigente na (re)produção de formas complexas de exclusão, precariedade e desemprego massificado. A dimensão do bem-estar humano encontra-se espartilhada, o que é visível na ausência, ou insuficiência, de políticas e intervenções verdadeiramente integradas, os valores socioculturais, inerentes à vida em sociedade, estão em processo de renegociação e os impactes no ambiente e nos sistemas ecológicos são, em muitos casos, irreversíveis.

O aumento (e aprofundamento) da pobreza e da exclusão social, do desemprego e da precarização do trabalho

Com efeito, de acordo com o relatório do Comité de Proteção Social da Comissão Europeia (2011), em 2010 foi registado um aumento de 23.4% de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE-27, o que significa que, nesta data, pelo menos 115.5 milhões de pessoas estavam nesta situação. Por outro lado, a profundidade das situações de pobreza e de exclusão social agravaram-se desde a crise iniciada em 2008, tendo sido registado, em 2010, o valor de mais de 345 000 pessoas a viver em situação de Privação Material Severa. Dados mais recentes do EUROSTAT (2015) demonstram que em 2013, 24.5% da população europeia (aproximadamente 122.6 milhões de pessoas na EU28) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 27.5%. Dados nacionais (INE, 2015), tendo em conta os grupos etários, salientam um aumento desta taxa nos diferentes escalões entre 2012 e 2013. Tanto para as crianças como para os adultos, entre os 18 e os 64 anos, a taxa de risco de pobreza de 2013 é a mais elevada dos últimos 10 anos.

Como demonstram diversos estudos (cite-se apenas a título de exemplo, o estudo coordenado por Hespanha *et al.*, 2007), o acesso ou não ao trabalho e o tipo de trabalho (sobretudo o seu nível de estabilidade ou de precariedade) condiciona fortemente o risco de pobreza. Na Europa, o aumento do número de casos de famílias com muito baixa intensidade de trabalho, a par do facto de 8.5% da população europeia trabalhadora ser pobre, reflete a atual degradação do mercado de trabalho e a incapacidade do sistema económico em garantir a sustentabilidade do emprego (EC-DGESAI, 2011). Em Portugal, entre a população empregada, os trabalhadores com contratos a termo certo apresentavam, no início da década, uma taxa de risco de pobreza bastante superior aos que têm um contrato sem termo (OD, s.d.). De acordo com o Banco Mundial, em 2010 a taxa de Emprego Vulnerável em Portugal, ou seja, o número de trabalhadores com família não remunerados e trabalhadores por conta própria representavam 18% da percentagem total de emprego (Alemanha e França – 7%; Espanha – 11%; Luxemburgo – 5%) (BM, 2012). Dados de 2015 revelam que em termos de *in-work poverty* os homens (9.4%)

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



são mais afetados do que as mulheres (8.5%). A situação é diferente quando estão em causa os trabalhadores jovens com idades entre os 18 e os 24 anos, sendo que neste caso são mais afetadas as mulheres (12.5%) do que os homens (10.7%). No conjunto de todos os grupos etários, é junto dos trabalhadores jovens que se encontra a taxa mais elevada de pobreza (EAPN, 2015).

Neste contexto, as conexões entre economia, sociedade e ambiente, permeadas pela dimensão política, constituem-se, nas atuais sociedades em mutação constante e imprevisível, como uma das questões mais problemáticas e complexas que as políticas públicas e os territórios, locais e globais, têm de enfrentar.

Para além da ação imediata sobre os efeitos: o urgente questionamento sobre a sustentabilidade dos pressupostos do desenvolvimento

O ponto nodal de reflexão sobre os pressupostos de um “desenvolvimento sustentável” é pois, desde logo, como assegurar o crescimento económico, que não pode ser descurado perante os flagrantes problemas de pobreza, de desigualdade e de desemprego, que permeiam o mundo atual, e a garantia de preservação de valores e de recursos essenciais para garantir as possibilidades de vida com qualidade para as gerações presentes e futuras.

A racionalidade subjacente àquele que se vem constituindo, há várias décadas, como o paradigma dominante na determinação de prioridades e na avaliação do desenvolvimento, é determinada sobretudo pelo enfoque em indicadores comparáveis de crescimento económico. O modelo de pensamento e de ação propugnado em tais abordagens centra-se de facto na ideia de que o Produto Interno Bruto (PIB) se constitui como uma medida adequada da qualidade de vida e da prosperidade (Jackson, 2009). Os níveis de progresso passam, assim, a ser determinados e apreciados em função de lógicas estritas de aumento ou diminuição do PIB numa determinada região. Na verdade, implicando a possibilidade de comparação, os valores do PIB contribuem para o incremento, ou diminuição, da chamada confiança dos mercados e, em consequência, do prestígio internacional, relevante num mundo globalizado e profundamente competitivo. Compreende-se assim a concentração de esforços no crescimento económico, por parte dos diferentes Estados, descurando muitas vezes, em consequência, a qualidade de vida e as condições reais das populações em situação de desvantagem socioeconómica e simbólica (por exemplo, pelo não acesso a cultura e educação de qualidade).

Um dos argumentos básicos invocados pelos defensores do paradigma de crescimento económico como um fim em si mesmo centra-se no chamado efeito *trickle-down* em economia (Sen, 1999), ou seja, na convicção de que os benefícios do crescimento económico em termos globais acabam por influenciar e melhorar a situação das populações e países mais pobres, sem necessidade de nenhuma medida concreta ou adicional nesse sentido.

Ora, os dados empíricos atualmente disponíveis permitem contraditar tal pressuposto de forma inequívoca, revelando a distorção estatística entre a experiência humana real e as leituras de muitos economistas, politólogos e especialistas em “desenvolvimento”.

Se tivermos em consideração, por exemplo, os dados revelados pelas Nações Unidas (FAO, 2010; 2012; UNAIDS, 2010; OMS, 2011; UNICEF, 2006; 2007; PMA, 2009) é possível constatar que aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não se alimentam o suficiente para

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



serem consideradas saudáveis. Isto significa que uma em cada sete pessoas no Planeta passa fome, o primeiro na lista dos dez maiores riscos para a saúde. Com efeito, o número de pessoas com fome aumentou nas últimas décadas, em comparação com o percentual da população mundial, sendo que mais de metade dos famintos do mundo, cerca de 578 milhões de pessoas, vive na Ásia e na região do Pacífico. A África enquadra mais de um quarto da população com fome do mundo, matando mais pessoas anualmente do que o Sida, a malária e a tuberculose em conjunto. Só entre as crianças menores de cinco anos de idade um terço das mortes nos países em desenvolvimento está ligado à desnutrição, quando, na verdade, são necessários apenas 25 centavos de dólar por dia para alimentar uma criança com todas as vitaminas e nutrientes de que precisa para sobreviver e crescer saudável.

Em acréscimo, de acordo com a projeção de dados estatísticos, presume-se que em 2050 as alterações climáticas irregulares conduzirão mais de 24 milhões de crianças à fome, das quais quase metade vivem na África Subsaariana. Tais números são ainda mais dramáticos se considerarmos que a fome atualmente é o único grande problema solucionável que o mundo enfrenta.

Ora, atendendo à definição de desenvolvimento humano do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (2010), de que para além do nível de rendimento, as pessoas devem poder “viver uma vida longa e saudável, obter educação e conhecimentos e desfrutar de um padrão de vida digno”, podemos afirmar que a procura de soluções para os problemas atuais devem procurar criar acesso a recursos e soluções que permitam a cada pessoa ter a liberdade de, mediante os seus saberes e aptidões, concretizar e aperfeiçoar da forma mais plena possível todo o seu potencial humano. Este desafio, associado à premente escassez de recursos naturais e sociais, exige soluções criativas e efetivas, que respondam às necessidades locais, contrariando medidas excessivamente centralizadas e distantes dos verdadeiros desafios sentidos.

O chamado paradigma dominante ancora-se pois num tipo de pensamento focalizado que não permite identificar e afrontar, de modo profundo, questões estruturais em termos de (não) desenvolvimento substancial. Desde logo, o enfoque do PIB não permite recolher informação sobre a real qualidade de vida das pessoas pobres, nem identificar grupos que estejam particularmente submetidos a situações de marginalização e privação no interior de países e territórios avaliados como desenvolvidos de acordo com índices mensuráveis (Nussbaum, 2012). Por exemplo estudos realizados na Índia, por Drèze e Sen (1997), mostraram que o incremento do crescimento económico não melhora necessária e automaticamente a qualidade de vida em dimensões tão importantes como a saúde ou a educação, nem tão pouco implica a intervenção e supressão, ou minimização, das causas das desigualdades.

Por outro lado, ao admitir que a pobreza e a exclusão social são um preço inevitável a pagar - os “custos de ajustamento” – e que, em última instância, tudo pode ser traduzido num valor económico, estamos diante de uma visão rígida da sociedade, sob a qual não existe possibilidade de um verdadeiro diálogo comprometido com o ser humano (Albuquerque & Rocha, 2013).

Evidencia-se pois a necessidade de novos pressupostos, de pensamento e de ação, que permitam ancorar modelos de desenvolvimento que considerem as pessoas como um fim em si mesmo e que ponderem, de forma holística e complexa, as finalidades, os processos e os

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



resultados, permitindo delinear um novo catálogo de prioridades e, em consequência, novas formas de intervenção e de avaliação (Nussbaum, 2012).

Melhorar a vida das pessoas exige assim uma agenda socioeconómica mais equitativa, decisões políticas inteligentes e a participação concreta dos indivíduos, no sentido de ultrapassar ciclos contínuos de ausência de oportunidades reais para grande número de pessoas e territórios em situação de pobreza e desvantagem social e económica. Por outras palavras, criar não apenas condições de acesso a recursos e serviços adequados, mas também reais oportunidades e possibilidades para a sua utilização e efetivação. Para tal é necessária a afirmação de uma ética global e de acordos internacionais, para que interesses individuais e corporativos não ditem o curso do desenvolvimento, bem como uma reorientação das políticas públicas, um pensamento renovado sobre o modelo civilizacional e a afirmação de cada indivíduo como agente político, ou seja, como alguém capaz de se revelar discursiva e operativamente no espaço público (Schmidt & Guerra, 2010).

A União Europeia tem vindo a incentivar, sob tais pressupostos, embora com resultados práticos limitados na vida das populações, iniciativas que permitam conciliar o social, o económico e o ecológico de forma coerente. O reconhecimento de que a Estratégia de Lisboa, embora tenha produzido maiores níveis de crescimento falhou na produção de respostas adequadas para as questões sociais prementes que afetam a Europa e o mundo, serviu de base para a definição de uma nova estratégia de desenvolvimento (Estratégia 2020) que se propõe integrar, de forma flexível e concreta, questões económicas, sociais, ambientais e tecnológicas (Albuquerque & Rocha, 2013). A “*Agenda Social Renovada*” (Comissão Europeia, 2008) redefiniu por isso a necessária modernização das políticas sociais europeias em torno de três princípios: oportunidade, acesso e solidariedade, nomeadamente, promovendo, a par de incentivos às iniciativas de emprego local e pactos territoriais para o emprego, novos modos de governança facilitadoras da participação e da eficácia, e reconhecendo o *empowerment* social como um dos principais guias do crescimento económico (BEPA, 2010).

Alterações climáticas: uma nova incerteza a considerar

As alterações climáticas ocorrem devido a duas causas principais: causas naturais (variações da luminosidade do sol e dos parâmetros que definem a órbita da Terra em torno do sol) e causas antropogénicas, nomeadamente as alterações causadas na composição atmosférica por motivo da queima de combustíveis fósseis e de alterações no uso dos solos, em particular a desflorestação (SIAM, 2002). Sabe-se hoje também que os impactes das alterações climáticas, se traduzem em efeitos adversos sobre os sistemas ecológicos, sociais e económicos da União Europeia (UE). Diversas iniciativas e estudos têm sido realizados na Europa com o objetivo de produzir uma base sólida de conhecimentos sobre os impactos das alterações climáticas. Destes estudos e da literatura científica emerge o conceito de adaptação como sendo um “problema de tomada de decisão multi-escalar e multi-sectorial, caracterizado por uma enorme incerteza quanto aos impactos precisos das alterações climáticas”⁶ (Projeto BASE, p.1). Esta incerteza dificulta a tomada de decisão política e condiciona o sucesso das medidas preconizadas. Alguns dos elementos críticos que causam estes efeitos são a dispersão e insuficiência de

⁶ Tradução livre dos autores.

conhecimento integrado e lacunas na investigação sobre respostas humanas às alterações climáticas e políticas de adaptação, por exemplo⁷.

Assim, o desafio consiste em criar medidas políticas e estratégias coerentes e eficazes, que atendam às especificidades das diferentes escalas (nacional, regional e local), harmonizando as estratégias *top-down* com os processos *bottom-up*. Os processos *bottom-up* são geralmente caracterizados por partilha de conhecimento, co-desenho de decisões locais entre cidadãos, *policy makers* e outros atores; implementação real de medidas de adaptação promotoras de sustentabilidade, um *feedback* constante e a participação em estratégias e ações de implementação *top-down* em diversas áreas sectoriais de intervenção das políticas: água, energia, segurança alimentar, bem-estar social e economia (consultar a este propósito o EU *White Paper on Adaptation*, 2009).

O debate económico sobre as alterações climáticas é frequentemente formulado em termos de cenários, enquanto as iniciativas de desenvolvimento local alternativo não trabalham com cenários mas sim com “visões” e ações que as concretizam. Do mesmo modo, as opções politicoeconómicas de adaptação são avaliadas em termos dos seus benefícios, pelo que uma das questões críticas que emerge é como avaliar as desigualdades causadas pelos impactes, ou seja, como estimar os potenciais aumentos das desigualdades sociais e ambientais associadas a diferentes caminhos de adaptação. Assim, é importante ter em conta as diferenças na distribuição de rendimentos e preferências e agregar processos de capacitação (individual e comunitária) e constituição/ promoção de oportunidades de desenvolvimento e mudança em contextos diferenciados.

Em Portugal o cenário das alterações climáticas assume contornos delicados uma vez que estudos prospetivos indicam a região mediterrânica como uma das mais afetadas a nível global, sendo o nosso país um dos mais vulneráveis da Europa face aos impactos das alterações climáticas: em resultado da ocorrência de eventos climáticos e meteorológicos extremos e da diminuição da precipitação anual, prevê-se a ocorrência de ondas de calor, secas, cheias e o aumento do nível do mar, fenómenos com consequências adversas sobre sectores como a agricultura, o turismo, recursos hídricos, florestas e saúde (SIAM, 2002).

Contudo, apesar deste cenário, o percurso da política nacional portuguesa ao nível ambiental, e em particular ao nível climático, revela-se descontínuo e insuficiente, movido sobretudo por força de pressões externas em detrimento de uma linha programática interna consistente (Carvalho *et al.*, 2013). As iniciativas governamentais têm sido desenvolvidas numa lógica de cima para baixo (*top-down*) com uma marcada ausência de integração institucional das políticas criadas, fatores que têm inibido a participação ativa da sociedade civil e a disseminação alargada de informação junto das populações (*idem*).

Por outro lado, estudos feitos nas últimas duas décadas retratam uma relação peculiar da população portuguesa com o ambiente: “*deve haver informação mas as pessoas não tomam iniciativas para a obter. É preciso preservar o ambiente mas são escassas as ações nesse sentido. São bem vistas as associações de defesa ambiental mas poucos nela se inscrevem*” (Almeida, 2004, p.379). Assim, se por um lado, os portugueses consideram que a construção de soluções para os problemas ambientais depende da mudança de comportamentos da sociedade em

⁷ Sobre esta problemática, o CCIAM lidera um projeto designado INCERTAINTIES4, financiado pela FCG.

geral (incluindo atores políticos), por outro, a retração da iniciativa e o geral desconhecimento traduzem-se numa das áreas com menor expressão associativa no país. Tal cenário é agravado pelo reduzido desenvolvimento de iniciativas e de recursos governamentais dedicados a medidas neste âmbito, como confirma a fraca expressão que a iniciativa Agenda21 teve em Portugal (Schmidt *et al.*, s.d.).

Por fim, a economia global ancorada em fluxos complexos de capitais e trocas comerciais tende a privilegiar uma lógica meramente macro que, em última instância, destrói ou opacifica as dinâmicas locais. A compreensão e incremento das dinâmicas micro e do conhecimento de base constitui-se assim como um elemento crucial na promoção de iniciativas inovadoras e com potencial de transformação, pessoal e social, face à desagregação dos referenciais integradores do passado e à instalação da incerteza como única norma. De modo consequente, o conhecimento de base local permite clarificar pressupostos passíveis de redimensionar as políticas públicas numa ótica de integralidade e perspetivar as possibilidades de disseminação das iniciativas no sentido de promover a reconstrução de processos de desenvolvimento e de capacitação, que não descurem a componente integral do ser humano e do bem-estar.

Sinais e desafios de um mundo em transformação

Sob tais pressupostos, novas experimentações de raiz local assentes em novos valores, novas orientações estratégicas e aprendizagens contínuas pela experiência situada estão a adquirir forma em diversos territórios um pouco por todo o mundo. Conceitos como “*localization*” (Hines, 2000), “*transition towns/ Transition Initiative*” (Hopkins, 2008), permacultura (Holmgren & Mollison, 1978; Mollison, 1988; Holmgren, 2002), economia de partilha (*sharing economy - coworking, rideshare, cohousing, collaborative consumption, sharable, etc...*), entre muitos outros, consubstanciam práticas, projetos e movimentos locais, de base rural e urbana, ancorados em princípios de participação *bottom-up*, de governança local, de inovação, de cooperação e de resiliência comunitária.

Porém, o conhecimento aprofundado do nível de eficiência, eficácia e sustentabilidade de tais iniciativas, bem como dos fatores de transversalidade e de diferenciação entre elas é muito escasso, nomeadamente acerca das suas propostas axiológicas e respetivas práticas, dos impactes alcançados nos contextos locais onde operam e dos processos de interação que estabelecem com outros atores sociais. Por outro lado, desconhece-se a existência de preocupações ao nível ambiental, em particular sobre a criação de respostas às alterações climáticas, por via, por exemplo, do uso de energias renováveis e outras tecnologias sustentáveis.

Em consequência desta relativa opacidade, a partilha de aprendizagens decorrentes de tais experimentos ou projetos e a consequente possibilidade de disseminação de resultados e práticas encontra-se pouco assegurada.

Uma vez que a globalização neoliberal tem revelado efeitos perversos em inúmeras dimensões e, como tal, é posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas económicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, atribuam conteúdo específico às propostas de uma globalização contra-hegemónica (Santos, 2006). Em segundo lugar, a reinvenção de formas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



económicas alternativas, e complementares, durante o processo de transição, é urgente. De facto, a viabilidade de tais alternativas, pelo menos a curto e médio prazo, depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do atual capitalismo.

O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que se têm vindo a formular e a praticar um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização económica baseadas na equidade, na solidariedade e na proteção (ou mesmo regeneração) do meio ambiente. Essas possibilidades incluem formas de conceber e organizar a vida económica, que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, assentes em princípios não capitalistas, ou que apontam, inclusivamente, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas.

O Projeto CATALISE - *Capacitar para a Transição Local e Inovação Social*

A pertinência do projeto CATALISE radica pois num maior conhecimento dos processos e estratégias de valorização e potencialização dos recursos naturais e locais, onde se enquadra necessariamente o conhecimento produzido pelas populações e pelos agentes que, nos diferentes territórios, efetivam lógicas de desenvolvimento e governança local.

Partindo do diagnóstico anterior e da constatação da reduzida e dispersa informação existente sobre soluções emergentes no terreno, o projeto CATALISE foi construído sobre diferentes pressupostos, levantando as seguintes **questões gerais**:

Que práticas estas iniciativas desenvolvem?

Que valores propõem?

Qual a sua capacidade em mobilizar essas aprendizagens para as comunidades locais em que se inserem?

Integram preocupações com problemas como a pobreza, o desemprego e as alterações climáticas?

Estas iniciativas são replicáveis noutros contextos?

Que dinâmicas de avaliação, de si próprias, dos contextos onde operam e das práticas que efetivam, são asseguradas?

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Referenciais teórico-conceituais

Partindo do quadro anterior de diagnóstico e em função dos objetivos propostos para a investigação, foram assumidas diferentes dimensões de análise que permitissem construir um quadro de indicadores suficientemente abrangentes para facilitar uma aproximação exploratória ao campo de pesquisa, atendendo à diversidade de linguagens, culturas, abordagens e conceitos existentes no terreno.

1 - Campo de pesquisa

a) Economia Solidária

Ao longo das últimas décadas, a Economia Solidária (ES) tem afirmado a sua validade enquanto conceito científico e tem conquistado reconhecimento político e institucional à medida que aprofunda o seu contributo para a compreensão dos desafios económicos e sociais atuais. Surge associada a uma abrangente diversidade de temas e práticas que comportam como eixo transversal *“as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (...) o que implica uma perspetiva sistémica, e não meramente social (...), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro”* (Roque Amaro, 2009, p.17).

Em consonância com a perspetiva advogada por Karl Polanyi (2000), a ES constitui-se como um projeto económico plural ancorado em três tipos de princípios:

- a) O Princípio da Reciprocidade (não mercantil) que considera a economia como um meio para dar substância às relações sociais. A reciprocidade é o princípio identitário da economia solidária, o seu ADN;
- b) O Princípio da redistribuição de recursos que concebe o acesso aos recursos mobilizados por uma autoridade central (Estado) para fins de bem comum;
- c) O Princípio da economia de mercado que entende a venda e prestação de serviços no mercado como forma complementar e subordinada ao primeiro princípio, logo, não se assumindo nunca como atividade para fins lucrativos, mas sim como atividade de reforço do princípio da reciprocidade, sob o pressuposto de que as pessoas são mais importantes que o capital.

Assim sendo, a ES concebe-se como projeto político e projeto social - projeto político já que comporta organizações fomentadoras, interna e externamente, da democracia; promotoras e produtoras de processos democráticos (o papel das associações é, sempre que possível, trazer a discussão para o espaço público e retirá-lo dos escritórios do poder). Por outras palavras, radica num princípio da solidariedade democrática, praticado, internamente, através de princípios de gestão democrática (regresso às origens do cooperativismo) e externamente, através do princípio da animação democrática no espaço público (ex. orçamento participativo). Projeto social, porque ancorada em princípios de emancipação social e de autonomização em oposição à filantropia assistencialista da economia social. Logo, incide mais na luta contra as desigualdades do que na luta contra a pobreza.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



A ES comporta, nesta perspetiva, os seguintes pressupostos:

- *Domesticidade*, economia doméstica da família: não mercantil e não monetária; todos os membros participam e todos os membros beneficiam;
- *Reciprocidade*: não mercantil e não monetária; baseada na comunidade, na ação coletiva, no interesse comum; baseada no “dom” (dar sem esperar receber; receber sem dar); sem retribuição obrigatória e quando existe não tem de ser igual valor nem imediata no tempo; princípio da solidariedade democrática (formal e informal), assente numa base antropológica - culturas de partilha de responsabilidade e resistência às iniquidades
- *Responsabilidade*: todas as pessoas se sentem socialmente comprometidas; responsabilidade social não mercantil.

Nesta perspetiva, propõe-se a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, expressando-se mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários e promovendo a solidariedade entre os membros das iniciativas, pela criação de vínculos sociais de reciprocidade como fundamento das relações de cooperação. Manifesta-se, nesta ótica, sobretudo a persistência de sistemas de vida que não separam as relações económicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas (Cunha e Santos, 2011). Por outro lado, a ES distingue-se da Economia Social sobretudo pela afirmação de um projeto económico mais forte, assumido e plural, pela revalorização do projeto político em que procura aprofundar a democracia participativa (face à crise da democracia representativa), na recusa de uma deriva assistencialista e filantrópica do projeto social e tendo uma origem multicultural assumida.

O conceito tem conhecido distintas interpretações, intimamente ligadas ao enquadramento social, económico e político dos contextos em que surgem. De acordo com Roque Amaro (2009), é possível identificar três grandes correntes interpretativas: a francófona, a mais antiga e próxima à Economia Social; a ibero-americana, com forte influência de movimentos populares ligados à cultura índia, aos camponeses sem terra e às favelas; e a da Macaronésia, com origem nos Açores e que propõe um alargamento dos domínios da ES, assente na concretização agregada de várias dimensões (idem).

De acordo com esta última perspetiva, a Economia Solidária é definida como “*a economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz*” (Roque Amaro, 2009, p.22). Precisamente porque propõe uma conceção mais integrada e ecocêntrica, considerando em igual importância as dimensões ambiental e ecológica. O Projeto CATALISE adotou este conceito de ES como um dos seus eixos transversais.

b) Experimentação Socioecológica

À medida que a perceção da complexidade e profunda interligação entre os grandes desafios atuais aumenta (aumentando também, como já vimos anteriormente, o grau de incerteza quanto às suas relações e efeitos), cresce igualmente a necessidade de cruzar diferentes

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



disciplinas do saber, na tentativa de construir uma maior inteligibilidade sobre os mesmos. Exemplos interessantes são a exploração crescente de conceitos como a “resiliência social”, vindo o primeiro da física, hoje estudado nas ciências sociais para compreender os fatores e condições que influenciam a capacidade das comunidades humanas em responder a choques como eventos inesperados originados pelas alterações climáticas ou por crises financeiras (Adger, 2000), assim como a análise dos processos de transição entre sistemas socioecológicos e sistemas tecnológicos, em processos de governança (Smith & Stirling, 2010).

Por outro lado, os autores Per Olsson e Victor Gallaz (2012) desenvolvem a noção de “inovação socioecológica” para se referirem às mudanças sistémicas que podem ocorrer pela capacidade dos ecossistemas de gerar serviços promotores de bem-estar humano, onde noção de “socioecologia” traduz o foco accional e as finalidades das iniciativas. Como afirmam os autores, considerar apenas a dimensão social não permitirá guiar a sociedade para fins sustentáveis. Muitas mudanças podem ser promovidas sem que haja uma verdadeira aprendizagem a partir delas ou sobre elas. Melhorar a capacidade de aprendizagem dos contextos sociais é pois essencial numa perspetiva de sustentabilidade e inovação social. Para tal é necessário considerar o *feedback* dos sistemas ambientais complexos. Por exemplo, a mera redução de consumo de combustíveis fósseis pode diminuir os impactes sobre as alterações climáticas, mas pode também, em consequência destruir o uso da terra e da biodiversidade consoante as soluções alternativas que venham a ser ponderadas e implementadas. O pensamento articulado, complexo e a longo prazo tem pois de presidir às (novas) práticas que se querem produtoras de valor social e verdadeiramente sustentáveis.

Por outro lado, não estando assegurada a garantia da transferência e apropriação dos conhecimentos produzidos por estas iniciativas, torna-se fundamental compreender as dinâmicas processuais que subjazem às tentativas de implementação, de teste e de erros cometidos, na interface entre as finalidades que as iniciativas assumem como missão e as possibilidades reais de concretização perante os diversos constrangimentos do terreno. O uso do conceito de experimentação socioecológica pretende, assim, traduzir esta ideia: a articulação necessária entre sistemas sociais e opções ambientais, promovendo a aprendizagem em ação dos impactes cruzados das diversas opções sociais e ecológicas. O cruzamento entre linguagens científicas e experiências de terreno é pois essencial e encontra-se subjacente à filosofia e à delimitação do terreno e das abordagens analíticas adotadas no Projeto CATALISE. A noção de experimentação associada a este conceito pretende, assim, traduzir sobretudo a aprendizagem em ação que tende a caracterizar o universo das iniciativas estudadas pelo Projeto CATALISE.

Pretende-se também, com o uso da noção de experimentação, evocar e mobilizar a cultura de aprendizagens e conhecimentos construídos por via de outros projetos importantes no campo do desenvolvimento de metodologias socioeconómicas inovadoras, como é o caso do projeto “EQUAL – de igual para igual”. Em particular, a comunidade de prática dedicada à “Animação Territorial” que permitiu documentar várias experiências em Portugal que comportam vários dos pressupostos que se pretende analisar no Projeto CATALISE.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



2 - Dimensões de análise e delimitação concetual

a) Inovação Social

O debate acerca da inovação social (IS) no seio das ciências sociais é recente, sendo um campo em construção e que coloca alguns desafios na definição do conceito e à correção no seu uso (Moulaert, 2009; Mulgan, 2012)⁸. De acordo com alguns dos autores que têm estudado este tema (Lévesque, 2005; André & Abreu, 2006; Murray, 2010; Moulaert, 2005), o conceito surge para responder a uma aspiração; satisfazer uma necessidade; encontrar novas soluções e transformar as relações sociais, reforçando-as. São então novas ideias (podendo traduzir-se em produtos, serviços e modelos) que visam responder aos desafios da sociedade contemporânea e construir novos sentidos, novos padrões de organização e funcionamento social, que permitam fomentar um novo sentido de alteridade e aumentar a capacidade de agir sobre a sociedade.

Apesar da grande diversidade de conceitos e práticas, é possível identificar três grandes dimensões interinfluentes que, no âmbito do projeto CATALISE, assumimos como fundamentais: i) a satisfação de necessidades básicas ainda não satisfeitas ou respondidas de forma insatisfatória (dimensão do conteúdo/produto); ii) as mudanças ao nível das relações sociais, em especial de governança, com uma forte valorização da participação dos grupos sociais mais vulneráveis (dimensão processual); iii) o aumento da capacidade sociopolítica e do acesso aos recursos necessários à satisfação dos direitos humanos e à concretização da participação (dimensão *empowerment*). Outros autores apontam também como característica elevar a capacidade humana de agir na resolução de problemas por via do *empowerment* e/ou do fomento de capital social (Martinelli et al., 2003 apud André & Abreu, 2006).

Uma conceção particularmente importante no âmbito do CATALISE é a de Moulaert (2012), para quem a IS emerge para dar resposta a necessidades através da transformação das relações sociais, em particular, na sua dimensão espacial. Deste modo, tem em consideração os sistemas de governança que orientam e regulam a alocação de bens e serviços existentes nos territórios e também as relações de reprodução e trocas ao nível das identidades e culturas com base nos lugares e espaços.

Assim, a análise do potencial inovador das iniciativas em estudo implicou valorizar a dimensão socio-política da sua ação, pois que a *“inovação social é com frequência localmente ou regionalmente específica, ou/e espacialmente negociada entre agentes e instituições que têm uma forte afiliação territorial”*⁹ (Moulaert, 2012, p.12). No sentido de reforçar e aprofundar esta componente política e territorial, foi também trabalhada a proposta do conceito de *“Governança Partilhada”* (Roque Amaro, 2011), apresentada posteriormente neste capítulo.

Compreender o potencial inovador das iniciativas e a sua relação com os contextos em que emerge, e destacar conhecimentos e práticas que possam ser transferidos para outros contextos, implica também compreender os processos pelos quais a inovação se constrói. Nesse

⁸ Ao longo das publicações *“Caderno de Recomendações Sociais e de Política”* e *Guia de Práticas de Transformação”* são indicadas várias referências que permitem aprofundar o estudo deste conceito.

⁹ Tradução livre dos autores.

sentido, o projeto CATALISE pretendeu *mapear* as diferentes fases e elementos desses processos, utilizando como referência as propostas de Murray (2010) e André e Abreu (2006).

b) Da Sustentabilidade à Sustentabilidade Integral

Em meados do século XX, no âmbito da economia do desenvolvimento, surge o termo “sustentado” associado ao processo de desenvolvimento assente num crescimento económico ilimitado que, por si só, garantiria a geração de benefícios de bem-estar e a gradual melhoria das situações de pobreza. Porém, sobretudo com a grande crise económica dos anos 70, agudizada pelo pico do petróleo, surgem evidências sobre as insuficiências daquele modelo linear de desenvolvimento e irrompe a discussão sobre a sua “insustentabilidade” para a manutenção da vida na Terra. Em 1987 o célebre Relatório de Brundtland inaugurou o conceito de *desenvolvimento sustentável*, trazendo para a discussão a dimensão ambiental da sustentabilidade, em contraponto à visão estritamente economicista que não tinha em atenção a escassez dos recursos naturais, antes considerando-os como simples *externalidades* que em nada tinham que ver com as equações económicas. Deste modo, tomam-se em consideração que as necessidades das gerações atuais não podem comprometer a satisfação das necessidades das gerações do futuro. Na Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, é valorizada a componente ambientalista da sustentabilidade (Roque Amaro, 2009; Schmidt e Valente, 2004).

Dez anos depois, no Rio + 10, em 2002, Joanesburgo, o conceito é reformulado propondo agora uma maior integração de três objetivos societais: o crescimento económico; a preservação ambiental e a coesão social. Com este novo marco, sustenta-se que o Desenvolvimento Sustentável seria aquele que compatibiliza a justiça social e a equidade de acesso de todos e todas à satisfação das suas necessidades básicas e às oportunidades de Desenvolvimento e aquele que atende às necessidades das gerações futuras através da preservação dos recursos naturais, sem negar o crescimento económico. Mais recentemente, a propósito COP21 (Conferência das Partes), em Paris, que retificou os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e celebrou um acordo mundial histórico para fazer face aos efeitos das alterações climáticas. Todavia, são 17 objetivos a cumprir e, atendendo ao ritmo lento expectável de apropriação pelas medidas preconizadas de cima para baixo (*top-down*) pela população em geral e ainda à rápida velocidade das transformações geopolíticas e económicas e de eventos inesperados, tais iniciativas podem incorrer em exercícios incapazes de ultrapassar a retórica (Schmidt & Valente, 2004).

Hoje é ainda mais evidente a dimensão sistémica das múltiplas crises mundiais. Perante este cenário de relações intrincadas entre as causas e os efeitos dos aspetos climáticos, ecológicos, sociais, culturais e económicos dos diversos problemas, é cada vez mais premente desenvolver visões estratégicas e ações de carácter holístico e integrado, capazes de conciliar as múltiplas dimensões da vida humana e todos os sistemas em que ela se insere.

Neste sentido, partindo da experiência acumulada a partir do Projetos ECOS (2007-2013) e outros no âmbito de organizações e iniciativas de economia solidária, Roque Amaro (2011) propõe uma perspetiva de sustentabilidade mais completa, porque integra mais dimensões e assume a necessidade de um desenvolvimento holístico. Se por um lado as iniciativas deverão

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



contribuir para a construção da sustentabilidade, no sentido lato, no mundo, por outro, elas deverão ser igualmente capazes de enfrentar os desafios à sua sustentabilidade interna (organizacional, institucional) e assegurar a sua viabilidade e sustentação no tempo, para que consigam gerar mudanças sistémicas duradouras. De uma forma geral, admite-se que o Desenvolvimento só será Sustentável se garantir a “Sustentabilidade da Vida (incluindo da Humanidade)” (*idem*, p.165), por via de uma *Sustentabilidade Integrada*, perseguindo princípios e cumprindo objetivos e dinâmicas de acordo com os evidenciados na Tabela 1.

De uma forma geral os pressupostos apresentados anteriormente têm que ver com aspetos relacionados com a cultura, os macro sistemas sociais, e o meio ambiente. No entanto, existem outras escalas e dimensões que pautam o comportamento dos indivíduos, dos grupos, das organizações, dos ecossistemas, etc. Autores que têm trabalhado a perspetiva Integral (Brown, 2005; O’Brien e Hochachka, s.d.; Hargens-Esbjörn, 2009) propõe a compreensão da realidade por via de análises mais sistémicas, sob o ponto de vista de quatro dimensões (cruzadas sob a forma de um quadrante) que consideram fundamentais para avaliar qualquer elemento ou sistema: individual, coletiva, exterior e interior (Brown, 2005). Assim, as questões individuais subjetivas, de moral, ética e espiritualidade são tão importantes quanto as questões mais materiais do comportamento. As questões coletivas como a identidade cultural, a comunicação e a educação, são tão importantes quanto a utilização e o desenvolvimento da tecnologia, o desenho do sistema financeiro-económico, assim como as estruturas de produção e de consumo (energia, alimentos, materiais de construção, etc.).

Uma das dimensões mais subtis e com frequência ignorada na equação da construção de soluções para a sustentabilidade tem sido apontada por vários autores (Macy, 2014). Hopkins (2008), ao elencar os princípios do processo de transição para uma sociedade pós-carbono admite três ferramentas fundamentais: as mãos, a cabeça e o *coração*. Na visão do autor, a geração de visões positivas para o futuro que aumentem o sentimento de *empowerment* das comunidades (através da geração de novas histórias, novas visões do futuro); a promoção da inclusão e da recetividade dentro da comunidade; a partilha e o trabalho em rede; e a auto-organização e descentralização dos processos de decisão, como princípios basilares para construir a resiliência da comunidade, têm de reconhecer, também, a necessidade de uma transição pessoal e interior. Ou seja, reconhecer e compreender a dimensão psicologia da mudança.

Que papel poderá ter a subjetividade individual, no seu plano emocional, cognitivo e axiológico na construção de uma sustentabilidade integral?

Esta é uma questão inteiramente aberta no âmbito do Projeto CATALISE, não se pretendendo encontrar respostas aprofundadas para a mesma (atendendo inclusive à dimensão exploratória e abrangente do Projeto) mas abrir pistas para a reflexão sobre como poderá ser o desenho de uma Sustentabilidade Integral.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Tabela 1 – Princípios, dinâmicas e atividades principais dos projetos da Sustentabilidade.

	Projeto económico	Projeto Social	Projeto político	Projeto cultural	Projeto ambiental	Projeto territorial	Projeto de gestão	Projeto de conhecimento
Princípio subjacente:	- Segurança Económica:	- Coesão Social	- Regulação ou Governança Partilhada e Integrada	- Interculturalidade	- Preservação e valorização ambiental	- Coesão territorial	- Gestão democrática	- Capacidade de crítica e aprendizagem permanente
Dinâmicas e objetivos	- Conjuguar ou articular uma pluralidade de princípios económicos (o princípio da reciprocidade não mercantil; o princípio da redistribuição de recursos, o princípio do mercado; e o princípio da Economia Doméstica); - Produzir e/ou comercializar bens e serviços; - Criar empregos; - Distribuir rendimentos, Satisfazer necessidades (consumos), gerando poupanças e realizando investimentos, o fazem	- Dar prioridade à contratação de pessoas excluídas ou desfavorecidas no mercado de trabalho; - Responder a necessidades não satisfeitas no mercado (por ausência de poder de compra); - Contribuir para a luta contra a pobreza e a exclusão social; - Respeitar e promover a Igualdade de Oportunidades e, em particular, a de Género	- Aplicar o princípio da Gestão (Democracia Participativa Interna); - Dinamizar a Participação no espaço público pertinente (Democracia Participativa Externa); - Aderir a dinâmicas de parceria, com o Estado e as Empresas, na regulação dos problemas da sociedade (Regulação Partilhada)	- Promover os Diálogos Interculturais ativos, abertos e fertilizadores de ambas as partes, incentivando a diversidade cultural no seu seio; - Desenvolver atividades culturais e, sobretudo, interculturais e valorizando as culturas, o património e as identidades locais	- Assegurar que as gerações futuras terão acesso aos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e aos serviços ambientais; - Utilizar, preferencialmente, energias renováveis e produtos da agricultura biológica; Aplicar os princípios dos 3 R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar); - Investir no Turismo Ecológico; - Assumir, genericamente, uma nova relação de respeito pela Natureza, como «parceira» e não como «dispensa» do sistema económico	Reativar as zonas rurais abandonadas e desprezadas, na presença nos «ghettos» urbanos e suburbanos de pobreza e exclusão social e na dinamização das zonas ribeirinhas, costeiras e insulares ameaçadas pela subida dos níveis dos mares, em virtude das alterações climáticas, em articulação íntima com os objetivos e as dinâmicas do Desenvolvimento Local - Contratação preferencial de pessoas locais, na opção pelas ligações com a economia local e na valorização do património, da cultura, das identidades e do ambiente locais	- Criação e desenvolvimento de novos modelos e instrumentos de gestão, adequados aos princípios da Economia Solidária, em domínios onde é fundamental propor e praticar a diferença, sendo por exemplo: -A Gestão das Pessoas e dos seus Comportamentos; - Incentivos e Talentos; - Gestão das Relações com os Fornecedores e os Clientes; - Os Sistemas de Comunicação e Visibilidade - Os Sistemas de Monitorização e Avaliação Integrada	- Mobilizar o conhecimento de base indutiva, ou seja, percecionado de construído pelos atores, a partir das suas experiências e vivências, como pilar principal de uma Capacidade Crítica, de uma Aprendizagem Permanente e de uma Inovação do Conhecimento

Fonte: Adaptado de Roque Amaro, 2011, pp.165-169.

Nova Ética (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica)

Complementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



c) Governança Partilhada

O declínio do modelo moderno de Estado e da sociedade industrial, a par da desregulamentação do sistema monetário internacional e dos dois choques petrolíferos ocorridos nos anos 70 do século XX, convergiram num processo de reestruturação económica e sociopolítica com implicações concretas sobre o desenvolvimento dos territórios e sobre as condições de exercício da democracia.

Por outro lado, a crise de relacionamento entre os cidadãos e as instituições de governo, visível na erosão das formas tradicionais de participação política e na descrença e desconfiança dos cidadãos (devido à perceção de casos de corrupção e ao distanciamento das instituições), torna premente a necessidade de repensar o significado da cidadania e também as escalas e formas de participação dos cidadãos nos seus próprios territórios. Neste contexto de mudanças, emergem propostas para uma “governança”, enquanto forma de exercício de “governança” que se demarca de «um paradigma de “governo” (estatal, vertical, hierárquico, burocrático) para um outro», que ao integrar uma maior abrangência de atores, consubstancia-se numa «coordenação horizontal e vertical entre múltiplos atores – públicos, privados e associativos – envolvidos em projetos comuns» e com uma co-responsabilização contratualizada sob a forma de parcerias e redes.

Tais propostas implicam profundas transformações na cultura organizacional e no funcionamento das instituições públicas, mas também uma cultura diferente de relação entre a sociedade civil, o Estado e outros atores implicados no desenvolvimento dos territórios. Havendo já diversas experiências precursoras de governança, existem reflexões críticas que apontam como principais desafios à sua operacionalização: a tendência das instituições públicas para a absorção de dinâmicas cívicas através da sua institucionalização, perdendo-se potencial crítico para a transformação; as desigualdades entre os agentes que participam e da prevalência de determinados interesses (associados aos agentes que têm maior experiência política e recursos, sobretudo, simbólicos); e a pouca robustez da capacidade de organização e mobilização efetiva da sociedade civil.

Atendendo a estes pressupostos, o Projeto CATALISE atribui um espaço acrescido à participação das iniciativas nos contextos em que se inserem, no intuito de compreender de que forma interagem com os diferentes atores e que prioridades definem para a sua intervenção junto das comunidades locais. Mais uma vez, retoma-se aqui a reflexão de Roque Amaro (2011) em torno da dimensão política e territorial da sustentabilidade. Assim, admi-se o conceito de Governança Partilhada como um princípio basilar de regulação do trabalho das iniciativas, da sua gestão, onde procuram desenvolver, simultaneamente, uma gestão democrática (*Democracia Participativa Interna*), a dinamização da participação no espaço público (*Democracia Participativa Externa*) e a partilha, em parcerias com os diferentes agentes, públicos e privados do território, da regulação dos problemas da sociedade.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



d) Ação estratégica dos atores

A compreensão complexa das ações e decisões dos diversos atores comporta necessariamente uma abordagem construtivista e interdependente, considerando cada prática como uma parte de um processo acional mais amplo e alimentado retroativamente. Assim, analisar a ação estratégica dos agentes no âmbito de práticas de experimentação socioecológica implica, desde logo, considerar a miríade de valores individuais e sociais que tais práticas comportam e o modo como se inter cruzam, sabendo igualmente que esses valores se traduzem e decorrem de uma “visão de mundo” e de co-construção de bem-estar necessariamente influenciados por dinâmicas socioculturais muito diversificadas e historicamente situadas.

Deste modo, a compreensão da ação situada implica a análise das motivações, valores e expectativas pessoais dos vários agentes envolvidos, mas também, os referenciais sociopolítico-culturais que, de alguma forma, justificam, por um lado a classificação de determinadas práticas como “alternativas” e, por outro, o recurso a ferramentas e processos, socialmente partilhados e aprendidos, de organização, de comunicação, de negociação e de partilha. As ações dos indivíduos associam-se assim em comunidade para a concretização de objetivos mais vastos, orientando-se quer para os resultados (mais ou menos avaliados e concebidos prospetivamente), quer para os processos entendidos de forma integral e eticamente fundamentada (Figura 1).

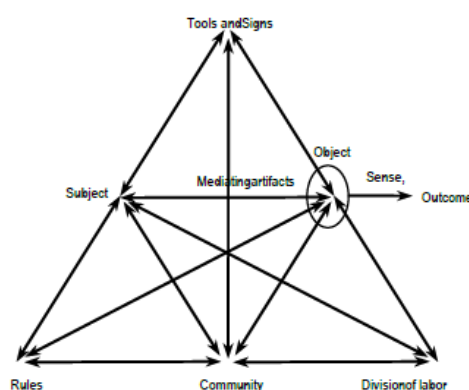


Figura 1 – A estrutura de um sistema de atividades humana.

Fonte: Engeström, 2001, p.135.

Por outro lado, atendendo à importância dos princípios democráticos presentes nas propostas basilares das iniciativas de Economia Solidária, é importante considerar a gestão interna das iniciativas como uma dimensão que não está isenta de desafios: se, por um lado, as iniciativas procuram demarcar-se de racionalidades puramente mercantis e lógicas utilitaristas, por outro, com frequência recorrem, por adesão ou falta de alternativa, a recursos financeiros (como por exemplo, programas de responsabilidade social de grandes empresas corporativas ou do Estado) cuja origem e propósitos dos apoios nem sempre são claros e consensuais.

De acordo com Laville (2012), partindo do contexto francês, esta relação está longe de ser linear. Pelo contrário, tem-se complexificado à medida que o movimento da Economia Solidária

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



ganha expressão social e económica no país, gerando dois grupos em tensão: entre os que rejeitam qualquer princípio de gestão que possa condicionar a realização plena e isenta dos seus princípios e os que aderem à racionalidade da gestão, sob a prioridade de sair do amadorismo e profissionalizar-se. O risco a que o primeiro se sujeita é o da marginalidade e o segundo o da tecnocracia. O autor aponta que a pertinência das soluções organizacionais dependem de diversos fatores e que não existe uma escolha universal e que é fundamental a adaptação aos constrangimentos do contexto.

Assim, a construção de conhecimento sobre o desenvolvimento, apropriação e disseminação de soluções inovadoras não pode ignorar o conjunto de fatores contextuais, de ordem institucional, política, económica e cultural, que podem tecer uma malha de contradições, constrangimentos e dificuldades e condicionar a concretização das finalidades a que se propõem as iniciativas.

Neste sentido, o Projeto CATALISE procurou conhecer as dinâmicas de gestão interna que orientam o funcionamento das iniciativas e as dinâmicas com as entidades promotoras, quando existem, e com outros atores locais no âmbito de parcerias formais e outras ligações resultantes do envolvimento em projetos de governança local. De acordo com a discussão de Demoustier e Malo (2012, p. 34) a compreensão da especificidade da estratégia das iniciativas de economia social e solidária passa por atender a duas componentes fundamentais em relação: a identidade da/na iniciativa (profissional, territorial, ideológica, cultural, e comunitária, face ao território, ao seu estatuto, à sua posição política e pública) e a sua ação estratégica (sobre os atores participantes, as orientações estratégicas, a capacidade estratégica e o contexto estratégico), resultando quatro grandes desafios: projeto inclusivo-democrático, projeto sociopolítico, projeto sociotécnico e projeto territorial-sectorial.

As dimensões micro e macro, ou de ação e estrutura, encontram-se assim, numa perspetiva de análise da ação estratégica dos atores, plenamente interconectadas e só desse modo podem fornecer sentido às ações e aos resultados produzidos.

Em suma, as dimensões delineadas no âmbito do projeto CATALISE são bastante abrangentes e cruzam-se em diferentes pontos que permitem ilustrar a complexidades das relações sociais em relação com os contextos em que ocorrem (Figura 2). Mais uma vez, salienta-se que não é pretensão do Projeto alcançar respostas aprofundadas e completas, mas abrir janelas que permitam avançar numa reflexão e discussão tão urgente em diálogo e, simultaneamente, na definição de prioridades concretas e seriamente comprometidas com um desenvolvimento integral.

Implementado por:



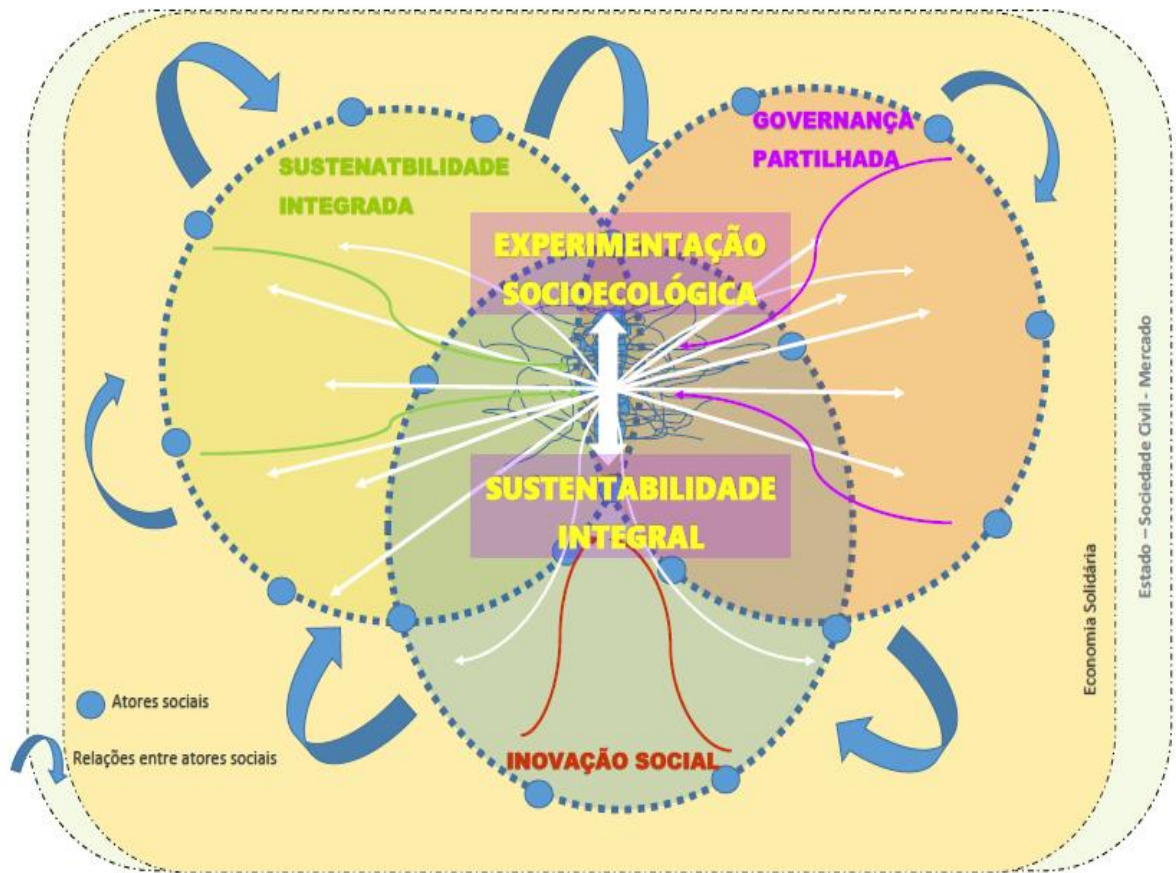
Financiado por:



Apoiado por:



Figura 2 – Dimensões intercruzadas do Projeto CATALISE: Esquema síntese



Fonte: Elaboração dos autores

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

A conceção e concretização do projeto CATALISE foram desenvolvidas sob o pressuposto fundamental de uma investigação participativa, procurando sempre respeitar os espaços e tempos das iniciativas. Desde a construção dos instrumentos de recolha de dados à recolha em si, até à elaboração dos produtos finais do projeto, procurou-se criar espaços de interação, reflexão e aprendizagem partilhada.

De modo a concretizar este pressuposto, e atendendo aos objetivos apresentados no ponto anterior, foi desenvolvida a metodologia MAAR – Mapear, Analisar, Avaliar e Replicar:

Mapear e caracterizar as iniciativas, por via da aplicação de um questionário junto de iniciativas inscritas em redes temáticas selecionadas e outras indicadas por via de amostragem bola-de-neve exponencial;

Analisar e sistematizar, construindo um modelo de análise de tais iniciativas, com a definição de indicadores e tipologias;

Avaliar, através do estudo aprofundado de casos de estudo onde se pretendeu identificar o potencial de inovação, sustentabilidade, integralidade e de governança local das iniciativas;

Replicar/disseminar, promovendo processos de partilha, capacitação, e apropriação do conhecimento de proximidade, através da criação de materiais escritos e audiovisuais e eventos de disseminação que possibilitem o acesso a novas formas de consumo e de produção/co-produção, novas vivências locais e a um novo sentido de bem-estar.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



A – ESTUDO QUANTITATIVO

O estudo quantitativo (fase 1 da investigação), que decorreu de dezembro de 2014 a julho de 2015, teve como principais propósitos:

- a) A recolha de dados tendentes a um maior conhecimento e mapeamento das iniciativas de “experimentação socioecológica” no território nacional;
- b) A determinação de perfis (ideais-tipo) de iniciativas a considerar para um estudo mais aprofundado (estudos de caso) a efetivar numa segunda fase da pesquisa (cf item B da Parte II do presente Relatório).

Passos metodológicos do Estudo Quantitativo

► *Definição do universo da amostra*

Se por um lado existem iniciativas e redes recentes, que parecem trazer novas linguagens e culturas de transformação social, por outro existem outras iniciativas e redes com maior longevidade de atuação nos territórios e das quais são também conhecidas propostas com potencial inovador e de sustentabilidade. Neste sentido, foram selecionadas diversas redes que agregam organizações, grupos e projetos em torno de finalidades gerais como a promoção do desenvolvimento local e territorial, da sustentabilidade e da inovação social. Os critérios de triagem, ou seja de seleção, das iniciativas a estudar no âmbito do CATALISE corresponderam aos critérios de seleção já utilizados e validados pelas próprias redes (cf. *Relatório Final de Atividades do CATALISE*, 2016). Por outro lado, partindo do pressuposto que as iniciativas não têm de estar integradas em redes formais, foi também utilizada uma amostragem não probabilística intencional, nomeadamente, uma amostra bola-de-neve exponencial, tendo sido pedido às iniciativas respondentes ao questionário que indicassem outras que fossem do seu conhecimento.

► *Processo de aplicação do questionário*

O questionário (*vide* Anexo 1) foi disponibilizado para preenchimento *on-line*, tendo sido enviado para cerca de 471 iniciativas¹⁰, pertencentes a redes nacionais e das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo¹¹. Foram obtidas 78 respostas. Na sua grande maioria os projetos foram contactados via *e-mail* e, sempre que possível, o contacto foi reforçado por via do uso do telefone.

A triagem das respostas foi feita de acordo com os objetivos do projeto, a partir da aplicação de um filtro, nomeadamente: ter pelo menos um ano de atividade (anterior a 2014), a existência de, pelo menos, 3 membros permanentes e a implementação de práticas e/ou objetivos de

¹⁰ Uma das redes optou por fazer o envio dos questionários pela sua base de dados, tendo sido apenas possível à equipa ter um número aproximado das iniciativas contactadas.

¹¹ Rede Convergir, Fórum Cidadania & Território, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Rede de projetos apoiados pelo Programa BipZip, Rede de projetos apoiados pelo Portal da Economia Social Zoom da CASES, Rede de projetos apoiados pelo Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian, Rede de Hortas Solidárias e Rede de projetos *Social Lab* apoiados pela Fundação EDP, Rede de iniciativas inscritas na Plataforma Transição Portugal.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



âmbito social, económico e ambiental em simultâneo. Das 78 respostas obtidas, foram validadas (pela aplicação do referido filtro) 46 (*vide* Anexo 2), das quais 27 pertencem à Rede Convergir, 5 à rede de projetos apoiados pelo programa EDP Hortas Solidárias, 5 à rede Zoom da CASES, 2 à rede de projetos apoiados pelo programa Cidadania Ativa, 3 indicados por bola-de-neve, 2 integrados na rede ANIMAR e 2 pertencentes à rede de projetos apoiados pelo programa BipZip.

Apresentação dos dados quantitativos

Ao longo dos próximos pontos serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos dados recolhidos por via do questionário¹², tendo como objetivo mapear e caracterizar de forma geral as iniciativas que responderam ao questionário.

Em primeiro lugar, os dados foram submetidos a uma análise univariada e bivariada, permitindo traçar as grandes tendências das respostas obtidas. De seguida, procurou-se realizar uma análise multifatorial, seguida de uma análise tipológica, com o objetivo de desenhar “ideais-tipo” ou perfis de iniciativas que pudessem ser representativas de um conjunto de características agregadoras das iniciativas em estudo. Esta análise foi feita com recurso ao programa SPAD (*Système Portable d’Analyse Donnés*).

¹² Os dados correspondentes aos gráficos apresentados podem ser encontrados no Anexo 3.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:

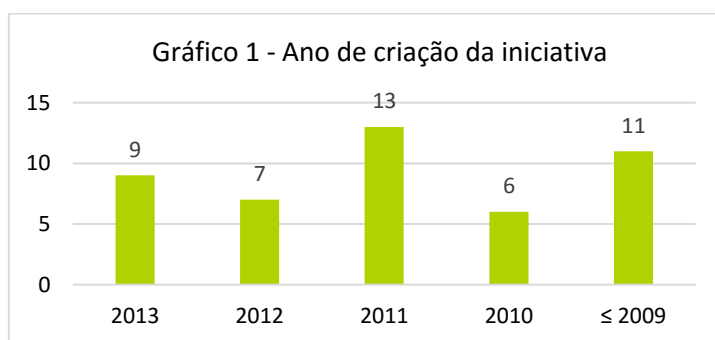


1 - Mapeamento

1.1 - Identificação

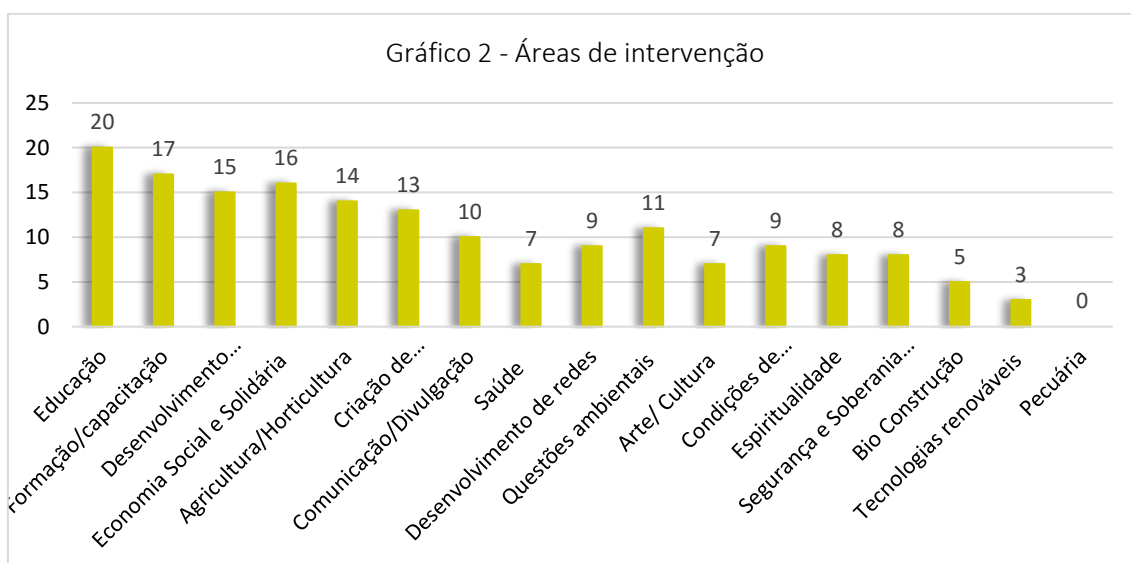
1.1.1 - Longevidade

A maioria das iniciativas que responderam têm entre 3 a 5 anos de experiência e cerca de um quarto das mesmas tem 7 ou mais anos. O ano de 2011 é o mais representado quanto à criação de iniciativas (28,3 %), ano que coincide com o pedido de financiamento ao Fundo Monetário Internacional por parte do governo português, no decorrer do ano de 2008, considerado o pior ano da crise em Portugal.



1.1.2 - Áreas de intervenção

As áreas de intervenção predominantes são a Educação, a Formação/Capacitação, o Desenvolvimento Comunitário e a Economia Solidária e Social. Com uma representatividade também significativa seguem-se as áreas da agricultura/horticultura e a criação de emprego/trabalho. Todas as áreas de intervenção se encontram representadas, à exceção da pecuária.



1.1.3 - Estatuto jurídico

No que toca ao estatuto, 39,1% das iniciativas correspondem a associações e 28,3% são

Implementado por:



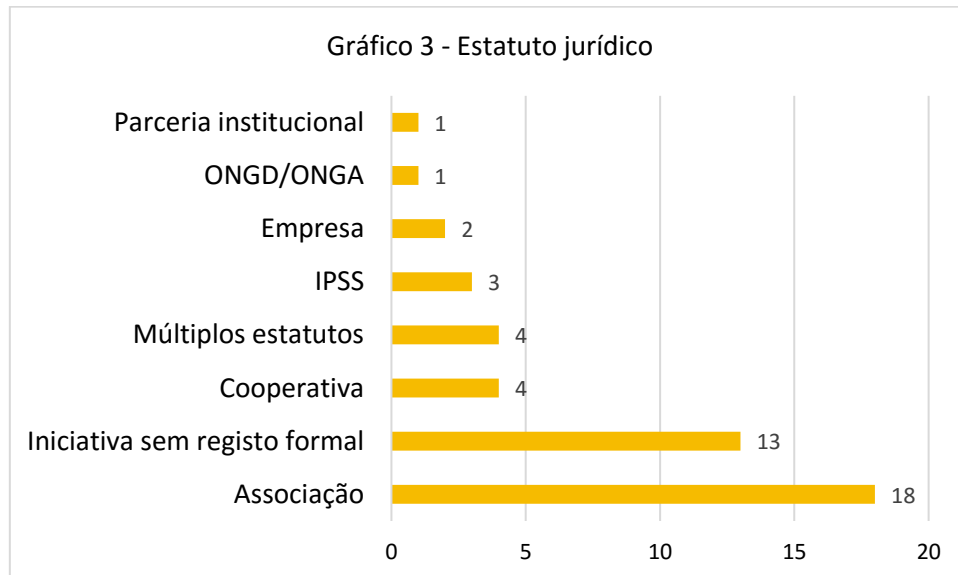
Financiado por:



Apoiado por:



iniciativas sem registo formal, o que significa que mais de metade são iniciativas da sociedade civil ou mesmo fora do âmbito institucional. Em número mais reduzido, mas igualmente representadas na amostra, estão as iniciativas com múltiplos estatutos, as cooperativas, IPSS, empresas e, com menor expressão nas respostas, as ONGD/ONGA e os projetos resultantes de parcerias entre instituições.



1.1.4 - Tipologia

Numa primeira tentativa de categorização, foi pedido às iniciativas que se classificassem de acordo com uma das tipologias propostas. Verificou-se uma percentagem significativa de iniciativas que não se sentiram incluídas nas tipologias propostas *à priori*, o que revela uma dificuldade em se definirem num único tipo. Este dado pode ser indicativo da perceção que as iniciativas têm acerca da abrangência e completude do trabalho que desenvolvem, mas também do entendimento que têm e da representação que fazem sobre as tipologias sugeridas no questionário. Em função das respostas dadas em “Outras”, foram criadas 4 novas tipologias (projeto económico, projeto holístico, projeto ambiental e escola holística), de forma a melhor refletir a diversidade de características das iniciativas em estudo.

Implementado por:

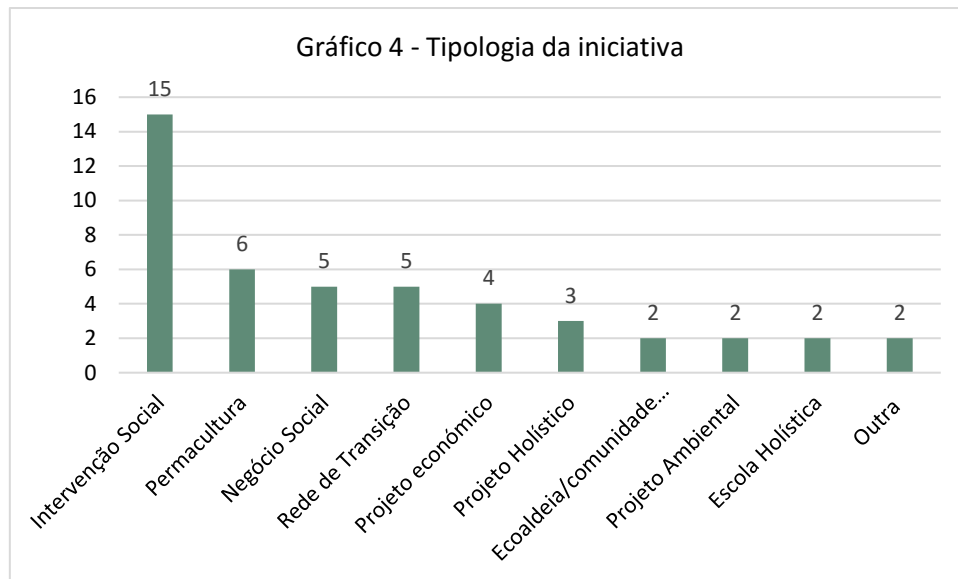


Financiado por:



Apoiado por:





De referir que a grande maioria das iniciativas com estatuto de Associação são projetos de intervenção social, seguidas das escolas holísticas e de projetos ambientais, enquanto as Iniciativas sem registo formal, são Ecoaldeias/Comunidades Intencionais (possivelmente por não existir estatuto jurídico para as mesmas), Projetos Económicos, Iniciativas inscritas na Rede de Transição e Escolas Holísticas. Os projetos mais jovens (3 a 4 anos) são as Ecoaldeias/Comunidades Intencionais, os Projetos Ambientais e as Escolas Holísticas. Entre as iniciativas mais antigas (com mais de 13 anos) encontram-se algumas iniciativas holísticas, iniciativas inscritas na Rede de Transição e Projetos de Intervenção Social.

Analisando as principais áreas de intervenção por referência à tipologia proposta no questionário, verificam-se os seguintes resultados:

Tabela 1 - Principais Áreas de Intervenção por Tipologia

Projetos de intervenção social: Um grande número destas iniciativas tem como principal área de intervenção a Educação (14,5%) e a Formação/Capacitação (12,9%), seguidas da Criação de Emprego (11,3%) e do Desenvolvimento Comunitário (8,1%);

Projetos de Permacultura: A Agricultura/horticultura e a Economia Social e Solidária surgem como as áreas de intervenção predominantes (16,7%), seguidas da Educação, Desenvolvimento de Redes, Formação/Capacitação e Desenvolvimento de condições de autossuficiência (11,1%);

Negócio Social: Os maiores índices de resposta registam-se na Educação, Espiritualidade e Questões Ambientais (15,4%);

Iniciativa inscrita na Rede de Transição: As áreas da Economia Social e Solidária, a Comunicação/divulgação de informação, o Desenvolvimento comunitário a Segurança e Soberania Alimentar e a Formação/Capacitação são as áreas de intervenção com maior índice de resposta (12,5% cada);

Projeto económico: mais de metade destas iniciativas respondeu desenvolver atividade na área da Agricultura/horticultura (16,7%), seguidas da Economia Social e Solidária, o Desenvolvimento Comunitário, a Segurança e Soberania Alimentar, a Criação de emprego/trabalho e a Formação/capacitação (11,1%).

Projeto Holístico: 33,3% dos projetos declara trabalhar sobre o Desenvolvimento Comunitário, seguida da Arte/cultura, da Educação, Espiritualidade, Economia Social e Solidária (10,5%);

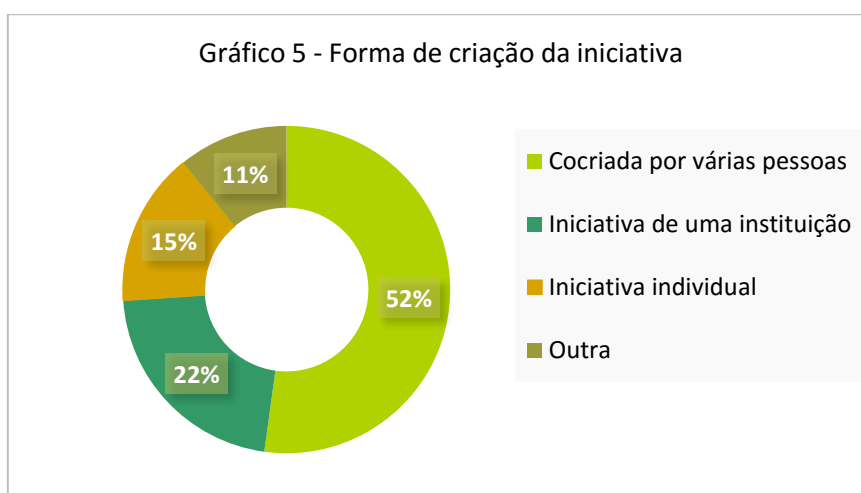
Ecoaldeia/Comunidade intencional: a agricultura/horticultura representam 20% das atividades desenvolvidas, tendo as restantes respostas sido distribuídas pela área da educação, da economia social e solidária, da comunicação/divulgação de informação, o desenvolvimento comunitário e de redes, questões ambientais, segurança e soberania alimentar e o desenvolvimento de condições de autossuficiência (todas com 10%).

Projeto ambiental: a agricultura/horticultura e as questões ambientais registam os valores mais elevados de resposta (28,6%), seguidos da educação, do desenvolvimento de redes e da formação/capacitação (14,3%).

Escola holística: com a mesma distribuição (12,5%) as iniciativas responderam desenvolver atividades nas áreas da bio-construção, educação, espiritualidade, desenvolvimento comunitário, questões ambientais, criação de emprego/trabalho, formação/capacitação e desenvolvimento de condições de autossuficiência.

1.1.5 - Forma de criação da iniciativa

Mais de metade das iniciativas foram cocriadas por várias pessoas. Este dado é concordante com o facto de a maioria das iniciativas serem de cariz associativo e cooperativo. Foram também indicadas como outras formas de criação: iniciativa resultante de uma parceria entre várias entidades e iniciativa que emerge entre pessoas com projeto de vida comum.



Implementado por:



Financiado por:



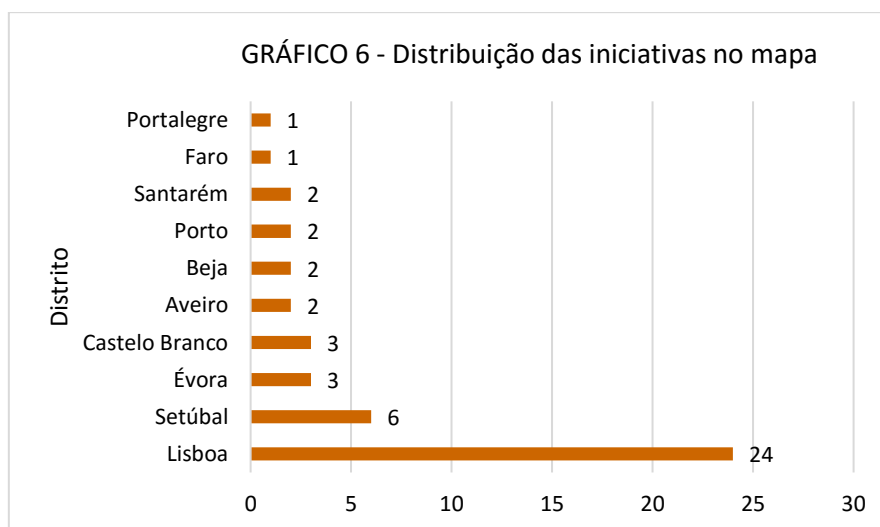
Apoiado por:



1.2 - Âmbito geoespacial de atuação

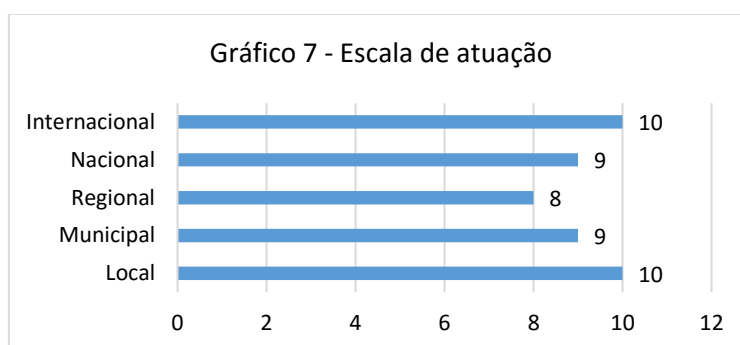
1.2.1 - Distribuição das iniciativas no mapa

No que toca à distribuição no mapa, e de acordo com a NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais), a maioria das iniciativas inquiridas localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa (com 52,2% localizadas no distrito de Lisboa e 13% no distrito de Setúbal) seguidas do Alentejo (6.5% em Évora, 4.3% em Beja e 2.2% em Portalegre). As restantes distribuem-se pela região Centro (6.5% em Castelo Branco, 4.3% em Aveiro e 4,3% em Santarém), Norte (4,3% no distrito do Porto) e Algarve (com 2.2% no distrito de Faro).



1.2.2 – Escala de atuação

Apesar de apenas ligeiramente superiores, tanto a escala de atuação a nível local como a nível internacional revelam a mesma percentagem de respostas (21,7%). Por outro lado, a repartição é igual nos níveis municipal e nacional (todos com 19,6%) e de 17,4 no nível regional. Este é um dado interessante que aponta para alguma heterogeneidade de abordagens realizadas em termos de escala de atuação.



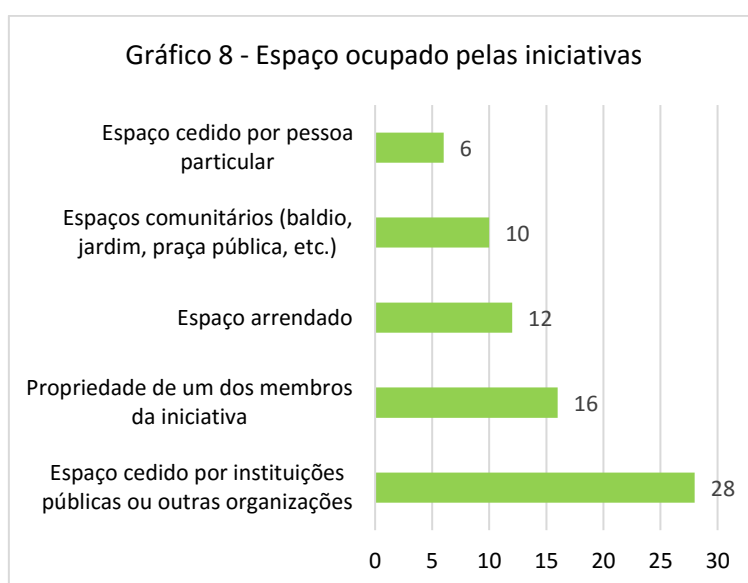
Analisando a escala de atuação por referência à tipologia das iniciativas, verifica-se que, de uma forma geral, é grande a dispersão de todos os tipos de projetos, embora sejam os Projetos de intervenção social, as iniciativas inscritas na rede de Transição, os projetos de permacultura e os negócios sociais que engrossam a atuação a uma escala local (considerando simultaneamente o

“Local” e o “Municipal”).

1.2.3 - Espaço ocupado pelas iniciativas

A questão 2.3 do questionário, sobre o espaço, foi apresentada como uma questão de resposta múltipla onde poderia ser assinalado, se fosse o caso, mais do que um espaço. A análise das respostas é feita, assim, a partir das respostas afirmativas a cada um dos tipos de espaço contemplados no conjunto de respostas à questão.

O espaço que a iniciativa ocupa corresponde, na maioria dos casos, a uma cedência por instituições públicas ou outras organizações (38,9% das iniciativas assinalam-no afirmativamente). Em 22,2% dos casos acontece o espaço ser propriedade de um dos membros da iniciativa, em 16,7% dos casos ser um espaço arrendado, 13,9% em espaços comunitários e em 8,3% dos casos acontece ser (também) um espaço cedido por pessoa particular.



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



2 - Caracterização

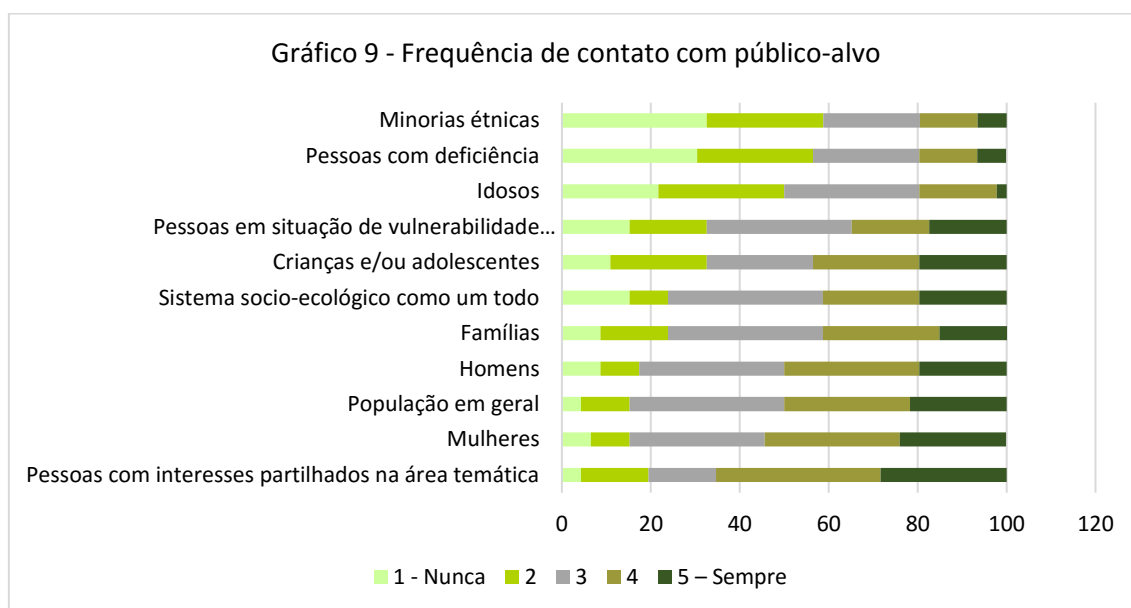
2.1 - Estratégia organizacional

2.1.1 – Fase de desenvolvimento das iniciativas

A maioria das iniciativas (45,7%) encontra-se em fase de desenvolvimento, dado aliás que coincide com os resultados apresentados sobre o ano de criação. 41,3% encontra-se em fase de consolidação e 13% em fase de mudança de estratégia e/ou área de interesse¹³.

2.1.2 – Frequência de contato das iniciativas com o público-alvo

Os públicos-alvo com os quais as iniciativas respondentes têm contacto mais frequente (sempre e muitas vezes) são as pessoas com interesses partilhados na área temática da iniciativa (66%), as mulheres em particular (55,3%) e a população em geral (51,1%). Por oposição, os públicos-alvo com os quais existe menos interação (nunca ou raramente) são, primeiro, as minorias étnicas e, depois, as pessoas com deficiência e os idosos.



2.1.3 – Número médio anual de participantes nas atividades das iniciativas

O número de pessoas que frequentam, de forma regular ou pontual, as atividades organizadas pela iniciativa (número médio anual), as estimativas são bastante díspares, variando entre um mínimo de 8 e um máximo de 40.000, para uma média de 1549 pessoas e uma mediana de 108,5.

¹³ De referir que, por lapso, foi indicado no questionário um intervalo de tempo de referência no período de “desenvolvimento” (“de 1 a 3 anos”), o que, certamente, terá condicionado as respostas atribuídas a esta questão.

Tabela 2 - Estatísticas sobre o número médio anual de participantes nas atividades da iniciativa

Estatísticas	
Média	1549
Percentil 25	28,75
Mediana (Percentil 50)	108,50
Percentil 75	525,00
Moda	10
Desvio-padrão	6013,279
Mínimo	8
Máximo	40000
N	46

2.1.4 – Participação de residentes locais na iniciativa

A grande maioria das iniciativas (78,3%) envolve a participação de residentes locais.

2.1.5 - Meios de comunicação mais utilizados

Relativamente aos meios de comunicação mais utilizados pelas iniciativas, o que se observa é que as novas tecnologias, e em particular o *e-mail* (82,6% afirma que sempre ou quase sempre o faz) e as redes sociais digitais (78,2%), são os meios a que as iniciativas mais recorrem, em termos de comunicação com o exterior. Em contrapartida, o que é utilizado com menos frequência é a publicação impressa (jornal, boletim, etc.).

2.1.6 - Principais produtos, serviços e atividades desenvolvidos

Os principais produtos/serviços/atividades resultantes do trabalho da iniciativa são, por ordem de frequência de realização: as oficinas/ações de formação (63 % realizam-se sempre ou quase sempre), atividades de sensibilização e divulgação (54,3%), debates e encontros (43,4%) e ainda produtos de produção própria (alimentos, artesanato, ferramentas, etc. – 43,5%). Os menos habituais de serem realizados são os serviços de apoio à vida quotidiana (58,7% nunca ou quase nunca), a mediação entre membros da comunidade (33,4%), mercados/feiras de troca e outras modalidades económicas (39,2%) e ajudadas (organização de momentos de entreatajuda – 37%).

Implementado por:

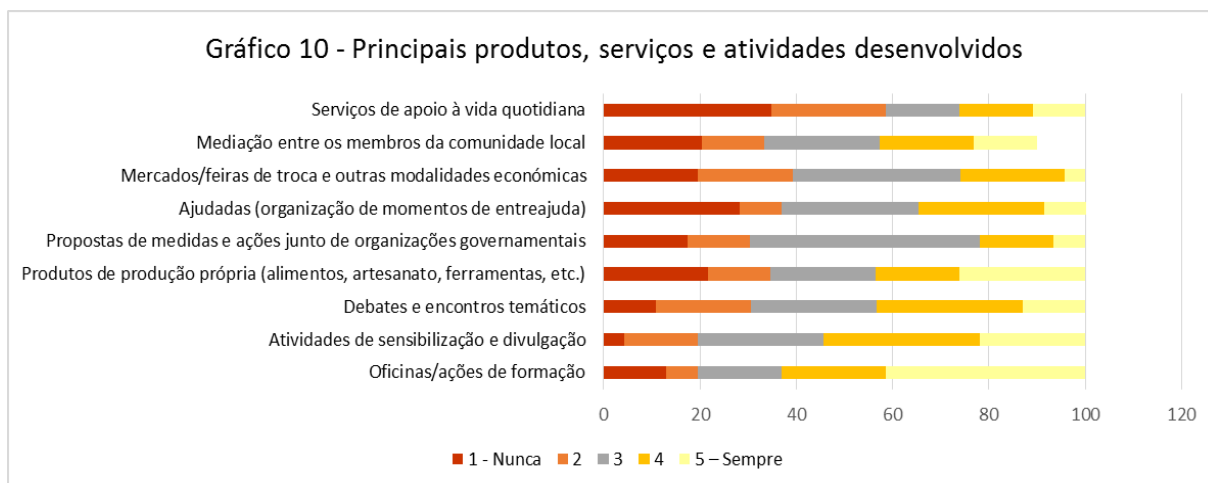


Financiado por:



Apoiado por:





2.1.7- Principais objetivos da iniciativa ao nível económico, social e ambiental (Questão Aberta 1)

No âmbito desta questão aberta 1, foi recolhida uma grande diversidade de respostas e de formas de expressar as mesmas. Um exemplo indicativo desta diversidade é o fato de algumas iniciativas terem dado respostas descritivas acerca dos seus valores, da sua missão ou sobre as atividades realizadas, enquanto outras definiram de forma bastante clara quais os seus objetivos nas diferentes áreas pedidas. Algumas iniciativas, apesar de terem respondido afirmativamente na questão de triagem sobre a realização de práticas e/ou desenvolvimento de ideias em simultâneo aos níveis social, económico e ambiental, não declararam, porém, ter objetivos aos três níveis (fazendo-o apenas para um ou dois níveis).

De uma forma geral, as áreas predominantes de resposta são a área económica, social e ambiental (pedido especificado na questão). No entanto, muitas iniciativas declararam também desenvolver objetivos ao nível da educação, formação e promoção de valores (transversais ao cumprimento dos objetivos anteriores), cultura, saúde e outros. A análise das respostas, agrupando-as por áreas, nem sempre foi óbvia dado que várias iniciativas apontam ter objetivos multidimensionais, que abarcam simultaneamente diferentes áreas de intervenção num só objetivo (para informação mais detalhada ver Anexo 4).

2.1.8 – Perceção sobre potencial de inovação das ideias e práticas (Questão aberta 2)

As respostas obtidas nesta questão aberta são igualmente diversas e revelam diferentes entendimentos sobre o que é a inovação e quais as suas dimensões e na forma de expressar esse mesmo entendimento: algumas iniciativas demonstram o conhecimento de linguagem associada a práticas de gestão específicas (associadas a algumas abordagens de empreendedorismo) e às fases do processo de inovação, enquanto outras apenas declaram, de forma simples e concisa, o enfoque da ação onde consideram radicar a inovação. Por outro lado, existem iniciativas que declaram prontamente o seu carácter inovador e outras que referem que as suas práticas e ideias não são inovadoras, pois as práticas/ideias em questão já existem. Outra, numa posição intermédia entre aquelas, admitem que embora as suas práticas e ideias não sendo totalmente inovadoras, a aplicação/desenvolvimento das mesmas no

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:

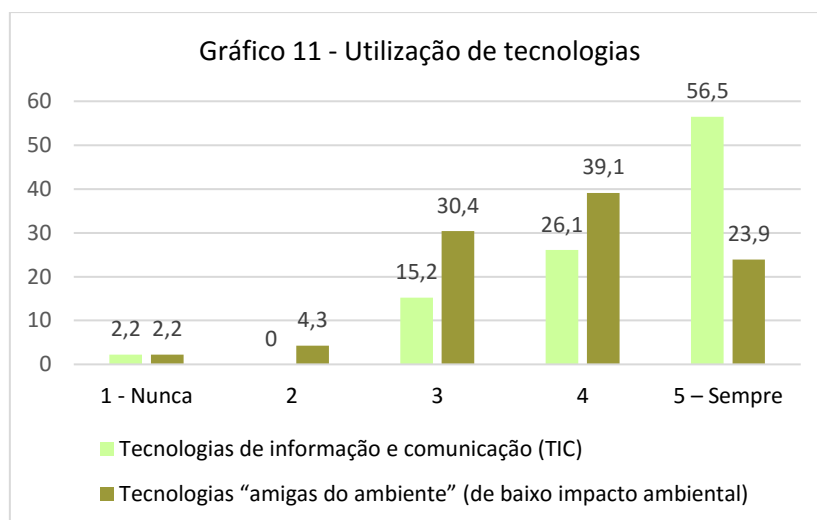


contexto da iniciativa constitui uma proposta com impacto ou diferente¹⁴ (para informação mais detalhada ver Anexo 4).

2.2 - Recursos

2.2.1 – Utilização de Tecnologias

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) são os recursos utilizados com maior frequência: 56,5% fazem-no sempre e 26,1% quase sempre. As tecnologias “amigas do ambiente”, ainda que usadas com alguma frequência, são feitas com uma cadência menor: 23,9% realizam-nas sempre e 39,1% quase sempre.

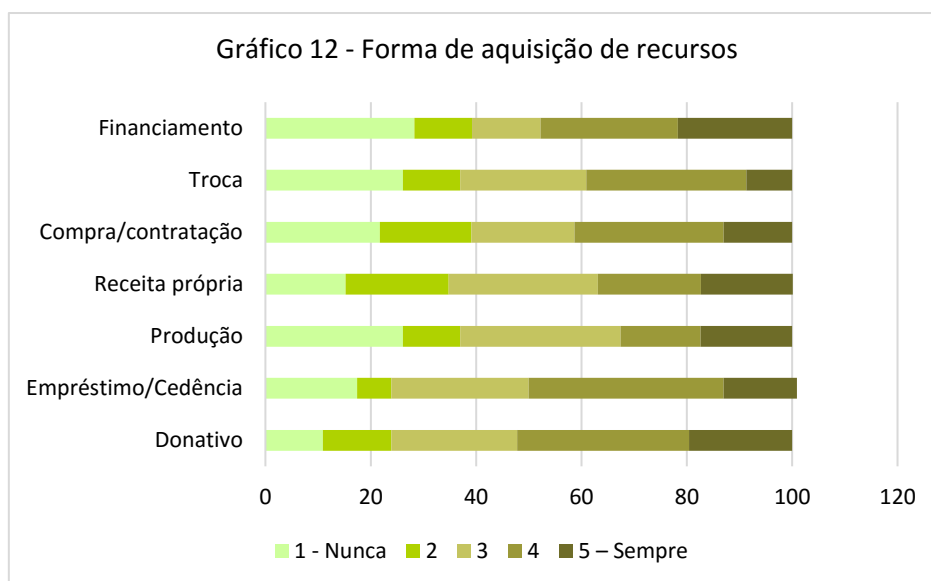


Analisando mais em detalhe o uso das tecnologias “amigas do ambiente” (isto é, com menores impactes negativos), regista-se que ambos os projetos ambientais apresentam um uso intermédio e que apenas alguns projetos de permacultura indicam nunca usar este tipo de tecnologias, e também alguns projetos de intervenção social que raramente o fazem. À semelhança do que acontece com o uso das tecnologias ambientais, a mesma percentagem de projetos de permacultura declara nunca utilizar TIC.

2.2.2 – Formas de aquisição de recursos

Os donativos, primeiro, os empréstimos e o financiamento são sempre ou quase sempre as formas encontradas para adquirir recursos para a iniciativa (52,2%, 50,9% e 47,8% respetivamente). Em contrapartida, a produção, a compra/contratação, a troca e a receita própria são formas de financiamento nunca ou quase nunca usadas por mais de 18% das iniciativas.

¹⁴ Mais informação pode ser consultada na publicação do projeto “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*” disponível em: www.redeconvergir.net/catalise



2.2.3 – Número médio anual de colaboradores remunerados e de voluntários

Relativamente aos recursos humanos envolvidos nas iniciativas, é claramente superior o número de voluntários (permanentes ou pontuais) do que o número de colaboradores remunerados. Sobre os colaboradores remunerados, eles variam entre a inexistência (zero, que é também o valor modal) e um máximo de 40, para uma média de 6,5 colaboradores e uma mediana de 2 (significa que metade das iniciativas tem até 2 colaboradores remunerados). A heterogeneidade dos recursos humanos das iniciativas é ainda maior no que toca ao voluntariado: para um mínimo de 0 e um máximo de 120, a média de voluntários é de 21,5 pessoas e a mediana de 10.

Tabela 3. Estatísticas sobre o número médio anual de colaboradores remunerados e de voluntários.

Estatísticas	Colaboradores remunerados	Voluntários
Média	6,5	21,47
Percentil 25	0	5
Mediana (Percentil 50)	2	10
Percentil 75	6,75	30
Moda	0	10
Desvio-padrão	10,1	26,36
Mínimo	0	0
Máximo	40	120
N	44	43

2.2.4 – Peso relativo das fontes de receita no orçamento total

As fontes de receita mais comuns, ainda que com pesos distintos em cada iniciativa, são a contribuição com donativos em bens e/ou dinheiro (15,2%, valor que aumenta para 22% se

Implementado por:



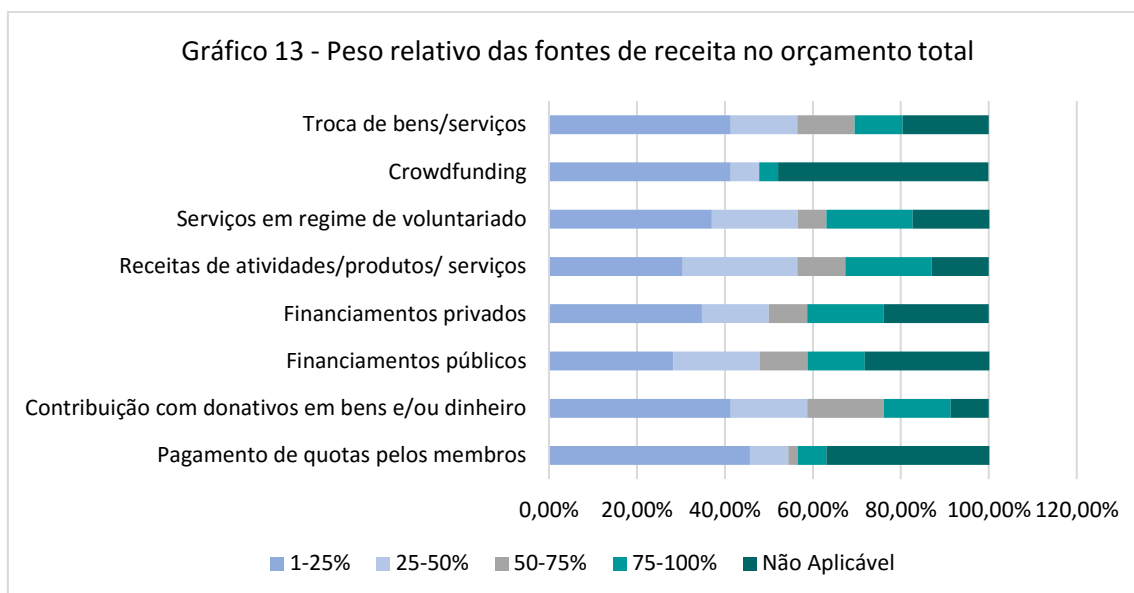
Financiado por:



Apoiado por:



considerarmos o “pagamento de quotas pelos membros” como uma forma de contribuição deste género), as receitas de atividades/produtos e serviços e os serviços em regime de voluntariado (ambos com 19,6%) e os financiamentos privados (17,4%). As fontes menos mobilizadas são o pagamento de quotas pelos membros (45,7%) e o *crowdfunding* (quase metade das iniciativas assinala como não aplicável), a troca de bens/serviços e a contribuição com donativos em bens e/ou dinheiro (todos com 41,3%).



Dada a percentagem expressiva que estas fontes têm no conjunto das receitas de cada iniciativa podemos supor que a situação mais comum é a conjugação de vários tipos de fonte.

2.3 - Colaboração em redes

2.3.1 – Tipos de parcerias/ligações que as iniciativas estabelecem

As entidades/iniciativas/redes nacionais (e também as internacionais), as organizações congéneres, os grupos/projetos informais e as redes locais são os tipos de ligações sem contrato escrito mais comuns. As parcerias contratuais são, quando existem, são sobretudo estabelecidas com entidades governamentais, entidades não governamentais e outras instituições públicas. As parcerias com entidades religiosas e com entidades privadas lucrativas são menos comuns de existir.

Implementado por:

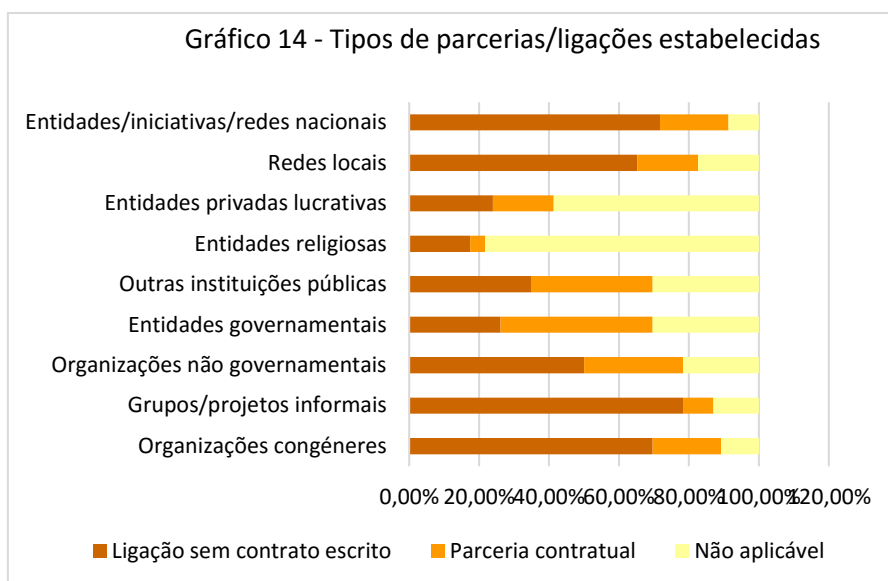


Financiado por:



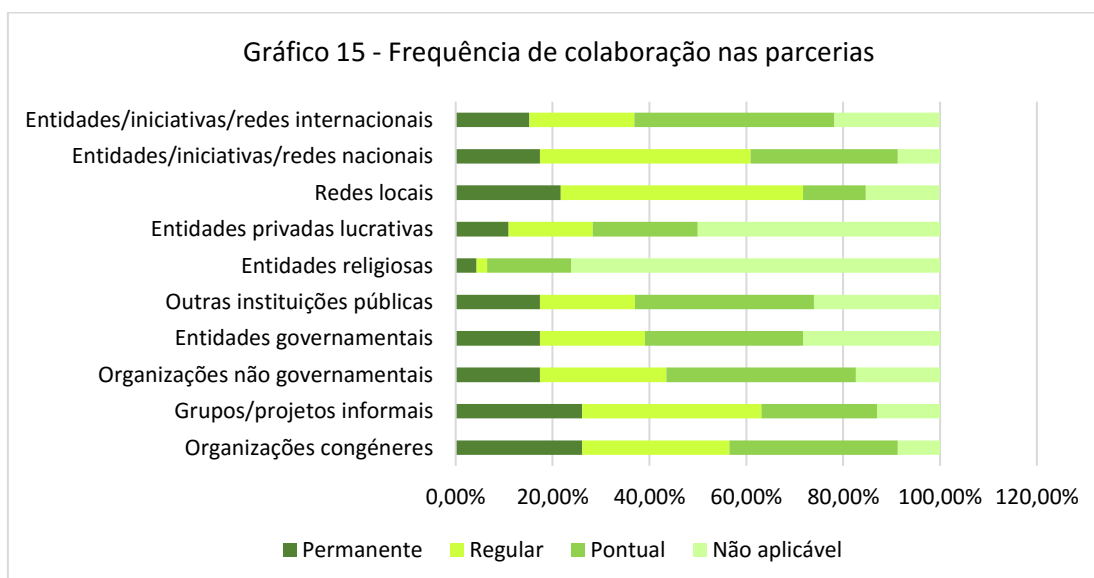
Apoiado por:





2.3.2 – Frequência de colaboração com as parcerias/ligações

As parcerias/ligações com organizações congéneres são de carácter permanente para 26,1% das iniciativas, regular para 30,4% e pontual para 34,8%. A colaboração com entidades/iniciativas/redes nacionais, grupos/projetos informais e redes locais é maioritariamente de carácter regular.



2.3.3 - Exemplos de bens e/ou serviços que a iniciativa dá e recebe no âmbito das suas parcerias/ligações mais relevantes (Questão aberta 3)

A maioria das iniciativas declara *dar* mais serviços do que bens, estando esta relação mais equiparada no que toca a *receber* no âmbito das ligações que estabelecem. Em várias respostas não é claro se os bens e serviços indicados são dados ou recebidos, e 6 iniciativas não responderam a esta questão.

Em termos dos serviços que a iniciativa dá, encontram-se no topo as ações de formação ou de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:

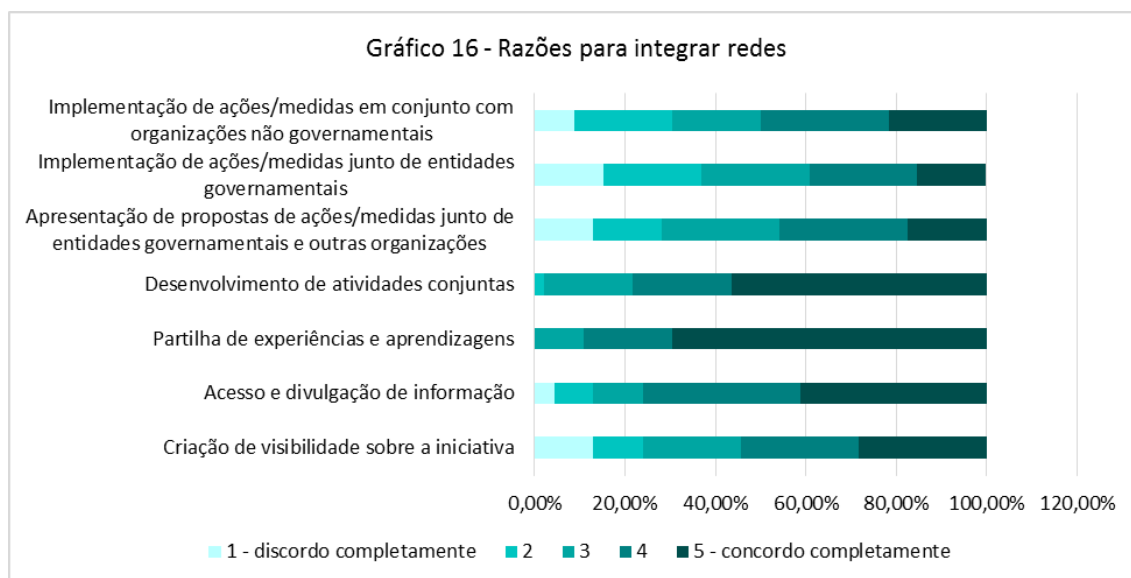


capacitação, seguidas pela organização de eventos ou atividades comunitárias (entre as quais, feiras e mercados), a divulgação, a consultoria e apoio técnico, a mediação entre atores, a criação de emprego, a disponibilização de mão-de-obra e ajudadas. Registam-se também serviços de distribuição de bens, a disponibilização de recursos, almoços comunitários, entre outros. Por outro lado, em termos dos bens que a iniciativa dá, verificam-se maioritariamente os conhecimentos, árvores e plantas, alimentos ou refeições, e também tempo, voluntários e outros bens não definidos.

Já em relação aos bens e serviços que a iniciativa recebe, destacam-se nos serviços o apoio técnico, o voluntariado, o apoio na divulgação e serviços de desenvolvimento de marca e a imagem. São referidas também a atribuição de licenças, a ajuda na organização de eventos, a realização de obras, assistência informática, serviços de advocacia e relações públicas, transporte, colaborações informais e outros. Por outro lado quanto aos bens recebidos, sobressaem a cedência de espaços, o apoio financeiro e donativos, acesso à internet e eletricidade. As iniciativas declaram ainda receber recursos humanos, produtos hortícolas, alojamento, terrenos, água, conhecimentos e capacidades, entre outros.

2.3.4 – Razões para integrar redes

A maioria das iniciativas (69,6%) afirma a sua concordância com a partilha de experiências e aprendizagens como razão para integrar redes, seguida do desenvolvimento de atividades conjuntas com outras organizações da rede (56,5%). Segue-se, por ordem, o acesso e divulgação de informação e a criação de visibilidade sobre a iniciativa. As razões menos concordantes/mais discordantes são a implementação e/ou apresentação de ações/medidas junto de entidades governamentais e outras organizações.



2.3.5 – Exemplos de redes utilizadas (Questão aberta 5)

Em conformidade com as respostas obtidas sobre a escala de atuação das iniciativas (ver tabela 7), existe uma dispersão semelhante em termos do âmbito geográfico das redes utilizadas. Ao nível regional as redes referidas com mais frequência são a Rede Transição Portugal, o Diretório

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Sector 3 (ligada às IPSS) e a Rede ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local). São referidas também redes ligadas às áreas do empreendedorismo e inovação social, ONGD's, grupos e associações ligadas à preservação de sementes e soberania alimentar, redes de projetos ambientais, entre outras.

No que toca a redes locais e municipais, destacam-se as Comissões Sociais de Junta de Freguesia, seguidas dos Conselhos Locais de Ação Social, a Rede Social e Conselhos Municipais em diferentes áreas de intervenção. As iniciativas indicam também a participação em redes ligadas à proteção de populações específicas, programas de financiamento e apoio de projetos, associações de desenvolvimento local, federação, parceria interinstitucional, entre outras. Ao nível da integração de redes internacionais são indicadas em maior número as redes na área da saúde, da promoção da soberania alimentar e preservação de sementes e redes de permacultura. Outras referências são também as redes de apoio no desenvolvimento de projetos, de promoção da cidadania, movimento integral, escolas *Waldorf*, entre outras. Não foi possível identificar a origem de 3 das redes indicadas e apenas 28 iniciativas responderam a esta questão.

Implementado por:



Financiado por:



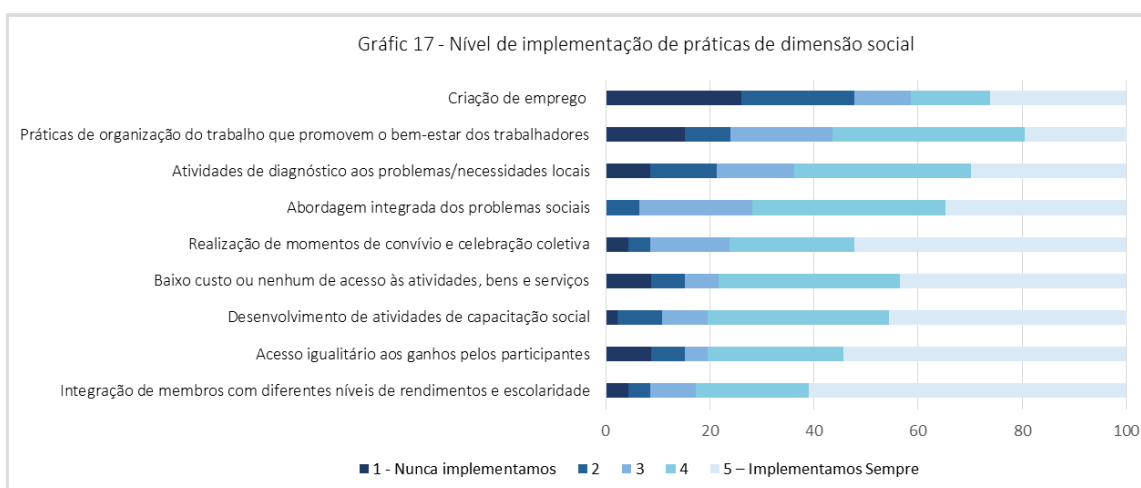
Apoiado por:



3 - Práticas das iniciativas

3.1 - Dimensão social

As práticas com níveis de implementação mais elevados (sempre ou quase sempre) são, primeiro, a integração de membros da iniciativa com diferentes níveis de rendimentos e escolaridade (refletindo heterogeneidade de características socioeconómicas e escolares dos participantes), o desenvolvimento de atividades de capacitação social, o acesso igualitário aos ganhos pelos participantes independentemente das suas características sociodemográficas (sexo, idade e etnia), o baixo custo ou nenhum de acesso às atividades, bens e serviços para os beneficiários, e ainda a realização de momentos de convívio e celebração coletiva. A prática menos implementada é a de criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado.



3.2 - Dimensão económica

Comparativamente com as práticas de dimensão social, podemos observar que o grau de implementação de práticas de dimensão económica é ligeiramente inferior: as percentagens de implementações de classificação 5 ou 4 são significativamente em menor número, aumentando o peso das classificações médias (3) ou negativas (1 e 2). Do conjunto de práticas, ainda assim as que são referidas como implementadas total ou quase totalmente por uma maioria (mais de metade) de iniciativas são, por ordem, a criação de condições de autossuficiência e a promoção, produção e/ou uso de bens comuns. Apresentam um nível de implementação considerável, em mais de 40% das iniciativas, práticas como a realização de trocas diretas entre os membros da iniciativa, a participação/dinamização de redes colaborativas de produção/distribuição, as parcerias com empresas, cooperativas e/ou outros agentes económicos locais e a criação de iniciativas económicas de base local. Ainda na dimensão económica, a utilização de moedas locais como prática comum das iniciativas é, de entre todas elas, a que apresenta o grau de implementação mais baixo.

Implementado por:

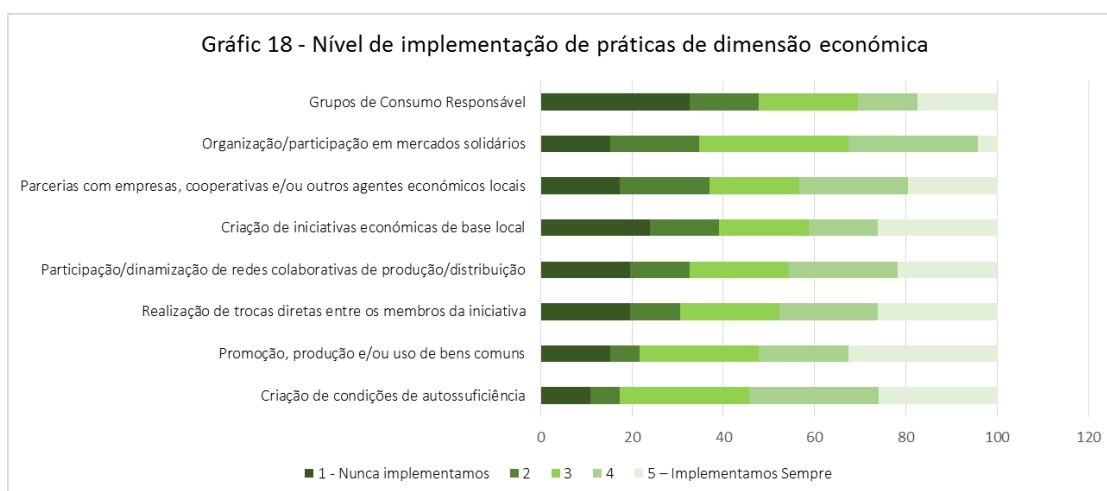


Financiado por:



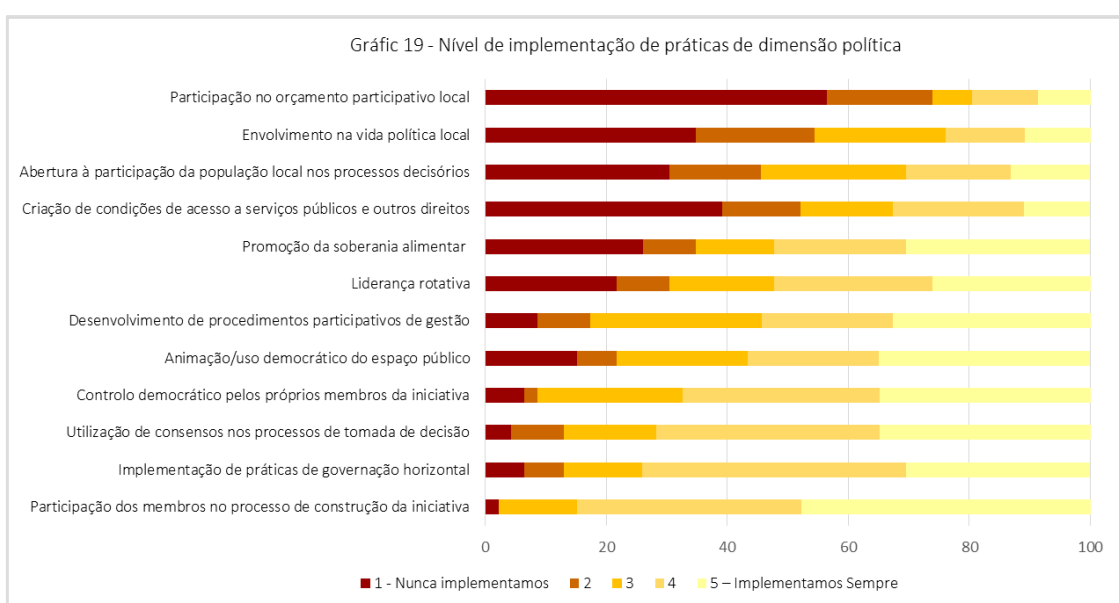
Apoiado por:





3.3 - Dimensão política

De entre a lista de práticas elencadas no questionário e relativas à dimensão política, a que se encontra com um nível de implementação mais elevado e por uma clara maioria de iniciativas é a participação dos membros no processo de construção da iniciativa. Além deste envolvimento dos membros, e de certa forma na mesma linha de orientação, surge a implementação de práticas de governação horizontal e a utilização de consensos nos processos de tomada de decisão. O controlo democrático da iniciativa pelos próprios membros é a quarta prática com níveis de implementação mais elevados. A animação/uso democrático do espaço público, o desenvolvimento de procedimentos participativos de gestão, uma liderança rotativa e a promoção da soberania alimentar são ainda práticas, total ou quase totalmente, implementadas por mais de metade das iniciativas. Em contrapartida, mais de metade das iniciativas afirma ter pouco ou nada implementadas práticas como o envolvimento na vida política local e a participação no orçamento participativo local, o que de certa forma poderá indicar que a dimensão política interna é alvo de maior investimento pelas iniciativas, em comparação com a sua relação com o exterior.



Implementado por:



Financiado por:

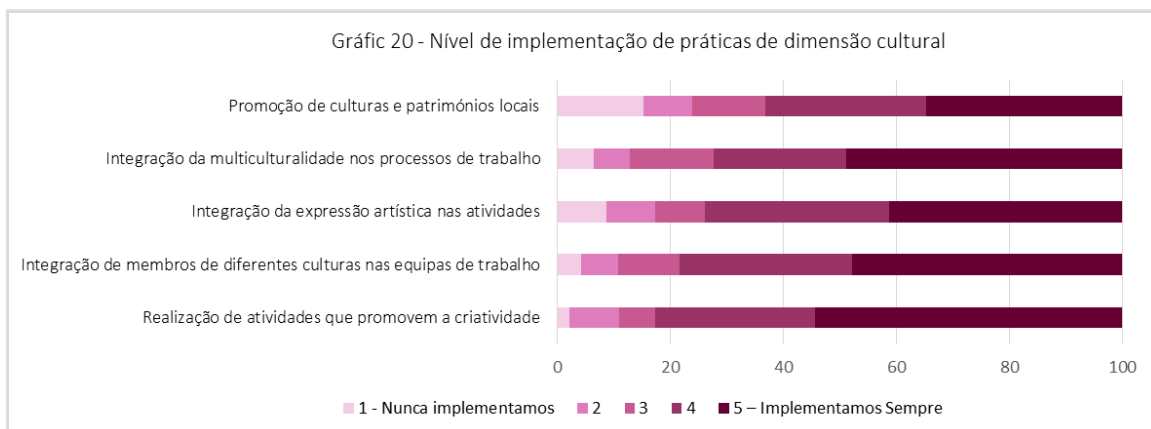


Apoiado por:



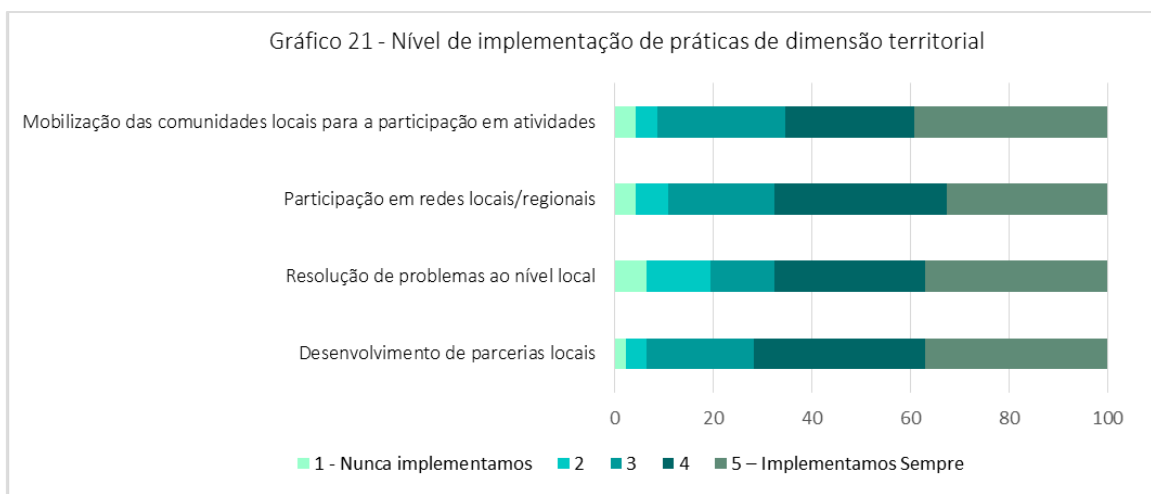
3.4 - Dimensão cultural

À semelhança do que acontecia na dimensão social, mas desta vez praticamente transversal a todo o tipo de práticas, a dimensão cultural encontra-se bem implementada e concretizada pelas iniciativas. Esse nível de implementação é particularmente evidente, por ordem de relevância, na realização de atividades que promovem a criatividade, na integração de membros de diferentes culturas nas equipas de trabalho e a integração da expressão artística nas atividades. Aquela que apresenta um grau de implementação ligeiramente inferior, ainda assim de grau 4 ou 5 para quase dois terços das iniciativas, é a promoção de culturas e patrimónios locais.



3.5 - Dimensão territorial

A dimensão territorial está bem implementada para dois terços ou mais das iniciativas, mas com um peso significativo num grau médio de implementação. São pouco expressivas as diferenças percentuais entre cada tipo de prática. Ainda assim, aquela que apresenta um grau de implementação mais elevado (para 71,8% das iniciativas) é o desenvolvimento de parcerias locais, e o que apresenta uma menor concentração de respostas nos graus 4 e 5 de implementação é a mobilização das comunidades locais para a participação em atividades.



Implementado por:



Financiado por:

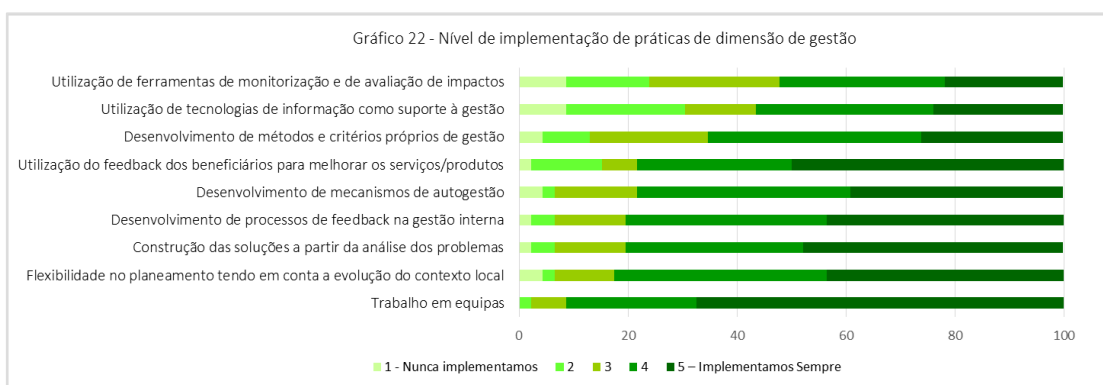


Apoiado por:



3.6 - Dimensão de gestão

Mais de metade das práticas de gestão sugeridas no questionário encontra-se fortemente implementada na maioria das iniciativas. Destas, destaca-se em especial o trabalho em equipa. Segue-se, depois, a flexibilidade no planeamento tendo em conta a evolução do contexto local, e ainda o desenvolvimento de processos de feedback na gestão interna, a construção de soluções a partir da análise dos problemas, a utilização do feedback dos beneficiários para melhorar os serviços/produtos e, por último neste rol de práticas bem implementadas, o desenvolvimento de mecanismos de autogestão. A utilização de tecnologias de informação como suporte à gestão e de ferramentas de monitorização e de avaliação de impactos encontram-se bem implementadas em pouco mais de metade das iniciativas.



3.7 - Dimensão de conhecimento

A disseminação dos conhecimentos adquiridos e das práticas desenvolvidas, assim como a participação em ações de capacitação e qualificação dos membros da iniciativa ou em comunidades de aprendizagem são as práticas mais implementadas pelas iniciativas (71,8%). De seguida, a produção de reflexões a partir da sistematização das atividades, o uso de redes de comunicação e partilha de conhecimento e a participação em comunidades de aprendizagem são práticas que apresentam também níveis de implementação altos. Ao invés, são as práticas de investimento de tempo e recursos em investigação, documentação e publicações, a criação de espaços de experimentação e interação como fontes de inovação social e/ou tecnológica e a presença e participação *on-line* e *off-line* em momentos de aprendizagem coletiva com um nível mais baixo (entre 1 e 3) de implementação.

Implementado por:

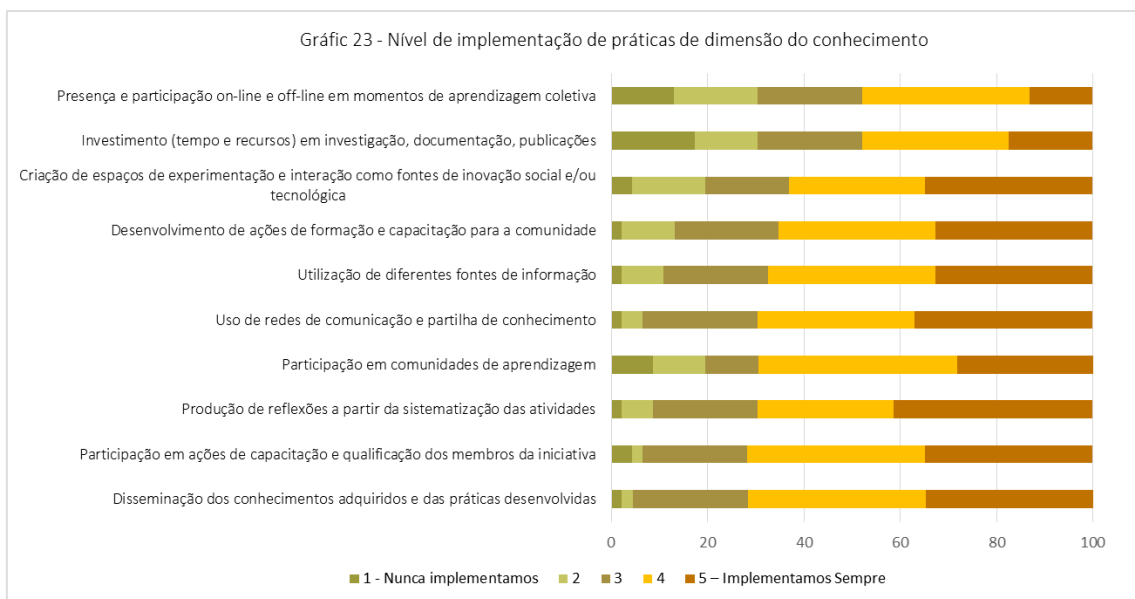


Financiado por:



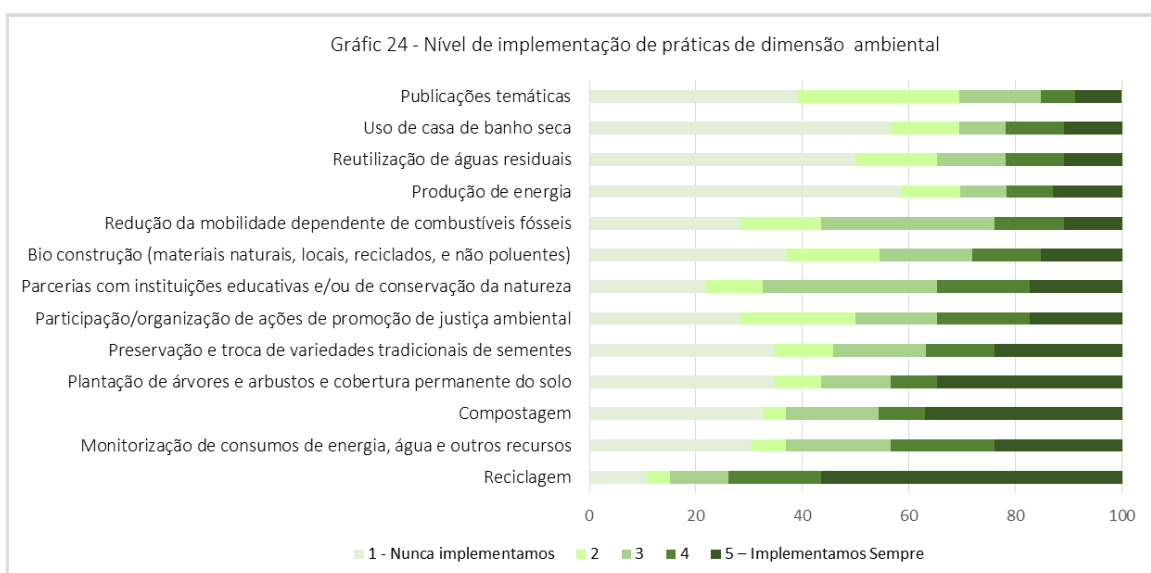
Apoiado por:





3.8 - Dimensão ambiental

Esta é, de todas, a dimensão que apresenta graus de implementação mais baixos, segundo as declarações das iniciativas. De todas, a única prática implementada de forma evidente – é-o assim para 75% das iniciativas – é a reciclagem. Pouco menos de metade das iniciativas atribui também elevado ou muito elevado grau de implementação a práticas como a compostagem, a monitorização de consumos de energia, água e outros recursos e a plantação de árvores e arbustos e cobertura permanente do solo. Mais de metade das iniciativas atribui um muito baixo nível de concretização às seguintes práticas ambientais, que são do conjunto de todo as menos implementadas: a produção de energia, o uso de casa de banho seca, a reutilização de águas residuais e as publicações temáticas.



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



4 - Perspetivas de futuro

4.1 - Visão para a iniciativa num prazo de 5 anos (Questão aberta 6)

Um grande número de iniciativas declara desejar alcançar mais sustentabilidade no futuro (por exemplo, financeira ou ao nível da consolidação de estratégias de atuação), seguida pela implementação de novos projetos ou outros agora em fase de planeamento, a expansão para outros meios e outras escalas de ação (quer por via da replicação ou da internacionalização, por exemplo), o desenvolvimento e integração do trabalho em rede (mais participação em redes ou crescimento e fortalecimento de redes que já integram), o aprofundamento (maior estrutura e aperfeiçoamento) e crescimento da iniciativa.

Algumas iniciativas esperam criar emprego e boas condições de trabalho, desenvolver mais trabalho em parceria (com entidades governamentais, por exemplo), constituir-se como uma referência na área de intervenção em que operam, garantir a continuidade do projeto, a sua consolidação e a criação de impacto. Por outro lado, se algumas iniciativas declaram estar atualmente a repensar a sua missão e respetiva visão, outras indicam desejar adquirir mais visibilidade junto da comunidade e o envolvimento da mesma e também uma maior integração e atividade na economia local. Foi indicada a perspetiva de conseguir disseminar a metodologia da iniciativa, de criar publicações periódicas e didáticas, de promover o estudo e a partilha de boas práticas. Para além da disseminação, são também declarados objetivos de capacitação de mais pessoas e da comunidade, e a promoção de modelos de liderança servidora. Por fim, uma iniciativa indicou não saber responder à questão.

4.2 – Possibilidades de disseminação e replicação noutros contextos (Questão aberta 7)

A esmagadora maioria das iniciativas (95,8%) considera que pode ser disseminada e replicada noutros contextos. Apenas 2 iniciativas (4,2%) discordam dessa possibilidade, sem ter indicado os motivos, à semelhança de outras duas que, apesar de terem declarado sim, não registaram as razões (*Vide* informação mais detalhada no Anexo 4).

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Sumário dos principais resultados de caracterização

- 75% das iniciativas foram criadas após 2008, tendo 28,3% sido criadas em 2011;
- As áreas de intervenção predominantes são a educação/formação/capacitação (22%), o desenvolvimento comunitário e a economia solidária e social (ambos com 9,1%);
- Cerca de 38,3% das iniciativas são associações e 27,7% são iniciativas sem registo formal;
- 53% das iniciativas foram cocriadas por várias pessoas;
- Existe uma certa polarização entre: Projetos com participação política no território muito forte e outros sem participação; Projetos com práticas ambientais baixas e outros com nível de práticas ambientais elevadas, sendo estas de sustentação das condições de vida;
- A grande maioria das iniciativas envolve a participação de residentes locais, desenvolve parcerias contratualizadas e integra redes locais, nacionais e até internacionais;
- As atividades, produtos e serviços desenvolvidos são diversificados: existem iniciativas que desenvolvem serviços e produtos de produção própria geradores de novos agentes e relações económicas;
- É transversal à generalidade das iniciativas a realização de atividades de mobilização para a participação como as oficinas e ações de formação, atividades de sensibilização e divulgação, debates e encontros;
- Potencial de inovação, algumas iniciativas consideram as suas ideias e práticas inovadoras pelo uso de abordagens diferenciadas de outras mais convencionais, apontando como princípios: a associação de diferentes soluções, abordagens e métodos de trabalho; o desenvolvimento de sistemas e modelos socioeconómicos e ecológicos integrados, com base em abordagens de cooperação com a natureza; a valorização da multidimensionalidade como qualidade necessária para alcançar a sustentabilidade, quer ao nível individual/pessoal, quer da comunidade; a promoção e criação de ligações de proximidade tanto para fins de partilha, como para servir de base de sustentação e a difusão do projeto; a proposta de valores e práticas diferenciadas da cultura dominante, como forma de contrariar a mercantilização das relações e padrões de dominação e controlo das mesmas.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Discussão geral dos resultados do Estudo Quantitativo

Da análise dos dados recolhidos destaca-se desde logo a grande diversidade de perfis das iniciativas respondentes. Esta constatação, em linha com os dados recolhidos em muitos outros estudos no mesmo domínio, enfatizam a dificuldade de delimitação e de definição concetual clara do universo do terceiro sector em geral e da economia solidária em particular. Um tal universo é, por essência, heterogéneo e plural. Nele se imiscuem, se influenciam mutuamente e se hibridizam diferentes discursos, princípios e racionalidades. Ora, se este aspeto se constitui como a grande riqueza do setor e das respostas que pode aportar, em complemento ou em alternativa às respostas do Estado e do mercado, ele pode ser também apontado como uma limitação possível para uma análise adequada e consequente sobre as mais-valias sociais e económicas (de cariz não mercantil e, em muitos casos, não monetário) que introduz e sobre o potencial de mudança e de efetividade que pode comportar.

Os dados de caracterização parecem evidenciar, de facto, uma dimensão de proatividade dos cidadãos, face a situações de escassez de respostas adequadas para os problemas sentidos, ou perante um sentimento de insatisfação em termos culturais e axiológicos. Não será anódina (embora não possamos esquecer o número limitado de respostas ao questionário) a conclusão de uma maior mobilização da sociedade civil para a promoção de respostas alternativas quando confrontada com contextos de crise socioeconómica. Como se verificou, um grande número de iniciativas emergiu em 2008 ou nos anos imediatamente posteriores. Para este facto várias hipóteses podem ser avançadas, desde algumas mais centradas numa dimensão individual - impulsionadas ou não pela crise, por exemplo, a alternativa a uma situação de desemprego ou a escolha da rutura com um determinado quadro de vida consumista que “prova” a respetiva falência – até hipóteses mais macro associadas ao aproveitamento de uma oportunidade de destabilização do modelo dominante para promover a criação de novos imaginários sociais, económicos e políticos.

Os dados sobre a autotransformação ou não da iniciativa como “inovadora” são, neste quadro, particularmente interessantes. Seja porque outras já pensam e fazem do mesmo modo (as mesmas “coisas” ou “coisas similares”), o que nos posiciona numa perspetiva de transformação que só pode ser entendida como coletiva e, como tal, superando o contributo particular de cada iniciativa *per si*, seja porque a inovação radica no processo e não nos resultados e nas práticas, o grande número de iniciativas que não se consideram inovadoras permite-nos salientar algumas hipóteses críticas sobre a retórica da inovação social. De facto, a classificação como inovadora ou alternativa consubstancia-se em grande medida por comparação com outras práticas, sob critérios que, na verdade, enquadraram as práticas “inovadoras” em lógicas perfeitamente estandardizadas. Mecanismos de planeamento, formalização, avaliação e mensuração de resultados, sob o prisma de “fazer bem o bem”, e que estão inerentes a

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



uma categorização das práticas inovadoras e, como tal aos critérios subjacentes a essas categorias, podem descurar outras iniciativas e projetos que comportam uma inovação substantiva, quer em termos de filosofia de ação, quer no que respeita à efetividade e importância dos resultados alcançados (não necessariamente mensuráveis). Este aspeto parece-nos essencial em termos de aprendizagem socioecológica e organizacional, justificando, na nossa ótica, uma revisão crítica da atual noção de inovação social e dos critérios que permitem fundamentá-la e avaliá-la.

Ainda que os níveis de enraizamento local sejam assumidos pelas iniciativas como relevantes e expressas nomeadamente na existência de parcerias, quando se analisam em concreto as práticas desenvolvidas e as dimensões que comportam, ainda se constata um grande predomínio de atividades direcionadas para o âmago da iniciativa, seja associadas a preocupações de autossuficiência e de reprodução de valores e conceções, seja em termos de gestão da iniciativa. Deste modo, ações com maior potencial de resposta a necessidades partilhadas de índole local ou regional (por exemplo, a criação de emprego ou a resposta a situações de maior vulnerabilidade social e económica) são pouco significativas.

Em paralelo, e em consonância com esta constatação, a dimensão política destas iniciativas parece centrar-se sobretudo numa preocupação de democraticidade interna, plasmada nomeadamente na horizontalidade do processo de tomada de decisões. É deste modo descurada, ou não intencionalmente valorizada, a dimensão do espaço público e da visibilidade política destas iniciativas junto dos poderes locais e nacionais. Embora o *lobbying* político seja assumido por alguns dos movimentos que servem de base ao pensamento sobre a “sociedade pós carbono”, nomeadamente junto das instâncias de decisão internacionais, é também um facto, assumido por alguns dos participantes do estudo, que a visibilidade e o reconhecimento político e societal preconiza uma apreciação e uma utilização de argumentos que, na verdade, são aqueles que as iniciativas “alternativas” visam suplantar e questionar criticamente.

A assunção da coerência entre princípios e práticas parece assim estar subjacente a esta tomada de posição, embora o universo dos respondentes seja muito heterogéneo a este nível. Ainda assim, parece-nos ser uma boa pista de reflexão, em estudos futuros, a compreensão mais profunda do potencial de produção de respostas com relevância social e territorial por parte das iniciativas, promovendo, desde logo, o debate sobre as críticas relativas à tendência de auto legitimação, de individualismo e de elitismo que são por vezes dirigidas, pelo contexto social e político, a determinadas iniciativas de experimentação socioecológica.

O estudo qualitativo que desenvolvemos (cf. Parte II, ponto B do presente Relatório) pretendia precisamente situar-se sob este prisma e é um primeiro exercício exploratório nesse sentido.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



5 – Perfis/tipos de iniciativas

5.1 – Análise Bivariada

A partir da análise conjunta entre as respostas a diferentes questões foi possível encontrar novas leituras do que demonstram os dados. O critério para a escolha de variáveis a conjugar para uma análise bivariada, passou por aprofundar alguns dos principais temas do projeto CATALISE, procurando entender o posicionamento das iniciativas quanto à construção de condições de autossuficiência, a capacidade de criação de emprego, o contributo para a soberania alimentar, as questões ambientais, a participação e o papel na governança local.

5.1.1 - Construção de condições de autossuficiência

Para compreender a relevância da construção de condições de autossuficiência foi realizada uma análise a dois níveis: a criação de condições de autossuficiência enquanto prática económica das iniciativas e o desenvolvimento de condições de autossuficiência enquanto área de intervenção principal. Mais de metade das iniciativas assumem procurar a criação de condições de autossuficiência a um nível elevado ou muito elevado (53,2%), sendo esta a prática económica com um maior nível de implementação entre as várias práticas inquiridas. A grande maioria das iniciativas indica um grau de implementação positivo para a criação de condições de autossuficiência (83%). No entanto, apenas um número reduzido de iniciativas considera ser esta uma das suas principais áreas de intervenção (23,2%), o que demonstra a criação de condições de autossuficiência como uma prática transversal mesmo quando não é o principal foco do projeto. Por outro lado, encontra-se uma iniciativa para quem o desenvolvimento de condições de autossuficiência é uma área de intervenção principal e todavia a sua implementação é negativa (nível 2) enquanto prática económica, o que pode demonstrar dificuldades em concretizar este objetivo.

Tabela 4 - Nível de implementação da prática económica “Criação de condições de autossuficiência e desenvolvimento de condições de autossuficiência” enquanto área de intervenção principal e respetivo cruzamento entre variáveis.

Desenvolvimento de condições de autossuficiência como área de intervenção principal	Criação de condições de autossuficiência como prática económica					Total
	Frequência (%)					
	1 - - ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Sim	0,0	12,5	25,0	25,0	37,5	100,0
Não	13,1	5,2	28,9	28,9	23,6	100,0
Total	10,9	6,5	28,3	28,3	26,1	100,0

5.1.2 - Criação de emprego

Considerando os dados recolhidos quanto à capacidade de criação de emprego, cerca de metade das iniciativas indicam criar emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado (51% indicam níveis de implementação positivos) e integram entre 8,4 a 12,2 colaboradores remunerados. Acresce o facto de cerca de um quarto das iniciativas indicarem ter não só como prática mas também como uma das áreas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



principais de intervenção a criação de emprego (23,9%) registando entre 4 a 40 postos de trabalho remunerados. Também relacionado com a capacidade de criar emprego de forma sustentada, encontra-se a criação de produções próprias de bens e serviços que surgem como resultados do trabalho em níveis positivos de classificação de 3,4 e 5 em mais de metade das iniciativas. Entre estas a média é de cerca de 10 empregos remunerados criados. As principais produções relacionam-se com a rede alimentar (desde as várias fases da produção, ao processamento e venda de alimentos) e também com ofícios tradicionais. Registam-se também propostas de intervenção ao nível do consumo (sensibilização e alteração de atitudes e comportamentos).

Tabela 5 - Média de empregos criados nas iniciativas agrupadas por nível de implementação da prática “Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado”.

	Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado					Média
	Frequência (%)					
	1 - - ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Média de Empregos criados	1,75	1,65	8,4	9,4	12,2	6,3

Tabela 6 – “Criação de emprego” como área de intervenção principal entre os diferentes níveis de implementação da prática “Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado”.

Criação de emprego como uma das áreas principais de intervenção	Criação de emprego preenchendo necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado - Frequência (%)					
	1 - - ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	Total
Sim	0,0	27,2	27,2	9,0	36,3	100,0
Não	34,2	20,0	5,7	17,1	22,8	100,0
Total	25,5	23,4	10,6	14,9	25,5	100,0

Tabela 7 – “Criação de emprego” como uma das áreas principais de intervenção entre os diferentes níveis de “Criação de produções próprias de bens e serviços” como resultado do trabalho da iniciativa

Criação de emprego como uma das áreas principais de intervenção	Produções próprias de bens e serviços - Frequência (%)					
	1 - - ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	Total
Sim	0,0	18,1	27,2	9,0	45,4	100,0
Não.....	28,5	11,4	20	20	20	100,0
Total	21,7	13,0	21,7	17,4	26,1	100,0

5.1.3 - Participação

No âmbito da participação a grande maioria das iniciativas indicam ser acentuadamente participativas, com um forte controlo democrático pelos próprios membros em praticamente toda a amostra (91,3% indica níveis de implementação de 3,4,5) a par do desenvolvimento de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



procedimentos participativos de gestão (82,6%) e da mobilização das comunidades locais para a participação em atividades (91,3%). Cerca de metade destas iniciativas destacam-se com níveis de implementação superior destas práticas, o que é reforçado pela utilização de fontes de receita que implicam participação como serviços de voluntariado, crowdfunding e/ou troca de bens e serviços (93,5%). Há ainda a destacar um grupo que representa um quarto da amostra e que além de utilizar as referidas fontes de receita e de ter indicadores de implementação elevados nas práticas de participativas nomeadas, também desenvolvem ajudadas ou seja momentos de entreajuda de participação comunitária. No controlo democrático das iniciativas pelos próprios membros encontramos os maiores níveis de implementação nas associações, cooperativas e nas iniciativas sem registo formal.

Tabela 8 - Percentagem de “Utilização de fontes de receita que implicam participação: serviços de voluntariado, crowdfunding e/ou troca de bens e serviços” entre os diferentes níveis de implementação da prática “Participação dos membros no processo de construção da iniciativa”.

Serviços de voluntariado, Crowdfunding e/ou Troca de bens e serviços como fontes de receita	Participação dos membros no processo de construção da iniciativa Frequência (%)					Total
	1 -- ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
1-25%	100%	0%	50%	33%	38%	100,0
25-50%	0%	0%	11%	14%	15%	100,0
50-75%	0%	0%	0%	8%	6%	100,0
75-100%	0%	0%	6%	10%	15%	100,0
Não aplicável	0%	0%	33%	35%	26%	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 9 - Relação entre a “Estatuto Jurídico da iniciativa” e “Controlo democrático pelos próprios membros”.

Estatuto Jurídico da iniciativa	Controlo democrático pelos próprios membros Frequência (%)					Total
	1 -- ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Associação	0,0	7,1	42,8	21,4	28,5	100,0
Cooperativa	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Empresa	0,0	25,0	0,0	50,0	25,0	100,0
Sem registo formal	10,0	0,0	10,0	40,0	40,0	100,0
IPSS/ONGD/ONGA	33,3	0	33,3	0	33,3	100,0
Total	6,5	2,2	23,9	32,6	34,8	100,0

5.1.4 - Promoção da soberania alimentar

Procurando compreender o contributo das iniciativas para a promoção da soberania alimentar e considerando a definição do conceito constante no questionário como “o direito dos povos a decidir o que cultivar, como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais”, mais de metade das iniciativas afirma contribuir com níveis positivos de implementação (3,4,5) para este movimento (65,1%). Entre estas cerca de metade são iniciativas que têm a agricultura/horticultura como área de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



atuação principal e a maioria afirma dedicar-se à produção própria, onde se encontra nomeada a produção de alimentos. Se é generalizada enquanto prática, enquanto área de intervenção principal é assumida apenas para um número muito reduzido de iniciativas da amostra, o que revela duas possíveis conclusões: a agricultura e a produção local de alimentos como o principal contributo para a soberania alimentar na maior parte dos casos, e o alinhamento da quase totalidade da amostra com este movimento enquanto abordagem estruturante da iniciativa, já que afirmam a sua implementação apesar de não escolherem esta como área de intervenção principal.

Tabela 10 - Relação entre a “Promoção da soberania alimentar” e “Agricultura” como área de atuação principal

Agricultura como área de atuação principal	Promoção da soberania alimentar Frequência (%)					Total
	1 -- ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Sim	6,2	6,2	12,5	25,0	50,0	100,0
Não	36,6	10,0	13,3	20,0	20,0	100,0
Total	26,1	8,7	13,0	21,7	30,4	100,0

5.1.5 - Governança

Sendo a relação das iniciativas com a Governança local uma questão relevante a compreender neste estudo, os dados revelam que o envolvimento na vida política local é assumido a um nível positivo de implementação (3,4,5) por quase metade das iniciativas (45,6%), chegando por sua vez metade destas a participar no orçamento participativo local. Todo o grupo identificado nesta análise e ainda várias outras iniciativas indicam realizar propostas de medidas e ações junto de organizações governamentais e ser ativos na mediação entre os membros da comunidade local como resultado do seu trabalho. Outro aspeto relevante para a participação na governança são os níveis de parceria indicados. Neste caso, a maioria das iniciativas da amostra indicam integrar redes locais e ter parcerias com entidades governamentais e com outras entidades públicas e em cerca de metade dos casos todas estas parcerias chegam a ser de natureza contratual. Um dado relevante é o facto das iniciativas que realizam parcerias serem maioritariamente quem é também ativo na vida política local.

Tabela 11 - Relação entre “Envolvimento na vida política local” e realização de “Parcerias com entidades governamentais, com outras entidades públicas locais e/ou redes locais”

Parcerias com entidades governamentais, com outras entidades públicas locais e/ou redes locais	Envolvimento na vida política local Frequência (%)					TOTAL
	1 -- ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Sim	28,5	21,4	23,8	14,2	11,9	100,0
Não	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	34,8	19,6	21,7	13,0	10,9	100,0

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Tabela 12 - Relação entre “Participação no orçamento participativo local” e realização de “Parcerias contratuais com entidades governamentais, outras entidades públicas locais /ou redes locais”.

Parcerias contratuais com entidades governamentais, outras entidades públicas locais /ou redes locais	Participação no orçamento participativo local					TOTAL
	Frequência (%)					
	1 -- ("nunca implementamos")	2	3	4	5++ (implementamos sempre")	
Sim	52,3	19,0	7,1	11,9	9,5	100,0
Não	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	56,5	17,4	6,5	10,9	8,7	100,0

5.1.6 - Práticas ambientais

Quanto à implementação de práticas ambientais a análise revelou uma tendência para uma agregação entre quem implementa maioritariamente práticas ambientais de contacto com a natureza (entre as quais a reutilização de águas residuais, a plantação de árvores e arbustos e cobertura permanente do solo, a preservação e troca de variedades tradicionais de sementes, a bio-construção, a produção de energia, a compostagem e o uso de casa de banho seca), as iniciativas que indicam implementar mais práticas de responsabilidade ambiental (neste caso consideradas a monitorização de consumos de energia, água e outros recursos e a redução da mobilidade dependente de combustíveis fósseis e a reciclagem) e quem indica níveis de implementação mais acentuados a nível das práticas de formação/sensibilização ambiental (para as quais foram consideradas as parcerias com instituições educativas e/ou de conservação da natureza, a participação/organização de ações de promoção de justiça ambiental e as publicações temáticas). A demonstrar a presença das questões ambientais na ação das iniciativas estudadas temos o facto de, por um lado, 6,4% das iniciativas inquiridas terem como área principal de atuação questões ambientais e por outro praticamente a totalidade das iniciativas (97,8%) indicar que utiliza tecnologias “amigas do ambiente” (de baixo impacto ambiental). Metade das iniciativas implementarem pelo menos 50% de todas as práticas ambientais inquiridas e apenas uma iniciativa em toda a amostra revela não realizar práticas ambientais.

5.2 - Análise Tipológica

Para uma análise multivariada e tipológica a partir do programa SPAD foi analisado o lançamento de um conjunto de variáveis em que foram consideradas como *variáveis ativas* as áreas de intervenção agrupadas por temas, as principais atividades das iniciativas, as fontes de receita e o número de colaboradores e as práticas sociais, ambientais, económicas e políticas também agregadas. Foram tidos como critérios de seleção e agrupamento o conjunto de variáveis que melhor permitem responder às questões fundamentais do CATALISE, e estabelecer um compromisso de equilíbrio entre a perda de singularidade (devido ao agrupamento de variáveis) e o ganho em transversalidade. Como *variáveis complementares* foram integradas o estatuto e a tipologia das iniciativas, assim como as práticas de gestão,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



culturais, territoriais e de conhecimento e o número médio de voluntários e as parcerias contratuais existentes.

Surgiram algumas dificuldades neste tipo de análise, nomeadamente, na obtenção de agrupamentos lógicos por referência ao conhecimento prévio existente sobre as iniciativas. Estas dificuldades deveram-se ao número reduzido e bastante heterogéneo do universo de iniciativas. Não obstante, e tidos em conta estes constrangimentos, considera-se relevante a partilha dos resultados, considerando que apontam pistas para a leituras dos dados e para aprofundar a compreensão da realidade em estudo. Foi realizada uma análise aos resultados a nível fatorial, centrado nas características das iniciativas e uma análise tipológica relativa aos perfis/ tipos de iniciativas que surgiram a partir destas características.

5.2.1 - Análise fatorial

- O fator 1 constitui-se na oposição entre *Prestação de serviços a Projetos de intervenção*

A *Prestação de serviços* caracteriza-se pela sua integração num organigrama institucional exterior, isto é, as iniciativas respondentes fazem parte de uma entidade promotora maior (podendo gerar situações em que as iniciativas prestadoras de serviços não estão diretamente relacionadas com a gestão interna do seu funcionamento (democracia interna, preocupação com governança local). Não visando objetivos de produção ou de troca de bens ou serviços, não se colocam, portanto, questões relacionadas com práticas de economia solidária, ambientais ou com a sua própria sustentabilidade. Os interlocutores destas iniciativas indiciam uma baixa ou nula valorização da dimensão social, o que pode estar associado a uma baixa ou nula preocupação com as condições de participação das populações no âmbito das funções que desempenham, que não aparecem, aliás, bem caracterizadas, sendo que funções nas áreas da saúde e da espiritualidade são as que aparecem mais em convergência com esta orientação, que não apresenta uma vocação territorial precisa. As IPSS e as “parcerias institucionais” e a “escola holística” representam o formato organizacional mais em conjugação com estas práticas, cujas formas de financiamento associadas é público, em mais de 50%.

Os projetos de intervenção situam-se, predominantemente, nas áreas do emprego/trabalho e destacam-se pelo modo de financiamento não público, podendo ser a mais de 50% assegurado por *crowdfunding* e por quotas ou ainda, de uma forma menos significativa, por trocas ou pelo contributo do voluntariado. Trata-se de iniciativas privilegiando uma organização com modelo cooperativo, que se encontram em conjugação com a Rede de Transição e desenvolvendo-se nas áreas do ambiente e das tecnologias renováveis e com preocupações de sustentabilidade. De forma menos generalizada podem ainda marcar estas iniciativas objetivos de desenvolvimento económico comunitário e o negócio social valorizando algumas dimensões sociais.

- O Fator 2 constitui-se na oposição entre *iniciativas com forte investimento social* a outros que visam *objetivos de natureza essencialmente ambiental*.

Os projetos com um forte investimento social atuam preferencialmente nas áreas do emprego e do trabalho, mas também nas áreas da saúde e da espiritualidade. Verifica-se, o mesmo tempo,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



uma ausência de práticas de responsabilidade ambiental. 50% das receitas têm ainda como origem o financiamento público, podendo intervir, igualmente, em menor grau, o pagamento de quotas ou o *crowdfunding*. A iniciativa do projeto pertence a organizações formais (empresas ou IPSS) que podem empregar com pequena (3 a 9 empregados) ou média (mais de 10 empregados) dimensão.

Do lado oposto do fator emergem iniciativas que, em primeiro lugar, se definem nas tipologias Ambiental, Escola Holística e Rede de Transição e, em segundo, por investirem as suas práticas na área do ambiente e das tecnologias renováveis, admitindo, ao mesmo tempo, uma ausência de investimento na área social e na produção de bens e serviços. Estas iniciativas assumem preferencialmente a forma de parcerias institucionais.

- **O fator 3 distingue iniciativas que atuam, no essencial, na área do trabalho e do emprego a outras que centram os seus objetivos na formação e culturas de comunidades e no desenvolvimento económico comunitário.**

As iniciativas que se centram na área do trabalho e do emprego desenvolvem-se sob a forma de cooperativas e, secundariamente, de IPSS. Objetivos como práticas de democracia interna ou outras finalidades mais de base territorial (formação, sensibilização e debates, práticas de conhecimento...) não têm expressão. A maior parte das receitas provêm de *crowdfunding* e do pagamento de quotas pelos membros mas igualmente, de forma mais esporádica, das receitas dos próprios serviços e de financiamento privado.

As práticas de desenvolvimento comunitário visam todas as dimensões da intervenção social, demarcando-se de práticas que visam o contato com a natureza. Estas práticas estão em conjugação, no essencial, com Associações que podem empregar entre 3 e 9 pessoas remuneradas, em média.

- **O fator 4 constrói-se em torno de duas orientações modais: por um lado, iniciativas que se enquadram na tipologia da “Escola holística” e de “Projetos holísticos” e, por outro, iniciativas que se enquadram em outras áreas, não especificadas**

A orientação holística privilegia a área da saúde e da espiritualidade, as quais ocupam a primeira ou a segunda preocupação das iniciativas, e as áreas do ambiente e das tecnologias renováveis, a do desenvolvimento económico e comunitário e da formação, cultura e comunidades que aparecem em segundo ou terceiro lugar das prioridades. Tendem a não demonstrar objetivos em todas as dimensões da área social. As iniciativas com origem em parcerias institucionais são os estatutos mais associados a estas práticas.

Do lado das iniciativas que se enquadram em outras áreas não especificadas, também podem ser apontadas finalidades principais nas áreas da formação, da cultura, do desenvolvimento de comunidades ou na do emprego e trabalho. Aqui, estas práticas são conduzidas em conjugação com a tipologia da Rede de Transição e por organizações com o estatuto de IPSS cuja dimensão, considerando o número de colaboradores remunerados, é desconhecida.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Os objetivos de democracia interna, ação territorial, formação, sensibilização e debates, e as condições de acesso aos serviços tendem a ter pouca expressão na ação destas iniciativas. Quanto às receitas, enquanto as que provêm da venda de produtos ou serviços ou do financiamento privado são descartadas, as adquiridas por *crowdfunding* tendem a ser assinaladas.

5.2.2 - Perfis/tipos de iniciativas

Os critérios identificados na análise fatorial para distinguir as iniciativas originaram a criação de perfis/tipos de iniciativas em torno dessas características distintas, criando uma tipologia que nos permite distinguir 5 perfis:

- **Perfil 1: (9.3% das iniciativas)**

As iniciativas agrupadas neste perfil não produzem bens nem serviços, não promovem bens comuns, trocas nem mercados solidários, não realizam ajudadas, mediação comunitária nem mercados de troca, nem constroem condições de autossuficiência. Tratam-se potencialmente de iniciativas que dependem de fundos públicos e que não conjugam outras formas de financiamento para a criação de autonomia financeira, revelando também pouco dinamismo comunitário. Demonstrem representar potencialmente respostas sociais enquadradas na Ação Social. Neste grupo encontramos como exemplo uma IPSS direcionada para jovens em risco.

- **Perfil 2: (11,3% das iniciativas)**

As iniciativas agrupadas neste perfil correspondem na sua maioria a iniciativas inscritas na rede de Transição, não têm como fontes de receita financiamentos públicos nem privados, nem *crowdfunding*, nem donativos, nem quotas de membros assim como também não são produtoras de bens nem serviços. Estas iniciativas demonstram não realizar movimentações financeiras em torno das suas atividades que não passam por produzir bens nem serviços, focando-se potencialmente em ações de sensibilização e debates, representando uma possível mobilização das comunidades para pensar e participar no desenvolvimento local, através da sensibilização para novas práticas por vezes dissociadas da necessidade de recursos financeiros. Neste perfil encontramos por exemplo iniciativas ligadas a trocas de sementes e à organização de debates e partilha de conhecimento.

- **Perfil 3 (2,3% das iniciativas)**

Neste perfil ficou apenas uma iniciativa isolada, caracterizando-se como tendo práticas territoriais de realização de parcerias, mobilização das comunidades locais, pertença a redes e resolução de problemas a nível local, assim como práticas de democracia interna e indicando a área do emprego/trabalho como área principal de atuação. Trata-se de uma iniciativa que agrega um modelo cooperativo com uma atuação a nível nacional na área dos transportes o que lhe atribui uma forte componente territorial e origina uma distinção na amostra.

- **Perfil 4 (44,19% das iniciativas)**

Este perfil agrupou o maior número de iniciativas que se caracterizam pela construção de condições de autossuficiência, por terem mais de 50% das receitas provenientes de troca de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



bens/serviços, por implementarem práticas de responsabilidade ambiental e promoverem bens comuns, trocas e mercados solidários e por menos de 50% das suas receitas serem provenientes de financiamentos públicos. São iniciativas orientadas para a autossuficiência e para a valorização de uma economia de troca direta, usando fontes de financiamento mais autónomas, e uma estratégia de sustentabilidade com autonomia de fundos públicos. A relevância das questões ambientais revela ser um foco agregador deste perfil que demonstra representar um tipo de resposta social autossuficiente, ecológica e fortemente comunitária. Neste grupo encontramos desde iniciativas com foco na utilização de desperdícios para criação de bens, com foco em energias renováveis assim como ecoaldeias e comunidades de suporte à agricultura de proximidade.

- **Perfil 5 (32,56% das iniciativas)**

Agregando o segundo maior grupo de iniciativas em estudo, este perfil caracteriza-se pela obtenção de mais de 50% das suas receitas em financiamentos públicos e menos de 50% das receitas terem origem em quotas dos membros, trocas de bens e serviços, voluntariado, donativos e *crowdfunding*. O perfil caracteriza-se, por outro lado, por implementar ajudadas, mediação comunitária e mercados de troca enquanto prática; por integrar uma média de 3 a 9 colaboradores remunerados e pelas principais áreas de atuação se situarem em torno da formação, cultura e comunicação. Destacam-se pela ligação da sua ação a financiamentos públicos, conjugada com uma sustentabilidade ligada à participação. São iniciativas que evidenciam conjugar diversas práticas económicas e fontes de financiamento tanto formais, como por meio da mobilização de recursos e dinamização de trocas, o que revela uma ação tendencialmente participativa e comunitária. A forte tendência para criar emprego é também um fator distintivo deste grupo. Neste perfil encontramos, como exemplo, desde uma escola ecológica a iniciativas comunitárias e associações ativas no desenvolvimento comunitário.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Seleção e identificação dos Casos de Estudo

A construção de ideais-tipo permitiu fundamentar a escolha das iniciativas a estudar em maior profundidade na Fase 2 do estudo exploratório. Foram assim selecionadas as seguintes iniciativas, casos de estudo, por referência às tipologias geradas e à limitação da sua localização na Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo¹⁵:

Perfil	Iniciativa
Perfil 1	Semear mais Solidariedade
Perfil 2	Centro de Convergência de Telheiras Círculos de sementes
Perfil 4	Coopérnico 1000Lides Tamera REMIX Projeto 270
Perfil 5	Casa da Floresta Verdes Anos Vale da Sarvinda

Nove das iniciativas selecionadas pertencem às zonas da Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo. No entanto, foi excecionalmente selecionado um caso da zona Centro, o Vale da Sarvinda, uma vez que, a partir de informações pesquisadas durante o processo de seleção dos casos, reunia um conjunto de características que a revestiam de particular interesse mas que não se encontrava na área geográfica definida, destacando-se: a criação de emprego remunerado, uma estratégia de financiamento com diversas práticas económicas e geração de negócios e a criação de uma aldeia de raiz, capaz de produzir alimento e energia e de fixar cerca de 50 famílias. Atendendo ao potencial contributo para o desenvolvimento local e comunitário, a equipa optou por selecionar este caso de estudo suplementar.

Justificada a escolha das iniciativas para o Estudo Qualitativo, de seguida sé apresentada uma breve descrição das mesmas:

¹⁵ A limitação geográfica resulta, para além de constrangimentos de recursos, de um pedido da entidade financiadora do projeto CATALISE para aprofundar o mapeamento nas zonas da área Metropolitana de Lisboa e Alentejo, uma vez que estavam a decorrer na altura projetos na área da economia social nas outras zonas do país.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Círculos de Sementes	
Classificação:	Preservação da Biodiversidade
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agricultura; ✓ Desenvolvimento de redes; ✓ Questões ambientais; ✓ Formação/Capacitação
Ano de criação:	2012
Estatuto Jurídico	Iniciativa informal
Escala de atuação:	Nacional
Zona:	Rural e Urbana
Finalidade:	Os Círculos têm como finalidade comum contribuir para a preservação da biodiversidade local, em particular, do património das variedades de sementes antigas e tradicionais que constituem a base da manutenção da vida na terra.
Breve descrição:	Os Círculos de Sementes são uma rede nacional de Círculos autónomos, uma iniciativa inspirada nos bancos de sementes e nos valores da partilha e da entreajuda. Têm como principal eixo de ação consciencializar a comunidade em geral para a importância da preservação das sementes e também para as questões relacionadas com a soberania alimentar. Como atividades concretas realizam oficinas de formação e ações de sensibilização e de partilha de sementes e de conhecimentos sobre as sementes, quer no seu cultivo, recolha, preservação e uso.



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Aldeia Solar e Grupo Estratégico Português (Tamera)	
Tipo:	Centro de Investigação para a Paz
Áreas de intervenção:	 <ul style="list-style-type: none"> ✓ Agricultura ✓ Bio-Construção ✓ Tecnologias Renováveis ✓ Arte/Cultura ✓ Saúde ✓ Educação ✓ Espiritualidade ✓ Economia Social e Solidária ✓ Comunicação/Divulgação de informação ✓ Desenvolvimento de Redes ✓ Segurança e Soberania Alimentar ✓ Desenvolvimento Comunitário ✓ Questões ambientais ✓ Desenvolvimento de condições de autossuficiência ✓ Formação/capacitação ✓ Criação de emprego/trabalho
Ano de criação:	1995
Estatuto Jurídico	Estatuto múltiplo: Associação, Sociedade Limitada e Fundação
Escala de atuação:	Local, regional, nacional e internacional
Zona:	Rural
Finalidade:	Tamera assume-se como um projeto de Investigação para a Paz, com a finalidade de criar um modelo de sociedade para o futuro, capaz de viver sob uma cultura de paz e amor entre seres humanos, em cooperação com os outros animais e a natureza. O Grupo Estratégico Português tem como finalidade contribuir para a promoção da ligação entre a comunidade de Tamera e a região em que se encontra, agregar e mobilizar os habitantes portugueses de Tamera. A Aldeia Solar constitui uma comunidade dentro da comunidade de Tamera, um espaço laboratorial vivo que através do projeto Biosfera 3, desenvolve e realiza experimentação tecnológica, ecológica, social e humana, para a construção de condições de autossuficiência e de regeneração ecológica e humana.
Breve descrição:	A vida em Tamera rege-se por um conjunto de compromissos baseados em valores como a <i>verdade</i> , o <i>apoio mútuo</i> e a <i>participação responsável</i> , como diretrizes éticas para fortalecer a identidade e o grau de confiança entre os seus membros. Pretende desenvolver um modelo de sociedade, pelo que a sua ação incide sobre as diversas áreas essenciais à vida quotidiana de uma comunidade como a ecologia, a economia, a educação, as relações sociais e a política. Esta abrangência de objetivos, associada à sua longevidade, tornam-na numa iniciativa diversa e complexa. Por este motivo optou-se por analisar como caso de estudo o projeto Aldeia Solar e o Grupo Estratégico Português (GEP) e a relação entre ambos. No caso do primeiro, são realizadas atividades de demonstração, investigação, formação e capacitação dos conhecimentos construídos. O GEP participa e realiza projetos locais e regionais de promoção da economia local, em conjunto com outros atores do território, e sobre outras áreas de trabalho da comunidade de Tamera.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Coopérnico	
Tipo:	Negócio Social
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecnologias Renováveis ✓ Economia Social e Solidária ✓ Desenvolvimento Comunitário
Ano de criação:	2013
Estatuto Jurídico	Cooperativa
Escala de atuação:	Nacional
Zona:	Urbana
Finalidade:	A partir da visão de um modelo energético renovável, justo e responsável que contribui para um futuro social, ambiental e energeticamente sustentável, tem como missão envolver os cidadãos e as empresas na criação de um novo paradigma energético – renovável e descentralizado – em benefício da sociedade e do meio ambiente.
Breve descrição:	É uma cooperativa de energias renováveis que alia à sua natureza social o apoio a projetos de solidariedade, educacionais ou de proteção ambiental. A Coopérnico funciona a partir da criação de uma grande comunidade de cidadãos e empresas com vontade de contribuir para um novo modelo energético, social e empresarial. Reúne investimentos em pequenos projetos de energias renováveis em que cada um pode ser dono da parte que desejar. A eletricidade que produz é integrada na rede elétrica e serve para abastecer famílias e negócios. Os projetos geram benefícios económicos, com a venda da eletricidade produzida, e ambientais, com a produção de eletricidade limpa (sem emissões de dióxido de carbono e outros poluentes). Distribui os benefícios gerados entre a sociedade, os investidores e o meio ambiente. Tem como princípios a 100% energia verde, a criação de valor social, através da colaboração direta ou através da atribuição de parte dos resultados obtidos a organizações da economia social ou educacionais, o desenvolvimento local, dando sempre prioridade a parceiros locais como forma de criar emprego verde a nível local e de promoção da transição para uma economia mais sustentável e a transparência e integridade, como base das relações duradouras e de confiança criadas em que a informação é partilhada com todos os seus cerca de 400 membros.



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Centro de Convergência de Telheiras	
Tipo:	Iniciativa inscrita na Rede de Transição
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação/Divulgação de informação ✓ Desenvolvimento Comunitário ✓ Desenvolvimento de Redes
Ano de criação:	2013
Estatuto Jurídico	Associação
Escala de atuação:	Local
Zona:	Urbana
Finalidade:	Responde à necessidade de mobilizar e potenciar o trabalho local reforçando a participação, o dinamismo na vida do bairro e o sentido comunitário local.
Breve descrição:	<p>A iniciativa foi fundada por moradores do bairro e pretende facilitar as dinâmicas comunitárias do bairro de Telheiras, cruzando as atividades e necessidades das instituições locais com as atividades económicas locais e da população. Para atingir os objetivos a iniciativa atua em diversos eixos: através do site Viver Telheiras, enquanto plataforma de notícias, crónicas, agenda, instituições e projectos comunitários; da Parceria Local, uma forma de promover iniciativas conjuntas entre as instituições e organizações do bairro e de partilhar recursos; e da rede de Comércio de Telheiras, para a valorização do comércio local e da economia de proximidade. Trata-se de uma iniciativa que integra uma forte sinergia entre a ação local comunitária e a investigação académica por meio de uma ação-investigação em curso no âmbito de uma bolsa de doutoramento de um dos seus membros fundadores.</p>



**CENTRO DE
CONVERGÊNCIA
DE TELHEIRAS**

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Escola Verdes Anos	
Tipo:	Negócio Social
Áreas de intervenção:	✓ Educação
Ano de criação:	2004
Estatuto Jurídico	Empresa
Escala de atuação:	Municipal
Zona:	Peri-urbana
Finalidade:	A escola tem como base uma visão holística da criança, orientada pela pedagogia Walford e tem como missão contribuir para o desenvolvimento do ser humano respeitando a individualidade de cada um em todas as esferas físicas, espirituais e anímicas, a partir do ensino centrado na promoção do respeito pela natureza e das mais nobres qualidades de cada ser, como a generosidade, a alegria, a justiça, a responsabilidade, a coragem, a honestidade, a tolerância, a autonomia, a consciência estética e a consciência ambiental.
Breve descrição:	A Casa da Floresta Verdes Anos é uma escola fundada por um grupo de famílias que não se encontravam satisfeitas com as ofertas educativas existentes na cidade, o que as levou a iniciar este projecto educativo que foi crescendo até se tornar uma escola legalmente reconhecida em 2013, integrando actualmente o jardim de infância, 1º e 2º ciclos. Situada na floresta de Monsanto tem como premissa pedagógica a criação de espaços físicos ambientalmente conscientes, valorizando uma alimentação ovo-lacto-vegetariana biológica e biodinâmica, a utilização de materiais orgânicos e recicláveis, as atividades diárias na floresta e o trabalho contínuo na horta como fundações para um crescimento de forte proximidade com a natureza.



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



1000Lides	
Tipo:	Projeto de Intervenção Social
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arte /Cultura ✓ Educação ✓ Economia Social e Solidária ✓ Desenvolvimento Comunitário ✓ Desenvolvimento de redes ✓ Criação de emprego/trabalho
Ano de criação:	2011
Estatuto Jurídico	Associação
Escala de atuação:	Municipal
Zona:	Rural
Finalidade:	Promover o desenvolvimento económico, comunitário e cultural local, por via das tradições e recursos locais, e o desenvolvimento holístico das crianças.
Breve descrição:	<p>A génese formal da 1000Lides reside no desejo de recuperar uma das antigas olarias locais e de concretizar ações contribuam para a dinamização cultural e socioeconómica do território local e de criar mais oportunidades para fixar população. Uma das práticas desenvolvidas para concretizar este objetivo tem sido a promoção do reconhecimento do comércio de proximidade, com a exposição e venda de produtos e serviços dos comerciantes locais nos Mercadinhos da Aldeia. A Economia Solidária é também um dos eixos promovidos através do Jogo de Trocas e dos Mercados de Trocas para promover outras formas de entajuda, partilha e subsistência. No âmbito da educação ambiental, têm desenvolvido projetos como o LixArte, que associa a sensibilização ambiental à cocriação de arte pelos residentes locais a partir do lixo que recolhem das praias. A educação é também uma área fundamental de ação, onde desenvolvem atividades ocupacionais, oficinas e outras formações com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças.</p>



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Projeto 270	
Tipo:	Soberania Alimentar e Agroecologia
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agricultura ✓ Arte/Cultura ✓ Educação ✓ Desenvolvimento Comunitário ✓ Segurança e Soberania Alimentar ✓ Criação de emprego/trabalho ✓ Formação/Capacitação ✓ Desenvolvimento de condições de autosuficiência ✓ Alimentação, Regeneração do solo, Alterações climáticas
Ano de criação:	2005
Estatuto Jurídico	Informal (atualmente é uma Associação)
Escala de atuação:	Nacional
Zona:	Peri-urbana
Finalidade:	Promover espaços emancipatórios de participação ativa na investigação, experimentação e desenvolvimento de novos modelos de economia social que potenciem a experiência humana e as ligações éticas possíveis entre indivíduos, mobilizando-as para a resolução dos problemas ecológicos atuais.
Breve descrição:	A génese do Projeto 270, enquanto iniciativa informal, remonta ao ano de 2001. Hoje, é uma associação cultural que atua em prol da Soberania Alimentar, experimentando a Agroecologia nas suas práticas quotidianas, quer no campo, quer na cozinha ou no mercado. Pretende contrariar o <i>desperdício</i> em todas as suas vertentes, desde a experiência humana até a todo o tipo de resíduos que habitualmente são considerados lixo, ignorando o seu potencial para, por exemplo, regenerar os solos, a água e a paisagem. A vermicompostagem participativa e o apadrinhamento de árvores são exemplos de práticas que pretendem envolver a comunidade alargada na regeneração ecológica, assim como a prática de uma agricultura sem agroquímicos e com uso de sementes livres. Atualmente o projeto 270 encontra-se a desenvolver, em conjunto com outros atores locais, um projeto de Agricultura Suportada pela Comunidade, através da criação de um mercado local biológico e do abastecimento de cantinas escolares.



Implementado por:




Financiado por:



Apoiado por:



Semear Mais Solidariedade	
Tipo:	Hortas Sociais
Áreas de intervenção:	<input checked="" type="checkbox"/> Agricultura 
Ano de criação:	2013
Estatuto Jurídico	Projeto de uma Instituição particular de Solidariedade Social (IPSS)
Escala de atuação:	Municipal
Zona:	Rural
Breve descrição:	<p>Caracteriza-se pela implementação de práticas ecológicas que contribuem para reforçar a sustentabilidade da instituição promotora e de grupos vulneráveis beneficiários O projeto é constituído pela criação de hortas numa instituição de acolhimento de jovens em risco, em benefício da instituição e das famílias desfavorecidas dos jovens, assim como de grupos vulneráveis beneficiários de entidades parceiras, neste caso de pessoas em situação de sem abrigo que com este projecto passaram a ter acesso a uma horta onde podem cultivar e colher os seus alimentos. Depende de financiamento público.</p>
Finalidade:	<p>O projeto promove o trabalho agrícola enquanto meio de formação dos jovens institucionalizados e do reforço das suas competências na dimensão da sustentabilidade ecológica e da nutrição, potenciando a sua criação de emprego na área agrícola.</p>

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



REMIX	
Tipo:	Negócio Social
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Economia Social e Solidária ✓ Questões Ambientais ✓ Criação de emprego/trabalho
Ano de criação:	2011
Estatuto Jurídico	Projeto de uma Associação
Escala de atuação:	Nacional
Zona:	Urbana
Finalidade:	Promover a inclusão e o desenvolvimento social por via do ecodesign colaborativo.
Breve descrição:	<p>O REMIX nasce de um consórcio de atores locais com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário de um bairro, um território marcado pelo estigma e pela vulnerabilidade socioeconómica. A sua atividade principal consiste na criação de peças de ecodesign colaborativo através do <i>up-cycling</i> (reutilização) participativo de resíduos urbanos, domésticos e outros. A criação de uma oficina para a produção das peças permitiu criar espaços de ocupação e trabalho para moradores locais e gerar dinâmicas em torno da reabilitação ambiental dos espaços públicos, de modo a melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais. Atualmente integra um conjunto de outros projetos com finalidades semelhantes sob a alçada de uma associação criada após a dinâmica do REMIX.</p>

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Vale da Sarvinda	
Tipo:	Projeto-Negócio
Áreas de intervenção:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bio-construção ✓ Formação/Capacitação ✓ Agricultura
Ano de criação:	2011
Estatuto Jurídico	Empresa
Escala de atuação:	Nacional
Zona:	Rural
Finalidade:	É uma iniciativa que se define pela criação de negócios que fechem ciclos de sustentabilidade integrada em torno de uma comunidade baseada no trabalho com um forte contributo para o desenvolvimento local.
Breve descrição:	<p>O Vale da Sarvinda é uma iniciativa com uma estratégia de financiamento que conjuga diversas práticas económicas, incluindo a utilização de fundos públicos e tem como objetivo representar uma resposta social duradoura, neste caso sob a forma de criação de uma aldeia de raiz com uma área de atuação multisectorial. Caracteriza-se pela criação de um espaço autossuficiente para o estabelecimento de 50 famílias, com produção própria de toda a energia e alimento a partir da criação de riqueza através de sistemas de produção agrícola, de transformados alimentares, atividades turísticas, refeições, uma escola de crianças e uma de adultos e todos os ofícios necessários para a autossuficiência. Centra-se na aplicação dos princípios da permacultura – cuidar da terra, cuidar das pessoas e utilizar os recursos existentes de forma responsável, com a produção agrícola em modo biológico, biodinâmico, a eco-construção de todo o espaço envolvente, a não utilização de produtos químicos de síntese agrícolas, de higiene pessoal ou de limpeza e a não comercialização de animais sempre que implique morte – o que exclui por exemplo a apicultura.</p>



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



B- ESTUDO QUALITATIVO

Passos metodológicos do Estudo Qualitativo

Após a análise dos resultados preliminares obtidos através do questionário, foi selecionada uma amostra de 10 casos para aprofundar qualitativamente a compreensão da realidade das iniciativas em estudo, por via da realização de breves visitas de observação e da realização de entrevistas semi-estruturadas. De seguida são apresentados os principais passos desse processo.

► *Seleção dos informadores*

Foram definidos critérios de seleção de informadores com o objetivo de criar diferentes perfis que permitissem garantir a diversidade da informação recolhida, nomeadamente: a antiguidade na iniciativa (“recente” ou “antigo”), a relação com o projeto em sentido lato (“estar dentro” ou “estar fora”) e a relação com a iniciativa em si (ser um “conceptor”; um “guardião”; ou um “executor”). Do cruzamento destes 3 critérios resultam 5 perfis de entrevistados, divididos em dois tipos: os informadores internos da iniciativa (perfis 1, 2, 3 e 4) e os informadores externos (perfil 5). Este último tipo de informadores exteriores à iniciativa foi considerado de modo a obter-se uma visão mais ampla sobre a posição da iniciativa na comunidade local, indo ao encontro da finalidade do CATALISE em compreender a capacidade das iniciativas em estabelecer relações com a população local e de traduzir o seu conhecimento e práticas em soluções concretas para problemas locais. Os informadores foram selecionados, quando possível, por via de observação direta prévia ou, com frequência, por indicação de membros das iniciativas.

► *Condições de realização das entrevistas*

Para recolha dos dados, foram criados dois guiões de entrevista: o Guião de Entrevista 1, dirigido aos perfis 1,2,3 e 4 (*vide* Anexo 5) e o Guião de Entrevista 2, dirigido ao perfil 5 (*vide* Anexo 6). No processo de elaboração do guião procurou-se complementar a informação já recolhida com os questionários, de modo a aprofundar as dimensões de análise do projeto CATALISE, apresentadas em ponto anterior deste relatório. O Guião de Entrevista 1 foi sujeito a dois pré-testes junto de iniciativas distintas, após os quais foram introduzidas alterações à sua estrutura para tornar a aplicação mais eficaz.

Em cada iniciativa foi entrevistada, pelo menos, 1 pessoa por perfil em função da disponibilidade dos informadores contactados. Procurou-se que a marcação e a realização das entrevistas fosse agendada de acordo com a disponibilidade e rotina de funcionamento das iniciativas, procurando interferir o mínimo possível no seu quotidiano, tendo inclusive algumas sido realizadas enquanto os entrevistados e entrevistadas se encontravam a executar as suas tarefas. A grande maioria das entrevistas foram realizadas nos espaços próprios das iniciativas, em espaços de parceiros ou outros espaços locais relacionados com a sua

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



atividade. Antes de cada entrevista os entrevistados foram informados e esclarecidos sobre os objetivos do estudo e assinaram os termos de consentimento informado de modo a assegurar as condições éticas de recolha e utilização dos dados e resultados do projeto (*vide* Anexo 7).

► *Análise dos dados*

As entrevistas foram analisadas por via da técnica da análise de conteúdo, a qual, de acordo com o entendimento de Bardin (2015), consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inseridas) destas mensagens” (p.44). Neste sentido, o procedimento da descrição analítica foi conduzido de acordo com um processo sistemático e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, utilizando uma abordagem temática, isto é, a unidade de codificação ou de registo consiste nas frases ou parágrafos onde sejam reconhecidos os temas-eixo que constituem as dimensões fundamentais do projeto, traduzidas num índice inicial criado de acordo com as questões do projeto.

Apesar da pré-existência de um índice de indicadores que esteve na base na construção do guião das entrevistas e que gerou a criação de um primeiro conjunto de critérios iniciais de classificação das unidades de registo, foi utilizado um procedimento aberto ou exploratório em simultâneo, deixando também espaço ao “quadro da análise [que] não está determinado” (Bardin, 2015, p.125). Desta forma, procurou-se apreender as ligações entre as diferentes variáveis presentes, numa abordagem dedutiva que permitisse a construção de novas hipóteses e também compreender as *condições de produção* do texto, isto é, compreender o campo de fatores que determinam o texto tal como ele é apresentado no momento da entrevista. Com este procedimento pretendeu-se, assim, compreender as condições que influenciam a construção de uma dada narrativa e ajudar à compreensão das condições singulares de cada entrevista, atendendo à natureza exploratória do projeto CATALISE.

Foram elaboradas grelhas por dimensão de análise, divididas por categorias, as quais, por sua vez, estão subdivididas em subcategorias, compostas por diferentes unidades de registo. Em resultado da análise, resultaram 5 dimensões, 17 categorias e 84 subcategorias (*vide* Quadro de frequência de Unidades de Registo no Anexo 8).

► *Dados sociodemográficos dos entrevistados*

Foram analisadas 20 entrevistas semi-directivas, dos 10 estudos de caso, contando com 23 entrevistados no total, 12 mulheres e 11 homens. A média das idades dos entrevistados é de 53, 826 anos, sendo a idade menor de 29 anos e a idade mais elevada de 70 anos. Do total de entrevistados, 4 eram de nacionalidade estrangeira, nomeadamente, inglesa, suíça, alemã e italiana. Em termos de qualificações literárias: 11 entrevistados têm licenciatura, 3 têm mestrado e 1 tem doutoramento; 6 entrevistados concluíram o ensino secundário (12ºano) e 2 têm a 4ª classe.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Apresentação dos resultados da análise qualitativa

Nos seguintes pontos serão apresentados os resultados da análise de conteúdo por Dimensão, Categoria e Subcategoria, sendo dados alguns exemplos de Unidades de Contexto (excertos) das entrevistas que melhor ilustram as subcategorias mais relevantes.

Dimensão A – Ação estratégica dos atores

Nesta dimensão pretendeu-se identificar os atores participantes, as orientações estratégicas subjacentes à missão das iniciativas e a sua capacidade estratégica, identificando os recursos mobilizados pelas iniciativas e os níveis de adequação destes em função das competências das iniciativas. Neste sentido, importava compreender as dimensões de tensão que resultam das contradições vividas entre dois planos: o plano da *dimensão institucional* - a definição do ideal que sustenta o projeto – valores, princípios, finalidades políticas, etc., e o plano da *dimensão organizacional* - o projeto concretizado no plano do real quotidiano em que a ação decorre, e no qual podem surgir dificuldades ou desafios na tarefa de implementar aquele ideal face aos constrangimentos, limitações e contradições existentes.

Na figura 4 podem ser vistas as 3 categorias e as 12 subcategorias resultantes da análise para esta dimensão:

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



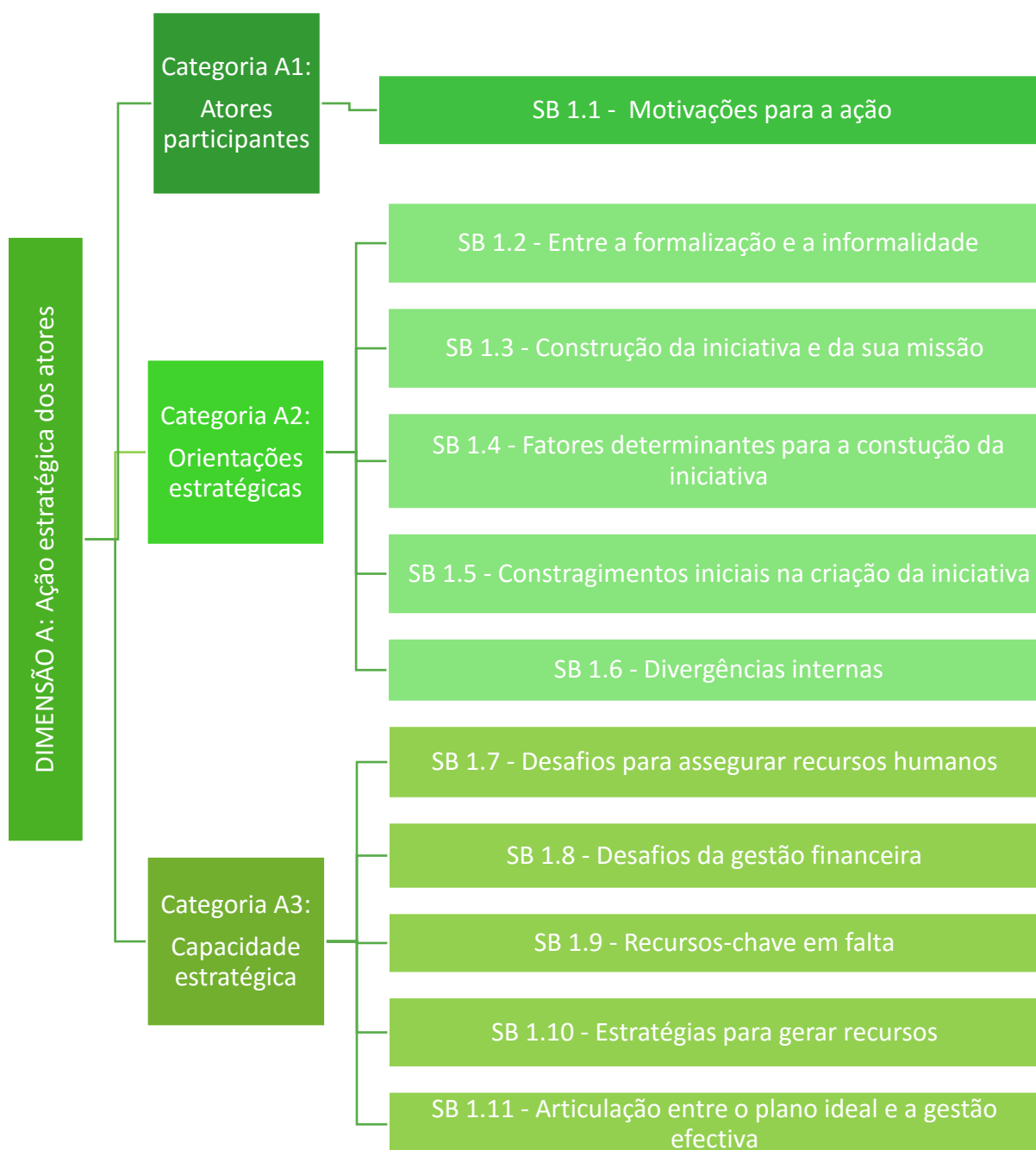


Figura 4 – Dimensão A e respetivas Categorias e Subcategorias (SB).

CATEGORIA A1 – Atores Participantes

De uma forma geral, quando questionados sobre o seu papel na iniciativa, os atores entrevistados apresentam motivações pessoais, individuais ou relacionadas com a sua comunidade, que os levaram a tomar uma posição sobre a realidade e agir, resultando na

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



génese da iniciativa. Esta categoria é constituída por uma subcategoria única.

Subcategoria 1.1: *Motivações para a ação*

Foi referida, com maior frequência, a existência de um questionamento prévio e de sentir um apelo pessoal para agir como motivos que conduziram à génese da iniciativa:

EN – E porquê trabalhar a arte e a agricultura? Porquê esses dois temas (...)?

CE7E1 – (...) Começámos logo por ser honestos nesta abordagem do tema que nós estamos aqui a falar, que é a questão do desperdício da experiência, não é? Ora, se quem fundou... O background tinha a ver, no meu caso, com história e com a arte, e no caso da (...)... com a arte. Então nós faríamos tábuas rasas de tudo aquilo que tinha sido o nosso trabalho anterior, toda a nossa educação, todo o desenvolvimento de uma certa sensibilidade? Ou abordaríamos a razão que é (...) a origem mais forte [da iniciativa], que era dizer: “Há qualquer coisa aqui que não bate certo. (...) Aqui, no meio disto tudo, na nossa sociedade, na... na nossa vida pessoal. Há qualquer coisa que não ‘tá aqui a fazer sentido. O que é que nós andamos para aqui a fazer efetivamente?”

De seguida, é referida a procura de respostas localmente inexistentes para necessidades pelos atores, quer pessoalmente, quer nas suas comunidades:

CE3E1 - Depois de conhecer o banco Triodos, e pensámos: “É pena que em Portugal não haja nada assim. Se quisermos aplicar as poupanças numa área sustentável, não conseguimos.” Mas como todos éramos desta área, de mais ou menos de ambiente ou ligados à sustentabilidade, pensámos: “Podemos fazer a aplicação... arranjar uma forma sustentável de aplicar o nosso dinheiro.” E o que nos ocorreu na altura foi fazer uma central de energia solar.

CE4E1 - Também a [iniciativa] teve este... início muito para pais que não encontravam mesmo resposta para os seus filhos no ensino que havia na altura em 2004. E então juntaram-se pais que não tinham nada a ver uns com os outros (aparentemente) e juntaram-se para criar uma iniciativa, ao início muito doméstica, num apartamento na... ali ao pé da Gulbenkian e que, depois, surgiram tantas famílias interessadas que passou para algo maior, não é? (...) e daí a estrutura foi... É um bocadinho esta a história, não é? De um grupo de... da insatisfação vem uma solução, vem outra... vem algo novo.

Com a mesma ordem de frequência, surge a necessidade de contribuir para trazer maior abertura da iniciativa já existente à comunidade mais alargada:

CE5E4 - Foi realmente uma experiência profunda para mim ver tantos lugares no campo que não vês quando você estás apenas conduzir através deles, e eu ouvi a beleza, mas também a dor do país, porque tu vês que muitas florestas foram destruídas, muitas aldeias estão morrendo, e eu pensei: "ok, e ninguém sabe sobre [a iniciativa], e é importante que os nossos vizinhos próximos, e assim por diante, a região conheçam [a iniciativa]", e então eu disse "vamos criar uma rede" (...). Então, montamos este escritório de rede juntos, e fizemos contato com várias organizações, instituições, mas, principalmente, iniciativas, sim.

Verifica-se pois que existe uma estreita ligação entre as práticas e princípios pessoais dos atores entrevistados e o modo como estes os imprimem nos objetivos da iniciativa:

CE10E1 - Comecei do zero, com uma ética que eu considerarei que era a que eu queria seguir... [pausa] não abdicando dos meus princípios, e queria fazer um projeto rural, percebi que não tinha os recursos, percebi que tinha que encontrar recursos humanos, recursos financeiros. Uh...a ética e a forma de operar tudo já estava mais ou menos na minha cabeça e então criei uma equipa.

Alguns entrevistados referiram que a motivação para fazer algo em que acreditam ou em que têm gosto, procurando construir uma realidade mais sustentável, os levou a mudar de localidade, de residência ou de emprego:

CE1E1 – A [entidade promotora] surgiu porque o “João”... (...). Dedicava-se à contabilidade de empresas, e era professor universitário, e decidiu largar tudo isso e dedicar-se aquilo de que ele mais gostava, ou seja, fazer coisas de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



que gostava e ser sustentável, receber por isso.

Por fim, é também referido que a motivação para criar a iniciativa (neste caso, a entidade promotora que virá a ser a organização que a iniciativa estudada integra) partiu da motivação de potenciar a complementaridade de campos de ação de um grupo já existente, baseado em relações de amizade e de entreaajuda:

CE1E1-2 – E também porque nós... Isto também começou porque éramos amigos. E como sentimos que os núcleos todos se interligavam, não é, e que assim também nos ajudavam. Portanto, já houve pessoas que chegaram até nós porque primeiro foi, por exemplo, o M. e vice-versa. Portanto, houve pessoas que participaram nos nossos workshops, mas depois perguntaram: “Mas afinal, o que é [a entidade promotora]?” E nós dissemos: “Olhe, tem mais estes três núcleos...”. “Ah, mas isso é muito interessante! Eu gostava muito de conhecer o outro núcleo.” Pronto, e também foi uma forma de nós sentirmos que queríamos estar juntos, também para que nos ajudássemos uns aos outros. Pronto.

CATEGORIA A2 – Orientações Estratégicas

Nesta Categoria emergem elementos que dão conta de uma grande ênfase atribuída ao processo de construção inicial da iniciativa e da definição da sua missão. São também referidos constrangimentos e divergências internas que refletem a dinâmica entre as prioridades atribuídas às finalidades da iniciativa e o desempenho possível dos atores perante a realidade.

Subcategoria 2.1: *Entre a formalização e a informalidade*

Esta subcategoria é enformada sobretudo pela experiência de duas das iniciativas que tiveram a sua génese num grupo informal, em que os entrevistados descrevem o processo de mudança da situação de informalidade para a aquisição de um estatuto formal.

São referidas as exigências da formalização, cujos processos exigem muito tempo, sentidas como imposições externas que condicionam o funcionamento do grupo a uma performance de procedimentos subjacentes à formalidade das organizações da sociedade civil, ou forçando-o a adquirir uma estrutura formal caso pretenda participar em ligação com instituições:

CE7E2 – Tenho visto grupos formais, associações, em que realmente elas não funcionam. Portanto, é uma questão de performance, é uma questão... Realmente, porque se os problemas de financiamento às vezes estão muito dirigidos para esta formalidade de organização civil, que nos pedem assim... Tenho pena que eles peçam assim, porque acho que os grupos deveriam ser mais... (...) A necessidade de teres de ser um grupo formal, passares mesmo por um... no fundo, uma estratégia organizacional que é algo que é exterior a ti, que te impõe. Tens a lei, tens de ter os corpos gerentes, tens de ter os (...), as escrituras, tens de ter regulamentos internos, ou seja, esta organização formal, exigida por lei, que depois te proíbe, sim, de teres mais abertura a financiamentos, tenho pena que assim seja. Acho que as pessoas de grupos informais, com... chama-lhes estatutos, ou até podem ter um livro de princípios e valores, aquilo funcionar como estatutos e ainda serem mais eficazes do que propriamente...

EN – Consideras que essa imposição traz um constrangimento?

CE7E2 – Sim.

Um dos entrevistados refere que a defesa de uma “cidadania participativa” que “não tem que ser formalizada” levou a que a situação de informalidade do grupo inicial tenha impedido o desenvolvimento de alguns objetivos do grupo:

EN – Alguma vez foi um impedimento, durante o tempo que estiveram na costa, serem um coletivo informal e não uma... não terem estatuto formal? Não serem uma instituição?

CE7E1 – Uh... Para as instituições essa foi a resposta que nos deram, por não nos querermos formalizar. Ora, para nós, na altura, era completamente antagónico à... àquilo que eram os nossos objetivos, e por isso

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



nunca o quisemos fazer. Portanto, eu enquanto cidadão posso-me juntar a outras... a outros cidadãos, e com eles construir algo de momento, que dure alguns meses, ou que isso realmente possa surgir algo, nessa relação que nós temos com as pessoas, que perdure ao longo do tempo. E esse era o nosso... Pronto, esse era o nosso grande objetivo. Esse foi o grande impedimento... uh... de certa maneira, para determinados... uh... objetivos que nós tínhamos.

Por outro lado, é referido que a situação de informalidade foi uma condição funcional apenas até ao momento em que o crescimento da iniciativa impõe ultrapassar os seus limites. Neste sentido, o processo de formalização determina e, simultaneamente, materializa a mudança de uma motivação inicial do grupo de fuga e de insatisfação com o mundo, para uma vontade de agir sobre o mundo, transformando-o:

CE4-E1 - Em 2013 conseguimos, finalmente, o alvará e a legalização de toda a escola, pronto. E aí também sinto que deixa de ser aquele projeto tanto desta insatisfação que passa a ser um projeto “Ok, há esta insatisfação, mas queremos agir no mundo”, percebes? Deixa de ser uma coisa quase à margem, para manter a mesma ideia de “bora lá transformar as coisas no mundo” e não tanto fugir do mundo.

É também indicada a realização de um processo aberto de formalização, em que o grupo inicial pretende constituir uma associação alargando o círculo de membros que colaboram para além das suas redes pessoais de pessoas:

EN – O que é que... o que é que mudou [com a formalização], o que é que levou tempo?

CE7E1 – Em primeiro lugar, percebermos quem é que queria colaborar connosco, e depois a necessidade de termos as pessoas. Não quisemos só ser um grupo de amigos, mas abrir às pessoas que connosco foram-se cruzando.

De referir que surgem unidades de registo relativas às questões do estatuto formal e da informalidade noutras subcategorias, quer por referência à necessidade de avaliação da iniciativa (ver subcategoria 12.6), quer devido às relações com outros atores coletivos locais (ver subcategorias 13.1 e 13.4).

Subcategoria 2.2 - Construção da iniciativa e da sua missão

Nesta subcategoria incluem-se unidades de registo que descrevem o modo de construção da missão da iniciativa, nomeadamente, a importância em definir uma missão que não seja excludente, atendendo a que implica sempre a delimitação de um campo de ação, e a criação de uma missão original e comum a todos os membros, com base nos objetivos que fundam a energia do grupo. É referida com maior frequência que a procura e a construção dessa missão comum é um processo longo e difícil:

E7E1 - Pá, e também tentar construir o que é isso de nos associarmos com objetivos determinados. E tudo isso leva muito tempo. Essa parte de... sentido de...

EN – Encontrar o comum?

CE7E1 – Sim. Pá, que é... que é aquilo que continua a ser hoje em dia bastante complicado.

Subcategoria 2.3 - Fatores determinantes para a construção da iniciativa

No que toca aos fatores que se revelaram determinantes para construir a iniciativa, é dado o maior destaque à importância da polivalência de competências, à persistência e à dedicação pessoal dos membros da iniciativa para que consigam dar seguimento ao trabalho proposto:

CE3E1 - O pouco que nós podemos contratar acaba... acabamos por nem sequer... Não estamos orgulhosos daquilo que conseguimos pagar. E tenho ainda um problema, que é que nós para conseguirmos ter alguém... pessoas que

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



tenham a capacidade de fazer tudo o que nós queremos... Nós, ao sermos pequenos e novos, obviamente não temos dinheiro para contratar várias pessoas, mas temos muitas necessidades, portanto precisamos de alguém que consiga assegurar a parte administrativa, que consiga acompanhar a produção dos nossos projetos no dia-a-dia, a produção de energia que é coisa do dia-a-dia, que trate da parte da comercialização, que esclareça as pessoas e as entidades com as dúvidas que têm. Portanto, precisamos de um all in one.

CE8E3 - Para mim acho que é isso que faz a diferença porque muitas vezes as equipas são muito muito pequenas e temos de tocar sete instrumentos. E só com a resiliência e a persistência é que isso pode acontecer.

De seguida, é mencionada a mobilização de recursos financeiros próprios ou das redes pessoais como tendo sido fundamentais para conseguir alavancar a iniciativa numa fase inicial:

CE10-E1 – O PRODER não pagou a ruína que eu tenho, eu estou a viver num espaço de oito metros quadrados, é a minha casa, isso ninguém me pagou, tive de ser eu a fazê-lo. Reconstruir aquilo tudo, tudo o que tá no [espaço da iniciativa] foi feito pelas pessoas que estão [na iniciativa], ou seja, é uma perspetiva de começar do zero. Mas do zero é chegar a um sítio onde não há nada.

Por fim, com menor frequência, foram referidas a existência de apoios financeiros públicos e a motivação decorrente de resultados positivos de uma experiência piloto prévia como outros fatores preponderantes para a construção da iniciativa:

CE2E1 – Isto começou exatamente como o “Alberto” já disse, portanto, nós sempre tivemos a nossa hortinha, não é? Desde 2007 que... que foi criado o [outro projeto], que era umas hortinhas diferentes, mas claro que com meios muito mais precários. No entanto, percebemos que, ao desenvolver este tipo de atividade, isto era importante porque trabalhávamos algumas competências com os jovens. Se o pudéssemos fazer de uma forma mais regular, e com outras condições para desenvolver a própria horta, poderíamos melhorar as questões ambientais da quinta em si, e poderíamos continuar a trabalhar, e trabalhar ainda melhor as competências com os jovens, e, por outro lado, a questão da sustentabilidade também seria, uh... seria um fator importante.

Subcategoria 2.4 - Constrangimentos iniciais na criação da iniciativa

Como principais constrangimentos iniciais, foram indicadas dificuldades em encontrar potenciais parceiros que acreditassem no projeto ou entidades que o apoiassem financeiramente:

CE3-E1 - Portanto, o único apoio que podemos dizer que houve é dessa pessoa que disse: “Vocês podem montar aqui a central, e eu até nem quero muito dinheiro por isso.” Mas nem sequer do dinheiro abdicaram, e depois não houve nenhum até ao momento em que decidimos criar de facto a [iniciativa], na parte... Primeiro a central foi em Tavira, não houve nenhum apoio, foi juntar as pessoas com convicções e testar (...) em Lisboa pagava o aluguer a uma instituição de solidariedade social, que é a Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. E aí, sim, também não houve um apoio do ponto de vista financeiro, mas houve uma associação a acreditar naquilo que nós estávamos a fazer, e não foi fácil de encontrar na altura.

Por outro lado, parceiros com visões mais tradicionais sobre a forma de intervir condicionaram o desenho original do projeto, obrigando à sua adaptação:

CE8E2 - Pronto, a muito custo porque, de facto, eu não acredito – e cada vez menos – nestas respostas que são tradicionais, muito tradicionais, que é a criação de um grupo de teatro e trabalhares com um grupo de jovens na constituição de um grupo de teatro e que, um ano depois pós financiamento, o grupo dissipa-se. Pronto, a inicial ocupação de tempos-livres que, rapidamente, consegues em contexto escolar.

EN – Mas, de alguma forma, conseguiram fazer a ligação entre os valores...

CE8E2 – Conseguimos fazer a ligação... sim! Sim (...) conseguimos fazer a ligação por insistência nossa, que é: existindo este grupo, este grupo vai ter de ser sensibilizado para estas questões. [a iniciativa] só surge com base numa premissa muito clara que é esta ideia da reciclagem, da reutilização de materiais e, na eventualidade de este grupo ser criado, a temática-base vai ter de ser esta. E assim foi, a muito custo, hum... internamente nós tivemos imensa

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



dificuldade para articular com eles porque têm uma visão muito tradicional.

Foram mencionadas também dificuldades relacionadas com legislação, a qual condicionou as possibilidades iniciais de ação:

CE3E1 - Em Portugal... Ou seja, este modelo que estávamos a montar estava muito focado em ter uma rentabilidade interessante ou aceitável para um investimento ético, e se tu quiseses oferecer investimento em Portugal, não podes fazê-lo publicamente. Podes ir até 150 pessoas. Mais do que isso, já tens de ser... tens que estar autorizado pela CMVM, e para ser autorizado pela CMVM tens que ser uma entidade financeira, ou ter uma entidade financeira que 'tá a fazer aquilo por ti. No nosso caso não fazia sentido ir ao BES pedir para o BES publicar empréstimos ao nosso projeto, muito menos àquela escala. Então, o primeiro obstáculo foi de facto esse obstáculo legal do cumprimento dos requisitos da CMVM e do Banco de Portugal para poder divulgar produtos de investimento.

Por outro lado, o desconhecimento da equipa sobre a legislação específica que enquadra o associativismo, assim como sobre onde procurar essa informação:

CE9-E2 - Não estávamos informados como é que seria a legislação para nível associativo, como é que isso se faria porque não tínhamos esse recurso dentro da nossa organização e porque não era claro para nós onde é que podíamos ir buscar essa informação. Isso foi um constrangimento que tivemos ao início que acabou por ser um bocado chato porque depois atrasou timings de pagamentos e não sei quê, por isso foi chato.

Subcategoria 2.5 - *Divergências internas*

Relativamente à existência de divergências internas, estas foram manifestadas sobretudo por uma iniciativa que revelou ter uma relação desafiante com a entidade promotora e em que, internamente, existem funções mais demarcadas entre coordenadores e executores de tarefas, apesar da participação de todos ser um eixo fundamental e efetivamente concretizado.

A maior fonte de divergência relatada prende-se com a correta distribuição dos recursos pelos membros da iniciativa:

EN - Porque é que nessa altura se quis ir embora?

CE8E1 – Por causa das discussões que havia entre colegas.

EN – Nesse processo de desenhar e de experimentar as coisas?

CE8E1 – Não propriamente entre designers e mim. Mas sim entre os próprios colegas de trabalho. Discussões porque uns fazem, outros não fazem... uns, por exemplo... ia a feiras para demonstrações, para mostrar os objetos, e éramos capazes de estar um fim-de-semana, um sábado ou domingo estarmos fora daqui, e a maior parte das pessoas não queriam fazer isso. Outros faziam. Então, uns recebiam uma parte e outros não recebiam, e não achavam justo que fosse assim. O projeto era igual para todos, deveríamos todos trabalhar por igual, mas nem todos trabalhavam igual, mas queriam receber igual. Então, havia muitas divergências nesse aspeto. Havia pessoas que faziam... eu trabalhava por exemplo, três horas e havia pessoas que só trabalhavam duas horas, e queriam receber o mesmo de quem trabalhava três...

De seguida, evidenciam-se divergências quanto ao modo como o processo de crescimento da iniciativa deverá decorrer e mesmo até sobre o estado atual da iniciativa:

CE8E1 - Aqui, 20 euros por mês [a renda da oficina], acho que não é nada. Vamos estar a entregar isto por 20 euros. Nem que tivesse que vender uma coisa por mês para pagar a renda. Mas pelo que eu vejo, não é, ele desinteressou-se completamente de ir às lojas ver o que é que há, o que é que vende, o que é que não vende... (...) Dedicou-se a um outro projeto. Porque abandonou-se o projeto, digamos.

CE8E3 - O projeto neste momento continua... é sustentável no sentido em que o Sr. A. continua... o P. agora afastou-se, pronto, está a fazer o mestrado. Está o Sr. A. e o Sr. J. À medida que as lojas pedem mais produto eles dois conseguem desenvolver, consegue-se pagar os ordenados destas duas pessoas.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Por fim, no que toca à melhor forma de desenvolver a gestão interna da iniciativa, surgem divergências sobre a melhor forma de planeamento e gestão e também sobre as estratégias de comunicação mais adequadas:

CE6E2 - Há esta necessidade de se calhar, fazer menos, pensar a longo prazo, e ver cada um de nós o que é que sente. Eu tenho uma opinião diferente dos restantes, e os restantes têm opinião diferente da minha, porque eu acho que se desperdiça muito tempo... desperdiça-se muito tempo e gere-se muito mal o tempo. O desperdício do tempo tem a ver com a má gestão do tempo. As coisas têm que ser planeadas, para que funcionem, e o que me dizem é: “não, vamos fazer de uma forma intuitiva” e eu: “não, para ter impacto na comunidade, não pode ser de uma forma intuitiva. Se isto já é cíclico, ter isto planeado de um ano para o outro, para saber com quem vamos falar. Se é com o Abel, se é com a Maria, para depois poder evitar os condicionalismos de última hora”.

Categoria A3 – Capacidade Estratégica

São inventariados os recursos mobilizados pelas iniciativas, os desafios e as estratégias necessárias para assegurar a sua existência e gestão. Surgem também elementos que permitem compreender a relação entre esses recursos e a sua adequação àquela que é a missão assumida pela iniciativa.

Subcategoria 3.1 - Desafios para assegurar recursos humanos

Nesta subcategoria são relatados os desafios que as iniciativas enfrentam para conseguir assegurar a existência de recursos humanos. A unidade de registo que mais acentuadamente se destaca é a necessidade em adquirir recursos financeiros e de construir uma estrutura organizacional que permita gerar empregos e meios de subsistência:

CE3E1 - É muito difícil para nós conseguir recursos... recursos humanos para fazer trabalho. Ou é voluntariado e as pessoas... E, como eu te disse, é difícil as pessoas terem o compromisso do dia-a-dia. Ou sai tudo de nós, da Direção, mas também temos vidas profissionais à parte da [iniciativa], ou temos que contratar. Sem dinheiro, não é possível contratar.

CE6E2 – A [iniciativa] tem mesmo de catapultar para outro tipo de estrutura. Em que o trabalho destas pessoas seja de alguma forma contabilizada as horas de regime voluntário, para... as pessoas não têm ideia a quantidade de horas que nós dedicamos a isto. E para poder recorrer, também, a pessoas da zona. Não podemos estar a pedir a todas as pessoas que não têm meios de subsistência, a estarem a trabalhar em regime de voluntariado connosco, quando sabemos que essas pessoas vão comer à casa do povo, pessoas com dificuldades financeiras e que têm problemas... a casa do povo fornece refeições. E não podemos estar a pedir às pessoas para colaborarem connosco, sabendo do modo como vivem, em regime de voluntariado. Uma coisa somos nós, outra coisa são as pessoas que vamos chamar. (...) ...capacitar a [iniciativa] com gente e empregar gente em regime de prestação de serviços, de acordo com as necessidades da comunidade.

Um outro desafio prende-se com a sobrecarga dos membros mais ativos na iniciativa, o que gera cansaço ou mesmo até quebra de relações internas:

EN – E é também ele em si [o cansaço] um obstáculo? Uma condicionante?

CE6E2 – É, porque as pessoas acabam por estar desmotivadas, tivemos que fazer face um pouco a esta questão da comunidade local... Está sempre a fazer fricção, dificuldades criadas externas, que isto é muito desgastante. E se tu estás a trabalhar numa dinâmica em que são 3 ou 4 pessoas que estão sempre a implementar, as pessoas começam a ficar esgotadas, desmotivadas, e a fazer já quase como uma obrigação e tirar pouco prazer das coisas. E já não conseguem fazer face às críticas exteriores.

A incapacidade da iniciativa em fixar recursos humanos permanentes é também um dos

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



desafios apontados, uma vez que incorre numa rotatividade involuntária dos colaboradores:

CE3E1 - E depois temos um problema grave para organizações como a nossa, que é quando nós conseguimos, sabemos que é uma pessoa que a qualquer momento nós vamos.... estamos sujeitos a perdê-la, porque rapidamente uma pessoa que tem todas estas coisas [capacidade de polivalência de tarefas] vai conseguir arranjar um emprego com melhores condições do que aquilo que a [iniciativa] pode oferecer. Portanto, acabamos por sofrer de um efeito de rotatividade involuntária dos colaboradores.

Subcategoria 3.2 - Desafios da gestão financeira

Nesta subcategoria surgem unidades de registo que dão conta de dificuldades associadas à lógica dos projetos de financiamento, nomeadamente, a instabilidade associada aos períodos limitados no tempo do financiamento:

CE8E1 - ...depois arranjou-se outras maneiras de alargar o projeto e o alargar o projeto abandonou-se.

EN – Aqui este centro inicial?

CE8E1 - Este centro inicial e todos os outros. Ou seja, fez-se este centro, este centro estava espetacular... não houve mais financiamento... não havia dinheiro. Não havia dinheiro, “espera aí... então temos que arranjar maneira de haver financiamento”. Abriu-se então uma loja com séniores [noutra localidade]. Há... esteve-se lá, arranjou-se a casa toda, pintou-se... fez-se móveis para lá, comprou-se ferramentas para lá, comprou-se montes de coisas para lá, cerca de seis meses ou um ano depois, fechou. Entretanto, mudou-se as freguesias, juntaram-se as freguesias umas às outras e acabaram-se com umas e com outras. Acabou-se então (...) porque não havia financiamento.

De referir que esta dificuldade é bastante acentuada no caso de estudo correspondente ao excerto anterior, cujo arranque da iniciativa dependeu inteiramente do financiamento externo. Neste sentido, sendo a forma de sustentabilidade atual mais significativa desta iniciativa a produção própria e venda de produtos, surgem várias vezes no discurso do entrevistado responsável pela produção os desafios em conciliar a capacidade de escoar os produtos com a sustentabilidade do projeto (*vide* Unidade de Registo 8.5 a)):

EC8E1 - Um objeto que era vendido, por exemplo, um objeto de 20 euros, a loja ficava com 20 ou 30 por cento, para nós ficávamos... uma coisa mínima, não compensava estarmos a... fabricar essas peças a esses preços. Porque depois quando era para dividir, toma lá 5 euros para cada um, não dava. Era muito menos do que 5 euros numa peça de 20 euros. Então, chegava-se à conclusão que não valia a pena, tinha que se aumentar o preço das peças. À medida que fomos aumentar os preços das peças, teve-se muito menos venda dessas peças. E à medida que tivemos muito menos venda das peças, parou-se então... a fabricação das peças. Não a fabricação, mas pronto.

EN – Então no início vendiam mais mas tinha um preço baixo.

CE8E1 – Muito baixo, muito baixo (...) Fomos reduzindo a quantidade de peças. E depois com a crise de 2011, quando nós começámos em 2011, não é? Em 2012 começámos a vender peças... 2013 já não conseguimos vender a mesma quantidade e em 2014 ainda menos.

Ainda no contexto da realidade anterior, surge como desafio encontrar novos parceiros para apoios de financiamento ou outras formas de sustentação. Outro desafio associado às questões de financiamento prende-se com as exigências da entidade financiadora, neste caso privada, que constroem a capacidade de ação da iniciativa e geram uma relação de dependência:

CE6E2 - ...apercebi-me que [a iniciativa] estavam reféns de um financiador. (...) E não há nada pior do que estar refém. (...)

EN – Ele [o financiador] financiava em que... como um privado a financiar uma Associação?

CE6E2 – Financiava... Sim, porque ele tem... entra naquele estatuto do apoio social, ele financia todas as entidades por aqui. Até faz parte, em representação da escola, do Agrupamento. E depois, sabia por elas que aquilo passou a ser uma produção biológica mas a ideia que se mantém de base é o empreendimento turístico, à imagem do que foi a antiga torre alta, e o que é Tróia. Edifícios de dez andares, um resort, e embora ele financiasse (...) através da mulher,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



acabava por fazer algumas exigências.

Na mesma linha de desafios, mas com menor frequência, surge a menção às dificuldades sentidas devido à trabalhosa administração dos financiamentos, a qual exigiu capacidades que a equipa da iniciativa não tinha:

CE9E2 - Depois eu diria que a própria gestão de uma candidatura de um financiamento que era relativamente grande e feito por uma organização, entidade também ela grande, foi em si um constrangimento porque exigiu uma quantidade de trabalho estúpida, a nível de faturação e dar todas as “faturinhas”, de todos os gastos e não sei quê, portanto, para a estrutura que nós tínhamos, a candidatura foi ótima porque nos deu dinheiro mas exigiu-nos um trabalho de administração ligado à candidatura para o qual não estávamos muito capacitados.

Outras iniciativas revelam ter como desafios na gestão financeira a dificuldade em criar mecanismos de autofinanciamento e a necessidade de procurar recursos fora da iniciativa sempre que surgem novos projetos:

CE9E1 - Nós temos de ter, nós ainda não conseguimos implementar (...) nós temos de ter mecanismos de auto financiamento não é? (...) Tem de ser uma estratégia porque os nossos projetos chave são de retorno social e não são de retorno financeiro, por isso, isto a nível de recomendação é: projetos que queiram apostar (...) quando se sabe à partida que se vai ter um projeto de retorno social tem de ser ter logo a garantia logo à partida mecanismos também de auto financiamento que vão para além disso.

A mesma iniciativa refere que as dificuldades mantêm-se mesmo quando se procuram alternativas ao autofinanciamento, associadas à ausência de apoios públicos para territórios não considerados de intervenção prioritária:

CE9E2 - Numa perspetiva alternativa à falha deste auto financiamento que seria sempre outra parte das candidaturas, ou de subsídios camarários ou da junta ou o que seja, também falhámos em mobilizar esses recursos para aqui. Mas aí não tem tanto a ver connosco, tem mais a ver com as características deste território porque é um território que não é apoiado preferencialmente porque não é um território considerado vulnerável ou de intervenção prioritária, portanto a Câmara nunca dá dinheiro para este bairro e a Junta, dentro da própria freguesia também há muitos territórios que têm necessidades mais assinaláveis.

Numa narrativa diferente, surge uma posição dual perante o uso do dinheiro, entre a necessidade do seu uso e a procura de alternativas ao mesmo. Neste último caso, é referido várias vezes ao longo de uma das entrevistas que o uso de dinheiro é reduzido ao mínimo possível de forma a evitar a sua influência no funcionamento e na continuidade da iniciativa:

CE1E1-2 – E é um exemplo também de que é possível fazer coisas sem dinheiro, sem uma conta bancária, sem haver tesouraria...

CE1E1-1 – Nós temos tido... Participámos em imensos projetos, muitos projetos que com dinheiro...quando terminava... o projeto terminava e a coisa caía, não é? Então, para nós está a ser muito gratificante provarmos a nós próprias e demonstrarmos que efetivamente, com a boa vontade de todos, que é possível sem haver efetivamente um financiamento por trás, sem haver esta necessidade de grandes coisas, e efetivamente é numa base de partilha.

Subcategoria 3.3 - Recursos-chave em falta

São referidos com frequência semelhante dois recursos-chave em falta: mais pessoas e a falta de tempo para desenvolver e concretizar todos os projetos previstos:

EN - Mas o que é que tem sido... Fatores decisivos para conseguirem ir avançando na vossa experimentação?

CE5E2 – (...) Duas coisas importantes. Por um lado, haver pessoas que se comprometam a pegar nestes projetos e a: “Ok, eu... eu gosto de fazer isto, eu quero fazer isto, eu responsabilizo-me por isto.” Porque, como tu já deves ter percebido, há mil e uma coisas a acontecer, e estamos todos envolvidos nisto ou naquilo ou não sei quê, e, portanto,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



eu sinto que há uma certa falta de recursos humanos para fazer tanta coisa, porque de facto não temos capacidade, só nós... (...) Portanto, sentimos falta de capital humano, também. Porque estamos sempre todos muito ocupados nas outras coisas todas.

CE7E2 – Dificuldades, quer dizer... era sempre melhor termos uma equipa e os recursos, com imensos recursos, uma equipa disponível para nós, não é? Para cada atividade. Agora, sinto que isso é realmente impossível, teríamos que estar todos no fundo a 100% para o projeto. Não é que nós... Nós podemos estar a 100%, não temos é 100% do tempo para o desenvolver. Até de forma a que não se prescindia de outras dimensões da nossa vida que são imprescindíveis.

De seguida, é mencionada a necessidade de formação específica de gestão ou de pessoas com perfil adequado nessa área:

CE9-E2 - falhámos no nosso objetivo de criar auto financiamento para o projeto, não conseguimos (...) porque não termos dentro dos recursos humanos que fazem parte daquilo que é [a iniciativa], não tínhamos pessoas nem com o perfil digamos muito “empreendedor” para a coisa de criar um negócio e com visão de negócio bastante assertiva, não tínhamos essa pessoa.

Por fim, com a menor frequência de registo está a referência explícita da necessidade de mais recursos financeiros para avançar com projetos, embora a importância deste recurso esteja subjacente ao longo das subcategorias anteriores.

Subcategoria 3.4 - Estratégias para gerar recursos

Face aos desafios e dificuldades anteriormente apresentadas, as iniciativas desenvolvem, ou pretendem desenvolver, diversas estratégias para gerar recursos. A estratégia mais referida consiste na produção e venda de produtos, na prestação de serviços ou no desenvolvimento de outros mecanismos de autofinanciamento:

CE10-E1 - A nossa lógica foi criarmos uma dimensão suficientemente grande para podermos ter algum produto para transacionar em quantidade para que nos permita gerar riqueza, por outro lado, criar diversidade, foram sempre estes dois balanços. Vamos ter culturas para cada uma das estações do ano para evitar picos. Toda a gestão agrícola foi pensada numa forma de evitar grandes períodos de mão-de-obra e mantermos um alto nível de empregabilidade.

CE9-E1 - E depois aqui, nós temos de ter, nós ainda não conseguimos implementar (...) nós temos de ter mecanismos de auto financiamento, não é? (...) E aí a questão de ‘tarmos a começar formações (...) em que o pessoal paga 3 euros para poder ter uma banca para vender (...) eventos, workshops, etc. formações.

EN – É uma estratégia vossa?

EC9-E1 – Tem de ser uma estratégia porque os nossos projetos chave são de retorno social e não são de retorno financeiro.

Na mesma linha de abordagem, mas referida menos vezes, surge a necessidade de aprofundar a componente de negócio para garantir a viabilidade financeira do projeto social:

CE8E3 – Eu acho que só assim é que vai funcionar, ou seja, as pessoas que são vizinhas e que moram nesta realidade de alguma maneira têm de ser privilegiadas também. Têm outro tipo de recursos, ou não os têm, portanto. E eu acho que temos que encarar isto de uma maneira mais empresarial, ou seja, mesmo para um nicho de mercado temos vários tipos de clientes e que coisas e que serviços é que nós podemos fornecer ou tabelar, até em termos de preço, para estes vários tipos de clientes, esta é a minha visão.

É também referida a profissionalização associada à procura de outras fontes de financiamento como forma de ultrapassar relações de dependência de financiadores locais:

CE6E2 - E a ideia, quando eu juntei, foi tentar profissionalizar a [iniciativa]. Começar a capacitar as pessoas a pensar não por atividade mas por projeto, de forma a termos um dossiê para poder captar financiamento e mecenas fora deste território. Para não estarmos reféns [do mecenas privado] ou da Câmara.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Outras formas de gerar recursos passam por procurar fora da iniciativa, utilizando recursos locais já existentes e disponíveis ou através de parcerias com outras iniciativas ou empresas:

EC8E2 – Pensem no território que temos, pensem na potencialidade que nós temos, quer seja perto de nós, ou relativamente perto ou relativamente longe, mas pensem nos recursos que nós temos. Temos a Central de Cervejas que está aqui ao nosso lado, pensem nesta peça – no candeeiro que a S. desenvolveu. O candeeiro foi pensado com o reaproveitamento (...) de garrafas de vidro. Podem ser utilizadas com as garrafas da Central de Cervejas, da Sagres. (...) Vamos reunir com eles, vamos propor.

De seguida são indicadas outras estratégias que passam por mobilizar os recursos internos da iniciativa, nomeadamente, a utilização de recursos próprios dos membros e fazer uso da criatividade e das relações de partilha entre os membros da iniciativa e da comunidade:

EN – O que é que tem sido determinante para ultrapassar essa ausência, ou escassez de recursos?

CE7E2 – Acho que a criatividade é assim um recurso excelente, que determina. Eu acho que a criatividade, e a forma como nós... que (...) que eu estava-te a dizer, acaba por solucionar muito. E, portanto, ou seja, a criatividade e depois também o foco, o chegar pessoas, o conhecer pessoas, esta troca de conhecimento. “Ah, tu sabes fazer isto? Bom.”. “Queres participar nesta...?” Até podemos fazer trocas, de serviços, e isso tem sido interessante. Acaba por ser uma superação ao constrangimento realmente económico, ou financeiro.

CE6E2 – Nós temos conseguido fazer isso mas com grande esforço. E quando falo num grande esforço, é tipo muitas vezes acabo por ser... acabamos nós por oferecer do nosso bolso, a nossa boa vontade, dar às outras pessoas, tirando as coisas que se concretizem.

CE3E1 – Acho que não é uma experiência para partilhar, mas o facto de eu ter uma empresa e ter trabalhadores na minha empresa, durante muito tempo foram eles que ajudaram a manter a atividade da [iniciativa]. Temos uma pessoa que tratava da comunicação (...), outro tratava da parte administrativa.

Menos referido é o uso de apoios públicos para conseguir ter recursos humanos remunerados e a apresentação da iniciativa a atores institucionais para poder aceder a financiamentos:

CE9E1 - O facto de termos pessoas através do serviço europeu de voluntariado, não nos trás custos e temos pessoas motivadas, interessantes, com um potencial enorme que gostamos imenso e que estão aqui connosco sem custos para nós.(...). Os projetos podem ser 6 meses, 9 meses ou 12 meses, nós já fizemos as entrevistas para virem depois mais duas pessoas. A nível de recursos humanos também é muito interessante, estágios do IEFP. E depois aqui, nós temos de ter, nós ainda não conseguimos implementar (...) nós temos de ter mecanismos de auto financiamento, não é?

CE6E2 - Nós apresentámos... Primeiro, a “Sofia” ligou. Eles pediram para mandar o plano de atividades. (...) Eu disse: “Não, não vamos fazer isso porque nós queremos apresentar os nossos dois grandes projetos. (...) Marcámos a reunião com o ADL, que é o GAL daqui. (...) quando eu e a “Sofia” falámos dos projetos, pediram-me a memória descritiva, e remeteram-nos para a região de turismo, que está sediada em Évora. Queriam criar uma linha de artesanato que identificasse o Alentejo. Eu disse que a nossa pretensão não era essa, era de facto recuperar o que existia e... como eu já conheço a dinâmica da região de turismo de Évora, do Alentejo, não fomos por aí. Eu falei com a “Sofia” e disse... A “Sofia” saiu frustradíssima da reunião, saímos ambas, e eu disse: “Não, isto serviu para apresentar a associação, o nosso nome está aqui, são eles que vão avaliar as nossas propostas ao Portugal 2020 se conseguirmos concorrer. Agora vamo-nos apresentar à CCRA”. [N]A CCRA acharam os dois projetos muito interessantes e encaminharam-nos logo para a Direção Regional da Cultura e novamente aqui para o GAL para ir buscar a lista dos produtores, dos artesãos, e a Direção Regional da Cultura...

A redução de custos das atividades e a realização de pedidos de donativos são apresentadas como uma forma de assim conseguir trabalhar sem que sejam necessários muitos ou nenhuns recursos. E por fim, a cooperação com universidades para que, através de pequenos trabalhos, estudantes possam conhecer o trabalho da iniciativa e documentar o trabalho já feito.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 3.5 - Articulação entre o plano ideal e a gestão efetiva

Relativamente à articulação entre o plano ideal, ou institucional, e o plano da gestão efetiva, ou organizacional, surgiram unidades de registo diversas, todas com a mesma ordem de frequência.

Relativamente à coerência entre os recursos utilizados e os princípios da iniciativa, surgem, dentro da mesma iniciativa, duas posições ligeiramente divergentes: uma referindo que os recursos utilizados são inteiramente adequados aos princípios éticos e outra em que, sendo adequados, ainda não são inteiramente coerentes com os princípios éticos. No seguimento desta última, melhorar essa articulação implicará reestruturar a iniciativa e uma maior dedicação das pessoas.

Outra iniciativa declara que a falta de recursos não impede o desenvolvimento da missão, mas que esta se vai construindo gradualmente, por passos. Neste sentido são apresentadas estratégias para conseguir ir concretizando essa articulação:

CE5E5 – Há uma falha.

EN – Há uma falha...

CE5E5 – Sim.

EN – Como é que gerem isso?

CE5E5 – Com muito humor e muito ter em conta que estamos num processo. E que não há... Não é sustentável dizeres a alguém “tu tens de parar de fumar”, porque a decisão é da pessoa.

CE5E2 - Como? Às vezes, com uma grande capacidade de [pausa] flexibilidade, e ajuste, e de improviso, também. “Ok, isto não pode ser assim porque isto não resulta dessa maneira. Podemos esquecer essa parte, é melhor enveredar por esta estratégia, é melhor fazer assim desta maneira, ou contactar estas pessoas, perguntar se os outros também estão disponíveis”. Há um reajuste constante, não é? Do plano inicial à realidade com que nós nos deparamos. E tem havido bastante capacidade de adaptação.

Por fim, são referidos dois exemplos de práticas ideais que atualmente as iniciativas não conseguem implementar devido às necessidades existentes:

CE9-E1 - uma coisa que nós ao início tínhamos como utopia e que não conseguimos claramente era nós conseguirmos ter por exemplo ter horários de trabalho mais reduzidos, que se tornou impossível, trabalhar, imagina, seis horas por dia. Nós queríamos isso ao início, se nós conseguimos fazer um bom trabalho, trabalhamos só seis horas... É impossível, nós trabalhamos para aí dez horas. Pronto, porque há muita coisa para fazer, há volume... nós não nos conseguimos organizar, não sei se é não nos conseguirmos organizar, há muita coisa para tratar portanto acabamos por trabalhar muito e portanto aí falhámos um bocadinho aquilo que seria a nossa proposta.

EC4-E1 - Sim, porque tu podes querer fazer algo e... e... sei lá, a parte económica para nós é uma parte idealmente, nós gostaríamos de poder ser acessíveis a todas as famílias, não é? Ou pelo menos a famílias que, realmente, entendam o porquê deste... deste tipo de projeto educativo e não conseguimos. Por exemplo, a mensalidade é muito elevada, nós não temos nenhum apoio exterior. Já tentámos fazer trocas de serviços, ter família a trabalharem cá, em troca em vez de pagarem a mensalidade e correram todas mal.

Implementado por:



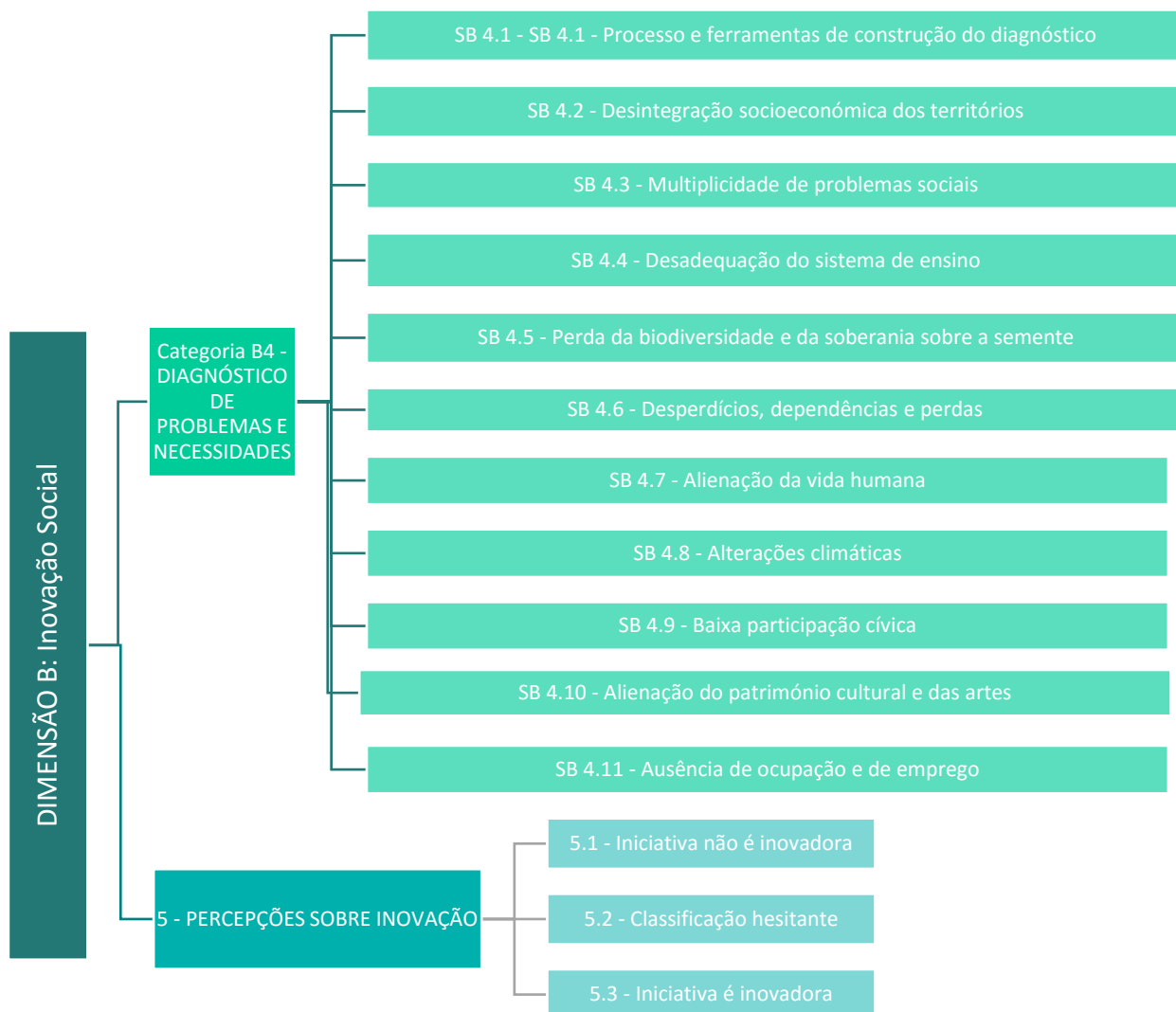
Financiado por:



Apoiado por:



Dimensão B - Inovação Social



Implementado por:

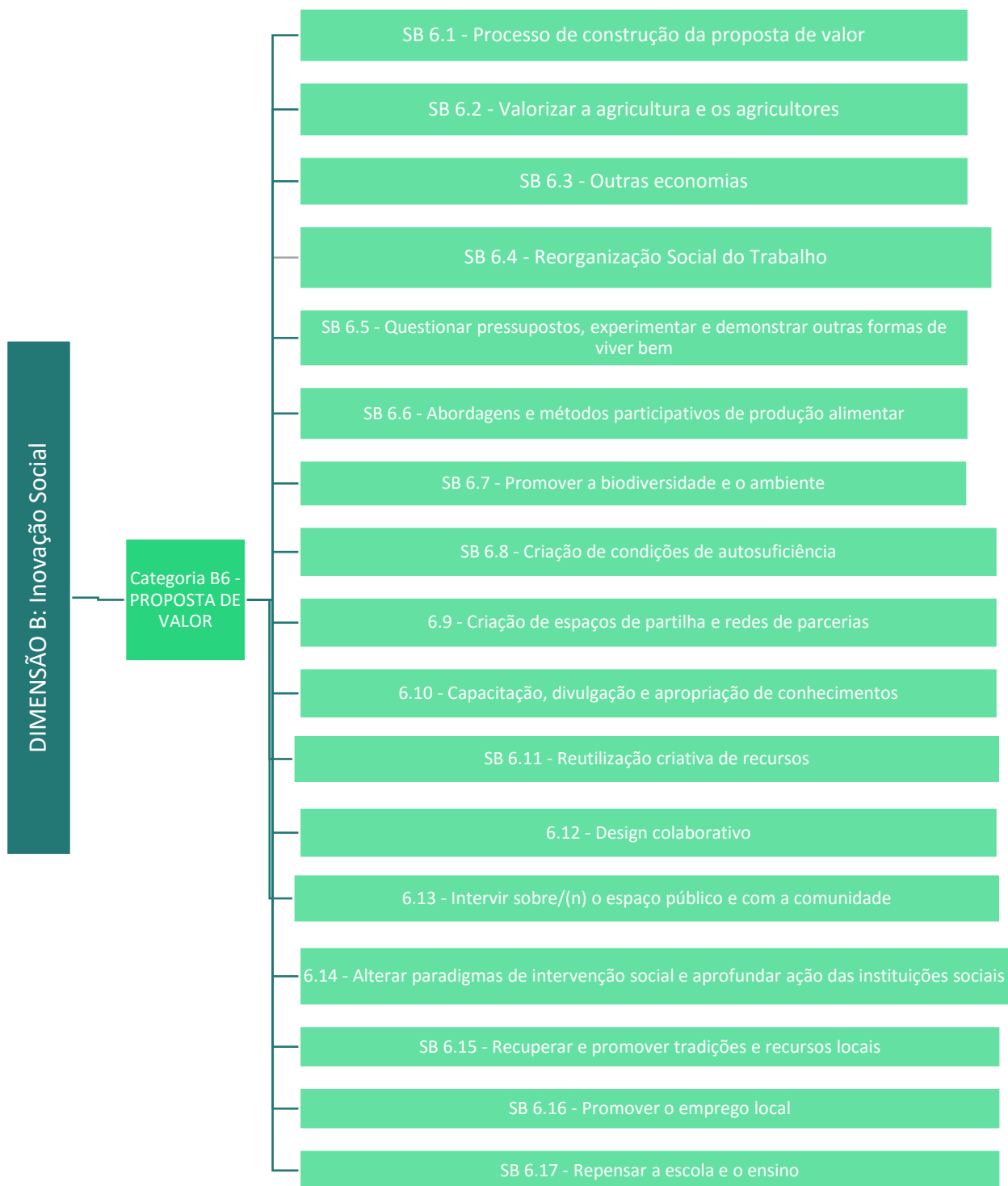


Financiado por:



Apoiado por:





Implementado por:

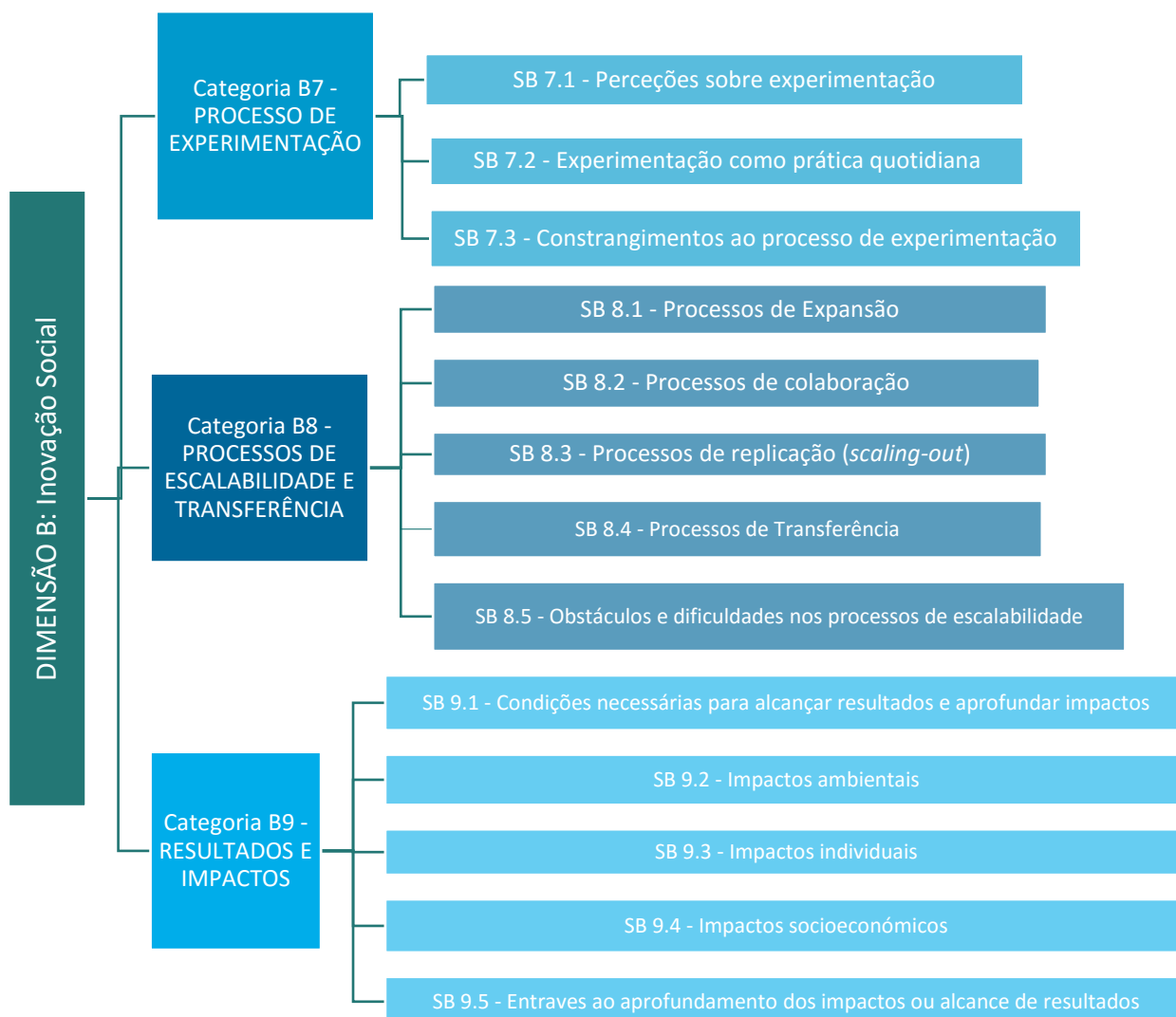


Financiado por:



Apoiado por:





Categoria B4 - Diagnóstico de problemas e necessidades

A Inovação Social é um processo de construção que ocorre ao longo de várias fases, os quais não são necessariamente sequenciais, podendo até, e com frequência, apresentar um carácter dinâmico e de retroalimentação. Criar uma solução para um problema pressupõe conhecer esse mesmo problema, as suas causas e efeitos, e as especificidades do contexto em que ele ocorre. A presente categoria dá conta de alguns processos e ferramentas de diagnóstico mobilizadas pelas iniciativas e apresenta os principais problemas ou desafios que motivaram a construção da iniciativa.

Subcategoria 4.1 - Processo e ferramentas de construção do diagnóstico

A ferramenta de diagnóstico referida com maior frequência consiste na realização de pesquisas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



e de abordagens informais de inquérito dirigidas a entidades de poder local e à população:

CE6E2 – E depois estive a ler o que a Câmara tinha, falei com o presidente da Junta, a título informal, quais eram as preocupações, aproveitei os mercadinhos para ir falando com as pessoas.

CE9E1 - nós antes de avançarmos outra coisa que fizemos foi logo com seis ou sete parceiros-chave falar com eles e dizer “Se nós convocarmos uma primeira reunião, vocês querem pertencer a uma rede, querem estar dentro disto?” e sentimos que todos eles disseram “Sim, nós vamos fazer isso.” Por isso sentirmos isso também fez com que (...) Ok, não estamos aqui só nós...

Na mesma linha participativa, algumas iniciativas indicam que o processo de diagnóstico e o desenho de soluções foram feitos coletivamente:

CE8E2 - Fui devolvendo aos parceiros, fui reunindo com pessoas, juntamos alguns pilares da comunidade e tentamos perceber o que é que fazia falta.

A experiência própria de necessidades sentidas é também apontada como uma forma de diagnóstico, funcionando como um ponto de partida individual que, quando partilhada, revela a dimensão coletiva dessa necessidade, potenciando a mobilização de várias pessoas para a procura e construção de uma solução:

CE3-E1 - A parte de diagnosticar a necessidade foi claramente por experiência própria, né? Porque foi... Ao vermos, nós, que não existia uma forma, uma aplicação ética das nossas poupanças... depois o que fizemos foi verificar no círculo à nossa volta se havia mais pessoas a pensar assim, e se teriam interesse em investir dinheiro numa... (EN – Desta forma.) Nesta... nesta forma de criação de... de valor.

De referir que existe uma co-ocorrência entre esta unidade de registo e a unidade de registo 1.1 a), “Procura de respostas localmente inexistentes para usufruto próprio”.

Por fim, é referido, por parte de uma iniciativa cuja entidade promotora detém uma longa experiência e conhecimento do território local, que essa mesma experiência é fundamental para enformar o diagnóstico que a iniciativa faz do contexto local em que atua.

Subcategoria 4.2 - Desintegração socioeconómica dos territórios

A constatação da desintegração socioeconómica dos territórios ocorre tanto nas iniciativas localizadas em contextos urbanos, como rurais. Uma referência comum de iniciativas de ambos os tipos de território é a ausência de coordenação e de dinâmicas conjuntas entre coletivos locais existentes:

CE6E2 - Na altura disse que tínhamos muita necessidade de capacitar as pessoas daqui das associações a fazerem pequenos workshops, oficina, formação, no sentido de começar a trabalhar no coletivo...

EN – No coletivo, referes-te...?

CE6E2 – À região. Porque apercebi-me este verão, quando decorreram os mercadinhos, havia muitas coisas a decorrer em simultâneo, e estamos a falar de... não só de oferta cultural, mas a questão gastronómica. As associações que estão aqui, quando chega o verão, fazem mercados com venda de festas, de bifanas, cervejas, porque isto rende muito dinheiro. E a ideia era, então, reunir com alguém que pudesse orientar a oficina, em que cada associação iria dispor de xis tempo para apresentar e dizer, de facto, o que é que é que estava capacitada para dar resposta aqui na região, para fazer esse levantamento, porque não há.

Uma das iniciativas com ação num bairro de habitação social, refere verificar um distanciamento entre a população e as respostas institucionais locais existentes, assim como o

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



desinvestimento político no território materializado na escassez de estruturas institucionais locais:

EC8E2 - eu passei a frequentar as reuniões mensais do Grupo Comunitário do Bairro do Armador, em que o consórcio de parceiros era enorme há quatro anos atrás e neste momento são três organizações que estão vinculadas. Hum... e porquê? Porque há quatro anos existiam muito mais respostas, nomeadamente uma resposta do ESCOLHAS. Hum... havia uma resposta da Junta de Freguesia de Marvila que era um projeto direcionado para jovens, hum... e, entretanto, essas coisas foram terminando por falta de recursos económicos...

São também feitas referências à estigmatização dos territórios, nomeadamente, o estigma do medo associado ao perigo de certos territórios ou à “sujidade” dos mesmos:

EC8E2 - nós, com base nestes diagnósticos e nestes relatórios que fomos consultando, percebemos também que, ironicamente o Bairro do Armador, a zona oriental de Lisboa, nomeadamente o Vale de Chelas era considerado pela Câmara Municipal de Lisboa como sendo um dos bairros sujos...

Já num outro contexto, são referidas a ausência de pessoas nos territórios do interior, em contraponto à concentração nas cidades do litoral, e a fragilidade de algumas populações isoladas em contextos rurais:

CE5E4 - Então, o que fazemos, e temos alguns projetos em execução com a aldeia, como a partilha de conhecimentos com as mulheres, entre (...) as mulheres, por exemplo, como cozinhar, como usar ervas, esse tipo de coisas.

EN - Mas, vocês vão lá fora?

CE5E4 - Sim, sim em ambos os sentidos.

EN - Com que frequência isso acontece?

CE5E4 - Não há nenhuma ... Isso acontece sempre que alguém tem uma iniciativa. Há uma mulher aqui, Iris, talvez devas falar com ela também. Quem está fazendo isso, não numa base regular, mas ... (...) ela está mantendo principalmente a conexão com as mulheres mais velhas. (...) Alguns anos atrás, o presidente da junta de freguesia veio até nós e disse ele ...que houve um corte de financiamento para o seu escritório e que ele não tinha mais dinheiro para enviar pessoas ao redor para ver se as pessoas idosas nas quintas ainda tem o suficiente para comer ou qual é a situação deles, porque nem todos podem cuidar de si mesmos e eles são velhos.

São mencionadas também a ausência de convivialidade entre habitantes da mesma localidade e a separação entre gerações enquanto inibidora de aprendizagens e contributos para a qualidade de vida comunitária:

CE5E4 – (...) Nós tentamos juntar as gerações numa uma boa maneira sim ... E na sociedade elas estão realmente separadas. As pessoas mais velhas vivem em lugares para idosos, muitos, sim ... e as crianças têm de ir à escola ... eu não sei ... desde a manhã até a tarde, eles vêem apenas as pessoas de sua idade, sim ... portanto, não há tanta interação entre as gerações, sim ... o que é muito importante para a qualidade de vida, e também para a aprendizagem. Os adolescentes aprendem muito melhor a partir de adultos jovens, então para mim, sim ... Eu sou apenas um adulto para eles, mas os adultos jovens, que são apenas alguns anos mais velhos do que eles, eles são modelos, eles querem ser como eles , sim, e eles são autoridades totais para eles. Se eles dizem algo eles fazem-no, sim, e isso é algo que podemos usar muito melhor.

Por fim, regista-se a necessidade de serviços locais de proximidade que possibilitem responder a necessidades das populações:

EN – Era trocas de bens ou também fazia serviços?

EC6-E3 – E também de serviços, nós também tínhamos uma lista daquilo que nós oferecíamos e daquilo que nós queríamos.

EN – Por exemplo?

EC6-E3 – Aulas de inglês, babysitting, mecânico, jardinagem, para regar as hortas.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



EN – E houve uso?

EC6-E3 – Algum uso, só que eu acho que aí é que falhou, porque nós devíamos de ter continuado a dar força a isso. Porque isso faz todo o sentido e nota-se que as pessoas precisam.

Em termos económicos, é referida a perda de identidade local associada à função económica e cultural das tradições locais, em detrimento de uma reorientação da economia local para responder à procura turística. Noutro contexto, um dos entrevistados refere que os preços elevados de arrendamento local inibem o florescimento de novas iniciativas económicas por parte da população local:

EC8E2 - A maior parte das pessoas aqui, desde pequenas lojas, pequenos comércios, tiveram que fechar as lojas porque as rendas já chegaram aos 500 euros.

EN – Tudo lojas municipais?

CE8E1 – Tudo lojas municipais. Como a câmara municipal aumenta as rendas às lojas, as pessoas não aguentam. Tendo um Pingo Doce à porta de casa, as pessoas não têm lucro como tem o Pingo Doce, não pode pagar uma renda como paga o Pingo Doce. Não é? Então as pessoas preferem fechar as lojas. Ou seja, a câmara prefere não receber nada de rendas do que receber pouco. (...) Mais vale pouco do que nada. (...) A câmara podia apenas receber, por exemplo, 200 ou 300 euros e manter as lojas abertas, em funcionamento. Tirava 4, 5, 10, 20 pessoas do fundo de desemprego, punha-as a trabalhar com umas rendas baratas. Mas é preferível estarem no fundo de desemprego e as rendas estarem paradas a apodrecer

Subcategoria 4.3 - Multiplicidade de problemas sociais

No âmbito do diagnóstico sobre os contextos locais de atuação, foram apontadas, por diferentes iniciativas, situações de problemas sociais múltiplos, desde o desemprego ao isolamento social, abandono e absentismo escolar, violência doméstica, crime juvenil, entre outros:

EC8E2 - Para além disso, e isto face aos diagnósticos a que nós tivemos acesso, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa, da Rede Social de Lisboa, verificamos que, de facto, existia uma taxa de desemprego altíssima, o clássico: isolamento de seniores, hum... uma baixa... uma taxa imensa de abandono escolar...

CE6E2 – Porque notámos com o trabalho desenvolvido, quando tivemos a participação no ATL, que há de facto crianças que têm problemas de... em casa, ou dos pais. A mãe é vítima de violência doméstica, pais a passarem por grandes dificuldades financeiras, mas não conseguimos fazer esse levantamento porque só temos uma parte do grupo. E não a parte do... de total [da localidade].

Subcategoria 4.4 - Desadequação do sistema de ensino

Nesta subcategoria são mencionadas algumas das falhas sentidas no sistema de ensino vigente. Algumas iniciativas que têm como público-alvo as crianças, apontam problemas concretos como o reduzido número de espaços artísticos nas escolas, os métodos expositivos e teóricos e poucos intervalos:

CE5E2 - O sistema do ensino principalmente expositivo, e muito teórico, que é isso que as escolas têm. E depois longos períodos letivos, longos períodos de aulas sem intervalos suficientes. (...) se fizermos um balanço geral, os miúdos às cinco horas voltavam para casa e estavam completamente exaustos. Jantavam e iam para a cama, porque de facto estavam... Enfim, é um sistema que não serve.

De uma forma geral, dão conta da sua observação quanto à incapacidade das crianças em se adaptarem ao sistema de ensino vigente. Neste sentido, uma outra iniciativa declara que o sistema educativo “formatador” fomenta posturas acríticas com efeitos sistémicos na

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



sociedade, nomeadamente, acusando a incapacidade de pensar de forma autónoma e que sente ser uma condicionante ao desenvolvimento do sistema democrático.

Subcategoria 4.5 - Perda da biodiversidade e da soberania sobre a semente

A perda da biodiversidade, em particular por via da perda de sementes tradicionais, é um grave problema indicado por uma das iniciativas, ao qual se associa a constatação de um desconhecimento geral sobre o tema, quer por parte da população em geral, quer por parte de outras pessoas mais ligadas à área agrícola e outras relacionadas. São também referidas a proibição das trocas de sementes tradicionais e o patenteamento de sementes como uma perda de autonomia sobre o ato ancestral de preservar e trocar sementes, enquanto prática que tem permitido a preservação das mesmas:

CE1E1 - “Não me lembro do nome do gabinete, mas basicamente é a senhora que está à frente da questão das sementes, da questão da agricultura ali no ISA. E estávamos a falar, e efetivamente, no nosso país nós não podemos trocar sementes. Ela disse: “Não, não pode trocar sementes”. “Se eu quiser dar sementes a uma escola eu posso dar?”. “Não, não você não pode dar sementes à escola”. “Se eu quiser dar sementes ao meu pai para ele plantar na horta dele?”. E ela disse: “Não, você não pode. É ilegal.” E eu disse: “Então, como é que isto é possível neste país?”. E a senhora disse-me assim: “Ah, mas não se preocupe. Está preocupada com quê? Acha que alguém vai atrás de si?”. E eu disse: “Mas a questão não é essa. A mim até me podem levar presa porque eu resolvo a situação. A minha questão é como é que este país mete uma lei, num ato que é tão ancestral da humanidade, uma coisa tão de todos nós, como é que mete uma lei que proíbe um ato destes?”. Então, só se pode trocar sementes no nosso país se efetivamente forem sementes que estejam no catálogo nacional. E as sementes que não estão no catálogo nacional, se tu, ou eu ou alguém do povo, ou uma câmara decide fazer todo o trabalho por esta semente, tens que pagar, tens que registar. Por isso, qual é o trabalho, qual é a dedicação que este Ministério ou que o nosso Estado faz com para crescer a biodiversidade? Não faz. Delega tudo em nós, e multa-nos a nós!”

Subcategoria 4.6 - Desperdícios, dependências e perdas

De diferentes formas, vários entrevistados referem no seu discurso as ideias de desperdício, de dependência e de perda, tanto associados a um problema específico, como num sentido mais abrangente da sua experiência de diagnóstico. É referida a dependência de combustíveis fósseis:

EC3-E1 - Temos a vantagem de também reduzir a dependência externa de combustíveis fósseis do país; quanto mais nós gerarmos com fontes renováveis menos precisamos de importar.

A ideia de desperdício abrange desde a experiência humana, aos recursos naturais e até aos desperdícios urbanos, que poderiam ser um recurso a utilizar.

CE7E2 - Portanto, ou seja, nestas pequenas trocas já existe realmente o contato, e logo... toda a parte do pessoal operacional da câmara, eu penso que só nestes mínimos contactos, já estejam eles a ficar bem despertos. “Espera lá, não vamos deitar isto para o lixo, que [a iniciativa] aproveita”. E isto aos poucos é capaz de mudar, mesmo a questão do desperdício que não é... deixa de ser visto como lixo e passa a ser vista como um bem.

Por fim, são mencionadas a privatização do lixo e da água e a má gestão desta:

CE5E2 - ainda há muita coisa que se desperdiça, ainda há muita coisa que não tem valor. As maçãs apodrecem todas. Setembro, Outubro, Novembro... As maçãs vão todas para o chão e ninguém as apanha. Porque ainda ninguém pensou: “Ok, não há uma cozinha transformadora, não há um sítio onde as pessoas possam...” E, portanto, é muito... É muito capital, é muito potencial natural, muitos recursos e muitas pessoas, que são desaproveitadas.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 4.7 - Alienação da vida humana

Neste ponto, os entrevistados apontam características das sociedades contemporâneas como o mercantilismo, o consumo e a visão modernista da realidade que tende a dividi-la de forma dicotómica, como fatores que contribuem para a alienação da vida humana, nomeadamente a desvalorização dos ciclos naturais e a perda de ligação aos mesmos e do reconhecimento da vida humana enquanto parte integrante de um todo maior:

EC7E1 - ...agora voltamos outra vez a falar daquilo que é a vida, não é? Não viver como vivemos, mas a vida, o sentido da vida, ficou há algumas décadas para trás metida numa gaveta e que hoje se volta outra vez a recuperar esse sentido. Isso é interessante, porque ela 'tá ligada à criatividade humana, não na forma de produzir o objecto, isto é, não na forma mercantilista, mas numa outra forma, de se reconhecer como parte integrante de um todo.

É também apontada uma crítica a algumas práticas ambientais ou mais ecológicas, que acabam por ser promovidas apenas por modismo:

CE4 – E1 – A horta não ser aquela horta pedagógica que as crianças têm (...) portanto, é uma horta que é mesmo vivenciada a todos os níveis, não é? A nível de sala de aula, a nível desta ligação com a criança e com a natureza, que não é uma ligação de ecologia... em que o homem se separa da natureza, não é? Somos um homem urbano que olha para a natureza “ai, agora vou...vou fazer isto porque agora até é muito bem visto, reciclar até, muito bem visto como é biológico”, não é?

Subcategoria 4.8 - Alterações climáticas

As alterações climáticas surgem como um problema diagnosticado que vai surgindo, em diferentes momentos, no discurso dos entrevistados, não tanto por referência às condições edafoclimáticas, mas como fazendo parte dos objetivos ou das preocupações inerentes às práticas das iniciativas:

CE3 – E1 - O nosso objectivo é claramente promover a resolução de um problema, que é gravíssimo, que é o das alterações climáticas. E depois temos uma série de problemas que se desenrolam à volta das alterações climáticas.

Subcategoria 4.9 - Baixa participação cívica

Três entrevistados de diferentes iniciativas referem como um problema que encontram no seu trabalho, os baixos níveis de cooperação entre as coletividades associativas e de participação das pessoas nessas mesmas coletividades, acrescentando o afastamento das pessoas da vida política:

CE10-E1 - Nós só conseguimos e uma vez por todas Portugal que é um País que tem uma grande dificuldade associativa, só consegue sair deste paradigma, só consegue criar um paradigma novo, funcional, que dê resposta às necessidades que as pessoas têm, que é de ir a uma loja, comprarem produtos biológicos, e naquela loja serem abastecidos de tudo o que precisam, tem que haver escala. Tem que haver associativismo, tem que haver cooperação e isso é a parte mais difícil porque envolve mais pessoas

É também observada por um entrevistado a ausência de envolvimento mais alargado de algumas iniciativas, que vá para além das próprias necessidades:

EC7E1 - ...a questão da permacultura, por exemplo, que seria aquela que estaria mais perto de nós não nos satisfazia, de certa maneira, também pela, não pelo conceito em si, mas pelo caminho que se estava a seguir na permacultura. Isto é, apesar da permacultura ser um conceito poeticamente desenvolvido, as pessoas estavam a utilizar a

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



permacultura apenas e só para fazer os seus modelos de produção [...] completamente despolitizadas, como [se] não tivessem... ou tivessem pouco papel a dizer acerca da forma como 'tavam a viver. O que interessava era apenas provir o alimento, ou construir casas esteticamente aprazíveis e energeticamente eficazes.

Subcategoria 4.10 - Alienação do património cultural e das artes

Nesta subcategoria são apresentadas unidades de registo que dão conta de diferentes situações em que o património arquitetónico e, conseqüentemente, cultural é desvalorizado; isto é visível, por exemplo, na ausência de um levantamento do património histórico local que permita a sua valorização. Ou, pelo contrário, são denunciadas abordagens de restauro que, ao sobrevalorizar a dimensão museológica, tornam o local “abandonado de vida”:

CE6E1 - Penso que a grande aposta seria na Olaria e era essa a grande ambição que me assaltou na altura em que falei com eles [a iniciativa], não é? E havendo uma Olaria, as instalações de uma Olaria devolutas, portanto, não estão abandonadas porque são propriedade da Câmara não é? Porque a Câmara mais ou menos vai procedendo a pequenos arranjos, mas tá abandonada de vida, não está lá ninguém.

EN – A Câmara chegou a fazer a recuperação do forno?

EC6-E1 – A Câmara não fez nada.

EN – Não?

EC6-E1 – A Câmara apenas fez obras de manutenção, de conservação, de resto a Olaria está na mesma. Eu tinha esta opinião de que, uh... a Olaria devia ser aberta às pessoas. A Olaria devia ter vida, se se criam projetos megalómanos para as coisas, a contar com os fundos comunitários e depois as coisas não acontecem, não é? Vamos esperando eternamente não sei até quando que apareça alguém com dinheiro para resolver o problema, entretanto aquilo está parado, ora se havia uma associação que era o caso da [iniciativa] que tem pessoas ligadas...uh...

EN – Ao património, à museologia...

EC6-E1 – Exatamente, e poderias ocupar provisoriamente aquele espaço, não é? E aí ia desenvolvendo a sua atividade né? E entretanto depois de... quando surgisse a necessidade das obras, seria instalado noutra espaço, não é? Por exemplo, uma vez que tem a sede, não é? E aí ficaria esperando, portanto, que as obras fossem concluídas e entretanto fosse também aceite, como seria justo acontecer não é?

É também referida a perda da função interventiva das artes, no seu potencial emancipatório e de questionamento:

EC7E1 - E o que é que é a arte? E qual é o espaço que a arte ocupa nos processos emancipatórios? Uh... Essa partiu... essa foi uma discussão muito forte, que eu tinha tido então com um artista plástico. Uh... Se a arte sempre foi de intervenção, questionamento, porque é que ela em determinado momento deixa de o ser? Porque é que ela num determinado momento mais parece a construção dos objetos como forma de riqueza, ou... Na altura havia muito essa discussão... Se que... E 'tamos aqui a falar do princípio do século vinte, obviamente, ou século vinte e um. Em que a arte 'tava a servir para tudo, menos para aquilo que é o objetivo principal. Ela servia para fugir aos impostos, ela servia para lavar dinheiro, mas não 'tava a servir para a sociedade questionar-se a ela própria. E também não 'tava a servir, de certa forma, para libertar as pessoas daquilo que hoje consideramos ser as formas mais opressivas que o capitalismo hoje em dia se revela, não é?

Subcategoria 4.11 - Ausência de ocupação e de emprego

Neste ponto é referida com maior frequência a ausência de ocupação para os habitantes locais, quer jovens, quer mais velhos:

CE5E2 - há uma coisa que nos preocupa muito, que é... Por exemplo, as pessoas, os velhotes aqui não têm muita ocupação. Passam as tardes ali na cooperativa, no bar da cooperativa. E os jovens, alguns jovens também, porque não têm de facto ocupação.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



É também referido que a informação dispersa sobre as oportunidades de emprego na localidade inibe oportunidades de criação de emprego para os habitantes locais. Por outro lado, é mencionado que a perda de atividades económicas locais reduz as possibilidades de geração de rendimentos e que o desemprego limita a fixação de mais população na região:

CE6E1 - é um contributo muito importante para todos nós não é? (pausa) a vinda de novas pessoas, é pena é que de facto nós vivermos uma situação em que (pausa) a dificuldade de emprego é muito grande, não é só aqui é em todos os lados. (...) E isso, limita de certo modo as pessoas poderem instalar-se e residirem, digamos, aqui. Há muita gente que tem vindo, outros que têm saído, outros... e assim sucessivamente, não é? E de forma que as coisas estão neste pé.

CE5E4 - A indústria alimentar de processados tem deixado a região. Acontece centralmente, do lado de fora, em algum lugar. E isso é principalmente onde as pessoas podem aprender. Quando tens uma quinta e vendes produtos que não são processados não ganhas tanto. Nunca podes realmente (...) dizer “ok, tenho um bom rendimento”, sim, eles estão sempre lutando. Mas para o produto, nos alimentos processados podes ganhar muito mais, e seria um ganho, seria realmente bom para nós ter esse tipo de comida aqui e para as quintas seria um rendimento maior.

Categoria B5 - Perceções sobre inovação

As respostas obtidas sobre se a iniciativa é considerada inovadora ou não vão ao encontro das respostas obtidas com a mesma questão colocada no questionário, embora agora tenha sido possível obter um maior grau de concretude.

Subcategoria 5.1 – Iniciativa não é inovadora

Em número bastante inferior estão os entrevistados que consideram que a iniciativa não é inovadora. Por um lado, porque, na verdade, a experimentação realizada assenta sobre a mobilização de experiência já construída e acumulada, por outro por considerar que as relações e as atividades realizadas são convencionais:

CE9 E1 - Não acho que haja necessariamente... Ou seja, parece-me que isto é um bocado aquilo que se quer de uma comunidade, no sentido convencional, não temos... não promovemos coisas muito diferentes, no sentido... Ou seja [pausa] há as experiências de coisas que saem muito fora disto, no sentido por exemplo da propriedade, do dinheiro, das trocas económicas, ou seja, das moedas locais, cooperativas habitacionais, gestão nem que seja da comida urbana... É muito convencional o nosso projeto nesse sentido, uh...

Subcategoria 5.2 - Classificação hesitante

Em número igual à subcategoria anterior, surgem entrevistados que revelam uma postura hesitante em classificar a iniciativa inovadora, embora considerem que existem também elementos de inovação. Em ambas as unidades de registo considera-se que existe uma inovação a nível local, no entanto, como são recuperados conceitos originais antigos, ela não é total. Um outro entrevistado, revela hesitações que não chega a desenvolver:

CE5E2 - Aqui para a região, acho que sim. Aliás, é inovador, e de certa maneira não é. Isto é o retomar do conceito de cooperativa como as cooperativas surgiram há quarenta anos. A imagem mais pura de uma cooperativa. As cooperativas foram fundadas para que os cooperantes, os sócios, trouxessem os produtos que produziam. E, por exemplo, um trazia três sacas de batatas, e não precisava dessas sacas de batatas, e precisava de arroz e açúcar e sabão. E, portanto, faziam-se essas trocas. E isso é o conceito genuíno que nós gostaríamos de recuperar, como uma cooperativa deveria funcionar.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 5.3 - Iniciativa é inovadora

A esmagadora maioria dos entrevistados consideram que o projeto subjacente à iniciativa é inovador. O motivo mais referido consiste na capacidade da iniciativa gerar diálogo com e entre a população, em gerar a capacidade de pensar os problemas e de fazer aprendizagens de forma coletiva, assim como criar laços de entreajuda e confiança:

CE6E2 - ...como ontem a questão de fazer ali a marmelada coletiva, e pensar no coletivo. Acho que a inovação da [iniciativa] é no sentido de pensar no coletivo, em vez de fazer face à solidão, que é muito característica aqui no Alentejo, as pessoas viverem sozinhas. Pensar no coletivo, temos um problema, podemos recorrer ao vizinho do lado, podem recorrer à [iniciativa], é giro quando estás ali e as pessoas falam contigo como se fosses uma assistente social e isso é importante. Para mim, é o grande aspeto da inovação da [iniciativa]. É tu consegues fazer o diálogo com diferentes pessoas de faixas etárias, e tentar dar resposta às necessidades. E aí os mercadinhos passaram a ter pessoas...

De seguida, é referido que a inovação reside no facto da iniciativa criar relações de cooperação com a natureza, de mostrar soluções que não exploram o planeta e que resultam:

EN - Achas que podemos considerar o campo de teste como um projeto inovador?

EC3-E5 - Espero que sim! (risos)

EN - Sim... (risos) E por quê?

EC3-E5 - Porque ele apresenta soluções que estão... em plena cooperação que não exploram o planeta. Penso que estas são soluções que a humanidade precisa, e apresentamos soluções que funcionam. Por isso, pode ser uma semente da inovação, de inspiração para a transição num estilo de vida diferente.

Recuperar a cultural local e trazer novas linguagens ou aplicações para as tradições é também uma das unidades de registo com maior frequência, nomeadamente, no facto da iniciativa se distinguir de outras entidades locais na capacidade de recuperar memórias e identidades locais mas associando-as a novos elementos. Ainda uma das unidades de registo mais referidas, aponta como aspeto inovador a capacidade em contribuir para uma ação territorial integrada, quer por via de dinamização de parcerias locais, quer pela junção de várias áreas de intervenção no âmbito de projetos conjuntos:

CE9E2 - Uma das coisas principais logo desde o início do projeto, acho eu, e que nem sempre se vê, é a questão da integração dos vários projetos. Ou seja, mesmo que nós tenhamos pessoas alocadas a cada um dos projetos, o facto de estarmos nós envolvidos na dinamização da parceria e ao mesmo tempo no projeto de comunicação e ao mesmo tempo no projeto do comércio, há aqui uma, ou seja se fossem tudo entidades completamente distintas, ganhava-se muito menos e nós notamos, porque há coisas que são transversais e o facto de sermos nós e termos olhado para o território e visto, nós podíamos só ter feito o projeto da parceria e alguém ter aí uma coisa de comunicação mas o facto de ser um projeto integrado a este nível de... todos os projetos estão relacionados.

No sentido da anterior, mas menos referida, surge a referência à geração de ação comunitária dos moradores na sua própria localidade em vez de serem alvo de uma intervenção exterior, assim como desenvolver projetos que permitam a fixação de população na localidade ou até o cruzamento entre a ação de moradores e trabalhos de investigação académica:

CE5E4 - Eles são... alguns deles são inovadores e alguns deles ... você quer dizer projetos alternativos, certo? Quero dizer que eles atraem um grande número de pessoas para este lugar, sim. Em muitos lugares no Alentejo não vês mais tantas pessoas. (...) E eu vejo o potencial. Há algumas pessoas que dizem 'assim que construírem a escola viremos com os nossos filhos'. Ou as pessoas... o verão aqui é cheio sim, é lotado, sim, em algumas semanas vês tantas pessoas aqui, e eles são potenciais clientes, sim. Eles terão de comer, eles terão de beber, eles terão de usar a energia... e se este é produzido regionalmente é uma renda para pessoas que vivem aqui, sim. (...) E se essa renda pode ser gerada de uma forma inovadora, sim. (...) Imagine que Relíquias poderia ter um projeto da indústria verde, sim... Que as pessoas não tem que ir encontrar trabalho na costa como garçom ou algo assim. Mas eles podem ter um trabalho aqui, com o processamento de alimentos e energia solar embutido, sim. E talvez um sistema de água, que

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



poderia captar a água, que poderia limpar a água diretamente para lá, e deixá-la... sobre a terra. Estes poderiam ser projetos-piloto muito inovadores.

A ação pioneira de criar a primeira cooperativa de energias renováveis no país e a introdução de uma atividade pouco usual no âmbito da intervenção social realizada marcam a capacidade destas iniciativas se demarcarem da ação habitual nas suas áreas:

CE3 – E1 - Entretanto também fomos investigando muito sobre o assunto, obviamente, e começámos a ter conhecimento deste movimento das cooperativas de energias renováveis que existe na Europa, e que em Portugal era inexistente. Uh... Entrámos em contacto com as cooperativas, com a federação europeia das cooperativas de renováveis, para nos darmos a conhecer, e acabámos por ser desafiados a criar... huh... uma cooperativa semelhante em Portugal.

Por fim, é mencionado como marca inovadora a capacidade da iniciativa quebrar dinâmicas normativas menos positivas por via da cultura e também a associação de várias técnicas na prática agrícola:

CE10 – E1 – Olha temos várias estratégias, várias questões inovadoras, por exemplo, do ponto de vista agrícola não só temos... temos uma lógica que eu acho que é interessante, que é, além de combinarmos muitas técnicas na área da permacultura, com o k.line, com as técnicas de chá de composto, com a agricultura biodinâmica. A agricultura biológica ficou bem lá atrás não é? Mas temos por exemplo, (...), [pausa grande] mas com grande experimentalismo do ponto de vista prático. Ou seja, numa zona temos socalcos, noutra temos k.line, noutra temos (...) noutra não temos nada.

Categoria B6 - Proposta de valor

O processo da sua construção não é linear e pode variar de acordo com o contexto da sua emergência, as pessoas envolvidas, o diagnóstico feito, etc.

Subcategoria 6.1 - Processo de construção da proposta de valor

Uma das vias mais referidas consiste na construção da iniciativa através da adoção de conceitos e/ ou modelos experimentados noutros lugares, quer por via de investigação de outros exemplos, quer motivados pelos projetos que desenvolvidos por pessoas carismáticas e reconhecidas ou pela experiência direta de outros projetos que impressionaram os entrevistados:

CE5E2 - O sistema de testes e avaliação. Porque, de facto, não é assim que se aprende. E é por isso que nós estamos em contacto já há desde dois, três anos com o (...) José Pacheco, claro [risos]. Ele já esteve [na iniciativa] várias vezes. O José Pacheco que é um grande inspirador, é um homem fantástico, conseguiu instituir uma escola modelo, como é a escola da Ponte. E, de facto, os pais estão completamente motivados para pôr os miúdos numa escola que seja uma comunidade de aprendizagem.

EC3E1 - Entretanto também fomos investigando muito sobre o assunto, obviamente, e começámos a ter conhecimento deste movimento das cooperativas de energias renováveis que existe na Europa, e que em Portugal era inexistente. Uh... Entrámos em contacto com as cooperativas, com a federação europeia das cooperativas de renováveis, para nos darmos a conhecer, e acabámos por ser desafiados a criar... huh... uma cooperativa semelhante em Portugal

Em segundo lugar, é mencionada a criação da proposta de valor através da associação e montagem de vários elementos recolhidos a partir de outros projetos, e aplicados de forma adequada aos contextos particulares locais de implementação:

CE1E1 – Nós chegámos ao conceito [da iniciativa] porque estudámos vários projetos a esse nível mundial e por mais

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



ligados às sementes e juntámos pecinhas deles em todos. Porque num havia o conceito [da iniciativa], mas envolvia dinheiro. No outro, havia o banco de sementes pura e simplesmente por ser um banco de sementes, no outro era um centro de formação... Então, nós... Uma peça daqui, outra peça daqui, outra peça dali... Mas só chegámos a estas peças porque havia essa divulgação, não é?

São também indicados, embora com menos frequência, a integração das aprendizagens de erros de outros projetos, a criação do projeto a partir de recursos já existentes mas inutilizados e o desenho da proposta de valor de forma participada.

Subcategoria 6.2 - Valorizar a agricultura e os agricultores

A presente subcategoria ocupa o quarto lugar das propostas de valor mais referidas e é referida por duas iniciativas cuja área de intervenção incide particularmente na agricultura e horticultura e outras atividades relacionadas.

As duas unidades de registo mais mencionadas dizem respeito, por um lado, à importância de dignificar e de valorizar os agricultores e o papel que a agricultura pode ter para o desenvolvimento de uma cultura emancipatória, assim como valorizar e recuperar conhecimentos e técnicas de agricultores locais:

CE1E1 - Começámos a correr as escolas do país. Íamos de caravana. E, por exemplo, estávamos nesta semana nesta escola, e ao mesmo tempo pedíamos a cedência de um auditório para convidar agricultores a vir. Ou seja, uma palestra de sensibilização. Ou seja, falamos sobre a questão das sementes, mas com exercícios simples, tipo: “Dantes como é que fazia?”. E eles explicam. Damos espaço para eles falarem, não é? “Ah, cultivava assim e assado, cozido e fritado.” “Então e como é que faz agora?”. “Ah, agora vou ao Grémio e compro umas plantinhas.” “E compra mais o quê?” “Ah, e também compro [para o bicho e também trago adubo, e também trago isto e aquilo.” E depois nós perguntamos: “Então e mais ou menos quanto é que gasta?” Imagina, vinte euros. E dantes gastava zero, porque comprava as sementes. “Então e sabe bem, gosta do que come?”. “Ah, o tomate já se sabe o que é, menina. Não tem nada a ver (...).” Então fazemos exercícios muito simples com eles, em que eles caem na realidade ali. Em vez de dizermos: “Ah, você já não faz isto, não faz aquilo...” Não, ou seja, eles próprios é que chegam a essa conclusão. Às vezes a gente pergunta-lhes, e quando perguntamos: “Então, e quanto é que gastou aqui? Então e dantes quanto é que gastava?” Então, eles ficam assim ali no meio, tipo... [pausa] E é interessantíssimo quando sentimos o “cair da ficha”, quando as pessoas caem nelas próprias e ficam assim... [pausa] Realmente... E já nos aconteceu isso algumas vezes.

O abastecimento de escolas e a integração das mesmas no ciclo da produção agrícola são declaradas como formas concretas de, por um lado, sensibilizar as crianças e as suas famílias para a importância da produção local e, por outro, dar visibilidade às dificuldades dos agricultores, fazendo a ponte com os poderes políticos:

EC7E1 - Para nós, a soberania alimentar liga-nos a outras pessoas, que são aquelas que continuam a produzir a maior parte do alimento no nosso planeta, e são aquelas que também estão na fronteira da exclusão e do racismo social, e era sobre elas que também queremos falar com as pessoas. Esse é o nosso ponto fulcral, é dizer às pessoas que grande parte da alimentação não vem do sistema agro-industrial, mas de pessoas que trabalham a terra com as mãos, com os cavalos, com as mulas, com as bestas, para produzir o alimento para alimentar os milhões de pessoas, os biliões de pessoas que vivem no nosso planeta. Isto é, temos que sempre falar, ou teremos que ‘tar sempre do lado... uh... de quem não tem voz, de quem não tem... uh... forma de chegar a nós

No seguimento da anterior, uma outra proposta consiste em dar visibilidade aos reais custos económicos inerentes à produção dos alimentos, sem que isso implique uma alimentação mais cara:

EC7E1 - Quando nós ‘tamos a falar disto parece que ‘tamos a falar de (...) umas couves na terra, e elas crescem e pronto, ‘tá tudo bem, a gente é só lá apanhar e fazer umas sopas para os putos. Pá, não é

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



bem assim. Portanto, uma exploração agrícola tem custos económicos bastante elevados. Uh... Quando 'tamos a falar nesse sentido, bastante elevados, estamos a falar em dificuldades. Ora, se 'tamos a falar em dificuldades, é algo que o poder político não quer ouvir falar. Mas querem ouvir falar, como toda a gente, em facilidades, como é que se resolve problemas, e não como é que se criam mais problemas. O nosso objectivo é mesmo, em primeiro lugar, construir essa ligação com os órgãos (...) desmistificar algumas questões que existam, dignificando a actividade agrícola, dignificando a agricultura biológica. E, depois, uh... é construir uma outra forma de fornecer alimentos para as escolas. Isto é, integrar a escola no ciclo onde se encontra com o espaço agrícola.

Por fim, uma iniciativa indica as atividades agrícolas como alternativas positivas para gerar ocupação e trabalho para os beneficiários da entidade promotora.

Subcategoria 6.3 - Outras economias

Nesta subcategoria são mencionadas várias unidades de registo muito diversas, todas na mesma ordem de frequência, que traduzem princípios e/ou práticas concretas através das quais os entrevistados e procuram ilustrar a possibilidade concreta de outras economias.

Uma das iniciativas refere aplicar o princípio do comércio justo no âmbito da produção local, enquanto forma de reduzir a distância entre a produção e o consumidor. Outra iniciativa evoca a economia da dádiva como proposta que desafia a perspetiva do sistema económico tradicional ou capitalista. Uma outra iniciativa partilha a evidência da criação de novos agentes económicos e de novas relações económicas na localidade em que atua:

EC8E2 - E isto, pontualmente, as pessoas acompanhando este processo de forma direta ou indireta, sobretudo a rede de vizinhança que está próxima da oficina a ver esta dinâmica toda que é: de um momento para o outro a loja do Sr. A. que era a loja tradicional onde eu ia comprar o arroz e a massa passa a abrir uma oficina. Essa oficina passa a produzir peças de design irreverente que, apesar de não ser para mim, pode ser para outros mas que eu, indiretamente, posso colaborar com a cedência de recursos que eu tenho em casa. E quando eu falo em recursos não é só recursos para a produção. Milhões de pessoas nos ofereceram materiais, bancadas de trabalho, cadeiras, tecidos, máquinas de costura, incrível!

Outras formas muito concretas de organização económica passam pela criação de uma cooperativa como forma de superar dificuldades de produtores locais, a criação de sistema de pontos para facilitar trocas entre habitantes locais e ainda a aplicação de poupanças em investimentos éticos:

CE3E1 - Aplicar poupanças em criação de valor real, que sabíamos para onde é que o dinheiro estava a ser utilizado, enquanto que no banco... Podemos ter o dinheiro num banco, ele tem uma rentabilidade, mas não faz a mínima ideia se sequer está a ser criada aquela rentabilidade e onde é que o dinheiro está a ser aplicado.

Subcategoria 6.4 – Reorganização social do trabalho

Uma das iniciativas, com um grande enfoque na criação de trabalho, apresenta algumas práticas quotidianas que têm subjacente uma mudança profunda na forma como as sociedades organizam o trabalho. Uma das práticas consiste em organizar as relações de trabalho com base nos ciclos naturais e com base na auto-determinação dos membros. Por exemplo, cada pessoa escolhe os seus dias de folga. Outra prática consiste na partilha das tarefas domésticas enquanto parte do trabalho profissional a desempenhar, de forma comunitária, de modo a todos possam ter tempo livre para si. É também mencionada a aplicação do princípio de solidariedade aos ordenados como forma de distribuir a riqueza de modo igualitário:

CE10E1 - A própria organização que nós temos, numa perspetiva de ser um bocadinho mais numa ótica comunitária, ou seja, em vez de chegarmos a casa perder-se tempo a ir-se para o trabalho, perderes tempo para fazeres a comida para ti e para a tua família, alguém já providenciou isso tudo, porque alguém, parte do trabalho de alguém, é

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



encarregar-se das tarefas vitais para qualquer pessoa viver. Seja lavar a roupa, seja fazer a comida, seja fazer as limpezas e isso depois vai tocando a todos, toda a gente vai conseguir rodar nessas tarefas. Inserimos tarefas que são mais ou menos do âmbito, ou seja, tentamos aliviar tarefas domésticas exatamente dentro de um âmbito profissional que as pessoas ao fazê-las estão a cumprir o seu horário de trabalho normal e isso depois vai libertar tempo para as pessoas poderem ter mais tempo para si.

Subcategoria 6.5 - Questionar pressupostos, experimentar e demonstrar outras formas de viver bem

A presente subcategoria é a que apresenta maior número de unidades de registo para a proposta de valor. Enquanto elemento agregador subjaz, sobretudo, a postura de questionamento da realidade tal como ela é, dos seus pressupostos, do *status quo* e, ao mesmo tempo, a declaração da necessidade fundamental de experimentar e demonstrar que outras formas de viver bem, ou de bem viver, são possíveis.

A unidade de registo mais referida consiste na necessidade em explorar e ultrapassar as fronteiras dos limites que nos são impostos, ou que impomos a nós próprios, por via do uso da criatividade:

CE5E2 - Eu acho que uma coisa muito importante é pensar fora do quadrado [risos]. Portanto, há um lado criativo e há um lado de soluções criativas, que nós mal chegamos, mal conseguimos chegar lá, pelo facto de nunca nos termos apercebido de que podia ser feito daquela maneira, e nunca ninguém pensou nisso, não é? E de facto é dar, também... Dar importância a esse lado criativo, e esse lado de exploração que não seja dentro do estabelecido. E isso pode ser concursos de arte, concursos de... Sei lá... De teatro. Isso é uma técnica que nós também temos (...) algumas sessões de teatro. Isso é muito útil, porque toca para fora. (...) E também temos a arte, os cursos de arte... Isso faz com que as pessoas revelem o seu lado mais criativo, mais... Uh... [risos] Artístico. E muitas coisas podem também ser abordadas assim.

De seguida, experimentar formas de ser e de convivência humana integradas com os princípios da natureza e transformar a comunidade e a paisagem, por via da melhoria da qualidade de vida:

CE4-E1 - Eles [as crianças] realmente percebem que nós estamos intimamente ligados com a Terra e que é terapêutico, portanto, a horta não só nos alimenta fisicamente como nos alimenta animicamente.

Valoriza-se a necessidade de questionar a inversão de valores que a sociedade assume ou não consoante os padrões admitidos sobre o que significa ser rico ou pobre. Para além da pobreza económica, é necessário questionar e ultrapassar a “pobreza de conhecimento”:

EC7E1- Mas o nosso processo é exactamente esse, é dizer como é que podemos utilizar o gás, não por sermos pobres, mas por não sermos parvos. Portanto, essa pobreza... As pessoas... de conhecimento (risos). Essa pobreza que é o conhecimento. Acima de tudo, não a pobreza económica, que é o nosso objectivo ultrapassar, mas a pobreza de conhecimento, porque se nós conseguirmos fazer as coisas sem dinheiro, somos pobres, mas se conseguirmos fazer as coisas sem dinheiro, temos conhecimento, e então somos ricos em conhecimento. Ter uma bilha de gás em casa e gastá-la num mês é sinónimo de riqueza, mas se tivermos uma bilha de gás durante três meses a fazer a mesma coisa mas durante três meses, a fazer a mesma coisa mas durante três meses, é eficácia e conhecimento. Isso é riqueza. A outra parte é desperdício. Portanto, acho que é isso também que nos nutre aqui, que é tentar fazer as coisas... uh... com esse objectivo. Mais uma vez, a tal questão da experiência que nós vamos tendo e que já existe, porque, ao fim e ao cabo, a humanidade, sedentariamente [tem] quê... dez mil anos? Dez mil anos? Há ou não há todo um acumular de experiência ao longo destes milhares de anos? Não é? E é isso que a gente ‘tá a tentar... ‘tá a tentar fazer.

Para além de identificar os problemas e de afirmar uma postura inconformista perante o modelo de sociedade vigente, é referida a importância de apresentar

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



propostas de soluções, bem como a criação de espaços para que as pessoas possam ver e experienciar que outras possibilidades concretas existem, como forma de aplicar o princípio *glocal*:

CE10-E1 - Uh, e quer dizer, é uma postura perante a vida que não é conformista, que não se conforma com o estado em que as coisas chegaram e tentamos criar uma alternativa no modelo de cidadania, que não necessita de dar uma resposta mas que quis dar, em termos de modelo organizativo, de modelo de estabelecimento...

A construção de soluções pode, por seu turno, exigir a criação de novas linguagens e terminologias para designar novas realidades:

CE7E1 – Eu acho que há mesmo uma questão de problemas de linguagem, e de processos criativos de linguagem. Como é que nós podemos, não recriar a linguagem, mas criar linguagem? E realmente nós estamos a criar realidades novas, com termos antigos. Uh... Talvez haja... precise alguém que crie novos... novas terminologias, que nos permita abarcar estas coisas, porque senão parece que passamos nos... Como aquela palavra nova... não é nova palavra, mas pronto, que é a questão dos neo-rurais, e dos neo qualquer coisa, ou dos neo passa aos pós. E andamos sempre com referências sempre com o passado, quando às vezes o processo já nada tem a ver com o passado. Portanto, o que falta realmente são terminologias novas.

É atribuída uma importância particular ao quotidiano, e ao modo como se integram as propostas feitas no dia-a-dia, vivendo-as, o que pode acontecer, por exemplo, através da reabilitação da ligação com a vida através do saber fazer das coisas simples ou na procura de coerência entre práticas e conceitos propostos:

EC7E1 - É as pessoas poderem ligar-se com a vida, reclamarem o direito a viver, e reclamarem o direito a viver é fundamental, actualmente. E viver, obviamente, é saber produzir o seu alimento, fazer o seu composto, saber fazer o seu jantar...

Para a construção de algo diferente é mencionada a importância em integrar toda a comunidade de seres vivos de um local. Por fim, é proposta a inversão de valores do grande investimento que é feito na guerra, passar a ser feito para a construção da paz, como forma de criar riqueza para o futuro.

Subcategoria 6.6 - Abordagens e métodos participativos de produção alimentar

A Agroecologia e a Soberania Alimentar são apresentadas como vias para experimentar a emancipação social e também para fazer face às alterações climáticas.

Como exemplo prático, a vermicompostagem é indicada como uma forma simples de sensibilizar políticos e legisladores e de envolver as pessoas e sensibilizá-las para causas mais profundas dos problemas. Por outro lado, a criação de espaços de participação da população no processo de vermicompostagem gera oportunidades concretas de sensibilização e de proporcionar uma maior ligação com a vida:

EC7E1 - tentámos trazer às pessoas que elas no seu dia-a-dia... Coisas muito simples têm... têm realmente importância. Por isso, eu penso que é uma... que é um bom ponto de partida [a vermicompostagem], porque (pausa) permite-nos tocar muito nas pessoas, que elas possam contribuir sem ser com o dinheiro das quotas dos sócios, sem terem dinheiro.

EN – Podem contribuir também com matéria orgânica?

CE7E1 – Podem contribuir com a vontade delas. São coisas muito simples: passar no talho, passar no café, de casa, dar ao agricultor, ou dar ao ativista, ou dar a seja quem for para ele depois transformar em matéria orgânica e fazer uma produção isenta de sintéticos. Quando, apercebemos que ao longo dos meses isso equivale a várias toneladas e que equivale a várias pessoas, e na forma também que essas pessoas ficam ligadas, não só com o projeto mas mais com a vida, com o sistema de vida, e como é que elas conseguem replicar isso nos seus jardins sem terem muito dinheiro...

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 6.7 - Promover a biodiversidade e o ambiente

A promoção da biodiversidade e do ambiente surge associada sobretudo à gestão sustentável da água e à capacidade em harmonizar a sustentabilidade dos processos humanos com o ambiente:

CE5E2 - Mas, por exemplo, quando começámos a fazer os lagos, uma das ideias era... E ainda é, e por isso é que fizemos este Simpósio da Água no fim-de-semana que passou, não é? Internacional da Água... Para levar esta questão da gestão sustentável da água. Cada vez é um âmbito mais regional, porque... Ainda por cima estamos no sul de Portugal, que está a ser afetado gravemente pela desertificação, e as alterações climáticas fazem-se sentir todos os anos, não é? Enfim, com episódios imprevistos, e imprevisíveis. E, de facto, é levar este conceito de [pausa] olhar para a água de forma diferente, e fazer a sua gestão de uma forma mais efetiva, em termos de ecologia, em termos de fertilidade para o solo, em termos de reflorestação.

A promoção do uso da bicicleta é também referida como uma prática desenvolvida no âmbito da ação da iniciativa.

Subcategoria 6.8 - Criação de condições de autossuficiência

Esta subcategoria permite ilustrar um tipo de trabalho que se destaca consideravelmente nas iniciativas estudadas no âmbito do projeto CATALISE.

Construir a autossuficiência refere-se, sobretudo, à criação de sistemas autónomos de distribuição de água, de produção de energia e de alimento:

CE10E1 - Produção agrícola própria na iniciativa Toda a produção de energia é feita lá, produção de alimento é toda feita lá, pelo menos nós não morremos à fome, vamos ter cereal, vamos ter hortícolas, são cinco hectares de horta, vamos ter uma série de coisas. Teremos depois uma produção variada, diversa para o ano todo com culturas para o ano todo, específicas para além das hortícolas e alguns animais e etc.

CE5E5 - We want to really build a system for autonomy, which then includes water and food. So we started to take care of the water catchment area of the test field. Built water retention landscapes and started to harvest rain water, and started to build swale gardens.

CE5E5 – Portugal podia ser, se mudássemos de paradigmas, podia ser o pa+is mais rico da Europa. Tem mais energia que qualquer outro pa+is da Europa, tem água suficiente, podes fazer colheita três vezes ao ano, quando geres bem a água e a comida. Por isso, podia ser o país mais rico, o mais autónomo, por isso... e eu tenho... Eu tenho a visão, e penso que todos temos, que o Alentejo podia ser o começo de uma demonstração desta riqueza e desta abundância.

A produção de energia advém de fontes renováveis e o abastecimento alimentar é apontado como assentando numa rede local de cooperação e de intercâmbio:

CE5E2 - Só quem nunca produziu uma batata, uma couve ou uma alface é que percebe que não é possível ter auto-suficiência a cem por cento. E aquilo que é preciso criar, e é isso que nós queremos criar, é criar uma rede de auto-suficiência alimentar. Não é que todos produzam a mesma coisa, mas é que cada um produza aquilo que sabe produzir melhor, e que depois haja trocas e que haja intercâmbio aqui na região. E, portanto, não é ficarmos lá sozinhos em [iniciativa] a produzir o que precisamos, e depois os outros... À volta... “Ah, vocês vendam. Não, não, nós temos, não queremos.” [risos] Portanto, no fundo é constituir uma rede de cooperação para o abastecimento alimentar. (...) Nós não queremos ser auto-suficientes em termos alimentares. Nós, [iniciativa], sozinhos. Queremos é ajudar a criar esta rede, para criar estas relações de cooperação e de intercâmbio com os produtores locais. E já temos... Nalguns aspetos já temos essa rede bem estabelecida.

Subcategoria 6.9 - Criação de espaços de partilha e redes de parcerias

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



No âmbito social, pretende-se criar relações de entajuda e de partilha na iniciativa enquanto fontes potenciadoras de aprendizagens:

CE7E1 - E por isso lá 'tá a questão do associativismo: “Olha, como é que... como é que tu gastas menos gás? Uh... Como é que tu falaste com aquela pessoa do café, para ela te dar os resíduos? Como é que tu construístes a estufa? Como é que tu fizeste essa estrutura?” Isso é algo que tu vais aprendendo no dia-a-dia e vais partilhando também com as pessoas, que as pessoas fazem parte do grupo, porque no grupo estão aquelas pessoas que têm interesse sobre a matéria, não é?

Criar parcerias entre as entidades locais para desenvolver ações conjuntas e partilha de recursos e trabalhar em rede e parcerias para inventariar recursos locais autóctones:

CE6E2 - Nós queremos apresentar os nossos dois grandes projetos. Que é a olaria, e o projeto que envolve a parte das sementes. Ainda não tem nome mas que é trabalhar em rede com universidades, com investigadores, e com produtores locais. E primeiro, começando com a inventariação das sementes autóctones.

Realização de Ajudadas como forma de reforçar laços de entajuda, criar espaços locais de troca de competências e projetos que gerem ocupação útil e rendimento e fomentar a sustentação dos projetos mais na partilha e menos no dinheiro:

CE9E1 - A Parceria Local (...) é uma plataforma, uma rede de entidades. É um grupo informal, coordenado por nós, que junta neste momento, cerca de 20 entidades, desde associação de residentes, centro comunitário, esquadra, biblioteca, o agrupamento de escolas, associações de pais, ou seja, tudo o que são grupos, formais ou informais mas que são grupos identificados como atores do Bairro, estão nesta plataforma, parceria local. Nós vamos reunindo, temos reuniões de dois em dois meses, para trocar informação, trocar recursos, desenvolver projetos depois entre alguns dos parceiros.

Criar meios de comunicação e divulgação partilhados entre as entidades que se dirigem aos mesmos beneficiários locais.

Subcategoria 6.10 - Capacitação, divulgação e apropriação de conhecimentos

Atendendo a que as iniciativas, de uma forma geral, propõem mudanças, é referido com frequência a necessidade em trazer temas-tabu ou pouco conhecidos, mas urgentes, à discussão pública:

CE7E1 – Antigamente, era uma... era uma questão que nós falávamos sempre muito com as pessoas. Havia uma necessidade de quebrar esse tabu que não havia, que o homem não produzia alterações climáticas, não tinha nenhum impacto nessa... Hoje em dia já há outras pessoas a fazer isso. Uh... E também já se perdeu esse tabu, que o homem não tem qualquer impacto no ambiente, ou o impacto é mínimo na questão das alterações climáticas, ou como se as próprias alterações climáticas não existissem.

A capacitação é realizada com o objetivo de promover a aquisição e replicação de conhecimentos e práticas e de autonomizar grupos de ação local:

CE1E1 - E a ideia de ser local, ou seja, em vez de andarmos nós aí a correr o país e a incentivar as pessoas, a ideia era (...) e é: “Vamos capacitar pequenos grupos locais e depois eles próprios vão espalhando a palavra e vão-se multiplicando”. Não ser uma coisa centralizada, ou seja, nós servimos apenas de input inicial, mas depois a coisa anda por si.

Subcategoria 6.11 - Reutilização criativa de recursos

Reutilizar é um princípio que permite transformar resíduos em matéria-prima, podendo a sua recolha ser feita de forma a envolver a população local:

EN – Qual é a relação dos produtos com o quotidiano das pessoas?

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



CE8E2 – Sim, a relação directa é aquilo que as pessoas têm em casa que nós reaproveitamos para concebermos uma peça de design. Por exemplo, o banco em tacos da (...) foi pensado porque nós sabíamos de antemão que o pavimento dos, de casa das pessoas era forrado a tacos, a parqué. Que é que acontece? A partir do momento em que nós fizemos o primeiro exemplar do banco, colocamos na montra da loja, as pessoas intrigadíssimas: [manifesta surpresa] mas isto é igual àquilo que eu tenho em casa!" E começaram-nos a bater à porta: "olha, eu na próxima semana vou mudar. Vocês querem aproveitar?" Eram sacos e sacos e sacos e sacos de pessoas que tinham essa capacidade (não é?) de mudar o pavimento que nos começaram a ceder, fruteira, pratos, a mesmíssima coisa. Houve uma altura que nós tínhamos uma ideia que não foi para a frente de reaproveitamento de talhares. Recebemos uma quantidade exorbitante de talheres. Outras pessoas que tinham uma visão um bocadinho mais alargada que é: "Pá, olha, tenho um berbequim e 'tá parado. O meu marido, entretanto, faleceu, querem ficar com esse berbequim?" (...) Foi essa ligação emocional que nós começámos a estabelecer.

Por outro lado, a reutilização serve para conciliar a criação de peças únicas com um gasto mínimo de recursos.

Subcategoria 6.12 - Design colaborativo

O design colaborativo permite associar práticas artesanais a novos conceito e, simultaneamente, valorizar as pessoas, as comunidades e as organizações:

CE8E3 - O que a [iniciativa] faz, no fundo é produção manual. E o que é que acontece com a produção manual? É sempre mais cara. Portanto, para haver sustentabilidade neste projeto, este produto tem de ser para um consumidor que tem mais dinheiro para pagar, que tem mais poder de compra. Principalmente porque nestas comunidades, nós não somos fábricas dos chineses. Se nós fizermos produto muito barato temos de compensar com a quantidade, não é? Em vez de fazermos 20 ou 30, temos de fazer 300 ou 600. Que eu acho que isso é uma lógica que nem sequer é muito acertada, porque eu acho que as comunidades não têm de se transformar em fábricas, têm de fazer 8 a 10 horas e fazer milhares de produtos. Não é por aí. Acho que é muito ao contrário. Que é perceber qual é que é a pérola que existe nestas comunidades, portanto, pode ser o *know how*, pode ser os materiais, pode ser mesmo o lado humano da equipa, pronto. E entretanto essas pérolas, quando saem cá para fora, pronto, têm um mercado diferente, mas isso vai levar à sustentabilidade do projeto.

Subcategoria 6.13 - Intervir sobre/(n) o espaço público e com a comunidade

Intervir no espaço público importa para alterar perceções estigmatizantes sobre territórios vulneráveis e os seus habitantes. Por outro lado, é referida a criação de espaços de convivialidade no bairro e a sensibilização da população local para a promoção ambiental dos lugares em que vivem e, por fim, intervir para fixar população no território e para promover a cooperação entre gerações onde todos podem aprender com todos:

EC10-E1 – no nosso projeto que são cerca de 180ha na zona Vila Velha de Rodão, Parque do Tejo, Parque Natural do Tejo Internacional, também zona do Geoparque da Naturtejo e o nosso objetivo é criar uma aldeia, é fazer uma aldeia de base, de raiz, fixar cerca de cinquenta famílias

CE8E3 - ...nós queríamos dignificar tudo o que se fazia ali no Bairro do Armador e mostrar a todas as pessoas de Lisboa não é? Da grande Lisboa depois, não é? Que não é só um bairro sujo, um bairro com violência. Que há pessoas que trabalham, que têm histórias interessantes para nós ouvirmos, que são bons modelos de cidadãos.

Subcategoria 6.14 - Alterar paradigmas de intervenção social e aprofundar ação das instituições sociais

Quando a atividade das organizações com fins sociais envolve atividades produtivas, importa integrar profissionais de comunicação e de outras áreas criativas nas equipas para aumentar a

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



credibilidade dos projetos:

CE8E3 - E é este lado que eu acho que as organizações na área social ainda precisam de aprender. (...) Eu até diria que não têm de aprender eles não têm de ser *designers* e criativos, têm é que integrar essas pessoas nas suas equipas, têm de estar preocupadas com isto. Eu acho que isso é oportuno. É estas equipas multidisciplinares, não é? Nós já temos na área da psicologia, da medicina e outras, mas eu acho que um criativo, para mim, é ponto fundamental numa organização social deste género, se quiserem ser competitivas.

Deste modo, propõe-se alterar a visão assistencialista para uma visão mais empresarial e responder simultaneamente às necessidades dos beneficiários e à sustentabilidade da entidade promotora e alterar posturas paternalistas para abordagens mais participativas e responsabilizantes:

CE8E3 - ...continua-se a trabalhar muito na lógica do coitadinho, sem se ver a potencialidade da pessoa e sem os chamar também à responsabilidade, ou seja, muitas vezes, as dificuldades que nós encontramos neste caso no território, nas comunidades, tem a ver com esta lógica do assistencialismo. São pessoas que viveram toda a vida do rendimento mínimo que é o caso dos artesãos que viveram toda a vida dos subsídios europeus e há uma desresponsabilização. Se eu gostasse que alguma coisa mudasse e nomeadamente no âmbito político é que as políticas sociais têm de mudar neste sentido, têm de ser construídas com as pessoas, o que é bom para elas e essas pessoas também têm de ser responsabilizadas, ou seja, enquanto nós sentirmos pena do outro e passarmos a mão pela cabeça e dissermos “Ai coitadinho”, ele nunca vai crescer e nunca vai ser um indivíduo saudável dentro da comunidade, nunca vai independente, é um bocadinho como as crianças não é? Se não tirarmos a rodinha da bicicleta e se eles não caírem eles nunca vão aprender a andar de bicicleta. E eu acho que ainda existe nas respostas tradicionais muito este passar a mão na cabeça.

Subcategoria 6.15 - Recuperar e promover tradições e recursos locais

Numa perspetiva de valorização, as iniciativas indicam contribuir para recuperar tradições e atividades locais tradicionais e criar eventos regulares ou espaços de uso comum para escoar produtos locais:

CE5E2 - No fundo, a Rede Cooperar foi um conjunto de iniciativas individuais ou colectivas, que vai desde... Que abrange desde o Movimento de Transição em São Luís, até produtores na Mimosa, até ao grupo anarca de Castro Verde, ou ao Centro de Convergência na Aldeia das Amoreiras, que sentiram de facto esta necessidade de criar os eventos regulares. Até porque havia esta problemática dos produtores biológicos, que fazem parte desta nossa rede, não terem grandes oportunidades de escoar os seus produtos.

Pretende-se também dar continuidade à tradição de conservar sementes e à criação de um *branding* de produtos locais endógenos de artesanato e agricultura que facilite a sua promoção.

Subcategoria 6.16 - Promover o emprego local

Alguns entrevistados revelam que o desemprego e outros problemas poderiam ser resolvidos investindo nos territórios:

CE5E5 – O desemprego, por exemplo... Que palavra interessante, não? Num mundo onde há tanto para fazer, nós temos pessoas desempregadas, e o país ou o governo ou a sociedade paga-lhes para fazer nada. (...) E nós tivemos aqui hospedado um homem (...) que tinha a visão de transformar a Eslováquia numa paisagem de retenção de água. E imagina se, digamos, que agora a Câmara Municipal dizia: “vamos fazer da região (...) uma paisagem de retenção de água sem... sem zero de saída de água das chuvas”... E isto seria uma visão e um plano comum, poderíamos trazer todas as pessoas desempregadas e pedir-lhes que construíssem as estruturas de retenção de água.

Por outro lado, são dados exemplos de promoção da empregabilidade através de grupos de ajuda mútua e de parcerias com comércio local, e através da revitalização do património local como forma de criar emprego:

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



CE9E2 - Por exemplo nós estamos [na iniciativa] a promover um projeto que é o JAM, interajuda na procura de emprego com desempregados. É no fundo um grupo de ajuda mutua mas muito na perspectiva de trocar estratégias, de “olha vi aqui esta formação vi aquilo, de criar projetos conjuntos e etc. é aí que nós estamos a avançar com esse projeto, com o Centro Comunitário. Esse é um projeto na área da empregabilidade

Subcategoria 6.17 - Repensar a escola e o ensino

Partindo de um diagnóstico de falhas e limitações do sistema educativo, são propostos círculos educativos como práticas que permitem repensar a escola:

EN – Estes círculos educativos são um complemento ao ensino escolar?

CE6E2 – Estes círculos é tentar que se mude de alguma forma a mentalidade e que se vá ao encontro das necessidades da região, o absentismo, o abandono escolar, e de mudar um bocado as práticas educativas, é para isso que está a servir estes círculos educativos, para repensar a escola. Para que estas crianças e jovens continuem a seguir o percurso da escola e que não abandonem...

Por outro lado, promover o sentido crítico nas crianças, respeitar a individualidade da criança a vários níveis e criar uma escola de vida que integre várias idades e áreas de ação:

CE10-E1 - Nós queremos fazer uma escola. Uma escola desde crianças, crianças desde recém-nascidos até a toda a gente. Uma escola que se misture, uma escola profissional, uma escola de ofícios, uma escola para aprender e uma escola de vida e essas coisas todas. E sim claro é uma das preocupações que nós temos.

Categoria B7 - Processo de experimentação

Atendendo à relevância da noção de experimentação para o projeto CATALISE, procurou-se conhecer, por via das entrevistas, os processos de geração e de teste de soluções e as condições que melhor os estimulam e favorecem.

Subcategoria 7.1 - Perceções sobre experimentação

A unidade de registo mais referida revela o entendimento de um processo em aberto, como um caminho a percorrer, onde não se sabe muito bem o que vai acontecer, mas, mesmo assim, onde importa agir para poder avançar:

CE9 – E1 - isto pega mesmo na questão da experimentação, [pausa] nós temos uma visão para aquilo que queríamos criar, agora, o rumo que isso ia levar, a sustentabilidade dos processos, neste caso, não a quisemos imaginar ao início porque isso ia depender das dinâmicas que se instalassem e daquilo que fosse a vontade dos parceiros e esta questão de estarmos agora com parceiros, a pensar na visão e missão conjuntas, a repensar quais é que são os papéis de cada um.

EC8E2 - ...foi um processo de experimentação porque nós na verdade não saberíamos, não sabíamos o que é que ia acontecer, não sabíamos o que ia acontecer, por exemplo, com o eco-design e que... tipo de produtos é que iam brotar da oficina, se eventualmente as pessoas teriam ou não capacidade para dar resposta àquilo que nós pretendíamos...

De seguida surgem, com a mesma ordem de frequência, unidades de registo que indicam a experimentação como forma de capacitar para a construção de algo novo, que é baseada na responsabilidade individual, associada a processos de discussão coletiva e que a sua construção é feita em passos graduais de aprendizagem e teste.

Por outro lado, aprofundar a missão da iniciativa implica ousar experimentar novas competências e novos campos de ação e continuar a mobilizar essa energia da experimentação

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



para testar cada nova ação que vai surgindo. Por fim, é referido que a experiência acumulada pela experimentação permite “afinar” o modo de chegar às pessoas:

EC7E1 - E isto tem a ver realmente com despertar de consciência através do alimento, de uma forma muito mais estruturada, que é resultado da experimentação, mais organizada, e também mais acessível em termos de código ao cidadão comum, isto é, uh... as pessoas que trabalham todos os dias fazem a sua vida, têm os seus problemas, e não se têm que estar sempre a questionar, ou 'tarem a lidar com pessoas, digamos assim, que passam a sua vida a questionar. Portanto, as pessoas querem umas respostas concretas, eficazes, querem encomendar os cabazes e querem ter... As instituições também têm que ter essa resposta, e então surge essa... a tal Quinta (...), que é onde [a iniciativa] também faz essa experimentação.

Subcategoria 7.2 - Experimentação como prática quotidiana

Subjacente também a outras unidades de registo presentes noutras subcategorias, está a noção de que a experimentação passa por integrar mudanças nos hábitos quotidianos para responder às grandes questões a que a iniciativa procura responder:

CE3E5 – Há um mês atrás dissemos... Não, mais, há dois meses e meio dissemos “vamos experimentar comer apenas produtos regionais durante seis semanas. E fizemo-lo muito consequentemente. Então, colocamos de for a todas as especiarias que não vêm de Portugal. Definimos como nossa primeira região Portugal e reestruturamos toda a cozinha e no fim... E depois, claro, convidamos a comunidade para este lugar e mostramos-lhes “Ah, é assim que sabe”, e por aí for aí fora. Tivemos muito sucesso, por agora não queremos voltar atrás.

EN – Quanto tempo foi?

CE3E5 – Seis semanas.

EN – E como é que foi o processo de se habituarem...

EC3-E5 – Foi incrivelmente fácil. (...) Foi. Quero dizer, antes nos termos... Tivemos bastante em que nós partilhamos porque é que o fazemos e se fazemos o que dizemos. JUntamo-nos. Qual é o impacto de tal experiência? O que significaria se todo o mundo começasse a comer local outra vez. E por isso nós...estamos altamente motivados, de certa forma, não entusiastas, mas sabe-se porque se fazem as coisas.

Por outro lado, é referida a presença do corpo no processo de experimentação, nomeadamente, em que as preocupações que motivam a ação da iniciativa deixam de ser apenas uma reivindicação mas passam a estar presentes no quotidiano, através de mudanças que são inteiramente vividas:

CE7E1 – As alterações climáticas, quando estivemos na Costa, eram aquilo que se possa considerar a nossa grande bandeira. Depois deixou de ser bandeira para 'tar dentro do nosso corpo, digamos assim. E deixou de ser uma preocupação para passar a ser uma... o nosso quotidiano. E por isso hoje também foste testemunha nessa tentativa de encontrar o frigorífico, nessa tentativa de saber cozinhar os alimentos não já com o fogo, nem mesmo utilizando a energia do solo, mas com os próprios alimentos, não é? A questão da acidez, a questão das fermentações e por aí fora. Na tentativa de produzir mais bactérias, na tentativa de produzir mais bacilos para o estômago e termos melhor digestão e termos mais nutrientes. (...) E essa bandeira que também tínhamos, se calhar as alterações climáticas, se calhar a nossa preocupação, ela foi-se diluindo nas nossas práticas quotidianas, porque ela passou a ser uma realidade.

Subcategoria 7.3 - Constrangimentos ao processo de experimentação

Conhecer os fatores que constroem os processos de experimentação é crucial para compreender quais as condições que, pelo contrário, devem ser criadas para a apoiar.

Os constrangimentos apontados são de diferente ordem, tendo sido apontada com maior frequência a existência de legislação desadequada e a morosidade dos processos legais¹⁶.

¹⁶ A este nível, foram apresentadas conclusões mais aprofundadas no capítulo 6 do “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*”.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



A resistência humana à transformação dos hábitos quotidianos é indicada como uma força inibidora das possibilidades de mudança, inclusive entre pessoas que, à partida, estão motivadas ou mobilizadas em torno de projetos que visam precisamente construir essas mudanças:

CE5E5 - Acho que três ou quatro anos atrás, disse 'Vamos deixar apenas ... vamos cozinhar apenas com energias renováveis na cozinha' Antes ainda tínhamos gás Repsol, e é tão complicado, estás tão acostumado a ... levá-la, porque é um pouco mais fácil de cozinhar com ele, estás mais acostumado a isso. E então nós conscientemente levámos para fora e, em seguida, fizemos um tempo experimental de três meses onde dissémos "É só isso" , e após esses três meses estávamos na ondanela, agora está claro para nós.

EN - Então, estás a falar de hábitos?

EC3-E4 - Sim, sobre o interior ... embora sabes que é a coisa certa a fazer, é eticamente muito melhor, é ... embora ... Quero dizer, [a iniciativa] é uma comunidade altamente qualificada neste (...) sim, mas, em seguida, vem o café que queres cozinhar na parte da manhã, e voltas para ...

(EN - velhos padrões)

CE5E5 - Sim ... Então, portanto, nós também ... é por isso que nós colocamos muita ênfase na educação, que as pessoas realmente vivam connosco e viver com o sistema, que eles ... eles não só aprendem sobre a solução, mas eles realmente conhecê-lo.

Foi também mencionada a situação de desemprego dos membros da iniciativa como condicionando o desenvolvimento de projetos, visto a procura de construir sustentação pessoal condiciona a sua dedicação voluntária à iniciativa:

CE6E2 - E começamos a perceber que isto é um desgaste muito grande, e depois estando desempregada tens que centrar muito mais as tuas atenções para arranjares um emprego que te possa sustentar. Do que propriamente pensar no trabalho voluntário para a [iniciativa]. Depois não há esta rotatividade entre as pessoas, da Associação e como também não queremos que isto morra... achámos que está na altura de avançar para os tais ditos projetos.

Uma iniciativa que desenvolve trabalho em contextos socioeconómicos desfavorecidos refere que o desemprego prolongado e a cultura de dependência e de resistência à mudança de determinados grupos sociais geram desmotivação para o envolvimento.

Categoria B8 - Processos de escalabilidade e transferência

Para que uma solução possa gerar mudanças sistémicas é necessário que, após diagnosticar o problema, gerar e testar a proposta de valor inovadora num contexto de experimentação mais restrito, seja garantida a sua disseminação, no intuito de difundir os seus benefícios para outros contextos. Surge assim a necessidade da solução ganhar escala, ou ter escalabilidade, ou que os conhecimentos a ela subjacentes possam ser transferidos¹⁷. Os próximos pontos dão conta dos diferentes processos utilizados pelas iniciativas e dos constrangimentos e dificuldades sentidas.

Subcategoria 8.1 - Processos de Expansão (*scaling-up*)

O crescimento, a reestruturação e o *franchising* são métodos típicos de processos de expansão. Estes são também referidos com maior frequência nas entrevistas, em particular no discurso dos entrevistados de uma iniciativa cuja principal forma de sustentação consiste num modelo de negócio social. Para crescer é necessário alargar o público-alvo o que implica ganhar novas escalas, desenvolver novas estratégias e adquirir outros recursos ou procurar novos

¹⁷ A classificação utilizada para definir os tipos e métodos de escalabilidade é apresentada no capítulo 3 do “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*”.

financiamentos ou investimentos, o que obriga a processos de reestruturação do projeto ou do enquadramento institucional do mesmo:

CE1E1 – “Uma das conclusões a que chegámos é que, efetivamente, nós não estamos a chegar a quem... (...) efetivamente, põe as mãos na massa. Ou seja, eles [os agricultores] não estão despertados para isso. Ou seja, eles estão na sua agricultura e estão no seu dia-a-dia, não é? Não estão cá a ligar para estas coisas... A gente fala da Monsanto que é um papão e... “Ai estas estão maluquinhas com a teoria da conspiração... [risos] Pronto. Portanto, temos que ter muito cuidado quando dizemos isto, não é?
 (...) CE1E1-2 – Temos que chegar a outro público.
 CE1E1 – Temos que chegar mais a eles.
 CE1E1-2 – É o nosso objetivo.

Por outro lado, de forma a manter a matriz social do projeto, a diversificação de nichos de mercado é feita por via do desenvolvimento de serviços para públicos diferenciados e que se complementam, permitindo um crescimento que garante a manutenção da autonomia das pessoas ou dos valores da iniciativa:

CE8E3 – Eu acho que cada vez mais temos de pensar em projetos como o nosso com vários tipos de cliente, ou seja, há vários nichos de mercado. Há os produtos que são claramente para um nicho de mercado exterior ao Bairro do Armador, portanto nacional ou internacional e essas pessoas se calhar conseguem sustentar 60 ou 75 por cento depois da oficina, não é? Dividindo pelas pessoas que lá trabalham. Mas eu acho que também é importante não sermos elitistas ao ponto de dizermos que trabalhamos apenas para fora e haver estes eco serviços. E se calhar haver mesmo dois preços, haver um preço para as pessoas que são vizinhas e que moram no Bairro do Armador e, como já aconteceu, fazerem aquele serviço para fora para a grande Lisboa, como nós fizemos, por exemplo, para o Rés-do-Chão as bancas da feira e isso tem um outro valor.

São referidos exemplos de expansão via *franchising* ou por multiplicação de núcleos. Em menor número, é referido que estímulos do exterior para a expansão induziram um processo de reflexão e de estruturação da missão da iniciativa. Por fim, um dos entrevistados admite que o processo de expansão tem limites dada a natureza do projeto.

Subcategoria 8.2 - Processos de colaboração

Os processos de colaboração constituem uma abordagem intermédia entre a expansão e a replicação. Talvez por esse motivo surjam agora testemunhos de um número maior de iniciativas diferentes, contrariamente ao processo de expansão.

A colaboração é ilustrada com maior frequência como a construção de uma ponte e estando associada ao aumento da rede de parceiros:

CE4-E1 - Eu sinto que, a nível de comunidade, a nível de mundo, nós estamos de facto a trabalhar e a querer lançar pontes e fazer... e, como todas as escolas Waldorf, sentimos mesmo que trouxemos este impulso de “bora lá trabalhar todos juntos”. Estava cada um por seu lado e somos muito daqueles que vamos à (...) que queremos juntar.

É também referido que crescer assenta nas parcerias e nas relações criadas entre os membros e outros grupos, na criação de novos serviços que possam gerar novas parcerias em torno de benefícios mútuos, em particular por via da capacitação dos colaboradores:

CE8E3 - Já começam [as empresas] a ver [a iniciativa] (...) para trabalhar esta questão da economia local com a promoção ambiental lado a lado, não é? Ou seja, em vez de pedir a uma empresa privada, se começar a usar os recursos que ele próprio financia temos aqui um início de sustentabilidade muito mais interessante. Houve uma vez que nos pediram para fazer uns bancos para um jardim público, pedem assim coisas tão simples quanto estas. Se calhar interessante seria em vez de ser pontual ser uma coisa mais contínua. Mais importante do que isso é em vez de se pagar a uma empresa privada para fazer os objetos, ter estes projetos que envolvem a comunidade.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 8.3 - Processos de replicação (*scaling-out*)

Replicar implica que a inovação desenvolvida seja apropriada e implementada por outros atores nos seus contextos. Várias iniciativas afirmam que existem experiências de replicação que reconhecem como similares:

CE8E3 - se nós formos a ver de 2011 para 2015 a quantidade de projetos que apareceram quase como réplicas da [a iniciativa] em que se reutiliza eu acho que é um factor de sucesso. Acho que de alguma maneira, outras organizações viram o projet[a iniciativa], aprenderam algumas coisas e acharam que poderiam criar algo semelhante até porque começaram a ver valor nesta reutilização dos materiais.

EN – Podes dar-me um ou dois exemplos de outros projetos?

CE8E3 – A Renovar a Mouraria é um uh...A Ameixoeira Criativa é outro, onde eu também trabalhei com eles. Havia um outro projeto na alta de Lisboa, também (...) também tinha a ver com isso e tenho a certeza que há mais. De vez em quando ouvimos falar é já uma prática quase comum e isso para nós é muito bom.

Neste sentido, é referida a replicação de processos semelhantes partindo de demonstrações feitas pela iniciativa, como forma de capacitar outras pessoas para intervirem nos lugares que habitam:

EN - E eles, antes de fazerem, vieram, por exemplo, a [iniciativa]?

CE5E2 - Vieram [à iniciativa], vêm consultar, vêm informar-se, vêm saber quais são as condições, o que é que podem fazer. E há alguns sítios em que nem é preciso fazer lagos (...) e basta aplicar o keyline, por exemplo, o sistema de keyline. Portanto, não é preciso fazer lagos em tudo, mas é preciso olhar para a água com outra maneira, e com... Para a água, e não só, e para a gestão do terreno, para o monte, para a quinta. E isso tem dado bons efeitos, pelo efeito de contaminação, porque as pessoas ficam inspiradas e ficam motivadas. Porque as pessoas vão [à iniciativa] e vêem o exemplo prático. "Ok, isto de facto é muito diferente do resto do Alentejo. Temos muito mais água, muito mais humidade. O verde começa-se a espalhar mais, e de facto isto tem bastantes vantagens." E tem que ser assim, porque acho que não se pode obrigar ninguém a mudar, não é? Só mesmo as pessoas querendo fazer a mudança.

Uma iniciativa cujo funcionamento assenta fortemente nas dinâmicas entre diferentes atores, dá conta que o processo de replicação é simples mas que o seu sucesso depende de encontrar figura a coordenadora adequada.

Outros testemunhos, num sentido diferente, referem que a replicação acontece de forma informal e espontânea e outras que não é uma prioridade atual mas que é considerada como importante. Em menor frequência surgem unidades de registo que indicam que a iniciativa apoia a replicação de outros projetos, que esta acontece através da capacitação para o exterior dos conhecimentos e práticas adquiridas e a replicação para o exterior é feita de uma experimentação prévia na própria iniciativa e, depois de replicada, é melhorada em função do *feedback* recebido:

CE5E3 – Isso é o primeiro projecto em [a iniciativa] que quer incluir os aspectos todos de trabalho da comunidade de [a iniciativa], do projecto ao largo dos "años" e mais dar essa conexão com a Terra. E então 'tamos a experimentar isso para poder ser replicado primeiro em noutros projectos em [a iniciativa]. Então tu tens a escola, por exemplo, e aí e também "tener" comida toda regional ou toda produzida em [a iniciativa] e fazer isso em todos os outros projectos. Então, vais para cima e há o, o Instituto da Paz Global e há o que seja hm outros projectos e isso vai ser replicado antes nos outros projectos em [a iniciativa]. Também ao nível de estrutura social, também ao nível da economia e vamos... É por isso que se chama "test field". Vamos a experimentar... as estruturas sociais. (...) E também antes que... hm... "salir" para o mundo, ainda que algumas informações como sendo o "compressor" do "natural building", o que seja, pode ser já partilhado porque são elementos do modelo, 'tás a ver? Esse, mesmo a complexidade do todo... (...) Vai ser, vai ser experimentados primeiros em noutro, em outros projectos de [a iniciativa]. Mesmo para "tener" esses "feedbacks", não é? "Ah, olha que não é mesmo certo, então vamos emendar

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



um bocadinho aí." Isso vai fazer mais e mais... vai "refinar"...

EN – Refinar?

CE5E3 – Refinar mais e mais o modelo. Que "modelo" também não é uma palavra que gosto muito.

É também referido que replicar implica fazer algo que se aprende e não apenas executar algo que foi transmitido:

CE5E2 - Não é fácil chegar às pessoas que plantam eucaliptos, e dizer-lhes que em vez de eucaliptos podem pôr uma floresta autóctone, podem pôr sobreiros e não sei quê e não sei quantos. Porque os eucaliptos crescem muito mais rápido, não é? E, portanto, não é fácil. Não podemos confrontar directamente essas pessoas. Aquilo que tem sido, e aquilo que tem acontecido é pela inspiração de outras pessoas que querem seguir modelos semelhantes. Por exemplo, na gestão da água... E houve já pessoas à volta, e aqui em projetos colectivos, e também privados, de pessoas que também já fizeram lagos, lagos de permacultura, que já adoptaram este conceito. E, portanto, é pela infecção do outro! [risos] (...) Por contaminação, e não pode ser por confrontação, porque por confrontação não se muda ninguém, de facto.

Por fim, uma iniciativa indica que ao receber doações conseguem desenvolver projetos que depois possam ser replicados noutras partes do mundo:

CE5E2 - Agora temos um projecto com um... com mais... com um novo espelho solar. 'Tá a ser testado nesses dias e esse foi um hm um gajo que tem uma companhia na Índia que chegou aqui e 'tava bué interessado na tecnologia solar e tal e, no fim, fez um, uma "doação" para esta pesquisa. E pronto, agora estamos a construir esse espelho novo e depois isso vai ser utilizado na Índia [cumprimenta outra pessoa]... Vai ser utilizado na Índia para transformar o plástico outra vez em, em hum... gasolina. Para sempre. Então temos colaborações com pessoas no mundo também que "donam" para específicos projectos que também depois vão ser utilizados no mundo.

Subcategoria 8.4 - Processos de Transferência

Mesmo não assumindo um método específico e estruturado que permita um produto ou processo bem definido ganhar escala, as iniciativas podem sempre dotar os conhecimentos produzidos de transferibilidade para outros contextos. Neste ponto, são apresentadas outras formas ou estratégias que as iniciativas desenvolvem para garantir que esses conhecimentos e experiências são transferidos para o exterior.

O método mais acentuadamente referido consiste na transferência de conhecimentos por via de atividades de formação e/ou demonstração para outros projetos/pessoas:

CE5E2 - Temos (...) oficinas, oficinas muito práticas. Por acaso isso foi uma coisa que foi levantada neste encontro onde eu fui, em Mértola, eu pensei: "Olha, [a iniciativa] já faz isto." E estava lá um neo-rural a queixar-se que tinha mudado para Mértola há não sei quanto tempo, a queixar-se que sente-se muito a falta de workshops práticos; como conduzir um tractor, como não sei quê, como aplicar uma certa técnica. Ele era apicultor, e acho que quer também fazer uns trabalhos no campo. E, portanto... [a iniciativa] também tem muitas oficinas práticas, e workshops práticos, em que as pessoas vão durante uma semana, ou duas, ou um mês, e trabalham ao lado das pessoas para aprenderem a fazer, por exemplo, as camas elevadas, ou a fazer

culturas, ou a fazer lagos em permacultura. Isto é um conhecimento muito prático, que está à disposição das pessoas. Portanto, as pessoas podem inscrever-se nestes cursos.

De seguida, é referida a transferência de resultados por via de materiais impressos, plataformas digitais e/ou eventos e a transmissão de conhecimentos por via do boca-a-boca:

CE1E1-2 - O mais importante é as pessoas que já foram tocadas, as pessoas que já conseguiram ficar com a informação, e que este apelo vá a cada vez mais pessoas, pronto. Que haja acima de tudo uma passagem de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



informação. E aquela pessoa pode nem sequer guardar semente nenhuma, mas num jantar ter comentado: “Olha, estive numa acção de sensibilização. Vocês têm noção do que se está a passar?”. Porque esta passagem do alerta, para nós, é muito importante. Muito importante.

CE1E1 – Essencialmente para a parte activista.

CE1E1-2 – Sim.

CE1E1 – As pessoas sabem que há este movimento, esta profissão, ou fazer qualquer coisa... Já estão sensibilizadas, então é meio caminho para... Para a política, não é?

EN – Então, para vocês, essa é uma boa forma de disseminação, não é?

CE1E1-2 – Sim.

EN – É a principal. É isso?

No mesmo sentido, é referida a prática de membros da iniciativa levarem os conhecimentos que adquirem na iniciativa para os seus contextos institucionais de trabalho:

CE7E2 - eu hoje, portanto, levo o modelo, já falo do modelo de intervenção integral ... Na minha associação, onde nós estávamos, na parte académica só tínhamos dado os modelos económicos e sistémicos, e hoje já falo no modelo integral e eu não fui buscar isto à parte académica, nem vi ninguém de nenhuma Associação a utilizar esta forma conceptual de trabalhar, de intervir. E porquê? Porque foi... vai-se buscar estas fontes, estas... a outro tipo de grupos, que trabalham... não sei se... não digo franjas, não tem nada a ver com franjas, mas não estão no *mainstream*, as associações, não estão na parte de prática de massas, e eu começo a trazer já para o diálogo, para o diálogo institucional, e isto para mim faz sentido, se todos nós fossemos beber à fonte, e todos nós partilhássemos isso, as coisas aceleram mais rápido. Porque eu penso que todos nós vamos lá chegar a esse fim, essa é a parte mais ideológica e utópica, mas considero... agora, há aqui...pode haver facilitadores de o processo ser mais rápido, nós chegando... e daí, eu acho que é necessário nós estarmos sempre em dois lados.

A consciencialização através de experiências concretas de contacto com e experimentação de outras realidades possíveis, assim como a sensibilização por “contaminação” de práticas e de modelos inspiradores e não por confrontação surgem também como algumas das formas mais relevantes para veicular a mensagem:

CE5E2 - Não é fácil chegar às pessoas que plantam eucaliptos, e dizer-lhes que em vez de eucaliptos podem pôr uma floresta autóctone, podem pôr sobreiros e não sei quê e não sei quantos. Porque os eucaliptos crescem muito mais rápido, não é? E, portanto, não é fácil. Não podemos confrontar directamente essas pessoas. Aquilo que tem sido, e aquilo que tem acontecido é pela inspiração de outras pessoas que querem seguir modelos semelhantes. Por exemplo, na gestão da água... E houve já pessoas à volta, e aqui em projetos colectivos, e também privados, de pessoas que também já fizeram lagos, lagos de permacultura, que já adoptaram este conceito. E, portanto, é pela infecção do outro! [risos] (...) Por contaminação, e não pode ser por confrontação, porque por confrontação não se muda ninguém, de facto.

São também mencionadas a criação de uma rede informal de grupos de discussão de temas comuns e a realização de eventos de celebração com uma função multiplicadora da mensagem da iniciativa para o exterior. Por fim, é referida a iniciativa como um lugar de encontro entre especialistas que trazem o seu conhecimento à localidade.

Subcategoria 8.5 - Obstáculos e dificuldades nos processos de escalabilidade

A dificuldade mais referida no discurso dos entrevistados prende-se com a dificuldade em encontrar pessoas com perfil adequado, nomeadamente de coordenação de diferentes papéis e de *networking*, sendo uma unidade de registo referida na esmagadora maioria das vezes por uma iniciativa cuja sustentabilidade assenta muita nessa gestão:

EC8E2 - Candidatamo-nos na terceira edição do BIP/ZIP, fomos para a antiga freguesia da Pena, a actual freguesia de Arroios e hum pronto, por questões políticas, fomos convidados a sair. Porque a atual presidente da Junta de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Freguesia de Arroios acha que o projeto social é uma empresa. “O projeto d[a iniciativa] é uma empresa”.

EN – Então não conseguiram o financiamento para esta edição?

CE8E2 – Não, conseguimos.

De seguida a unidade de registo mais referida ilustra a dificuldade sentida pelas iniciativas em conseguir dar resposta tanto às solicitações do exterior como à concretização de todos os projetos idealizados:

CE1E1 - (...) nós estamos tão assoberbados... Por exemplo, neste momento se nós quiséssemos criar... Sentimos a necessidade disso, mas não temos a capacidade para o fazer, porque temos tanto para fazer na nossa causa, que é difícil termos mais espaço para isso.”

CE8E3 - Eu acho que se mais produto tivéssemos mais vendíamos, mas eu acho que esta é a lógica da produção manual, portanto, porque as pessoas vão ter de esperar até haver o produto. Nós temos sempre conseguido fazer *stock* mas não alargámos para mais lojas porque achámos que depois não tínhamos capacidade de resposta, o que também é importante.

Com a mesma ordem de frequência é mencionado que os processos participados implicam aceitar um processo de crescimento diferente do esperado, nomeadamente, devido à tomada de decisões conjuntas, assim como dificuldades em garantir a continuidade das réplicas da iniciativa, particularmente por diversas dificuldades que condicionam a manutenção da motivação inicial dos membros ou a sua capacidade de dedicação:

CE8E3 – Neste momento não decidimos nada sem eles. Ou seja, se alguém nos telefona ou nos diz “Olha eu queria que vocês nos dessem uma formação, tenho o orçamento de x gostava que vocês fizessem y”. Nós ligamos ao Sr. A. à oficina e dizemos “Olhe, há esta organização, quer fazer isto connosco o que é que vocês acham? É possível ou querem fazer?” E é muito assim e há umas coisas que se diz que sim e há outras que se diz que não. Algumas diz-se que não e nós achamos errado. Às vezes se eles estiverem cansados se acham que é um esforço que não compensa, por exemplo, nós podíamos ter achado que é um bom esforço de mediatização não é? Que é uma boa parceria, que pode não trazer tanto dinheiro mas que funciona, e eles dizerem-me “Não. Vamos ganhar 40 euros, não vale a pena” e nós temos de respeitar isso. Mas é sempre um processo partilhado neste momento. Também depois porque são eles que vão fazer o *deliver* não é? São eles que vão executar as coisas. Não vale a pena eu dizer que sim e depois ter uma equipa que fica chateada porque não quer fazer.

É referida a falta de enquadramento legal para empresas sociais como uma condicionante particularmente difícil para uma das iniciativas que se constitui como negócio social, o que constrange a sua construção de sustentação:

CE8E3 – O que faz a diferença é que na altura o A. estava na equipa, portanto, era uma pessoa que era renumerada, a *full time* e neste momento esse elemento foi retirado para que a equipa continuasse. Para que a oficina fosse sustentável e é... ou seja, continuamos a pagar ao Sr. J., ao Sr. A. com a venda das peças. Mas ao ser retirado esse pivô nós queríamos era transferir para o P. mas o P. depois acabou por sair deixou de haver este elemento, pronto. É um trabalho diário, os *e-mails*, telefonemas, ou ir à procura das parcerias, portanto e isto continua a ser feito por nós num regime de voluntariado (...).

Por fim, é referido que as práticas de mercado do sector em que a iniciativa opera põe em causa a viabilidade financeira do projeto, devido aos atrasos nos pagamentos, e também que a replicação é difícil dada a singularidade das dinâmicas humanas criadas.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Categoria B9 - Resultados e impactos

Subcategoria 9.1 - Condições necessárias para alcançar resultados e aprofundar impactos

São diversas as condições apontadas pelos entrevistados para que a iniciativa consiga aprofundar o impacto da sua ação e alcançar mais resultados. Algumas referências prendem-se com questões associadas aos recursos da iniciativa, nomeadamente, uma combinação entre o aumento dos recursos, de maior suporte da região e de maior liberdade legal e também de combinar financiamentos com apoio de membros para concretizar projeto:

EC3-E1 - Não. E, nós estamos a sobreviver, estamos crescendo, mas se quisermos realmente fazer a diferença para o mundo, se queremos assumir o papel de inspiração, decididamente precisamos mais dinheiro e precisamos mais pessoas. E precisamos de mais liberdade na nossa situação legal, e precisamos de um, um ... apoio de todo o, da região e do país e do mundo. Então é, em certo sentido, é o suficiente, porque ainda estamos aqui ... mas tem que aumentar, tem que aumentar. Estamos realmente ... sempre sobrevivendo de ano para ano financeiramente.

Outras unidades de registo ilustram a necessidade em alargar mais o número de pessoas alcançadas, quer por via da utilização de plataformas de informação interativas e *open-source* para facilitar a partilha de informação, quer pela sistematização de informação para aumentar a difusão da mensagem:

CE1E1-2 – Pensamos quando sentimos que queremos evoluir um pouco mais, e que queremos ter material didático. Não é? Porque no nosso *workshop* damos tanta informação, e depois muitas vezes as pessoas perguntam: “Então, mas não há um livro que nós possamos comprar, uma brochura?” E não temos ainda. E nós queremos muito ter, é um dos sonhos, e quando o tivermos na mão vamos sentir-nos muito felizes.

Por outro lado, ter maior intervenção política para fazer pressão e gerar mudanças concretas e mobilizar sinergias entre diferentes causas para desconstruir preconceitos sobre iniciativas e gerar visibilidade sobre o trabalho coletivo conquistado, assim como desenvolver ferramentas de linguagem de forma a conseguir fazer chegar a mensagem a públicos diferenciados:

EC1-1 - “A maior falta de informação que temos, que tínhamos, e que agora estamos a trabalhar essa situação, é em relação à parte política, como agir politicamente. Não só fazermos este trabalho de base, com os agricultores e camponeses e escolas, mas para nós é extremamente importante a parte política do ativismo e fazer pressão para que realmente as coisas mudem. De nada nos serve andarmos a ensinar como preservar sementes, e por aí fora, se nada mudar a nível de leis... Não é? E então tem sido muito interessante essa busca, não é? E temos aprendido imenso. Eu, por exemplo, sinto essa necessidade realmente de saber mais, não só... Em todo o espectro. Não só na parte de como é que se produz a semente, se pode preservar e multiplicar e ensinar, mas principalmente nesta parte política, ou seja, realmente uma das coisas que nós...

EC1-2 – Como é que se pode chegar a quem... a quem tem o poder, entre aspas.

EC1-1 – Fazer pressão para que efetivamente a coisa...

EC1-2 – Porque não... Temos que sair, que largar as botas, sair da terra...

EC1-1 – E fazer também esta parte.

EC1-2 – Porque sabe muito bem estar no meio da natureza e ver o milho a crescer...

EN – Tirar o pó das calças, não é? [risos]

EC1-2 – Exatamente. E temos que ir para outro patamar.

Por fim, é mencionada a revisão do modelo do projeto, e a capacidade de expandir o contexto de ação, de profissionalizar e capacitar.

Subcategoria 9.2 - Impactos ambientais

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



No âmbito dos impactos ambientais observados pela iniciativa, é referida com maior frequência a mudança de perceções e de comportamentos ambientais da população face ao espaço público:

EC8E2 - Foi quando nós terminamos o primeiro ano e os miúdos passaram, deixaram de estar todos os dias a fazer a limpeza e faziam uma vez por mês, sabes porque é nesta ideia de sustentabilidade e continuidade do projeto, hum a população começou a reclamar: “porque o bairro nunca 'teve tão limpo...”. "E queremos continuar, o que é que temos de fazer para...?"

Em menor número é referida a mudança de perceções e de comportamentos da população face à reutilização de resíduos, o aumento de recursos locais de recolha de lixo e que a participação da população local permite produzir toneladas de composto:

CE8E3 – (...) tem a ver com esta questão da consciência ecológica que o próprio bairro tem, portanto da maneira como trata o espaço público, como se deita ou não o lixo nos caixotes, se faz ou não reciclagem, portanto eu acho que isso mudou muito nos últimos anos (...) perceber o que é que é responsabilidade da Câmara e o que é que é a nossa responsabilidade enquanto cidadãos.

Subcategoria 9.3 - Impactos individuais

A valorização e o crescimento pessoal das pessoas envolvidas na iniciativa são a mudança mais referida pelos entrevistados:

CE8E3 - Para mim, dois fatores de extremo sucesso, foi quando o Sr. A. foi a Itália fazer uma residência artística com o P., que eu na altura não podia, tava com outro projeto e não podia ir, nem o A. E o Sr. A. foi, esteve com uma comunidade de artistas e *designers* internacional e esteve à altura, e fez algumas receitas mais bem sucedidas dessa residência internacional, ou seja, nunca em 2011 eu acharia que antes que uma pessoa d[a iniciativa] do Bairro do Armador que ia para Itália fazer uma residência artística.

EN – E como é que ele veio? Como é que ele estava?

CE8E3 – Ele estava, pronto, um bocadinho gabarolas [risos], que também merece, eu acho que também merece, e o Sr. A. foi uma pessoa que, de alguma maneira tem esta personalidade do Mestre, já era uma pessoa que já se valorizava eu acho, mas que achava que a valorização dele era só feita no Bairro do Armador, ter uma valorização Internacional não é? Pessoas que não o conhecem de lado nenhum... Isso foi muito muito bom para ele.

Seguidamente, os entrevistados dão conta de mudanças observadas na postura pessoal perante atores institucionais e numa maior desinibição e abertura nas crianças que participaram em atividades da iniciativa:

CE6E3-1 - as primeiras crianças que nós tivemos notava-se uma timidez, quando nós fazíamos ioga, ou quando dançávamos, elas não se mexiam, ou mesmo para desenhar uma asa, notava-se ali uma resistência muito grande, não estavam habituados a tudo o que fosse assim mais expressivo, mais brincalhão, eles não... As pessoas aqui da aldeia eram assim mais fechadas. E agora passados 5 anos, como já... pronto, entretanto, voltámos a ter os meninos, e sempre fizemos oficinas, porque a nossa função também era trazer as oficinas para as crianças, elas faziam mais o acompanhamento, e nós fazíamos as oficinas. E hoje em dia, mesmo na escola, mesmo nas AEC's, vê-se que os miúdos estão completamente diferentes.

EN – Conseguem ver o impacto do vosso trabalho?

EC6-E3 – Sim, sim, sem dúvida. Vê-se que estão muito mais abertos, eles agora já é difícil surpreendê-los, porque nós já fizemos mesmo um trabalho...

Subcategoria 9.4 - Impactos socioeconómicos

Em termos gerais, as iniciativas apontam com maior frequência a dignificação das pessoas por

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



via da melhoria da sua situação económica e a geração de novos agentes e de novas relações económicas como impactos observados em resultado da ação da iniciativa:

CE2 –E1 ... Em vez de, se calhar, tentar ganhar o seu dinheiro lá fora, com as práticas que alguns têm, de... associados a alcoolismo, a toxicodependência... A questão que a gente fala sempre, dos arrumadores de carros, não é? Que alguns deles até tem a noção se... E, ao mesmo tempo, para além de estarem ocupados, plantarem a sua couve, a sua alface, a sua batata, depois conseguirem tirar da terra esses produtos, e levarem também para vender...

CE1E1 – “No Círculo de Sementes de (...) conheceram-se várias pessoas, neste caso (...) o A. e o B., (...), em que o B., neste momento, está a dar emprego ao A., mas já se conheceram através do Círculo de Sementes. Ou seja, mutuamente têm uma causa em comum, que é as sementes, apoiam-se mutuamente quando é preciso ir às hortas vão todos como grupo, mas ao mesmo tempo surgem estas sinergias, também. E até aquela... a frutaria do... (...) o B. criou uma frutaria no mercado [local], que está a ser renovado – estão a tentar dar vida àquilo - através de... São quase todos eles membros do Círculo de Sementes. Porquê? Porque se conheceram nos Círculos de Sementes e começaram a criar estes tais laços de amizade e de família, não é? Então, estão uma, duas, quatro... São cinco ou seis - mais a pizzeria - lojas, dentro do mercado que tem para aí dez ou doze lojas, todas são de elementos dos Círculos. (...) Porque como são amigos, um falou a outro, o outro falou a outro: “Vamos fazer isto, vamos fazer aquilo, vamos fazer aqueloutro”. E a frutaria que o B. criou foi para pôr legumes de pessoal do Círculo de Sementes. Ele disse logo... “Tenho aqui a frutaria, dá para escoar os vossos produtos, entretanto vai abrir uma pizzeria... Então eles estão todos unidos neste sentido, percebes? É como se criasse uma rede que se apoia, e realmente o Círculo de Sementes de (...) é um exemplo disso. Tudo o que tem vindo a desencadear daí... Mas agora, como é que isto realmente se pode aplicar a outros... Eu acho que realmente é a metodologia de haver algo em comum, não é? De as pessoas saberem que pertencem a uma família, que mesmo nos momentos baixos, quando vão ao blogue vêem: “Eles estão a fazer, e é giro, eu faço parte disto. E haver um ponto de comunicação, que todos comunicam uns com os outros, e vêem tudo o que está a acontecer” .

Também referido com maior frequência surge a geração de novas ligações humanas e aprendizagens concretas para a vida quotidiana das pessoas, assim como verificar que a existe uma apreciação da iniciativa pela população ou agentes locais anteriormente céticos:

CE9E1 - Nós sabemos que alguns dos eventos que temos vindo a fazer, há pessoas que não se conheciam minimamente e que agora até já passam férias juntas ou coisas mesmo práticas do dia-a-dia, ou os filhos ficam em casa uns dos outros, ajudam os avós, ajudam, ou seja, passar do conhecimento para a interação e para a ajuda e para a interação.

Verificam-se também a alteração das perceções estigmatizantes sobre o território, o reforço da visibilidade e do trabalho dos atores parceiros e relações de relações de entreajuda que permitem ajudar pessoas com dificuldades:

CE8E3 - E outro fator muito importante, tem a ver com a imprensa começar a ver o Bairro do Armador, não pela criminalidade mas por coisas boas. E eu tenho a certeza que se calhar algumas pessoas já não têm problemas em vir ao Bairro do Armador (...) portanto também tem este lado de se dignificar o sítio em que se habita.

CE9E1 - Mas nós temos, o facto de existir a parceria local e tar a ser reforçado o papel de cada um dos parceiros, e esses sim, atuam nessas áreas, há aqui um... Isto às vezes termos falado com potenciais financiadores, explicar isto que nós achamos que é assim, ou seja, a ReFood trabalha em modo de bairro e nós sabemos. Teriam de qualquer maneira, mas o facto de estarem na parceria local, a nível de visibilidade, de contactos, de estarem nos eventos da parceria e conseguirem por exemplo donativos, isto é um exemplo que pertencer a este trabalho que nós estamos aqui a desenvolver reforça quem está nessas áreas.

Por fim é referido por uma iniciativa um de diferente ordem, nomeadamente, uma apropriação e replicação comercial da prática proposta pelo projeto:

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



EC8E1 - Umas [empresas] facultam com muita facilidade, outras metem muitos entraves. “Ah, nós dantes deitávamos fora, agora reciclamos, agora já reaproveitamos”, “nós não deitamos fora, nós vendemos para o ferro velho, e com esse dinheiro obtemos maiores lucros, não podemos dar!” (...) “ah, agora já não podemos dar, agora nós vamos também fazer peças com as rodas”.

EN – Reciclar está na moda, também.

CE8E1 – Começaram a ver e também querem fazer. Basicamente é isso.

EN – Ou seja, acha que agora é mais difícil ter materiais do que no início quando pediram?

CE8E1 – Sim. Ou seja, quando nós começámos a ter a palete, por exemplo... não é? Praticamente ninguém fazia nada com paletes. Nesse mesmo ano, toda a gente usava paletes para tudo. Até para fazer camas. Para fazer móveis...

Subcategoria 9.5 - Entraves ao aprofundamento dos impactos ou alcance de resultados

Quanto aos fatores que podem condicionar o aprofundamento dos impactos, são referidas com maior frequência o facto do contexto territorial e social de localização da iniciativa não reunir condições socioeconómicas que apoiem o trabalho da iniciativa e também devido ao fraco envolvimento dos participantes compromete os resultados.

Por outro lado, uma das iniciativas refere verificar que a prática inovadora desenvolvida tem sofrido uma apropriação do conceito pelo mercado que inverte a lógica subjacente à proposta original do projeto:

EN – Ou seja, acha que agora é mais difícil ter materiais do que no início quando pediram?

CE8E1 – Sim. Ou seja, quando nós começámos a ter a palete, por exemplo... não é? Praticamente ninguém fazia nada com paletes. Nesse mesmo ano, toda a gente usava paletes para tudo. Até para fazer camas. Para fazer móveis...

EN – Mas isso até é um bom sinal. Quer dizer que a reciclagem está a ser uma prática mais comum!

CE8E1 – Não, deixou de ser... reutilizar ao ponto de fazer para fazer. (...) Ou seja, nós o que é que fazíamos: era apanhar uma palete, mais estragada que houvesse e repô-la como nova, e fazê-la como se fosse nova. Aproveitar tudo e demonstrar: “isto é uma palete” ou “Isto foi uma palete”. E o que acontece hoje, não. É agarrar nas tábuas das paletes e expor na parede, por exemplo. Ou fazer um chão, fazer um móvel, quer dizer, não é a mesma coisa, quer dizer. Isso, digo eu a eles, agarrar em paletes, estraga-las, para depois mandar a fábrica a fazer mais paletes.

Por fim é referido que a inexistência de leis que promovam boas práticas em vez de apenas proibir impede que mudanças mais alargadas aconteçam, assim como o facto dos impactos a longo-prazo demorarem tempo a serem visíveis.

Implementado por:



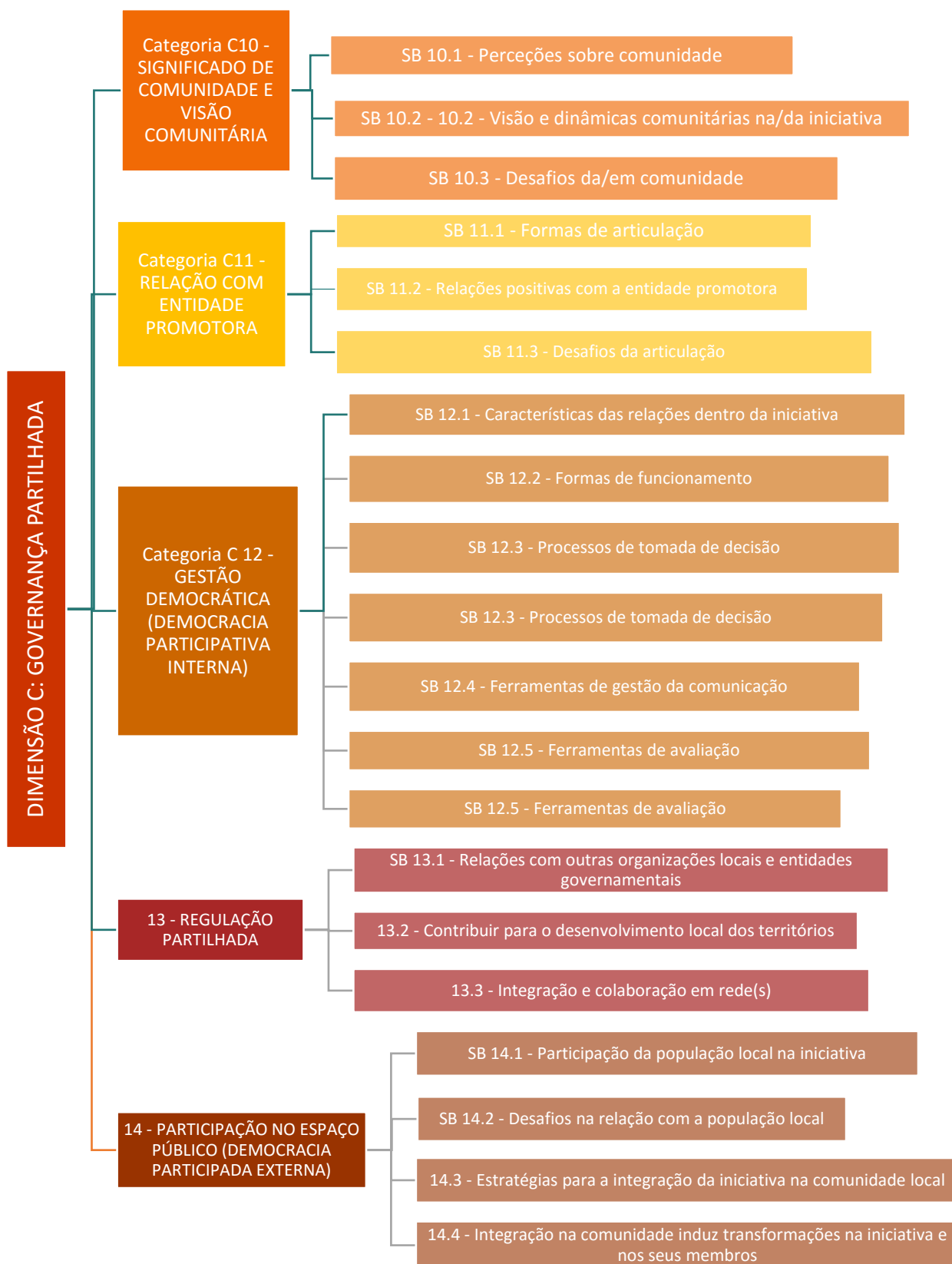
Financiado por:



Apoiado por:



Dimensão C - Governança Partilhada



Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Categoria 10 - Significado de comunidade e visão comunitária

Subcategoria 10.1 - Perceções sobre comunidade

Ao perguntar aos entrevistados o que entendem por comunidade, é referida com maior frequência que esta consiste em redes de laços, de entreajuda e de relações de familiaridade sob uma causa comum:

CE1E1 – Realmente, são pessoas que se apoiam mutuamente, e que sabemos com quem é que podemos contar e que são como uma família.

CE1E1-2 – E temos uma linguagem comum, também, de alguma forma. Se vamos desfragmentar a palavra “comunidade”, não é? Comum, comunidade.

EC8E2 – Comunidade, cada vez mais, tem que ver com este espírito, esta rede de vizinhança que, para mim, é cada vez mais importante, que é este espírito comunitário, este espírito de entreajuda, que é uma coisa que se tem vindo a perder cada vez mais. E é, de facto, esta ideia de troca de serviços inerente à comunidade. (...) Que eu acho que é isso que, por si só, directa ou indirectamente, estabelece os laços comunitários e aproxima a comunidade.

Ainda no seguimento da anterior mas em menor número de vezes, surge a percepção de um conjunto de pessoas que se revêm numa visão comum de futuro.

Por outro lado, a comunidade é mencionada como um recurso de *empowerment* para um grupo de pessoas que estão interligadas num dado espaço onde trabalham, algo cuja construção implica construir confiança a vários níveis:

CE5E3 – Para fazer de um grupo de pessoas uma comunidade é preciso que as pessoas construam confiança a muitos níveis, que seja a nível sexual, ou que seja a nível de amor, ou que seja a nível de pensamentos, a nível de acção. Há muitos níveis no que as pessoas precisam de confiança entre elas para conseguir hum a fazer um projecto que seja regenerativo para chegar a “sostenibilidade”. Senão, senão fazes esse trabalho interior, e senão fazes este trabalho de construir confiança os projecto – na “majoria” dos projectos onde eu ‘tive ou acabam, ou fecham todos, ou mudam de uma fase hum idealista para uma fase conformista.

Para além dos seres humanos, a comunidade abrange também outros seres vivos:

CE7E1 – Comunidade é tudo o que está à nossa volta. São todos os elementos que estão à nossa volta, e neste caso, se eu construo... se eu tenho a minha vida dentro de um determinado tipo de paisagem, num determinado tipo de território, e perante a filosofia que eu sigo, que é o reconhecimento do valor intrínseco das coisas, o valor que elas têm e não o valor económico, a comunidade vai desde a bactéria aqui do solo até ao meu melhor amigo, à minha família.

A proximidade física surge como secundária face à confiança desenvolvida entre as pessoas que pode estender-se além do âmbito geográfico. Contrariamente a esta posição, mas em menor número, é referida a comunidade como grupos pequenos *em* proximidade física.

Por fim é referido que a pertencer a uma comunidade implica partilhar uma identidade comum e relações concretas e que a comunidade são também as instituições locais que a iniciativa critica:

EC7E1 – Porque nós, quando nós estamos a falar de construir uma paisagem diferente com a comunidade, nós também ‘tamos a falar das instituições, porque elas existem porque a comunidade também se revê nelas, ‘né? Nós podíamos dizer tudo o que seja, mas elas existem porque são feitas com pessoas, não são máquinas, não são extraterrestres e essas pessoas também fazem parte da nossa comunidade.

Subcategoria 10.2 - Visão e dinâmicas comunitárias na/da iniciativa

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Partindo da conceção anterior sobre comunidade, os entrevistados consideram que a dimensão comunitária da iniciativa consiste no processo de uma construção coletiva comum, de uma rede de entajuda e proximidade:

CE6E2 – Quando me perguntam o que é que é a [iniciativa], e a ideia que fica sempre da [iniciativa] foi um conjunto de mulheres que se organizaram, porque sentiram necessidade face ao contexto local de dar resposta a necessidades, onde deixar os filhos para poder ir trabalhar; ter alguém que assegurasse a recepção ou fosse buscar as crianças à escola, dar apoio, serem elos. E quando eu penso o que é uma comunidade, é de facto dentro desta heterogeneidade de pessoas, de gentes, de população que existe aqui, haver um espírito de entajuda, e... e todos beneficiarem, trazer beneficio para todos. E haver sempre um dialogo, uma construção coletiva, por muito que isso custe, estar... indo, saber as necessidades de cada um, porque agora é muito giro, que as pessoas que ao princípio que participaram nas atividades, mas falavam muito pouco. Agora vão falando, vão dizendo o que é que necessitam. É bom estar a construir-se este diálogo. Do ano passado, de participação para o mercadinho deste ano. Está bem que eu ando ali a sondar, mas as pessoas já vêm ter connosco, já nos vêm dizer: “Se calhar se o mercadinho passar a ser mais cedo...”. É uma evolução.

Ainda numa das unidades mais referidas, o trabalho surge como elemento agregador e organizador da comunidade. Por fim, são realçados como elementos agregadores a tomada de decisões em conjunto, assim como a cooperação com a natureza e a sua interligação entre as dimensões interior e social.

Subcategoria 10.3 - Desafios da/em comunidade

A vivência em comunidade revela também desafios, sendo o mais sentido o facto de a iniciativa ter uma visão comunitária mas sentir que ainda não conseguiu integrar a comunidade mais alargada em que se insere:

EN – Acham então...pode-se dizer que a [iniciativa] tem uma visão comunitária?

EC6E3-2 – Comunitária? Eu acho que nós temos a visão comunitária embora ainda não estejamos integrados ainda na comunidade...

CE6E3-1 - Nesta comunidade aqui... Na verdade não estamos ainda...

O trabalho necessário de construção da comunidade pode obrigar a desacelerar o ritmo dos projetos, de modo a dedicar mais tempo aos processos sociais e humanos:

CE5E5 – Há uma consequência por nos focarmos tanto na construção de comunidade, é uma parte integral do nosso trabalho e isso faz com que nós investimos bastante tempo nos processos sociais, e isto faz com que as coisas às vezes vão mesmo devagar. Então, às vezes é difícil de lidar com isto...

EN – Em ir mais devagar?

CE5E5 – Sim [risos]. Às vezes gostarias de ter a coisa feita, sabes? Trabalhar o dia todo e depois quando acabas e dizemos “Não, nós não queremos esquecer qe precisamos também de nos concentrar na construção da comunidade.

São também mencionadas a falta de tempo, enquanto condicionador das dinâmicas comunitárias dentro da iniciativa, em detrimento de um maior investimento no cumprimento de funções executivas.

Categoria 11: relação com entidade promotora

Subcategoria 11.1 – Formas de articulação

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



No caso das iniciativas que estão enquadradas numa entidade promotora, são referidas como formas de facilitar a articulação entre ambas a existência de elementos mediadores entre a iniciativa e a entidade promotora e a realização de momentos específicos de retiro para planeamento conjunto e construção da coerência interna:

CE5E3 - Trabalhamos no inverno sobre isso, quando não há *inputs* da gente a chegar. Então pode ser que alguém como tu, que está a trabalhar nalguma cena que seja recebido ou recebida (não há hóspede, não há "guest", não há nada, não há cursos não há... Então a comunidade junta-se e aí há a partilha sobre o que aconteceu, sobre o que é que é a visão do que vai acontecer em cada projecto na escola da esperança, no Campus, na Aldeia Solar, [lá] em cima no IGP (no Instituto para a Paz Global) e tudo isso, e juntamo-nos para ver o que é que é o caminho da [entidade promotora] cada "año". E também em mais do que um "año", não é? Com uma visão mais hm largo prazo.

Subcategoria 11.2 - Relações positivas com a entidade promotora

Como dinâmicas positivas entre a iniciativa e a entidade promotora são indicadas com a mesma frequência a existência de relações de apoio mútuo entre os diferentes projetos, a partilha de recursos financeiros entre a iniciativa e outros projetos da entidade promotora e também a vantagem da existência da entidade promotora comum simplificar a burocracia e potenciar a visibilidade dos diferentes projetos:

CE1E1 - Uma coisa boa que acontece é o facto de estarmos debaixo da mesma Associação quando nós "vendemos", vendemos [entidade promotora]. E isto eu acho que é absolutamente (...) Fazer um trabalho, fazer o mesmo trabalho para vários projetos todos e poder vender as várias opções. Isso tem funcionado para nós, muito. Mesmo em termos de revistas, pessoas que chegam a nós e querem fazer um pedido mas nós não podemos e encaminhamos para outro lado ou o contrário. Portanto isso tem sido uma coisa que tem funcionado muito bem.

Por outro lado, uma outra iniciativa relata que a experiência prévia de um pré-teste do projeto atual permitiu eliminar constrangimentos com a entidade promotora no presente.

Subcategoria 11.3 - Desafios da articulação

Construir a harmonia de articulação é um processo dinâmico de construção da coerência interna e de lidar com imprevistos:

EN – E verificas algumas dificuldades nessa processo? De conseguirmos harmonizar os objectivos de um com os objectivos de outro?

CE5E3 – É mais a dificuldade... a dificuldade é mais que em todos esses processos, tu vais... tu entras com uma ideia e tu [sais] coim outra ideia e 'tá tudo bem. O que podes planear é o que a vida vai trazer. Então, tu vais a fazer um planeamento até Março e/ou Abril, e de Abril para Novembro vais "intentar" a seguir esta linha de tensão que estiveste a desenhar. E também essa linha pode ser que chegam *inputs* e essa linha tem de ter fora isso, 'tás a ver? E chega outro *inputs* e essa linha então.. o planeamento é como uma linha de tensão, direitinha e depois a vida faz que essa linha de tensão direitinha faz uma onda. Mesmo como um... Hum... é uma aprendizagem [risos]!

As restantes unidades de registo são mencionadas por uma iniciativa cuja relação com a entidade promotora revelou-se difícil, nomeadamente: porque é sentido que esta não apoia totalmente a iniciativa nas suas escolhas; devido à pouca transparência na gestão de recursos por parte da entidade promotora e devido à falta de comunicação ou ligação que permita construir um todo. Por fim são referidas questões de ordem política, em particular, a existência de interesses políticos da entidade promotora que se sobrepõem ao trabalho técnico

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



promotores da iniciativa no terreno, gerando dificuldades na relação e entre ambos:

EC8E2 – (...) eu deixei de estar associado à [entidade promotora] por questões políticas também.

EN – (...) como é que era a relação entre a entidade promotora e o projecto, ou seja, existiam condicionantes?

CE8E2 – Sim, sempre houve.

EN – E como é que se... Quais e como é que as ultrapassavam?

CE8E2 – Ó S., foi... foi para mim... foi muito custoso. Hum... foi muito custoso e eu não tenho esta capacidade, não tenho esta linguagem política, sabes? Eu sou assim. E dificilmente vou conseguir. Se calhar é a minha maior dificuldade, mas dificilmente terei esta capacidade de me entrosar no mundo político. Não sou de andar a lamber botas a ninguém, não sou de ir para os cocktails, não sou de campanhas políticas, não sou de nenhum partido, não vou seguir o António Costa, nem nada que o valha, não sou assim. E o que acontece é a [entidade promotora] tem um posicionamento muito... que é uma coisa que eu cada vez mais me quero estar a desvincular, apesar de ter estes contributos da Câmara Municipal (...), eu sou um mero técnico que estou a operacionalizar um projecto que, por acaso, tem o financiamento público da Câmara Municipal (...), mas é só. Entendes?

Categoria 12 - Gestão Democrática (Democracia Participativa Interna)

Subcategoria 12.1 - Características das relações dentro da iniciativa

De acordo com o discurso dos entrevistados, as relações dentro da iniciativa são caracterizadas pela familiaridade e a entreaajuda enquanto fatores de coesão e referem também que as relações de amizade e o tamanho reduzido do grupo são mais favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa:

CE1E1-2 - Mas que as pessoas tenham... Que sejam proactivos, e que se ajudem acima de tudo, e que seja um grupo de amigos, e que vá crescendo, porque se for uma coisa mais pessoal, nós sentimos que tem mais pernas para andar, não é? Se for uma coisa mais... Se for muito grande... Por isso é que há aquela questão, não é? Que geralmente nós dizemos que um Círculo de Sementes... Obviamente, no mínimo duas pessoas, mas que não tenha muito mais de doze. Assim uma coisa familiar. (...)

Por outro lado, num registo divergente, é referida a familiaridade e a dimensão emocional das relações como podendo também condicionar o trabalho e até dificultar processos de autonomização dos participantes (testemunho específico de uma iniciativa que trabalha com populações em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica e dependência):

CE8E3 – Eu acho que tem muita importância na questão de manter esta relação emocional, uh...seja às vezes pelo facto de já não estarmos juntos há muito fora da oficina, temos que ir lanchar ou temos que estar juntos às vezes, seja... (...) o lado familiar e emocional extravasa um bocadinho, não é? É mais difícil trabalhar com amigos do que trabalhar apenas com empregados, não é?

Por fim, é referido que a procura de horizontalidade na iniciativa é materializada na diluição do poder das figuras formais dos órgãos sociais da associação:

CE6E3 - No início a Associação até surgiu... só houve um presidente e um vice-presidente, e secretário e não sei quê... essa nomenclatura toda só existiu porque era obrigatório por lei. O que nós tínhamos decidido, e o que nós queríamos era que não houvesse ninguém que fosse mais que os outros, que fossemos todos iguais. E no fundo as coisas funcionam bem assim, funcionaram muito bem assim. E todo o grupo dizia e o que é que fazia, cada um dizia o que é que queria fazer, e o que é que... e funcionava muito bem, mas isso é em coisas pequenas

Subcategoria 12.2 - Formas de funcionamento

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Acerca das formas de funcionamento da iniciativa registam-se como mais frequentes a co-construção de soluções e o funcionamento em grupos de trabalho temáticos de adesão voluntária e de acordo com áreas de interesse de cada um. Por outro lado, na mesma ordem de frequência, é mencionado um funcionamento baseado em relações de confiança, com base em orientações comuns e na ação autónoma livre, em que a participação baseada na vontade pessoal motiva o esforço para que os membros consigam dar o seu contributo por entre outras tarefas da vida diária e onde os membros coordenadores apenas dão apoio:

EN – O processo de participação em si é um objetivo, é isso?

CE7E2 – Sim, sim, sim. Estamos não só na definição da estratégia, mas também o concretizar, o estar presente, o construir, deve ser também... não é necessário o grupo, mas alguém que esteja para depois fazer a partilha. A partilha, e depois o sensibilizar ou cultivar um certo bichinho, “olha, vou também”. E... agora sim, mas acho que ainda estamos distantes, ainda se está distante do projeto, porque as atividades também são muitas, o projeto... cada um de nós tem... acaba por incidir em determinadas áreas, há uns que estamos nas áreas muito... sensibilizados para a alimentação nas escolas, outros estão mais para a questão da produção agrícola, deste contacto local, e entretanto anda-se aqui com... no fundo, fazemos quase um *brainstorming* dos diagnósticos, das sensibilidades, do que é que as pessoas querem realmente, o que é que acham importante

A realização de fóruns frequentes permite resolver problemas relacionais entre os membros da iniciativa, assim como a presença de membros que pertencem a diferentes grupos da entidade promotora permite estabelecer pontes:

EC5E2 - Também temos uma coisa muito importante, que são fóruns, porque de vez em quando há problemas entre nós, não é? Problemas de... Enfim, de competição, problemas... “Ah, eu sou melhor, e não sei quê, e ele não faz, e não sei quantos.” [risos] E... Ou de algumas coisas que correram mal, e portanto é preciso falar disso, e é preciso que não fiquemos aborrecidos uns com os outros, senão nunca mais trabalhamos uns com os outros. E, portanto, também temos fóruns para...

EN - Fóruns dentro só do grupo, ou alargados?

CE5E2 - Dentro do grupo, e às vezes mais alargado num grupo maior, porque o nosso grupo às vezes é muito pequeno. Quando faltam algumas pessoas é bastante pequeno. Portanto, há uma parte também humana para resolver esses problemas sociais entre os membros.

A democracia interna baseia-se no respeito mútuo pelo trabalho de cada um, em que as escolhas relativas aos investimentos/próximos passos da iniciativa a tomar são abertas e participadas pelos membros de forma a co-construir as soluções. Por fim, o funcionamento é orientado por um “modo natural”, sem “grandes burocracias”.

Subcategoria 12.3 - Processos de tomada de decisão

No que toca à tomada de decisão é mencionada com maior frequência a realização de consultas e tomadas de decisão conjunta, podendo nalguns casos ter como referência o modelo cooperativo com voto em assembleias ou, noutras, decisões tomadas por consenso. Noutras situações ainda, algumas decisões são ponderadas consoante a situação particular, podendo algumas decisões consideradas mais estratégicas serem decididas por quem tem maior conhecimento sobre o tema:

EC3E1 - Por um lado, isso está em parte assegurado por causa do funcionamento das cooperativas, porque são as pessoas que decidem o que é que a cooperativa vai fazer em assembleias gerais, e aprovam o que é que... o plano de trabalhos para o ano seguinte, portanto o que eu tenho que fazer enquanto direcção é executar o plano de trabalhos que as pessoas, uh... (EN – Aprovaram.) aprovaram. Isto chega a um ponto... ‘tamos a falar de energias renováveis e de comercialização... Chega a um ponto em que tu, enquanto membro da cooperativa, participas na decisão e do preço da electricidade que vais pagar no ano a seguir, então há uma forma muito específica, mas também muito... muito forte de empowerment das pessoas, e neste caso desta comunidade.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Por fim, é referido o esforço de criação de mecanismos para participação alargada da comunidade nos processos de tomada de decisão e decisões mais ligadas à gestão corrente serem decididas e debatidas por todos várias vezes se preciso:

CE9-E1 - O valor da participação, uh... as pessoas devem poder ser parte dos processos de tomada de decisão para nós é muito importante, ou seja, nós através da parceria também tentamos, aos poucos, estas coisas demoram tempo, que haja mecanismos e momentos em que a própria população possa participar.

Subcategoria 12.4 - Ferramentas de gestão da comunicação

Quanto ao uso de ferramentas concretas para a gestão da comunicação, destacam-se os fóruns como espaços de expressão e escuta para resolver conflitos e fazer trabalho interior:

No sentido da unidade de registo anterior, mas em menor ordem de frequência, a escuta é indicada como fundamental para a sustentação da iniciativa:

CE5E2 - A escuta. A escuta é muito importante. Ouvir os outros. Ouvir o contributo que cada um tem para dar, e o que é que [pausa] e em que ponto é que cada um está, também perceber... Tu não podes contar com esta ou com aquela pessoa se não souberes qual é o processo que ela está a passar, e depois o projecto em si e o plano em si vai cair, porque de facto nós não demos muita atenção ao lado humano também, não é? E acho que a escuta é muito importante.

São também referidas as plataformas interativas e *open source* como meio de comunicação e partilha de informação, no entanto, por vezes as ferramentas nem sempre são suficientes quando o tempo dos membros é diminuto.

Subcategoria 12.5 - Ferramentas de avaliação

Relativamente às ferramentas de avaliação da iniciativa, é referido sobretudo que os processos de avaliação são pouco formais e esporádicos e, com frequência menor, mas no mesmo sentido, é mencionado que pedidos de *feedback* interno para efeitos de avaliação são pontuais e que os momentos que servem para discutir e planear estratégias são de regularidade variável:

EN – Ou seja, há momentos em que fazem avaliação do trabalho que têm feito, reflexão?

EC6-E3 – Não. Dizemos: “Eh pá, foi tão giro. Eh pá... ouve, espetacular (...). Eh tá tão giro, devíamos ter tirado mais fotografias e não tirámos e devíamos pôr...” Não é?

EN – Ou por exemplo, fazer o balanço daquilo que tem sido feito? Pronto, e planear aquilo que vão fazer ou que falta fazer?

EC6-E3 – Isso é mais complicado! Planear... porque eu acho que nós também somos muito assim, fazemos uma coisa, agora vamos fazer outra e vamos fazer outra. Pronto, há coisas que têm continuidade mas...

Outros testemunhos dão conta que a avaliação está associada a momentos de celebração como forma de obter *feedback* da comunidade e ponderar trabalho feito e que a celebração contribui para a sustentabilidade social e permite reconhecer resultados do trabalho feito:

CE6E2 - As celebrações coletivas são importantes, porque dá-nos sempre a indicação que afinal... embora as pessoas não estejam presentes, a [iniciativa] continua a existir e há gente que se junta, que tem impacto aqui fora da comunidade local, do concelho, e isso para nós é importante. É mais nessa perspectiva, para mim tem sido mais nessa perspectiva de ter esse feedback. Porque antes vinha como observadora, não ligava a essas coisas, agora quando foi a da primavera...achei muito interessante as pessoas estarem a participar e de estarem a fazer um trabalho colectivo...

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Subcategoria 12.6 - Avaliação da iniciativa

Explorando o entendimento que as iniciativas têm sobre a importância da avaliação, é referido que ela está associada à necessidade de reestruturar projetos e trabalhar problemas de desgaste dos recursos humanos. Num sentido semelhante à unidade de registo anterior, mas em menor frequência, é mencionada a necessidade de uma avaliação global do trabalho da iniciativa para consolidar parcerias e desenvolver projetos e de retomar procedimentos de avaliação para reorganizar o trabalho:

CE6E2 - e agora estamos nesta fase de reestruturação. Não gosto muito da palavra, mas estamos a repensar. Porque chegámos... já conseguimos identificar, e falta-nos fazer isto em conjunto, os pontos positivos e os negativos, sabemos que não podemos continuar a trabalhar nesta dinâmica. Porque as pessoas que se envolvem que são sempre as mesmas estão num desgaste absoluto. Manter sim, trabalho voluntário, tentar conseguir que as atividades sejam financiadas e que tenham financiamento para além destes dois... nem são mecenas... destes dois donativos, para poder trazer mais gente, e até começar então a procurar redes de parcerias. Daí estarmos a reestruturar quer em termos de missão, dos valores... os valores de uma maneira geral vão-se manter, mas da missão. Estreitar a missão, para não dispersar. Em termos de atividades, acabámos por dispersar. Em termos de projeto vai-nos obrigar a estreitar e ter dois ou três projetos que nos orientem no sentido de poder dizer: “Daqui a três anos nós queremos estar neste patamar, queremos que a olaria esteja a funcionar”.

É indicado que a necessidade de avaliação começa a surgir com a formalização e o crescimento da iniciativa:

EC7E1 - É uma questão que agora foi levantada no grupo, no momento em que ele cresceu substancialmente e as pessoas sentiram uma necessidade de avaliação. Não sei... As pessoas que estão a trabalhar, isso em alguns momentos... Mas as outras pessoas, ou porque estão a chegar ou porque estão a partir, digamos assim. E é preciso levar alguma coisa: “Qual é o sumo que eu tiro daqui?” Não é? Uh... Quando o grupo é pequeno, nós no processo natural da coisa vamos sempre fazendo o que chamamos de momento de avaliação, mas actualmente é preciso redefinir as coisas, e necessitamos ter o chamado momento de avaliação, o dia da avaliação. Mas pronto, o grupo achou que havia essa necessidade. Realmente fazemos essa avaliação à volta de uma mesa, a falarmos um pouco sobre as coisas, o que é que se passou ou o que é que não se passou, e para onde é que nós queremos continuar ir.

Num balanço positivo, a avaliação surge associada à perceção da sua influência noutros contextos/projetos e como forma que permite acumular experiência e mobilizá-la para novas atividades.

Categoria 13 - Regulação Partilhada

Subcategoria 13.1 - Relações com outras organizações locais e entidades governamentais

No que toca ao tipo de relações da iniciativa com outros atores locais, é referido com elevada frequência a participação e/ou organização conjunta de eventos:

EC7E1- Participámos, em termos de passado, na Costa. Na semana da mobilidade (...) Participámos com a Agrobio, quando foi a Feira da Agricultura Biológica em Odivelas, com a ICM, também.

(...) EN – A câmara visitou?

EC7E1 – Organizou a excursão através do comboio lá da Costa. Foi muito giro para a população.

EN – Foi muito participado?

CE7E1 – Foi bastante participado. As pessoas adoraram. Foi muito bom para nós. Muito bom em termos de apresentação, e que valoriza o teu trabalho, porque não te constrói uma muralha (...) ali construída. Foi bastante

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



interessante.

O estabelecimento de ligações é visto como potenciador de recursos e trabalho já desenvolvido por outras iniciativas/pessoas, e pretende-se fomentar as ligações entre a população e as instituições e organizações locais:

EC9-E2 - nós aqui entendemos duas coisas porque temos a comunidade institucional e a comunidade da população. Ao nível da comunidade das instituições, o projeto da parceria local, é a forma como eles, os vários parceiros se integram no projeto. Ao nível da comunidade de população pelo menos duas formas, uma que é nós ao darmos mais visibilidade às várias organizações e instituições do bairro temos a promover, ou seja, nós no fundo, o que temos é uma participação da comunidade, da população sempre da forma indireta, digamos assim. Maioritariamente indireta, que é, nós ao promovermos as organizações e instituições, quer a nível de eventos do bairro, quer a nível do site, facebook por aí fora, nós estamos a promovê-las e estamos a promover que a população participe mais nelas, não em nós diretamente mas nelas, ou seja, ou seja temos a criar esse sentido de comunidade e de ligação direta às instituições.

Por outro lado, alguns entrevistados referem que formalização da iniciativa constituiu um fator de credibilidade e, mesmo até, uma condição para poder estabelecer parcerias:

CE6E3 - Primeiro fomos apresentar o projeto à Câmara e só depois é que criámos a Associação.

EN – E qual foi o feedback?

CE6E3 – A Câmara disse... gostou do projeto e tal, mas disse que como nós não éramos uma Associação, e nós dissemos que íamos fazer a Associação, que íamos criar essa Associação.

São estabelecidas relações de colaboração com universidades e existe uma procura de outros projetos para aprender novos conhecimentos. Por fim, os entrevistados referem que a relação de empatia com profissionais das instituições é determinante para o sucesso da parceria, que mobilizam os agentes políticos apelando às necessidades desses mesmos agentes, como sendo comuns às da iniciativa e que uma colaboração próxima com instituições locais promoveu a consciencialização das próprias instituições:

CE5E2 - E além disso, também, quando o J. P. veio, já por duas vezes, iniciámos contactos com a Câmara (...), com a parte da educação, e o vereador estava interessadíssimo e estava empolgadíssimo, de facto porque ele quer mudar o sistema de escolas, porque (...), e ele agora tem uma menina que está em idade escolar, que entrou para a escola, e ele vê como a menina dantes ia para o jardim infantil toda contente, e agora vai para escola toda zangada e toda chateada. Portanto, ele sente em casa a necessidade de criar um sistema diferente. E, portanto, é também uma vontade do executivo da câmara, que a escola seja de facto um sítio diferente. Ainda estamos numa parte tão inicial disto tudo [risos].

Subcategoria 13.2 - Contribuir para o desenvolvimento local dos territórios

Na perspetiva de contribuírem para o desenvolvimento local dos territórios em que se encontram, as iniciativas destacam a promoção dos recursos locais e desenvolver projetos que os potenciem e/ou gerem rendimento:

EC7E2 - estas práticas podiam muito, estar muito dentro de já organismos com muita estrutura. Eu vejo, eu moro ao pé de um jardim, e eu... Podia estar lá um... portanto, um centro de compostagem, e as pessoas, os próprios vizinhos, iam deixando os restos que podiam ser adubo para aquele jardim. Portanto, isto parece-me muito simples, nada de extraordinário, e que com a própria autarquia, ou a freguesia, poderia já estar ela com estas dinâmicas. Agora, e daí talvez, a importância destas associações...

Referem também a que a fixação da iniciativa no território atrai pessoas, contribuindo para a inversão da desertificação, e que a realização de eventos locais promove ligações e identidade

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



comunitária:

EC9-E2 - por outro lado eu acho que há uma outra parte muito importante, que é, que aí é de forma direta, que é ao nível dos eventos de bairro que nós promovemos, que ainda são alguns durante o ano, aí é claramente a criação do espírito de comunidade mais coeso, e nós já temos tido imensos *feedbacks* de pessoas mesmo, moradores que dizem “ah que bom, não é? Que bom que é isto acontecer, podemos falar uns com os outros na rua, as pessoas com quem nós nos cruzamos todos os dias e temos agora tempo para tar com elas não sei quê na na...” pronto. Portanto estes eventos de bairro que nós vamos fazendo criam claramente uma identidade comunitária do bairro.

Ainda na mesma ordem de frequência anterior, é referida a importância de uma parceria com empresa local para estimular a sustentabilidade do território e a tentativa de influenciar a regulamentação da gestão do território para usos alternativos do mesmo:

CE5E2 – [a rede de eco-aldeias] Pode depois vir a beneficiar [da criação do estatuto legal de eco-aldeia], porque... No fundo, é abrir um espaço de exceção para projetos que de facto justifiquem que haja uma exceção, que fiquem fora das classificações que o PDM tem (...) mas que, de facto, que haja um espaço classificado para receber todas as infraestruturas e as diferentes possibilidades que nós queremos ter (...) é ter um Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER), que nos permita fazer e desenvolver todas as áreas que nós queremos desenvolver nos diferentes projetos, sim.

Outro entrevistado postula que fazer a mudança implica trabalhar em distintos níveis: *bottom-up* e *top-down*, *inside-out* e *outside-in* e, noutro registo, que existe uma necessidade de facilitadores dialogantes que integram diferentes esferas da comunidade:

EC7E2 - eu hoje, portanto, levo o modelo, já falo do modelo de intervenção integral, há... na minha associação. Onde nós estávamos, na parte académica só tínhamos dado os modelos económicos e sistémicos, e hoje já falo no modelo integral e eu não fui buscar isto à parte académica, nem nem vi ninguém de nenhuma Associação a utilizar esta forma conceptual de trabalhar, de intervir. E porquê? Porque foi... vai-se buscar estas fontes a outro tipo de grupos que trabalham... não sei se... não digo franjas, não tem nada a ver com franjas, mas não estão no *mainstream*, as associações, não estão na parte de prática de massas, e eu começo a trazer já para o diálogo, para o diálogo institucional, e isto para mim faz sentido, se todos nós fossemos beber à fonte, e todos nós partilhássemos isso, as coisas aceleram mais rápido. Porque eu penso que todos nós vamos lá chegar a esse fim, essa é a parte mais ideológica e utópico, mas considero... Agora, há aqui... Pode haver facilitadores de o processo ser mais rápido, nós chegando... e daí, eu acho que é necessário nós estarmos sempre em dois lados.

É também referido o papel de facilitação das dinâmicas coletivas entre entidades locais pela iniciativa, por exemplo, de organização conjunta de trocas e intercâmbios e assinala-se a participação no orçamento participativo. Numa ótica menos positiva, um entrevistado refere que o contributo para o desenvolvimento local ainda não é totalmente reconhecido.

Subcategoria 13.3 - Integração e colaboração em rede(s)

Sobre a importância da colaboração em rede, é referido em maior número de declarações, a pretensão de mobilizar outras pessoas/projetos da comunidade para a criação de uma rede local com uma visão comum para o território.

A participação em redes é vista, na maior parte das declarações, como uma forma de potenciar aprendizagens e pretende-se fazer um reconhecimento de outras coletividades locais para aproveitar recursos e desenvolver projetos:

CE6E2 – A minha ideia seria nesse sentido mas não sei se... para isso seria necessário fazer a dita oficina, em que as pessoas tivessem um espaço de reflexão, fizessem depois uma construção, surgissem atividades, houvesse ali, falassem das dificuldades que cada uma tem. O que é que implementam, a característica daquela Associação... “nós fazemos isto”, “o nosso objetivo no território é isto”, que é para todos termos conhecimento e não se acharem que

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



somos rivais.

É mencionada a integração em redes nacionais e internacionais e é apontada uma necessária convergência dos movimentos sociais para se fortalecer e aprofundar as mudanças conseguidas

Subcategoria 13.4 - Constrangimentos das/às relações com outras entidades e organizações locais

Vários entrevistados de uma mesma iniciativa dão conta do maior constrangimento que têm sentido na colaboração com uma entidade governamental local, nomeadamente, a falta de transparência quanto ao desenvolvimento de projetos, travando a capacidade da iniciativa em aprofundar a sua ação de desenvolvimento local:

CE6E3 - Tínhamos o dinheiro para financiar, só precisávamos do espaço. O M., coitadinho, foi convocar a Câmara para fazer uma reunião, para forçar um bocado a Câmara. Porque ele andava a pressionar a Câmara para a Câmara lhe mostrar qual era o projeto que tinha para a olaria, não é? Um bocado porque ele acha que se aquilo é [da localidade], e está [na localidade], embora pertença à Câmara, faz parte do património da [localidade] e então... porque é que a câmara não abre o jogo, e não diz: “olhem, temos este projeto”, não é? A junta deveria conhecer esse projeto. (...) Não mostram, não dizem o que é que vão fazer, nem nada. E pronto, nessa altura propuseram-nos fazermos as oficinas na mesma, gostaram muito do projeto, queriam fazer as oficinas na mesma, mas deram-nos um outro espaço e não as oficinas, por causa do forno de não sei quê, que aquilo está em ruínas, e não sei quê. Mas não está, mas vai ficar não tarda. Que aquilo está abandonado, não há intervenção nenhuma, não fazem intervenção nenhuma, e não deixam usar o espaço... uma casa fechada

De seguida é apontada como maior condicionante a postura de rivalidade e/ou a desarticulação entre associações e entidades locais, o que impede trabalho conjunto em torno de fins comuns.

É denunciado o funcionamento *top-down* das estruturas públicas como sendo ineficaz e distanciado das necessidades concretas do terreno, assim como a fraca comunicação interna entre serviços públicos que condiciona o acesso a recursos e a dinâmica formalista e burocrática das entidades governamentais como limitante do estreitamento da relação de parceria:

EC8E2 - Olha, da Câmara Municipal de Lisboa, apesar de a única dificuldade que nós temos é de ser uma organização muito institucional (não é?) e de existir na mesma organização diferentes divisões que não comunicam internamente. Isso é uma maior dificuldade que é: na eventualidade de nós pretendermos um recurso-chave da divisão de comunicação, mas, em simultâneo, precisamos de algo da habitação social, pronto, não comunicam. E é uma coisa que demora imenso.

Uma das iniciativas admite que o avanço de propostas de parceria depende do processo desafiante da profissionalização. Uma outra, menciona que as consequências de ações ilegais da iniciativa conduzira a postura de maior participação da mesma no planeamento do território junto de instituições locais.

Categoria 14 - Participação no espaço público (Democracia Participada Externa)

Subcategoria 14.1 - Participação da população local na iniciativa

A participação da população local na iniciativa é garantida através da criação de espaços e ferramentas de participação na construção de mudanças:

EC7E2 - Fizeram uma atividade muito gira que era o apadrinhamento das árvores, onde há ali aquele espaço (...)

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



entre famílias e crianças, (...). Esta árvore é mesmo da família, e portanto, durante um determinado período, os frutos vão mesmo para aquela família. Depois, possivelmente, será giro é ver as próprias dinâmicas no futuro, esperamos nós que haja trocas entre famílias, de fruta, e dedicação, etc

De forma mais proactiva, outras iniciativas declaram que foram as próprias pessoas que procuraram a iniciativa para poderem contribuir para o trabalho da iniciativa:

CE1E1 – A Câmara Municipal de Cinfães... E, por exemplo, o encontro de Cinfães foi uma coisa completamente “fora”. Eles é que fizeram tudo. E depois foi tipo assim, o pão foi fornecido por uma padaria, gratuitamente. (...) E sem ninguém ter dinheiro nenhum, estávamos todos a zero. O que é incrível é que de um momento para o outro... Eles começaram a falar com as pessoas da terra. A padaria ofereceu pão para os dois dias. Era cem pães por dia...

CE1E1-2 – Acho que sim. Sobrou imenso pão.

CE1E1 – ...que eles deram. Sobrou imenso pão. [risos] Começou a vir tudo. Não sei quem arranjou autocarro. (...) A Junta disponibilizou sítio para as pessoas dormirem, e tomarem... e terem sítio para estar, a Junta disponibilizou autocarro...

CE1E1-2 – Uma mercearia pequenina ofereceu o leite. Foi giro ver as pessoas a mobilizarem-se. Num meio tão pequeno, as pessoas gostaram do...

CE1E1 – Não faziam parte dos Círculos, mas moveram-se pela causa das sementes, através do Círculo de Sementes neste caso de Cinfães, e não se gastou um cêntimo.”

Noutra unidade de registo, um entrevistado admite que a participação da comunidade é fundamental para conhecer as necessidades locais e gerar respostas adequadas às mesmas e que existe uma partilha de conhecimentos da comunidade local para a iniciativa. Por fim, é mencionado um sistema participativo que promove a aquisição de ferramentas úteis para as pessoas envolvidas sem lhes exigir recursos e a relação de apoio mútuo entre a iniciativa e os seus vizinhos.

Subcategoria 14.2 - Desafios na relação com a população local

Como principal desafio na relação com a população local é apontado o facto dos membros da iniciativa virem “de fora” da localidade, o que condiciona o reconhecimento ou a adesão da população à iniciativa:

CE6E3-1 - Eu sinto um certo boicote da parte da Junta, até em relação a nós, porque não somos da terra...

CE6E3-2 - As pessoas são muito (...)... tu podes estar cá 20, 30 anos, tu não és de cá. Pronto, acabou. Só daqui a umas gerações é que tu vais ser... porque depois há pessoas que cá estão e também não são de cá. Isto era uma coisa muito pequenina. Agora há muita gente que veio daqui e docolá. CE6E3-1 - Mas há muito preconceito. O preconceito é uma coisa muito...

Acontece também com frequência que a população local não está sensibilizada para a mensagem do projeto e que o reconhecimento e apoio da população surge apenas quando se vê “obra feita”:

CE6E1 - A partir do momento em que, as pessoas funcionam muito em termos do êxito das coisas não é? E o mercadinho levou muito tempo, a [iniciativa] levou muito tempo a conseguir o mercadinho a funcionar né? Porque passou por uma feira de trocas, no tempo em que eu estava aqui, depois não houve grande adesão, não havia grande adesão, e depois conseguiu-se passar para este, pró mercadinho.

Noutras unidades de registo com frequência igual, é referida a distância entre a cultura e capacidade de compra da população local e os produtos criados pela iniciativa, a cultura de rivalidade entre locais como condicionante da adesão formal de mais pessoas à iniciativa e dificuldades socioeconómicas que condicionam a capacidade da iniciativa envolver a comunidade alargada. Por fim, as pessoas esperam que a iniciativa

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



concretize ações mas não apresentam capacidade em contribuir elas próprias de forma ativa.

Subcategoria 14.3 - Estratégias para a integração da iniciativa na comunidade local

Procurando ultrapassar os desafios anteriores, as iniciativas declaram como estratégia mais frequente a realização de eventos de apresentação pública que permitem gerar reconhecimento da iniciativa. Por outro lado, investir no processo de aculturação é importante para conseguir criar conexões e a integração d(n)a população local:

CE5E2 - É preciso abrir muito mais [iniciativa] à comunidade portuguesa, à envolvente portuguesa. Claro que isto não aconteceu quando eu vim para [iniciativa], mas já havia contactos com os agricultores locais, e com algumas das associações, mas de facto era preciso reforçar estes laços muito mais, e abrir outras portas e outras possibilidades de cooperação. E então, pensou-se: "Ok, então vamos criar..." Fez-se uma grande reunião, com todas as pessoas que tinham interesse no assunto Portugal, incluso com a cooperação com Portugal, e com uma rede regional, também, e estiveram muitas pessoas presentes. Então, depois decidiu-se depois fazer um grupo, um núcleo executivo que reunisse quase todas as semanas, para discutir os assuntos todos que chegavam em português

No sentido da unidade anterior, um entrevistado admite que a criação da iniciativa pretende contribuir para aumentar a abertura da entidade promotora à comunidade exterior e, por outro lado, abrir mais à comunidade exterior implica que toda a iniciativa assuma a tarefa comum de se interessar pela comunidade alargada. Ainda relacionada com as anteriores, mas em menor número, é referido que ter uma maior conexão com a população local implica uma abordagem mais cooperativa e menos de evangelizar ("*preaching*"):

CE5E3 - E como, como... como encontrar uma forma das pessoas aqui vejam que a importância da linguagem e a importância da conexão com os outros seres humanos, não só com a paisagem que 'tá à volta [da entidade promotora]. Também com as pessoas. E de uma forma cooperativa, que não é "preaching" ou "teaching". 'Tás a ver? Que isso é 'tá a acontecer muito.

EN – Em [Na entidade promotora]?

CE5E3 – Sim, é uma... Vai mudando porque há muito mais pessoas e há muito mais pessoas jovens e as pessoas jovens e com outras experiência de vida também e querem... não têm muito essa cena de proteger, estás a ver? Que é uma história que faz parte da história do projecto - proteger-se do mundo exterior, do mundo lá fora para... pronto, porque é uma seita, porque "lo" que seja. Toda a história do projecto.

Por fim, outras estratégias são referidas como adotar diferentes estratégias de comunicação para chegar a diferentes públicos-alvo locais, realização de eventos festivos e recreativos para ultrapassar barreiras linguísticas e para cultivar a cooperação e a confiança da população local na iniciativa. A existência de elementos da comunidade na iniciativa são um fator que ajuda a mediar a relação com a população.

Subcategoria 14.4 - Integração na comunidade induz transformações na iniciativa e nos seus membros

Um ponto interessante nos testemunhos dos entrevistados é a presença de uma reflexividade que parte do aprofundamento da relação de integração e interação com a comunidade, nomeadamente, que mudanças internas de posturas e hábitos da iniciativa e que auscultar as necessidades da comunidade traz um movimento de reflexão sobre o modelo de

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



funcionamento da mesma:

CE6E2 - Comecei-me a inteirar das dinâmicas e uma das coisas que me apercebi é que a [iniciativa] não estava integrada na comunidade. As pessoas vêem e acham piada, mas depois quando se organizam os eventos, depois não temos gente que ajude.

EN – Então quando dizes que acham piada, o que é que queres dizer?

CE6E2 - Estão ali no largo, há sempre um grupo sentado naqueles banquinhos, estão a ver e tal... os que participam são sempre os mesmos, esta parte mais dos que vieram de fora e que se radicaram aqui, que têm outras vivências, depois os alemães e por aí fora, já fazem parte da Associação e que se juntam ali. Os outros são como espectadores, mas é giro, é muito interessante nós começarmos a perceber que eles iam ouvindo, e indiretamente... ouvindo, vinham-nos fazer perguntas, gostavam de ter mais isto, mais aquilo. Estão aos poucos e poucos a ver a Associação como um membro da comunidade. Entretanto começou a surgir a ideia de direcionar mais os mercadinhos para a comunidade local.

Por outro lado, admite-se que é importante aceitar quando a comunidade não quer participar e refletir sobre o que isso significa para a iniciativa, que o envolvimento com instituições conduz a mudança para uma postura mais focada na proposta de alternativas e que fazer aliados e apoiá-los como forma de fazer ouvir a causa e de superar abordagens mais confrontativas:

EN – Que balanço é que fazes dessas... desse envolvimento [com outras organizações e instituições locais]?

CE7E1 – Pá, acho que esse envolvimento... Pronto, para nós estávamos numa fase de crítica e de apresentação, e de reflexão. Responde àquilo que é hoje a nossa mudança de atitude. Isto é, não estaremos mais já para questionar seja o que for, inclusive essas instituições e seu *modus operandi*, mas antes para apresentar apenas e só o nosso trabalho, que já não irá passar por essa crítica emancipatória. Porque nós estávamos na altura a desenvolver um trabalho de crítica e obviamente que as pessoas... pronto, as instituições, não gostam muito de serem postas em causa. De certa forma, era isso que nós fazíamos, porque reflectíamos um bocado essa maneira de estar.

Chegar aos destinatários passa por consciencializar de formas adequadas e acessíveis que respeitem os seus códigos. Superar o distanciamento da população à iniciativa motiva o redireccionamento das atividades.

Implementado por:



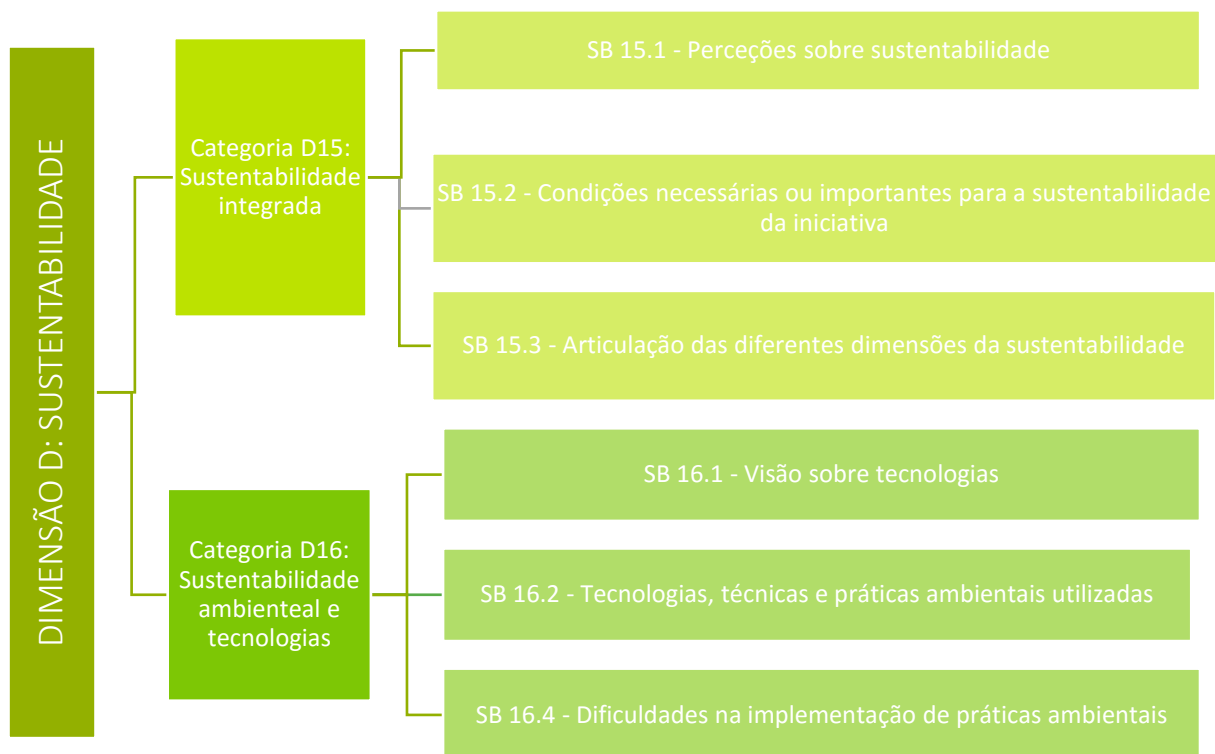
Financiado por:



Apoiado por:



Dimensão D – Sustentabilidade



Sendo a Sustentabilidade um conceito bastante discutido, defendido mas também recusado, cujo significado pode conhecer diferentes sentidos, pretendeu-se, em primeiro lugar, conhecer a perspetiva dos entrevistados sobre este conceito. Em função dessa conceção apresentada, compreender de que forma concebem a sustentabilidade da iniciativa e das práticas desenvolvidas em diferentes áreas. De referir que, no que toca às diferentes áreas da sustentabilidade, são aqui apresentados os resultados acerca da sustentabilidade da iniciativa e a área específica do ambiente e das tecnologias ambientais. A presença das restantes áreas é confirmada através de Unidades de Registo presentes noutras categorias, assinalando-se assim co-ocorrências, isto é, unidades de registo que têm presença simultânea. Isto deve-se à interligação, e também sobreposição, entre as diferentes dimensões de análise.

De forma a evitar uma análise demasiado extensa por dimensão, optou-se por agrupar as unidades de registo em função de algumas dimensões em detrimento de outras, tendo sido assinaladas as co-ocorrências:

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Dimensão Política da sustentabilidade	ver categoria 13 e 14
Dimensão de Gestão da sustentabilidade	ver categoria 11 e 12
Dimensão Económica da sustentabilidade	ver categoria 3
Dimensão Social da sustentabilidade	algumas subcategorias categoria 6
Dimensão do Conhecimento da sustentabilidade	ver processos de transferência em subcategoria 8.4
Dimensão Cultural da sustentabilidade	ver algumas subcategorias da categoria 6
Dimensão Territorial da sustentabilidade	várias subcategorias da categoria 6 e categoria 13
Dimensão Ambiental da sustentabilidade	ver categoria 13 e 14

Categoria D15 - Sustentabilidade Integrada

Subcategoria 15.1 - Perceções sobre sustentabilidade

As perceções sobre o conceito de sustentabilidade revelam-se diversas, embora vários entrevistados denunciem componentes que consideram em falta ou subvalorizados no discurso dominante sobre a sustentabilidade.

Com maior frequência surgem unidades de registo que revelam que a sustentabilidade assenta na força da ação e da visão da iniciativa, no crescimento, no *empowerment* e na capacitação das pessoas que a integram e na apropriação que fazem dos processos desenvolvidos na iniciativa:

EC8E3 - É assim, todos estes objetos podem nascer de um caminho, da minha mente criativa, mas depois são sempre feitos a várias mãos e eu acho que esse é o segredo da sustentabilidade, que é: eles depois sentem que os objetos também são deles, não foi alguém que veio aqui, desenhou, funciona ou não funciona, não interessa, mas trouxe uma coisa que não é minha, eu só executo, ou seja, quando nós os envolvemos é parte integrante e então há um carinho e há um cuidado também diferente.

De seguida, são referidas críticas ao conceito de sustentabilidade, apontando dimensões que consideram em falta ou mesmo até apropriações consideradas erradas, levando-os a propor conceitos alternativos:

CE5E3 – [pausa] [risos] [Pausa longa] Sustentabilidade não é uma palavra que goste muito. (...) O que é que não... o que não gosto não é a palavra em si, é tudo o... digamos, todo o comércio intelectual e material que 'tá detrás da palavra. E, e por isso que eu 'tou a usar outra palavra que é regeneração. A regeneração implica uma mudança total da tua forma de pensar e da tua forma de viver. E sustentabilidade agora pode ser qualquer eco-capitalismo, 'tás a ver? Qualquer gajo que apareça com uma placa solar ou o que seja vai dizer "Pff, eu 'tou sustentável." Ou casas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



construídas com bué da (...) químicas que não... que têm essa classe AA, ou o que seja, e isso vai ser percebido como sustentável e não é.

CE5E4 - Sim... é uma palavra muito limitada... Eu realmente não estou... Eu quero dizer, você pode... é bom usá-la, mas não diz muito, na verdade ... Ela diz principalmente que você pode agir de uma maneira que você pode sustentar-se, que a próxima geração ainda terá recursos suficientes para viver, sim... e não apenas a próxima, mas as próximas sete, gerações é o que os índios americanos costumava dizer , sim... Por isso, significa encontrar práticas e técnicas que uma e outra vez refrescam, sim... Porque eles falam não apenas sobre a sustentabilidade ecológica, mas também sobre a sustentabilidade social e se tu estás a viver junto e apenas segues os teus hábitos, então a energia irá sempre para baixo. Você precisa encontrar sempre coisas para se reinventar a si mesmo, para ser sustentável, sim... Então, a sustentabilidade social não é realmente explorado ainda, e eu acho que a sustentabilidade não é suficiente, no final, sim... Você precisa também... E eu olho para a água mas também muitas outras coisas, nós destruímos tanto já... precisamos de curar, precisamos de o reparar.

Com a mesma frequência da unidade de registo anterior, surge a perceção da sustentabilidade como estando associada à dimensão interior dos indivíduos e do grupo, nomeadamente, como estando dependente de processos de evolução individual e da resolução de conflitos pessoais, ou cujo ponto de partida está sempre conectado “com o coração”, com os processos interiores e a felicidade de cada um:

CE5E5 – É possível tornar-se fanático, quando se entra na questão da sustentabilidade: não estás autorizada a conduzir mais do que isso e isso, e não tens permissão para fazer isso e isso... E isto nunca vai mudar.

EN - Mas como se pode superar esse impulso para ser fanático, quando se leva a sério a sustentabilidade? Com esse processo estás a referir, por exemplo?

CE5E5 - E sabendo que a decisão vem... para uma vida ética neste planeta, vem de uma fonte diferente. Ela vem de um coração pleno, vem de um coração que ama. Assim, a coisa principal, e lá volto eu com a questão social, a coisa principal é que precisamos de cuidar para que os nossos ... os nossos corações possam amar. E isso não está ligado a ... hum ... com as roupas que veste, isso está ligado aos seus processos internos, à sua situação de vida, à sua felicidade, à sua ... Onde tu estás. E nunca esquecer isso. Nunca esquecer isso.

É também referida a construção da sustentabilidade como um processo de recriação e de reinvenção permanente, tal como os processos da vida, e que a perspetiva de longo-prazo da de garantir o futuro não pode dispensar a valorização do presente e a alteração de práticas concretas desde já:

EC7E1 - Chegámos a um ponto que temos que voltar a repensar o projeto, para ele ser sustentável no futuro. Portanto, temos que repensar agora no presente, para que no futuro ele continue a ser... porque, ao fim e ao cabo, nós estamos a colher os frutos de todo um trabalho que foi desenvolvido há uns anos atrás. Ainda agora falámos das minhocas, mas temos outros processos para trás também, e que eles se refletem nisso, se refletem nas pessoas e nessa nossa capacidade por muito difícil que as situações estejam, e por muito que a gente também vá abaixo em termos de... enquanto pessoas que somos, essa capacidade de nos reinventarmos, recriarmos e voltarmos outra vez de pé. Isto é, também é sermos um bocado honestos nesse especto, nessa sustentabilidade, porque ela assenta na vida, nos processos da vida, e os processos da vida é uma transformação contínua.

Por fim, a sustentabilidade surge associada à eficiência no uso dos recursos energéticos e ecológicos e nos processos sociais, quer pessoais, quer grupais:

Subcategoria 15.2 - Condições necessárias ou importantes para a sustentabilidade da iniciativa

Quando questionados sobre a sustentabilidade da iniciativa, partindo do entendimento que faziam do conceito, surgem respostas muito diversas. Uma das unidades de registo mais

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



frequentes é o reconhecimento de que a iniciativa é parcialmente sustentável, quer porque algumas áreas de práticas precisam de ser mais desenvolvidas, quer porque algumas dinâmicas de funcionamento interno podem comprometer essa sustentabilidade ou também devido à dependência financeira de financiamentos públicos, que é sentida como um entrave à capacidade de crescimento:

EN – *Mediante esse teu entendimento, consideras que a [iniciativa] é sustentável?*

CE6E2 – *Se continuar com esta dinâmica, não. Por causa dos condicionalismos todos que tem. Mas tem tido uma prática sustentável.*

EN – *Em que níveis?*

CE6E2 – *Principalmente da maneira como estava a implementar de uma forma inicial as suas atividades. Depois com o crescimento, e a solicitação de mais atividades, começou a perder um pouco essa característica mas tentamos sempre.... Temos essa consciência, tentamos sempre... eu pelo menos tenho consciência de que temos que caminhar mesmo para a sustentabilidade porque esse é o caminho.*

Uma outra unidade de registo referida na mesma frequência da anterior é indicada por diferentes entrevistados da mesma iniciativa, os quais revelam uma perspetiva focada nas condições necessárias para estimular o crescimento da iniciativa, quer por via da diversificação de serviços e de parceiros, e da cooperação com estes, quer por via da expansão do campo de ação:

EN – *Então mediante esse teu entendimento do que é a sustentabilidade consideras que [a iniciativa] é um projeto sustentável?*

EC8-E3 – *Considero, considero. Acho que agora a única coisa que agente precisa é, como houve um crescimento tão grande, nós estamos agora numa curva estável e precisamos de crescer outra vez. Não em termos de dinheiro mas em termos de desafios. Criar aqui algumas respostas inovadoras que motivem a equipa toda também a continuar.*

Ainda enquanto uma das unidades de registo mais referidas, surge a posição de que a sustentabilidade está associada à capacidade de construção da autossuficiência da iniciativa, seja pela capacidade em criar postos de trabalho que permitam uma maior dedicação das pessoas à iniciativa, quer por conseguir ter um contacto mais direto e contínuo com as pessoas da comunidade para gerar possibilidades de autossuficiência:

CE6E2 – *[risos] Eu não consigo dissociar a sustentabilidade da... da... são para mim, as duas estão ligadas... com o ser autossuficiente. Estou a falar da sustentabilidade da Associação com a autossuficiência. Quando penso em sustentabilidade, penso também em ser autossuficiente. A sustentabilidade envolve vários fatores, até em... termos do nosso debate aqui na comunidade mas também envolve a questão da autossuficiência, para mim. Estou a falar da estrutura da Associação. Pronto. Nós tentamos ter e levar uma dinâmica sustentável e tentar ser autossuficientes. Sustentabilidade desde o meio onde integramos, onde levamos as nossas práticas ecológicas, direccionar mais com a relação das pessoas com a natureza, com o meio onde vivem, com os recursos que têm da terra... com este espírito de... não queria utilizar esta expressão, mas com este espírito mais da troca, em detrimento pessoal do valor do dinheiro. Pronto. E tentar com isso que eles rentabilizem os recursos e a partilha. Tentar começar a criar formas de autossuficiência para depois as pessoas conseguirem ter vida sustentável.*

Numa perspetiva diferente, outros testemunhos declaram que a iniciativa ainda não é sustentável, pois a sustentabilidade constrói-se num processo progressivo de passo-a-passo; não é algo perfeito ou atingível rapidamente, mas um processo profundo de regeneração:

EN - *Consideras que a iniciativa é sustentável?*

CE5E5 – *É uma iniciativa para mostrar sustentabilidade, mas ainda não é sustentável. Quero dizer, isso é um objetivo gigantesco. Imagina todo o material que é usado aqui... o que ... Há um belo conceito de sustentabilidade, sobre isso, sobre o material que é chamado “de berço ao berço” [cradle to cradle]. E isso eu realmente, realmente gosto. E essa parte, por exemplo, ainda não os incluí totalmente. Portanto, isto é cimento ... isso é cimento. As minhas roupas que você sabe ...*

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



EN - Então é uma progressão, passo-a-passo...

CE5E5 - Passo-a-passo.

EN - É um processo?

CE5E5 - É um processo profundo.

Outras declarações apontam que para se ser sustentável é necessário planificar melhor as áreas a expandir ou a aprofundar, regulando a capacidade de resposta às solicitações do exterior, ou ter capacidade de sistematizar informação para efeitos de disseminação e crescimento a longo-prazo. É também mencionada a importância de ter mais recursos, de gerar trabalho e da existência de jovens que garantam a continuidade. Por fim, um dos entrevistados questiona a classificação de sustentabilidade baseada apenas na ideia de autossuficiência, pois considera que ter financiamento público não perturba a sustentabilidade da iniciativa e que até contribui para a sustentabilidade do Estado:

CE8E3 – Isso é uma conversa que faz correr muita tinta, porque muitas vezes, quem tá de fora pensa assim:” Ah, mas vocês nunca vão ser 100% sustentáveis” ou seja, por exemplo o apoio que o A. dá ou eu agora já não é renumerado portanto é no regime de voluntariado. E o Sr. A. e o Sr. J. conseguem ter os seus ordenados mas, se fosse uma equipa maior, se nós pagássemos o real valor de uma loja, por exemplo não era sustentável. É verdade! Mas para mim há aqui uma coisa muito importante que as pessoas às vezes não abordam, que é [pausa] qual é o impacto social e económico, traduzido em valor económico, que este projeto tem. Ou seja, quando o Sr. J. e o Sr. A. não passam o dia todo no café e têm um trabalho, não é? Que conseguem ter um fundo de maneiço para viverem a sua vida e que não vivem já do rendimento mínimo, não é? Abdicaram do rendimento mínimo, ou quando já não precisam de ir ao Banco Alimentar. Tudo isto é um valor que o “estado está a poupar”. E eu acho que isto é algo que nunca é medido, ou seja, se eu disser, ok, [a iniciativa] só se consegue financiar a 80% ou 85 e o resto nós precisamos de financiamento público, portanto, por concurso, qualquer coisa, isso não quer dizer, para mim não quer dizer que não seja auto sustentável. Porque se calhar esses últimos 25% ou 20% têm a ver com esse retorno, ou seja de quando tu [pausa] consegues que estas pessoas que estão à margem da sociedade venham para o centro dela e sejam parte integrante, todos os serviços sociais que o estado paga para as ajudar se calhar começam a diminuir para mim isso também entra na sustentabilidade. Daí esta questão de se procurar financiamento acho que faz todo o sentido não há problema nenhum, não temos de ser 100% autossustentáveis só com a venda dos produtos, não é?

Subcategoria 15.3 - Articulação das diferentes dimensões da sustentabilidade

Propondo a ideia de que a sustentabilidade integra diversas dimensões, foi pedido aos entrevistados que explicassem concretamente como articulam essas mesmas dimensões. Das respostas mais frequentes emerge a capacidade em tornar visível as diferentes componentes que subjacentes a uma atividade simples, assim como a necessidade de um planeamento baseado num compromisso com valores:

CE7E2 – Bem, há umas que são mesmo muito conscientes, portanto que nem fazes... imaginemos, o apadrinhamento das árvores. Ok. Teve a dimensão financeira, portanto, houve o retorno, porque as pessoas pagavam xis e veio a dimensão financeira, teve, teve a dimensão cultural, teve a dimensão ambiental porque nós respeitámos no fundo a semente, as próprias sementes e a fruta, onde não houvesse aqui um gasto de... de... de recursos, de água, etc., mas que se adaptassem muito bem aos solos e às condições climáticas, houve também a questão, mesmo a própria fruta também era parte cultural, apostamos muito... agrícola cultural, apostamos muito numa produção no fundo do Pinhal Novo e dali daquela, daquela cultura. Houve a parte, também, educacional, da educação do ser, do contacto com a terra, contacto entre famílias, as dinâmicas entre gerações...

CE10-E1 - Primeiro precisa de haver a tal ética, o tal compromisso de valores, que tem que ser estabelecido de princípio, depois precisa de haver um planeamento para que isso se consiga numa perspectiva de otimização porque nós acreditamos, ou nós estamos a fazer um projeto, um negócio ético, um negócio de cooperativo ético.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



A existência de vários projetos independentes que sob o “chapéu” da entidade promotora se dedicam a temas complementares, é apontada como uma forma de conseguir articular as várias dimensões da ação. A utilização de círculos de partilha de *feedback* dentro da iniciativa e em permanente interação, são também mencionados como facilitando a articulação:

CE5E3 – [Na iniciativa] há distintos círculos que ocupam-se de distintos tópicos, de distintos temas. E são círculos mais “pequenos”, “lo” que pode-se falar mais e depois esses círculos fazem um “report” ao círculo maior e se no círculo maior há ainda “feedback” da, da... de para essa decisão ou para esse processo de decisão. Esses “feedbacks” voltam a voltar ao círculo mais “pequeno”. E assim há uma interação entre o grande e o “pequeno” até que é possível tomar uma decisão de uma forma que todas as pessoas no fim podem viver com isso.

Por outro lado, responder à multidimensionalidade exige fazer cedências e ser criativo, assim como uma capacidade de entrega pessoal como base para a gestão de várias dimensões:

CE7E1 – Bem, para já, não conseguimos fazer tudo acontecer, infelizmente. Às vezes temos que fazer cedências... uh... e... e reflectimos muito sobre essas cedências que também fazemos, e tentamos que elas sejam mesmo cedências do momento. Uh... Mas isso é mesmo através de processos criativos. Reivindicar esse direito, à criatividade. Não é nada assim de muito complicado.

Por fim, num registo oposto, admite-se que a articulação social, económica e ambiental não é conseguida de forma positiva:

CE9-E2 - É assim, (...) articulação entre a parte económica e social ou entre a parte económica e as outras, não está a acontecer de forma muito positiva. Uh...em relação à articulação das outras, entre elas, eu acho que, eu acho que [pausa] eu acho que sim, na verdade porque nós mantemos sempre, a nível nosso, interno em coerência, mantemos sempre essa perspetiva que já tínhamos, que vinha do (...) respeito pelos limites do mundo, por aí fora. Todo esse racional ecologista nós mantemos e não o desafiamos muito percebes? Ou seja, tudo aquilo que nós fazemos não tem muito impacto ambiental digamos assim.

Categoria D16: Sustentabilidade Ambiental e Tecnologias

Nesta categoria constam registos que dão conta da visão das iniciativas sobre as tecnologias e o seu uso e alguns exemplos de técnicas ou outras soluções tecnológicas. São também apresentadas as práticas ambientais realizadas no quotidiano das iniciativas, assim como constrangimentos à sua implementação.

Subcategoria 16.1 - Visão sobre tecnologias

Nesta subcategoria apresentam-se várias unidades de registo que partem de uma mesma iniciativa com uma longa e atividade de desenvolvimento de tecnologias ambientais. Neste sentido, é referido que o desenvolvimento de tecnologias é feito sob uma abordagem tecnológica ética, isto é, cooperante com a natureza:

CE5E1 - Poderias dizer que és um projeto sustentável, se perfurares um furo muito profundo e tirar água, poderias dizer: "Eu sou autónomo em água". Poderias dizer isso. Mas, na verdade, ainda estás a esgotar o recurso água, enquanto que a forma como estamos a trabalhar aqui, estamos criando estes... áreas de retenção de água, então a água da chuva vem, entra [no terreno], realmente vai para o terra aqui, por isso estamos a dar água para ao corpo da terra, desta parte de Portugal, desta parte do Alentejo. Por isso não é apenas ser autónomo na extração da água, mas que estamos realmente a ser parte de uma solução regenerativa...

EN- Isso é o que chamas de abordagem tecnológica ética?

CE5E1 - Sim. Não é apenas uma questão de dizer: 'Ok, nós explorámos o carvão e o petróleo e agora não podemos explorá-lo mais, vamos começar a explorar o sol e vamos começar a explorar o vento e vamos começar a explorar a água', mas realmente dizer 'é hora de pensar novamente e qual é o nosso... a nossa intenção interior e como

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



abordamos... o ambiente envolvente e os seus elementos.

Por outro lado, é também referido que se pretende criar sinergias combinando diferentes tipos de tecnologias: sociais, ecológicas e energéticas.

Subcategoria 16.2 – Tecnologias, técnicas e práticas ambientais quotidianas

Em termos das tecnologias ambientais utilizadas que mais foram referidas encontram-se os hábitos quotidianos de redução de consumos e de emissões, de reutilização e de reciclagem. De referir que a componente do *quotidiano* surge com bastante premência, enquanto espaço privilegiado para a criação, ou reinvenção, de usos alternativos dos materiais e a sua otimização:

CE7E1 – Pá, quais é que são as tecnologias ambientais que a gente tende a utilizar? Reduzir os consumos de energia. Essa foi uma das questões que nós colocámos, era ver onde é que nós estávamos a gastar a nossa energia. Coisas tão simples como não trabalhar à tarde porque 'tá calor, coisas tão simples como regularmos a temperatura do nosso frigorífico ou deixarmos de ter frigorífico.

CE1E1 – Fazemos no nosso dia-a-dia. Pronto... Pessoal, não é? (...) Temos a caravana, utilizamos os painéis solares... A água, nós reciclamo-la, não é? Por exemplo, tomamos banho... Pomos a água dentro de um alguidar, que tomamos banho de alguidar. Utilizamos coisas que sejam... Ingredientes que não sejam agressivos para o ambiente, que sejam biodegradáveis, usamos a água do banho para regar plantas, para fazer comida, ou seja, utilizamos todo esse conceito. E as técnicas que ensinamos, também... (...) A nível agrícola, tentamos sempre que sejam... Utilizam técnicas dessas, que... Utilizam ao máximo, e que façam ao máximo reutilização de água. (...) Todo esse tipo de conceitos. E depois, lá está, nós muitas vezes falamos em... Damos o nosso exemplo de vida, utilizamos painéis solares (...) o forno solar, tudo aquilo que nós falamos. Por isso, é a tal coisa, isto é um mote, porque as sementes são um mote. Porque depois falamos de tudo e mais alguma coisa, não é? Depois há muita partilha de informação.

CE1E1-2 – É menos sustentável, em tom de piada, na pegada de CO2.

(...) CE1E1 – Das deslocações. Mesmo assim temos que nos concentrar. Por exemplo, quando nos pedem... Há pouco tempo pediram-nos para irmos a Setúbal, e ao mesmo tempo surgiram sete senhoras de Setúbal que querem criar [uma iniciativa], querem ser sede-guardiãs de sementes. Então vamos juntar a mesma viagem para fazer tudo ao mesmo tempo. Portanto, tentamos coincidir o máximo possível as coisas.

Em seguida, surge a valorização do uso de técnicas simples e acessíveis, tendo também como princípio a otimização dos recursos já disponíveis:

EC7E1 - E temos já um outro aspeto, que é... proximamente iremos ter um frigorífico feito com barro, só utilizando humidade, que nos irá manter os produtos durante alguns dias em estado de conservação e sabor, sem 'tarmos a ter um impacto ambiental tão grande, ou termos que ir trabalhar para ir comprar um frigorífico que nos custa uma pipa de massa.

São referidos o desenvolvimento e o uso combinado de tecnologias ambientais, de forma a potenciar resultados, assim como o uso de técnicas tradicionais para poupar *inputs* energéticos e outros recursos:

EN - Vocês referiram no questionário, fazer uso de tecnologias ambientais.

CE8E2 – Sim. E muito tradicionais.

EN – Quais? Podes, podes dar exemplos?

CE8E2 – Vou recuperar esta ideia do (...) candeeiro de vidro. Nós não utilizamos qualquer tipo de maquinaria para fazer. É tudo tradicional: um balde de água, um fio embebido em álcool, queimamos o fio (isto porque o fio já está envolto na garrafa), partimos o vidro de forma muito tradicional. (...) esta mensagem (...) que é: se temos recursos e que o podemos fazer de forma manual, então vamos fazer de forma manual.

Por fim, a recolha de lixo na praia e a plantação participativa de árvores são mencionadas como

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



atividades que permitem envolver diretamente as pessoas na mensagem que se quer transmitir.

Subcategoria 16.3 - Dificuldades na implementação de práticas ambientais

Uma das iniciativas admite que existem incoerências na ação desenvolvida, nomeadamente, inerentes ao tipo de tecnologias utilizadas, uma vez que as condições de produção dessas tecnologias são questionáveis, mas estão fora do alcance da iniciativa:

CE3E1 - Por exemplo, ambientalmente, não existem produtos perfeitos, não é? Um painel fotovoltaico não deixa de ter impacto ambiental, só porque produz energia limpa. Se calhar foi produzido na China em condições que nós não conhecemos, só vai ser reciclado daqui a quarenta anos e nós não sabemos bem quão reciclado ele vai poder ser... Tem um caixilho de alumínio, e o alumínio não é um... Não é feito de bambu, não é? [risos] Há sempre o impacto ambiental para tudo o que fazemos. Portanto, esse tipo de incoerências são difíceis de corrigir.

É também referido que o aprofundamento das práticas ambientais não é possível pois a iniciativa está sediada num edifício alugado e com classificação de património nacional, o que condiciona a realização de transformações do edifício e, assim, a implementação de projetos.

Implementado por:



Financiado por:

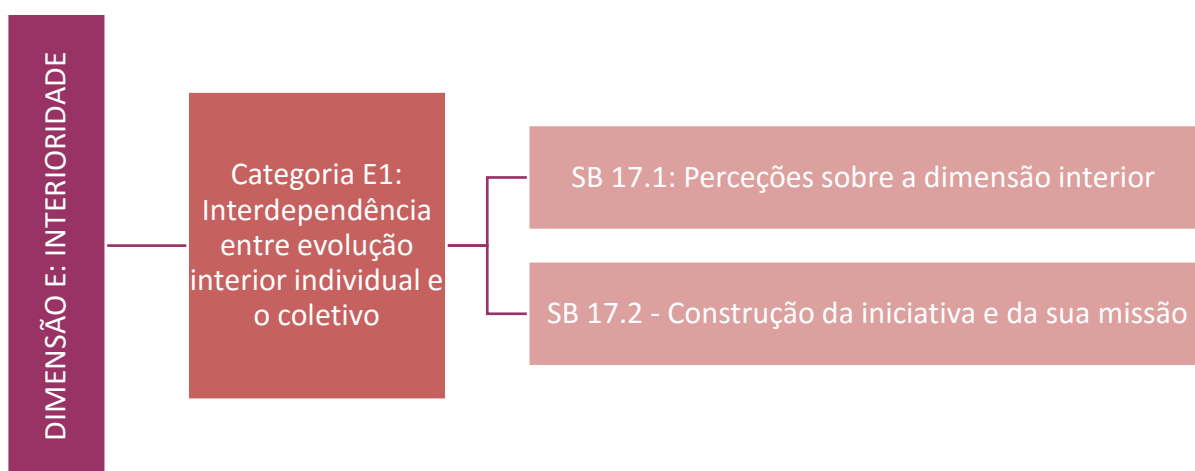


Apoiado por:



Dimensão E – Interioridade

Os atores foram questionados se à escala mais individual e dimensão mais interior do funcionamento e desenvolvimento da iniciativa, estavam previstos espaços ou momentos dedicados ao desenvolvimento e transformação individual e qual a importância desse desenvolvimento interior de cada um para o funcionamento da iniciativa. Desta forma procurou-se dar conta duma dimensão individual, mas também do grupo, que se prende não tanto com a ação dos indivíduos ou do grupo para e sobre o exterior, mas sobre si mesmos, no âmbito da expressão psicológica e emocional, das crenças e perspetivas de cada pessoa da iniciativa, das competências individuais e grupais.



Categoria E17: Interdependência entre evolução interior individual e o coletivo

Neste âmbito, surgiu uma categoria única que dá conta da relação de interdependência entre o processo de evolução interior dos indivíduos e a evolução do grupo ou da iniciativa enquanto coletivo.

Subcategoria 17.1 - Perceções sobre a dimensão interior

Nesta subcategoria são partilhadas algumas considerações gerais sobre a importância que a dimensão interior assume no, e para o, trabalho da iniciativa. A unidade de registo mais referida pelos entrevistados, de diferentes iniciativas, revela um entendimento de que a construção da iniciativa, enquanto coletivo, depende do desenvolvimento interior e da realização individual de cada pessoa:

EC7E1 - Nunca existirá comunidade ou coletivo quando as pessoas, individualmente, não se forem realizando, não se forem desenvolvendo, não se forem construindo, ou autoconstruindo. Portanto, há esse tempo, o tempo das coisas. Essa abordagem sobre o tempo continua a ser o principal. Levou-me tempo, partilhei a minha experiência acerca do tempo que eu levei com as outras pessoas, que hoje integram [a iniciativa]. Essas pessoas já não perdem o mesmo tempo que eu perdi nessas reflexões, porque ela já está feita, digamos assim. Elas não acatam a reflexão porque fui eu que fiz, isto é, não há nenhum “iluminado”, mas servem de ponto de partida, ou podem ser shortcuts, não é?

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Atalhos...

EN – Então do trabalho que vocês fazem aqui na [iniciativa], qual é que achas que, até ao momento, são as práticas mais sustentáveis e exemplares?

CE5E3 – E voltamos à regeneração da paisagem interior. É isso. É isso o que é *outsanding*, mesmo o que, o que sai de todo o processo é a regeneração da paisagem interior. Se não consigo... se eu não consigo falar contigo, relacionar-me numa cena contigo e não vamos [risos]... "we're not going to build any landscape"! Não vamos dar impulsos regenerativos à paisagem quando não somos capazes de dar impulsos regenerativos a nós próprios.

De seguida, verifica-se que existem também iniciativas onde o trabalho interior não está previsto mas é admitido como importante, e outras que declaram que a dimensão emocional que advém das relações de familiaridade é parte integrante do trabalho e que constitui uma vantagem para a iniciativa conseguir alcançar os objetivos a que se propõe:

EN – Consideras essa familiaridade uma vantagem para o projeto?

CE8E3 – Uma ótima vantagem. Tanto para quem compra como para quem nos apoia (...). [Na iniciativa] o lado emocional tem um ponto muito importante, quase tanto como o design.

EN – Esse desenvolvimento mais pessoal, emocional até espiritual (...) tem um espaço próprio, momentos dedicados a isso?

CE8E3 – Volto àquela questão de vestir a camisola... só é possível estes projetos alcançarem os objetivos que alcançam, por causa desta familiaridade dessas relações que criam.

De seguida, com a mesma ordem de frequência, é também mencionado que o trabalho de evolução interior é importante para evitar conflitos dentro do grupo, por exemplo, associados a comportamentos competitivos:

EN - Falando em termos de desenvolvimento interior de cada pessoa que faz parte do grupo. Esta é uma dimensão importante, no trabalho do grupo?

CE5E2 – (...) Para evitar conflitos, e também para a resolução de conflitos, para saber resolver conflitos, e fricções que surgem entre nós. Até há muito pouco tempo, eu, a I. e a outra I. tínhamos um grande conflito [risos]. Aliás, enfim... Tínhamos conflitos porque... Uma espécie de concorrência, de competição. Não é saudável, não é? E, portanto, há que perceber as estruturas que estão por trás de certos comportamentos. E, portanto, a evolução pessoal e a evolução interior é muito importante para que isso evite conflitos dentro do grupo, que depois penalizam todo o grupo, não é? Porque depois: "Ah, não, eu não faço porque ela está lá. Eu não faço não-sei-quê. Não faço porque eu já estou farta, e não sei quê, e ela é irresponsável, e não sei quantos." Para evitar este tipo de coisas, não é? Portanto, é muito importante.

Por outro lado, numa outra perspetiva, o trabalho interior consiste na força da dinâmica coletiva que emerge nos encontros entre os membros, e que o prazer associado à celebração é uma forma de nutrir o corpo e a mente:

EN – A celebração coletiva faz parte da cultura associativa?

CE7E2 – Ah, eu acho que sim, sim. Por acaso, nunca isso foi consciente, mas tem sido, sabes, tem mesmo sido.

EN – E em que medida é importante para as relações entre as pessoas?

CE7E2 – Eu acho que sim, acho que todos nós precisamos. Portanto, acho que todos nós sentimos um bocadinho o dever, a obrigatoriedade de não acordar cedo, de ter os timings, ter pessoas a nos ditar os deveres, e aquilo tem que ser. Tem que ser mesmo, [a iniciativa]... ou pelo menos, os projetos em que me sinto encaixada têm mesmo que ser assim, tem que haver aqui um escape e um... e um... a questão ligada ao prazer. No fundo, é um prazer consciente, porque nós estamos de uma forma... a sentir prazer, estamos a nutrirnos de bons alimentos, de conhecimentos, de novas abordagens, de ampliar cérebros e mentes.

Subcategoria 17.2 - Ferramentas de desenvolvimento interior

Quanto a ferramentas utilizadas para a promoção do desenvolvimento interior, as iniciativas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



referem com maior frequência a criação de espaços de partilha de *feedback* ou fóruns de discussão como ferramentas que permitem construir e aprofundar relações de empatia e de confiança e potenciar aprendizagens:

CE5E5 – Uma ferramenta central [da construção de comunidade] é o forum, em que gastamos tempo para partilhar qualquer processo... (...) O que também fazemos é, tiramos tempo para estar juntos e falar sobre a nossa visão. Uma e outra vez, para nos reconectarmos com as bases, para que não nos percamos no “fazer, fazer, fazer”. Voltar sempre àquela parte que estamos de facto a manifestar agora, ao combustível por detrás, à visão que está por trás, ao porquê de estarmos a fazer isto, ao impacto global que nós queremos demonstrar com isto. Assim, uma e outra vez colocamos a nossa mente nesta base, juntos, não só, mas juntos em grupo. Portanto, estas são as duas principais atividades que nós fazemos, e fazêmo-lo todos os dias.

De seguida, na mesma ordem de frequência, é declarado que as celebrações não são muito planeadas ou estruturadas, acontecendo de forma mais espontânea e, noutros casos, que com frequência são subvalorizadas ou mesmo até esquecidas:

CE5E2 - Uma das coisas importantíssimas é celebrar [risos]. Que é uma das coisas que os projetos se esquecem sempre. Ficam sempre fixados nas dificuldades, nos resultados, mas depois nunca celebram. E vinte e cinco por cento... Vinte e cinco por cento do tempo todo é para celebração, e para pensar: “Ok, agora vamos celebrar. Conseguimos isto assim e assim. Não foi perfeito, mas pronto, estamos contentes com aquilo que atingimos.”

Por fim, são dados exemplos de outras ferramentas de apoio à evolução interior, como momentos especificamente definidos para esse trabalho, espaços de reflexão conjunta e de escrita sobre temas ligados com as relações humanas e outras.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Discussão geral dos resultados do Estudo Qualitativo

Como se constatou a partir do estudo efetuado, o diagnóstico que as iniciativas fazem dos grandes desafios atuais revela que a maioria tem sobre os mesmos uma perspetiva sistémica, de interdependência entre as diversas dimensões da vida humana – social, económica, política, cultural e espiritual – e o sistema ecológico que lhe serve de suporte¹⁸. A **dimensão da integralidade** encontra-se assim presente seja na forma como os entrevistados pensam o mundo, seja no modo como procuram estruturar as suas iniciativas, propugnando objetivos e ações multidimensionais (económicas, políticas, ambientais, culturais, educativas, pessoais, etc.), quer integrando as aprendizagens daí decorridas a nível pessoal, grupal e comunitário.

Em termos de **afirmação filosófica e identitária** as diversas iniciativas, embora com perfis muito diferenciados, enquadram-se genericamente numa perspetiva ancorada em valores de partilha, de confiança, de participação, de criatividade, de autonomia, de respeito e de abundância não mercantil. Tais valores, articulados com princípios de descentralização (de sistemas e de prioridades), de cooperação com a natureza e com as pessoas, de superação do desperdício, de valorização de saberes diversos, de integração da dimensão interior das pessoas nas práticas e nas organizações, de compromisso com o desenvolvimento pessoal e territorial, de promoção do sentido crítico e de liberdade, de otimização e rentabilização dos recursos fundamentais, são apresentados, a maioria das vezes, como “alternativos” ao sistema vigente e como bases da mudança (em primeiro lugar interna e em segundo lugar local e sistémica) que pretendem desencadear.

Embora a génese de mais de metade dos casos estudados decorra de uma necessidade individual, ou de um pequeno grupo inicial, de se afastar do “mundo” para construir um “novo sentido” para a sua própria vida, o alargamento deste desiderato e a maior formalidade dele decorrente é reconhecida como um fator essencial para “uma ação sobre o mundo” transformando-o. Efetivamente, muitas destas iniciativas preconizam um conjunto de objetivos e de atividades que se orientam pela preocupação de encontrar ou promover soluções, muitas vezes impulsionadas por oportunidades conjunturais e delimitadas territorialmente, sem que exista em contraponto, e necessariamente, a avaliação e transposição prospetiva das aprendizagens para outras temporalidades e domínios e a ponderação da efetividade e eficiência das opções adotadas. A inexistência, na maioria dos casos, de um planeamento prospetivo e estratégico da ação é, de alguma forma, ancorado numa dimensão de informalidade, seja de cariz relacional, seja de cariz organizativo. Esta dimensão informal, ao mesmo tempo produto e produtora de ações, práticas e valores, comporta uma dimensão que poderíamos qualificar de “positiva”, ao permitir uma intervenção dotada de maior flexibilidade e de aprendizagem hermenêutica a partir dos contextos de ação, mas comporta igualmente uma dimensão mais “negativa” se se considerar a necessidade de uma articulação mais efetiva com os poderes políticos (locais ou nacionais) e económicos, e uma visibilidade que permita gerar dinâmicas argumentativas reconhecíveis e valorizadas no espaço público. Neste âmbito é relevante sublinhar que para as próprias iniciativas a existência de informalidade é importante apenas num momento inicial de criação, de modo a proporcionar a liberdade e a flexibilidade

¹⁸ As perspetivas de Urie Bronfenbrenner permitem fundamentar teoricamente esta perspetiva. Cf. Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, MA: Harvard University Press. (ISBN 0-674-22457-4)

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



necessárias a uma definição clara, partilhada e consequente da missão e da visão da iniciativa. No entanto a superação da informalidade é também, de alguma forma, um pressuposto de aquisição de maturidade da iniciativa e da responsabilidade da mesma e dos seus membros de passar das intenções de mudança (quer interna, quer territorial, quer sistémica) às condições para a sua efetivação.

Também a existência de recursos, próprios (a maioria das iniciativas desenvolve processos de autossustentabilidade financeira, embora com dificuldades) ou derivados de parcerias, são reconhecidos como essenciais, pelo menos num momento inicial de criação, colocando-se a este nível, a estas iniciativas, desafios importantes no sentido de preservar a sua coerência axiológica perante necessidades de financiamento diversas, e revelando os constrangimentos e limitações, nomeadamente do ponto de vista legal, a que estas iniciativas estão sujeitas. Como se explicitou no Caderno de Recomendações Sociais e de Política, o relativo vazio legal relativamente ao estatuto das iniciativas da economia solidária e a consequente opacidade em termos de reconhecimento e de apoios coloca muitas destas iniciativas numa zona dúbia e geradora de tensões de, por um lado, ancoragem num discurso crítico em relação aos processos e ao sistema de financiamento público ou privado e, por outro, a necessidade de sobreviver economicamente para se constituir como alternativa a esse mesmo sistema.

Em termos de inovação social, e em consonância com os dados que já haviam sido obtidos no âmbito do questionário, as iniciativas referenciam sobretudo elementos processuais – cooperação e parcerias com os contextos e a população local; desenvolvimento de ferramentas participativas internas; articulação com a natureza; negação de determinados normativos avaliados como inadequados; articulação entre linguagens e racionalidades diferenciadas (nomeadamente entre a linguagem científica e outras racionalidades).

Verifica-se, assim, evidências da construção de uma Capacidade Crítica e de Aprendizagem Permanente, tal como proposto por Roque Amaro (2011), no âmbito da dimensão do conhecimento para uma Sustentabilidade Integrada. Um elemento da maior relevância neste domínio relaciona-se com a construção de uma proposta de valor e a centralidade que é atribuída à experiência consolidada e aprendida com outros projetos mesmo de cariz internacional. Na verdade, esta componente de aprendizagem com outras experiências e ações, um dos elementos basilares motivadores do Projeto CATALISE, revela-se, na ótica dos entrevistados como um elemento extremamente significativo. Não se trata obviamente de importar acriticamente modelos, mas de aprender com outras experiências e de conceber a inovação não como revolução a partir de uma “tábua rasa”, mas como “arranjos alternativos” a partir de puzzles muitas vezes (aparentemente) desconexos. Como algumas iniciativas referem, a recuperação de ensinamentos do “passado” sem nostalgias acríicas e revivalistas, pode ser potenciador de inovação. Esta “revolução copernicana” mais não faz do que combinar de outro modo as peças do tabuleiro, substituindo algumas e dotando o conjunto de uma nova configuração e de novas regras do jogo. Novas regras do jogo que passam, por exemplo, como foi salientado, pela promoção de novas linguagens para promover novas leituras. Este não é um aspeto de somenos importância já que a linguagem e a adoção de determinados conceitos em detrimento de outros não é neutra. Diversos autores (saliente-se, apenas a título ilustrativo, as abordagens de Bourdieu ou de Foucault) destacam o poder simbólico da linguagem e o modo como pode potenciar ou justificar sistemas de dominação e de alienação que opacificam a

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



análise crítica do que cada pessoa pretende para a sua própria vida e para a promoção de um desenvolvimento como liberdade, para usarmos uma expressão cara a Amartya Sen (2003).

As relações de **familiaridade** e de **confiança** entre os diversos membros da iniciativa e da comunidade envolvente foram apontados como fatores essenciais de sustentabilidade e de ancoragem em práticas de mudança consistente. Ora, sendo a confiança um produto de um caminho co-construído torna-se essencial o conhecimento mais efetivo e profundo da iniciativa por parte do contexto envolvente, o que só é possível se forem desencadeados processos de visibilização do que é concretizado e porquê, bem como oportunidades de enquadramento e de articulação bilateral entre as comunidades locais e as iniciativas. Para o efeito, um tal envolvimento não pode ser entendido pelas iniciativas como perda de autonomia e de especificidade, mas como oportunidade de crescimento e de proporcionar um contributo mais global e exógeno.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Parte III-ANÁLISE FINAL

Nesta Terceira Parte pretende-se posicionar um conjunto de reflexões gerais e um modelo de análise preliminar decorrentes do estudo realizado e que servirão de suporte aos produtos científicos que dele decorrerão, nomeadamente artigos, comunicações em eventos nacionais e internacionais e livros.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Iniciativas Socioecológicas: Um novo Paradigma ou uma Ação “Pós Paradigmática”?

A participação das pessoas na reflexão e desenvolvimento de ações e práticas que integrem o esforço de criar um outro desenvolvimento, mais resiliente e sustentável, implica necessariamente novas formas de resolução de problemas e de tomada de decisão entre os diferentes atores políticos, sejam entidades públicas ou organizações da sociedade civil e cidadãos. De facto, como procuramos visibilizar existem hoje inúmeros projetos, iniciativas e experiências, quer coletivas, quer individuais, novas formas de governança à escala local e iniciativas inovadoras e integrais, que emergem cada vez mais nas escalas locais em contextos urbanos, periurbanos e rurais, respondendo a uma filosofia e um conjunto de valores que procuram desenhar novas formas de viver (quer ao nível da habitação, do consumo, da agricultura, da utilização e produção de recursos energéticos, etc.), de novos estilos de vida que se coadunem com a necessidade de uma maior harmonia entre o bem-estar, a ação humana e o mundo em que ela tem lugar.

Neste sentido, o desenvolvimento é concebido como um processo de multiplicação das capacidades humanas e de um melhor funcionamento das estruturas de oportunidades no contexto social, económico e político. Por outras palavras, como *“a ampliação da compreensão dos processos sociais, económicos e políticos, a elevação da competência em relação à análise e solução dos problemas da vida quotidiana, a restauração da dignidade humana e a interacção com outros grupos sociais, na base do respeito mútuo e da igualdade”* (Milando, 2005, p. 34). Neste enfoque analítico considera-se que os seres humanos possuem capacidades que os contextos e as condições que comportam, numa lógica de desenvolvimento, devem potenciar e ampliar, gerando oportunidades e possibilidades substantivas de escolha e decisão no exercício da vida individual e coletiva (Sen, 2003; Nussbaum, 2012). Sob tal visão a direção do desenvolvimento não é precisada à partida mas depende das escolhas efetuadas pelas pessoas e grupos, num dado contexto espaciotemporal, articulando o “ser mais” (cultura e valores), com o “ter mais” (satisfação material equilibrada, sem redução ao consumismo) e o “fazer mais” (cidadania e integração laboral “decente”) (Milando, 2005).

Por isso, novas designações que procuram apreender esta noção de desenvolvimento mais exigente e complexo têm emergido - desenvolvimento sustentável, crescimento pró-pobres, etc. Gradualmente o desenvolvimento começa a ser advogado, numa abordagem holística, como multinível e multiescalar, sendo apelidado por muitos como alternativo (por referência ao dominante) e associando-se a questões ligadas às disparidades entre rural e urbano, ao planeamento urbanístico sustentável, ao novo regionalismo, ao etnodesenvolvimento ou aos novos movimentos sociais (Pieterse, 2006).

Assim sendo, o chamado “desenvolvimento sustentável”, concebido sob uma matriz integral e humana, comporta em si a promessa de mudanças incrementais e sistémicas. No entanto, como foi salientado pelos diversos participantes no estudo, para que a retórica se consubstancie em práticas efetivas é essencial a compreensão das forças globais e dos seus impactes diferenciados nas comunidades locais, a consideração simultânea de escalas de tempo e de espaço, o planeamento, a curto, médio e longo prazo, a determinação de prioridades

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



ancoradas em valores e direitos e a superação da retórica economicista nos diferentes níveis políticos e económicos. Em suma, afigura-se a necessidade de concretizar os seis desafios preconizados por Jeremy Rifkin (2004) para a consecução de um desenvolvimento holístico e sustentável: adotar uma perspetiva ecológica de “sistema total”; começar onde as pessoas estão; enraizar a prática no local; aprofundar as análises sociopolíticas; capitalizar as forças e sucessos e construir resiliência.

Mas poderemos falar de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável ou estaremos perante aquilo a que Pieterse (2004) chama “pensamento pós paradigmático”?

Os debates em torno do chamado ‘desenvolvimento alternativo’, ainda que marcados por grande fluidez analítica e operativa, têm efetivamente contribuído para introduzir, na agenda política e social contemporânea, um conjunto de preocupações ligadas aos objetivos e impactes do modelo de desenvolvimento dominante. Neste contexto, tais debates têm assumido diferentes feições, muitas das quais acusadas de mera retórica crítica, sem que a autoproclamada alternativa se constitua de facto como tal. Os mentores do desenvolvimento alternativo têm falhado efetivamente na assunção de uma visão clara das relações micro-macro e na definição de um corpo argumentativo coerente e preciso. Ao longo das últimas décadas o desenvolvimento alternativo tem sido conotado com diferentes formas de crítica ao desenvolvimento dominante, uma espécie de contra-utopia promovida por atores distintos. No fundo, o conceito de ‘alternativo’ diria respeito à construção de um tipo de desenvolvimento *bottom-up*, holístico e enformado por valores de identidade cultural, justiça social e equilíbrio humano, económico e ambiental.

A sua constituição como um novo paradigma pressuporia, no entanto, um corpo teórico coerente. Mas, na verdade, embora não seja ateuórico o desenvolvimento alternativo associa-se a abordagens analíticas muito diferenciadas (estratégia de desenvolvimento; planeamento regional; economia solidária; *empowerment*; capacitação; participação; transição, entre outras) e como tal apresenta-se intelectualmente segmentado (Pieterse, 2004), o que acaba por implicar dificuldades de reconhecimento junto de decisores políticos e económicos.

Saliente-se porém que a especificidade do desenvolvimento alternativo parece estar precisamente associada a uma certa subversão metodológica e à assunção da pluralidade de perspetivas. Nesta ótica, aqueles que são normalmente apontados como os seus traços distintivos (participação desde as bases; sustentabilidade humana e ambiental; bem estar...) são mais elementos normativos que substantivos. Por outras palavras, dizem mais respeito ao como, aos processos e modalidades, do que à natureza do desenvolvimento. Neste sentido, trata-se sobretudo de uma acção pós-paradigmática. Este aspeto foi particularmente enfatizado na pesquisa efetuada no âmbito do Projeto CATALISE

A insatisfação com o modelo de crescimento económico e os impactes gravosos que tem produzido, em termos sociais, humanos e morais, parece evidenciar-se como a base ideológica do desenvolvimento alternativo. Em substituição da lógica de crescimento fala-se normalmente em transformação social, porém, continuam imprecisos os contornos de tal transformação: O que mudar? Em que sentido? Porquê? Para quem? Como avaliar? e Que impactes prever para populações e contextos diferenciados? Korten (1990), por exemplo, refere-se a uma

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



transformação em prol da justiça, da inclusão e da sustentabilidade, no entanto, o enfoque permanece normativo.

A chave epistemológica do desenvolvimento alternativo é, na verdade, o conhecimento local e a criatividade de pessoas e territórios, o que estaria em profunda desconexão com preocupações de generalização inerentes a uma definição paradigmática. Nesta ótica, o “alternativo” constitui-se, mais do que como uma nova ortodoxia, como um pensamento pós-paradigmático (Pieterse, 2004), capaz de colocar em destaque os efeitos perversos de um modelo de crescimento desumanizado e contribuindo para o ‘fazer’ e ‘ser’ de outro modo. A força do pensamento alternativo parece-nos ser assim mais crítica do que programática, mais flexível e diversa do que estandardizada e mensurável, mas ainda assim, e até por isso, capaz de promover debates e iniciativas essenciais para repensar as lógicas de desenvolvimento dominantes e os efeitos perversos que têm construído e potenciado.

As várias iniciativas contactadas reconheceram, no entanto, a necessidade de uma maior aposta em termos de formalização de processos e de visibilização de resultados. A este nível os grandes desafios aos quais responder parecem ser, por um lado a conciliação destas preocupações com a coerência axiológica da iniciativa e a pluralidade das propostas que enquadra e, por outro, a possibilidade de diálogo com racionalidades diferenciadas, nomeadamente com aqueles que são os veículos detentores da legitimidade democrática para empreender mudanças estruturais que impulsionem, ou que não obstaculizem, outras mudanças - os poderes políticos. A concretização de ideias em ações concretas e, em última instância, em mudanças sociais estruturais, exige que as entidades de governo disponibilizem as condições necessárias para tal, dotando-as assim de uma validação política que lhes confira maior celeridade e potencial sistémico.

A este nível foi possível na verdade identificar, por via deste estudo, os grandes obstáculos e limitações apontados pelas iniciativas, nos quais a dimensão política, em sentido lato (desde as conceções dos decisores até aos normativos), adquirem particular relevância e que apresentaremos de seguida.

Obstáculos e constrangimentos (externos e internos) para uma “ação pós paradigmática”

As iniciativas contactadas apontaram diversos obstáculos e constrangimentos que, em última análise, dificultam ou impedem a sua progressão, potencial de inovação e criatividade, e mesmo, em alguns casos, a sua sustentabilidade.

Como obstáculos foram referenciados os seguintes: legislação anacrónica ou inadequada às especificidades, burocracia institucional, processos de financiamento pouco claros ou inacessíveis, fatores culturais (por exemplo, um sistema educativo que não promove uma cultura de participação e pensamento crítico), entre outros.

Como dificuldades foram referidas sobretudo as seguintes: o apoio das iniciativas na ótica das instituições governamentais; o desfazamento entre o conhecimento do terreno dos técnicos e as decisões políticas de superiores hierárquicos; a descontinuidade das medidas

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



implementadas; a insuficiência e/ou impreparação de recursos humanos para responder aos desafios e objetivos da iniciativa; as restrições orçamentais; a fraca cultura de participação dos cidadãos, ou a boa cultura de associativismo, mas dificuldades na organização económica e no planeamento estratégico; as condições de participação e a capacidade de expansão da iniciativa.

Como desafios e necessidades os inquiridos apontaram sobretudo: a politização da ação da iniciativa; a organização coletiva; a organização interna e a comunicação eficaz (ferramentas e estratégias de comunicação adequadas, melhorar a comunicação e a avaliação interna); o acesso a financiamentos; a formação (ter mais conhecimentos de outras áreas e sobre gestão financeira de projetos) e a profissionalização dos membros (Ver Quadro 1 e Quadro 2).

A este nível existe um trabalho de capacitação das iniciativas e dos seus membros que o Projeto CATALISE procurou iniciar quer por via de Oficinas de Formação, quer por via da publicação do “*Guia de Práticas de Transformação*” (2015) e do “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*” (2015) (que podem ser consultados online aqui: www.redeconvergir.net/catalise)

Quadro 1 - Principais Obstáculos e Dificuldades (externas) sentidas pelas iniciativas.

Área	Obstáculo específico
Burocracia	<ul style="list-style-type: none"> • Distância entre entidades governamentais e a realidade do terreno gera medidas desadequadas • Atuação centralista de entidades governamentais limita capacidade de participação da iniciativa em projetos alargados de governança • Morosidade das instituições em diligenciar respostas aos pedidos das iniciativas (reuniões, acesso a documentos) gera impasses no desenvolvimento dos projetos • Ausência de comunicação interna eficaz entre diferentes departamentos da mesma instituição gera dificuldade em agilizar a mobilização de recursos, especialmente penoso em projetos que operam em diversas dimensões simultâneas • A excessiva normalização de procedimentos torna-se pesada e condiciona a ação
Cultura/Social	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura fechada da população local dificulta integração da iniciativa na localidade (para os casos de iniciativas formadas por membros não nascidos na localidade) • Cultura instalada de assistencialismo, tanto das organizações, como das pessoas a quem estas são dirigidas, torna difícil construir uma cultura de participação • Resistência à mudança condiciona processos de experimentação • Hábitos culturais condicionam a integração de novos comportamentos com menor impacto ecológico e económico • Dinâmicas pouco transparentes de clientelismo entre organizações da sociedade civil e grupos políticos locais geram constrangimentos entre entidade promotora da iniciativa e as pessoas que estão no terreno
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema educativo desadequado não cultiva hábitos de participação, o que constrange o desenvolvimento de uma cultura de participação ativa e de autonomia dos cidadãos

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



<p>Legislação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de leis de promoção e proteção de boas práticas conduz à desvalorização e invisibilidade do trabalho da iniciativa, gerando desmotivação • Incapacidade económica de produtores e artesãos em obter licenças, ou de aceder e usar a informação, limita possibilidades de expansão de atividades • Regras associadas à formalização das iniciativas, entre as quais, a exigência de contabilidade organizada, geram constrangimentos internos e limitam o funcionamento mais orgânico das iniciativas • Licenciamento de projetos de construção condicionados por exclusão de técnicas e materiais naturais nos regulamentos • Inspeções de entidades regulamentares são realizadas com experiência de contacto com a realidade do terreno reduzida ou nula, e sem referência a um planeamento estratégico de desenvolvimento local • Ausência de um estatuto legal específico para projetos sociais com características empresariais impossibilita enquadramento em programas de apoio a projetos sociais e, ao mesmo tempo, porque não têm as condições de uma empresa regular, ficam em situação de desvantagem no mercado
<p>Programas de financiamento e outros apoios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relações de poder e dependência de entidades financiadoras geram bloqueios no desenvolvimento de projetos • Processos de avaliação e monitorização financeira são administrativamente pesados: geram sobrecarga e ocupam demasiado tempo às iniciativas • Procedimentos de faturação impedem reutilização de recursos materiais, obrigando à compra de artigos novos • Programas de financiamento público não permitem possibilidade em fazer pagamentos aos participantes (quando se pretende que estes deixem de ter apenas a condição de beneficiários) o que traz dificuldades em criar adesão de longo-prazo aos projetos • Menor diversidade de financiamentos para desenvolvimento local em contextos que apesar de apresentarem melhores indicadores sociais do que outros territórios considerados vulneráveis, carecem de dinamização comunitária • Desinvestimento político traduzido na descontinuidade de serviços públicos e outras infraestruturas em territórios vulneráveis dificulta a concretização de projetos participativos e desmotiva a população, limitando a capacidade em gerar sustentabilidade local

Fonte: “Caderno de Recomendações Sociais e de Política” (2015, p. 32)

Quadro 2 - Principais Obstáculos e Dificuldades (internas) sentidas pelas iniciativas.

Área	Dificuldades específicas
<p>Recursos humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número insuficiente de participantes ativos de forma contínua gera sobrecarga e limita o desenvolvimento organizacional e a expansão dos projetos • Situações de desemprego e outras dificuldades económicas dos membros e participantes geram limitações que constroem a capacidade quotidiana de participação • Emigração de participantes conduz ao fim de iniciativas • Hábitos quotidianos enraizados dificultam a mudança de comportamentos individuais • Desenvolver dinâmicas internas que permitam a liderança rotativa, evitando a concentração, e dependência, dos projetos num só líder

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Recursos financeiros e outros	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de tempo e de recursos financeiros limita expansão do campo de ação para outras áreas consideradas importantes para a iniciativa • Falta de conhecimentos específicos e ferramentas para aceder a financiamentos
Processos internos	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de processos consensuais de avaliação interna condiciona o desenvolvimento e consolidação de estratégias de ação adequadas • Falta de recursos para sistematizar informação limita possibilidades de disseminação

Fonte: “*Caderno de Recomendações Sociais e de Política*” (2015, p. 34)

Contributo para o delineamento de um “Modelo de Análise” de “Experimentações Socioecológicas”

Os dados recolhidos no âmbito do Projeto CATALISE permitem-nos, desde já, identificar um conjunto de eixos analíticos que nos parecem essenciais para uma análise mais consistente às iniciativas socioecológicas, tendo em vista não só a possibilidade de auto conhecimento e autocrítica das próprias “experiências”, por via da definição de modelos de monitorização e mapeamento de mudanças (em curso e desejadas), mas também o desenvolvimento de modelos teóricos e operativos que permitam estabelecer os elementos transversais, comuns às diversas iniciativas socioecológicas, e os elementos de especificidade passíveis de identificar de forma mais clara “ideais-tipo” de concetualização de iniciativas distintas. Um tal exercício parece-nos essencial para a delimitação e compreensão, científica e política, do universo heterogéneo da economia solidária e, em particular, desta componente específica da mesma, onde se enquadram as “experimentações socioecológicas”.

O modelo que a seguir se apresenta constitui-se como um contributo nesse sentido e será aplicado e precisado em produtos científicos posteriores e em estudos mais aprofundados sobre os diversos elementos em análise:

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Quadro 3 - Modelo Analítico das Experimentações Socioecológicas.

EIXOS DE ANÁLISE ESTRUTURANTES	FATORES TRANSVERSAIS	QUESTÕES NUCLEARES
IDENTIDADE E ESTRATÉGIA	<ul style="list-style-type: none"> → Motivações e valores → Missão e Visão → Níveis e etapas de formalização e informalidade → Processos comunicacionais, internos e com a comunidade envolvente → Redes e parcerias → Recursos (humanos, logísticos e económicos) → Fontes e conceções de sustentabilidade → Dimensões e processos de integralidade – relação social e ecológico → Mecanismos de resiliência 	<ul style="list-style-type: none"> • O que são, como se definem? • O que pretendem ser e porquê? • O que não querem ser? • Como efetuar o caminho, que processos escolhem? • Quem associam? • Como subsistem? • Como pensam a sustentabilidade e sob que mecanismos? • Que “tecnologias” e práticas ambientais desenvolvem? • Como se relacionam (interna e externamente)? • Como comunicam?
VALOR SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> → Impactes (internos e externos) → Modelos de (auto e hétero) Avaliação e monitorização → Processos de experimentação → Processos de escalabilidade e transferibilidade → Mecanismos de cooperação e co-aprendizagem → Níveis de coerência entre valores, princípios e práticas 	<ul style="list-style-type: none"> • O que produzem/ realizam? • Que importância relativa da dimensão material e imaterial dos bens produzidos/ realizados? • Que impactes tem o que produzem / realizam para a iniciativa? Para os diferentes membros? E para o contexto local? • Como pensam a mudança sistémica e os processos para a sua construção? • Como escalam e transferem conhecimentos e experiências? •
GOVERNANÇA	<ul style="list-style-type: none"> → Formas de articulação com as comunidades envolventes (regulação partilhada do desenvolvimento local) → Gestão interna: processos de tomada de decisão; gestão da comunicação; gestão de conflitos/ divergências; avaliação da participação e da co-aprendizagem → Relação com o espaço público e visibilidade política 	<ul style="list-style-type: none"> • Que articulações com o exterior da iniciativa são promovidas e porquê? • Que importância relativa tem a articulação com os diversos domínios (social, político, comunitário)? • Como é gerida a comunidade? Que modelos comunicacionais, de gestão e de resolução de divergências? • Que relevância é reconhecida ao espaço de argumentação política? Porquê? Através de que processos? •

Fonte: Elaboração pelos autores.

Implementado por:



Financiado por:

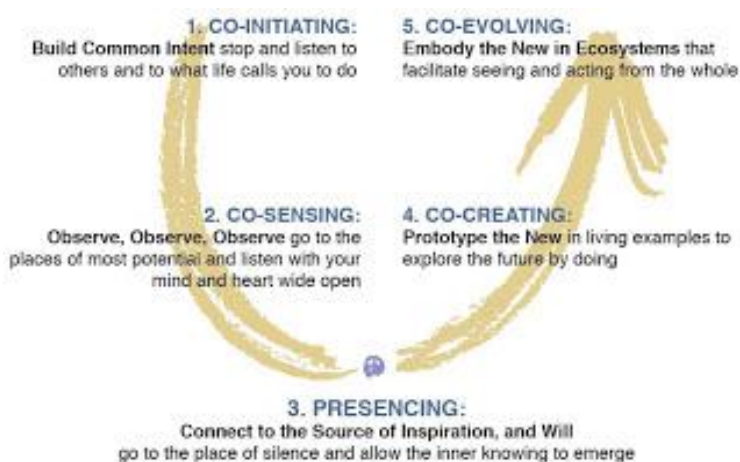


Apoiado por:



Este modelo analítico preliminar servirá de suporte a estudos posteriores que permitam aprofundar as concepções e critérios em torno dos três eixos identificados – Identidade; Estratégia; Valor Social; Governança - e em combinação com uma perspetiva diacrónica de transição e de evolução das iniciativas, procurando compreender, sobretudo, os processos e os tempos inerentes a essas “transições” (ver figura 3) e ao modo como a iniciativa se vai reajustando face às aprendizagens conquistadas.

Figura 3 - Processo de construção da mudança: Teoria do U



Fonte: Dutra Gonçalves, <http://ricardodugo.blogspot.pt/2009/01/teoria-do-u.html>

Um modelo analítico das experimentações socioecológicas tem pois de comportar uma dimensão dinâmica e de complexidade, que exige, necessariamente, uma co-construção com as iniciativas e com a comunidade envolvente (social e política) numa ótica de *Grounded Theory*, de *Theory of Change* e de Investigação-Ação hermenêutica e complexa.

Com efeito, não é demais sublinhar, tal como foi destacado em termos de conclusões do estudo, que a mudança e a sustentabilidade se ancoram numa ideia de processo, de um caminho gradual, contínuo e não linear de transição, que não nega o presente e o passado, mas que se conecta com eles no sentido de construir um futuro distinto. Para o efeito a análise tem de congrega necessariamente uma abordagem multidimensional (de tempos, espaços, dimensões e valores) e integral (de conexões, de dinâmicas, de retroalimentação e de partilha). Por outras palavras, a análise complexa e dinâmica das iniciativas de experimentação socioecológica que aqui se propõe preliminarmente tem pois de associar modelos analíticos mais “estáticos”, que sirvam de base à definição de critérios de delimitação reflexiva, com processos de acompanhamento, monitorização e avaliação mais dinâmicos e co-construídos em situação. O presente estudo é apenas um primeiro contributo exploratório nesse sentido.

Considerações Finais

Em termos globais, o estudo, que o presente Relatório apresenta genericamente, deixa em aberto um conjunto de pistas de reflexão que exigem necessariamente estudos mais aprofundados e uma articulação renovada entre as práticas de intervenção, o conhecimento

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



académico e a sensibilização e vontade política. Alguns dados permitem confirmar estudos recentes sobre as atitudes dos portugueses face ao ambiente, revelando sinais de alterações para um perspetiva mais preocupada com o ambiente. No entanto, um caminho exigente é ainda necessário percorrer sobretudo no que diz respeito a uma conceção renovada das necessidades humanas e das prioridades de crescimento económico.

Assim cabe-nos referir, para conclusão do presente Relatório, aqueles que nos parecem ser alguns dos elementos mais pertinentes para a fundamentação dessa reflexão (Cf. *Caderno de Recomendações Sociais e de Política*, 2016, pp. 43-46):

Repensar modelos organizativos e alterar culturas institucionais

O estudo revela, através das declarações dos inquiridos, a persistência de uma cultura das instituições e entidades públicas, marcadamente centralista e de um perfil resistente à interação e ao diálogo com a população. Este diagnóstico não é novo e vai ao encontro das conclusões de outros estudos e projetos realizados nos últimos 15 anos, apontando a necessidade de modernização da administração pública, de reorganização das instituições e de repensar as respetivas estratégias de intervenção junto das comunidades locais. Tal readequação deve ser feita com base em estratégias que permitam contrariar o ciclo vicioso de desmobilização cívica e política, o distanciamento e a falta de confiança entre a atividade política, as autoridades públicas e os cidadãos portugueses.

Em algumas iniciativas estudadas pelo CATALISE verificou-se que, com frequência, a postura de apoio e estímulo à ação das iniciativas por parte das instituições públicas não emerge de um quadro estratégico institucional fundamentado numa visão para o território, mas sim da postura carismática de alguns líderes políticos ou de técnicos das instituições que reconhecem o potencial das propostas apresentadas pelas iniciativas. Este dado demonstra que o desafio do desenvolvimento sustentável, integrado e efetivo, deve ser colocado em primeiro plano, a par de outras prioridades políticas, sociais e económicas, que permitam apoiar a emergência da ação coletiva local e estimular a sua eficácia e eficiência.

Alguns autores falam na importância das *shadow networks* como fontes essenciais para conseguir gerar as ruturas necessárias com os fluxos de feedback de informação e ação de ação política e económica (*path dependence*). A necessidade visível em repensar um número considerável de leis, regulamentos, estatutos formais ou omissões legislativas, como se vê no quadro, é um indício de que existe uma realidade no terreno que está a reclamar por essa viragem.

Reavaliar quadros legislativos

Para além da transformação da cultura organizacional das instituições, é também fundamental a reavaliação de determinados quadros legislativos. Tradicionalmente, os processos de influência e de negociação da lei para alteração de quadros regulamentares são processos de participação pública desenvolvidos por um número reduzido de pessoas e grupos. Pelo contrário, inúmeros fatores sociais, económicos, culturais e políticos, podem inibir largas camadas da população em desenvolver tais processos. Neste sentido, urge desenvolver formas (e apoiar as já existentes) que permitam a participação alargada dos cidadãos como garantia da

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



melhor aplicação da lei e antecipação de possíveis maus efeitos, tendo em conta a diversidade dos atores interessados.

Tal readequação deve ser igualmente ponderada no sentido de cativar e responder ao emergente perfil das gerações mais novas, na generalidade, mais instruídas, com domínio de ferramentas que facilmente permitem aceder e fazer uso de informação e que revelam níveis mais elevados de reflexão e de preocupação com o meio ambiente e outras questões ligadas com o desenvolvimento. Por outro lado, são visíveis os sinais de envolvimento sob outras formas de participação informal (debates, petições, assembleias populares, entre outros) que demonstram um novo potencial de participação ativa.

Porém, o aprofundamento desta mudança emergente depende fortemente do investimento em políticas educativas e de formação consistentes e contínuas que visem a promoção de uma cultura cívica mais participativa, assim como o desenvolvimento de medidas que estimulem e suportem essa participação: não só na auscultação dos cidadãos em momentos-chave, mas também na prestação de contas sobre os resultados e avaliações das medidas implementadas.

Resgatar experiências e conhecimentos já adquiridos

Algumas das recomendações recolhidas no âmbito do CATALISE vêm resgatar e reforçar aprendizagens feitas no âmbito de outros projetos. Existem experiências desenvolvidas, quer no terreno da ação local, quer no âmbito de projetos académicos (ou mistos) que importa conhecer, assim como reter as aprendizagens aí alcançadas.

É o caso do projeto “*EQUAL – de igual para igual*” que, no âmbito de uma comunidade de prática, propôs estratégias de intervenção e a criação de condições favoráveis à experimentação, com o objetivo de promover a geração da iniciativa local e o aperfeiçoamento de respostas já existentes em prol da “animação territorial”. Este projeto elencou também aprendizagens úteis, passíveis de enformar políticas sociais, por exemplo, mas cujo nível de incorporação em medidas posteriores, quer por instituições políticas ou instituições públicas de planeamento territorial, é desconhecido.

Um outro exemplo é a *Agenda 21*, lançada com a finalidade de aproximar autoridades locais e comunidades em torno da cooperação e participação para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável. Implicava a geração de mudanças na governança e administração pública, uma maior interação participativa com a população e a promoção da discussão públicas dos problemas das comunidades. No entanto, o número de iniciativas criadas em Portugal foi reduzido, tal como os recursos e esforços públicos necessários para criar condições favoráveis à implementação plena da medida, e desconhecem-se os impactos da mesma nos territórios em que foi realizada.

A descontinuidade das medidas é, assim, uma das grandes forças de bloqueio à continuidade e aprofundamento da aprendizagem e da ação reflexiva, necessárias à capacidade fundamental de responder aos problemas sociais complexos com que a sociedade portuguesa se depara atualmente.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Catalisar a mudança: criar condições de apoio à Experimentação Socioecológica

É muito relevante a Introdução da dimensão ecológica nas preocupações sociais e económicas, procurando delinear políticas e intervenções, que assegurem a conciliação entre as respostas às necessidades humanas, entendidas de forma articulada e integral, com o respeito pelos limites naturais do planeta e dos recursos naturais que comporta. Com efeito, atendendo à premência dos atuais problemas sociais complexos nos quais a dimensão ecológica constitui um eixo de crescente importância, tanto no campo da prática, como no campo teórico do conhecimento, urge criar condições políticas, e outras, de suporte à experimentação socioeconómica local de base ecológica.

À semelhança do que tem sido analisado noutros projetos europeus, tal apoio deve salvaguardar as especificidades, identidades e percursos das iniciativas, na medida em que a sua construção e moldagem é um forte resultado dos arranjos entre as motivações dos seus participantes, o reconhecimento partilhado das necessidades e a mobilização conjunta de esforços para lhes dar resposta, o que se traduz num grande potencial em responder de forma satisfatória às necessidades em questão. Portanto, respeitar as formas de ação coletiva que emergem e gerar condições que apoiem a sua evolução, mas também que estimulem a sua eficácia e eficiência por referência a um quadro maior, e partilhado, de desenvolvimento.

Num país onde o associativismo ligado à área ambiental é reduzido, estas experiências das Iniciativas de Experimentação Socioecológica permitem constatar a abertura de uma janela de mobilização cidadã, num movimento crescente de iniciativas que, com novas ou renovadas lógicas de ação e princípios, posicionam-se ativamente perante os desafios atuais dos territórios em que vivem. A não dissociação destas iniciativas, e do seu potencial, do movimento global da sociedade, ou seja, o incremento e a potenciação de diferentes níveis de democracia participativa conduzindo a uma nova forma de perceber e valorizar o papel dos cidadãos poderá gerar impactos positivos em termos de desenvolvimento local integral.

Valorizar outras formas de construção do conhecimento

As iniciativas admitem a necessidade de responder ao desafio de conseguir concretizar mais interação entre iniciativas e outros agentes locais, regionais ou nacionais (ou mesmo até internacionais no caso de algumas redes temáticas relevantes) de modo a fomentar mais aprendizagem coletiva e maior efetividade da ação. Sobressai a importância da participação alargada (efetiva) das populações nos processos de governança, na revisão global dos processos e procedimentos das instituições e entidades. Porém, apesar de reconhecerem a necessidade em desenvolver tais relações de cooperação e colaboração, a proatividade, a criatividade e a partilha surgem como elementos essenciais para a geração de recursos necessários à sustentação da iniciativa, tanto por uma questão de independência como pela morosidade ou complexidade que os apoios, por vezes, implicam.

De igual modo, se por um lado, as iniciativas reclamam mais oportunidades de participação nos processos de governança, por outro declaram que a capacidade em demonstrar os seus resultados e impacto, e a comunicação adequada dos mesmos, é fundamental para conquistar a atenção e consideração das instituições e entidades públicas (e também as privadas, que podem constituir fontes de apoio a vários níveis). Assim, apontam a importância de cultivar uma

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



ligação com a Academia para a cocriação de conhecimento útil, e para a aprendizagem de novas ferramentas e metodologias que lhes permitam aumentar a efetividade da sua ação. Esta ligação é tanto mais benéfica se considerarmos que a integração de diferentes formas de conhecimento, saber e prática, comporta um grande potencial de geração de inovação social.

Mais ação reflexiva e mais avaliação para um contributo relevante

Para além de incrementar o respetivo reconhecimento público, a avaliação e a monitorização dos impactos gerados pelas iniciativas constituem também uma via para o auto conhecimento, isto é, para uma ação-reflexiva-em-ação capaz de gerar novas dinâmicas e maior efetividade junto de outros públicos e contextos. Esta autoanálise é, com frequência, condicionada pela postura de autolegitimação de algumas iniciativas, em resultado de vários fatores, entre os quais a ausência de reconhecimento público pelo seu trabalho que, nem sempre, é concordante com o status quo. Assim, é importante a capacidade das iniciativas em superar a ortodoxia que impede o diálogo produtivo com outras instâncias e iniciativas e, por vezes, limita a visão das próprias iniciativas no que toca ao desenvolvimento de sinergias e à captação de recursos. De notar que, a necessária autoanálise e avaliação não podem conduzir à neutralização da especificidade das iniciativas em prol de exigências de homogeneização – um dos perigos associados à politização.

Por outro lado, a avaliação e monitorização, através do desenvolvimento de procedimentos de integração e devolução de feedback, permite integrar a dimensão interior (tanto dos grupos como dos indivíduos) que acontece nas fronteiras entre a dimensão coletiva e a dimensão individual da vida das iniciativas. Esta dimensão é apontada pelas Iniciativas de Experimentação SocioEcológica como um elemento fundamental, cujo cuidado é habitualmente negligenciado na nossa cultura.

Como contributo para esta reflexão complexa e necessária o Projeto CATALISE deixa o seu testemunho e a possibilidade de abertura de novos caminhos de pesquisa num conhecimento mais profundo e consequente das dinâmicas de mudança que emergem nos micro territórios locais.

A Equipa do Projeto,

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



Referências

- Adger, N. (2000). Social and ecological resilience: are they related?. *Progress in Human Geography* 24, 3: 347–364.
- Albuquerque, C. & Rocha, S. (2013). Vetores de (des)envolvimento e sustentabilidade. Perspetivas e debates críticos. In C. Balsa et al (coord). *Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias - Anais, Volume 3. Desenvolvimentos e sustentabilidade*, pp.6-24, Lisboa. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT3.pdf>.
- Almeida, J. (2004). *Os portugueses e o ambiente. II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. OBSERVA. Oeiras: Celta.
- André, Isabel e Abreu, Alexandre. Dimensões e Espaços da Inovação Social. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XLI, 81, 2006, p. 121-41.
- Bardin, L. (2015). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BEPA (2010). *Empowering people, driving change*. Social Innovation in the European Union. In: ec.europa.eu/bepa/pdf/publications_pdf/social_innovation.pdf
- Carvalho, A.; Schmidt, L.; Santos, F. e Delicado, A. (2013). Climate change research and policy in Portugal. *Advanced review*. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_LSchmidt_ADelicado_Climate_ARI.pdf
- Comissão Europeia (2008). *The measurement of extreme poverty in the European Union*. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Bruxelles.
- Cunha, G. & Santos, A. (2011). Economia Solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In P. Hespanha & A, Santos (org.) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Edições Almedina S.A., Coimbra.
- Demoustier, D. & Malo, M. (2012). L'économie sociale et solidaire, une économie relationnelle? Questions d'identité et de stratégie!. E. Bayle e J. Dupuis (2012). *Management des entreprises de l'économie sociale et solidaire. Identités plurielles et spécificités*. E. Bayle e J. Dupuis (org.). De Boeck: Bruxelles.
- Drèze, J. & Sen, A. (eds) (1997). *Indian Development: Selected Regional Perspectives*. New Delhi: Oxford University Press.
- EAPN (out. 2015). Documentos/ Dados estatísticos. Indicadores sobre pobreza: dados europeus e nacionais. Disponível em: <http://www.eapn.pt/documento/468/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>, consultado em 29 de julho de 2016.
- European Commission (2011). Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion (2011). The social dimension of the european 2020 strategy. A report of the social protection committee. Retirado de: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=750&langId=en&pubId=5976&type=2&furtherPubs=yes>
- Engeström, Y. (2011). From design experiments to formative interventions. *Theory & Psychology*. 1, 21: 629-655.
- EUROSTAT (2015). *Quality report of the European Union Labour Force Survey 2014*
- FAO (2010). *The State of Food Insecurity in the World. Addressing food insecurity in protracted crises*. Rome: FAO UN
- FAO (2012). *The State of World Fisheries and Aquaculture*. Rome: FAO UN.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



- Hespanha, P., Caleiras, J., Pacheco, V. & Pessoa, S. (2007). *É o (Des)emprego Fonte de Pobreza?*. Porto: REAPN.
- Hines, C. (2000). *Localization. A Global Manifesto*. London: Earthscan Publications Ltd.
- O'Brien, K. e Hochachka, G. (s.d.) Integral adaptation to climate change. *Journal of Integral Theory and Practice*, 5(1), pp. 89–102.
- Hargens-Esbjörn, S. (2009). An overview of integral theory – An all-inclusive framework for the 21st century. Integral Institute, Resource Paper. Disponível em: http://integraleurope.org/wp-content/uploads/2013/05/IT_3-2-2009.pdf
- Holmgren, David & Mollison, Bill (1978). *Permaculture one. A perennial agriculture for human settlements*. Melbourne: Transworld.
- Holmgren, David (2002). *Permaculture: Principles and pathways beyond sustainability*. Hepburn, Victoria.
- Hopkins, Rob (2008). *The Transition Handbook. From the oil dependency to local resilience*. Chelsea Green Publishing.
- INE (2015). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), 2014*.
- Jackson, T. (2009). *Prosperity without growth. Economics for a finit planet*. UK: Earthscan.
- KORTEN, David C. (1990): *Getting to the 21st Century*. W Hartford, CT: Kumarian Press.
- Laville, J. (2012). *La gestion dans léconomie sociale et solidaire: propositions théoriques et méthodologiques. Management des entreprises de léconomie sociale et solidaire. Identités plurielles et spécificités*. E. Bayle e J. Dupuis (org.) (2012). De Boeck: Bruxelles.
- Laville, J. e Gaiger, L. (2009). *Economia Solidária*. in A, Catanni; j, Laville; L, Gaiger e P, Hespanha. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina S.A, Coimbra.
- Lévesque, Benoît e Lajeunesse-Crevier, François. *Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: approches théoriques et politiques publiques*. Cahier du CRISES, 2005.
- Macy, J. (2014). *Coming back to life. The Updated Guide to the Work That Reconnects*. Canada: New Society Publishers.
- MILANDO, João (2005): *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Mollison, B. (1988). *Permaculture: a designers' Manual*. Australia: Tagari Publications.
- Moulaert, F.; Martinelli, F.; Swyngedouw, E. e Gonzalez, S. (2005). *Towards Alternative Model(s) of Local Innovation*. *Urban Studies*, n. 42, v. 11, 2005, pp. 1.969-90.
- Moulaert, F. (2009). *Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced*. In D, MacCallum; F, Moulaert; J, Hilier e S, Haddock (ed.). *Social Innovation and Territorial Development*. Ashgate.
- Mulgan, G. (2012). *Social Innovation Theories: Can Theory Catch Up with Practice?* In HW, Franz; J, Hochgerner e J, Howaldt (ed.). *Challenge Social Innovation - Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society*. Londres: Springer.
- Murray, Robin; Caulier-Grice, J. e Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation: Ways to Design, Develop and Grow Social Innovations*. NESTA. Londres: Young Foundation.
- Nussbaum, M. (2012). *Crear capacidades. Propuesta para el desarrollo humano*. Madrid: Paidós.

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:



- Olsson, P. e Gallaz, V. (2012). Social-Ecological Innovation and Transformation. Nicholls, A. e Murdock, A. (ed.). *Social Innovation: blurring boundaries to reconfigure markets*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- PMA-Programa mundial de Alimentos (2009). *Mudanças Climáticas e Combate à Fome: Respondendo ao Desafio*.
- PIETERSE, Jan Nederveen (2006): *Development theory. Deconstructions/ Reconstructions*. London: Sage Publications Ltd.
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 2ª Edição. Campus.
- Rifkin, Jeremy (2004). *The European dream: How Europe's vision of the future is quietly eclipsing the American dream*. New York: Penguin Group.
- Roque Amaro, R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito. *Revista de Economia Solidária* (1), 11-29.
- Roque Amaro, R. (2011). Projeto ECOS. *Revista de Economia Solidária* (3), 157-171.
- Santos, B. Sousa (2006). *Another production is possible beyond the capitalist canon*. London: Verso.
- Santos, F.; Forbes, K. e Moita, R. (2002). *Mudança climática em Portugal – Cenários, impactes e medidas de adaptação*. SIAM. Gradiva: Lisboa.
- Sen, A. (1999). *L'économie est une science morale*. Paris: La Découverte.
- Sen, A. (2003): *Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Smith, A. E Stirling, A. (2010). The Politics of Social-ecological Resilience and Sustainable Sociotechnical Transitions. *Ecology and Society* 15(1): 11.
- Schmidt, L. & Guerra, J. (2010). Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza/ Brasil*, 41(2), 106-124.
- Schmidt, L. e Valente, S. (2004). Factos e opiniões : uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável. In L, Lima ; Cabral, M. e Vala, J. (org.). *Atitudes Sociais dos Portugueses – Ambiente e desenvolvimento*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais.
- UNAIDS (2011). *Report on the global AIDS epidemic 2010*. NY: UN.
- UNICEF (2006). *Relatório sobre Nutrição Infantil*. ONU.
- UNICEF (2007). *Um Mundo para as Crianças*. ONUS

Implementado por:



Financiado por:



Apoiado por:

